

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Escola de Comunicação (ECO)

ROSANGELA DE JESUS FERNANDES

A HISTÓRIA SE “REPETE” COM O AUXÍLIO DA IMPRENSA?
A estratégia de O Globo em busca de consensos para os golpes de 1964 e de 2016

RIO DE JANEIRO

2019

Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)
Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Escola de Comunicação (ECO)

ROSANGELA DE JESUS FERNANDES

A HISTÓRIA SE “REPETE” COM AUXÍLIO DA IMPRENSA?

A estratégia de O Globo em busca de consensos para os golpes de 1964 e de 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Suzy dos Santos

RIO DE JANEIRO

Abril de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

d363h de Jesus Fernandes, Rosângela
A história se "repete" com o auxílio da imprensa?
A estratégia de O Globo em busca de consensos para
os golpes de 1964 e de 2016 / Rosângela de Jesus
Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2019.
197 f.

Orientadora: Suzy dos Santos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

1. Jornalismo. 2. Mídia e Poder. 3. Discurso
jornalístico. 4. Impeachment e golpe. 5. Políticas de
comunicação. I. dos Santos, Suzy, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO
UFRJ



ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

ATA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DE DISSERTAÇÃO
APRESENTADA POR ROSANGELA DE JESUS FERNANDES NA
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ

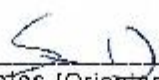
Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezenove, às dez horas na sala 142 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de Mestrado de Rosângela de Jesus Fernandes, intitulada: ***"A História se 'REPETE': Com o Auxílio da Imprensa? A estratégia da O Globo em busca de Consensos para os Golpes de 1964 e de 2016"***, perante a banca examinadora composta por: Suzy dos Santos orientador(a) e presidente], Ana Paula Goulart Ribeiro, Christa Liselote Berger Ramos Kuschick, Tendo o (a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

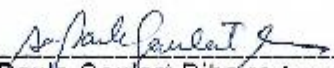
☒ aprovada ☐ reprovada ☐ aprovada mediante alterações

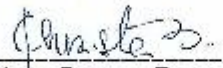
A banca ressalta a importância da temática, densidade teórica e da história, e o espaço interpretativo da pesquisa.

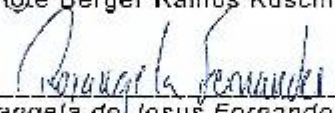
E, para constar, eu, Laura Machado, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2019


Suzy dos Santos [Orientador (a) e Presidente]


Ana Paula Goulart Ribeiro [examinador(a)]


Christa Liselote Berger Ramos Kuschick [examinador(a)]


Rosângela de Jesus Fernandes [candidato]

Para amores que se foram, mas que permanecem sempre presentes iluminando minha vida: Dadá e Sérgio;

Para os amores que estão sempre ao meu lado num companheirismo que me enche de felicidade e força: Sérgio, Tárik e meus “Amáveis Estranhos”;

Ao ex-presidente Lula, preso político, vítima do que consideramos um golpe em processo, com apoio da mídia.

AGRADECIMENTOS

O mestrado sempre foi um sonho distante, adiado por muitos anos. Tantos, que fui me convencendo da sua impossibilidade. O que era inalcançável só se tornou realidade por apoios preciosos dos que me fizeram acreditar que eu era capaz e dos que me garantiram sustentação indispensável nesse difícil equilíbrio entre a vida profissional, acadêmica e familiar.

Ao Sérgio e ao Tárik, amores imensos, que me emocionam com a capacidade infinita que possuem de incentivar e vibrar com cada avanço alcançado. O café carinhoso preparado pelo filho, as questões propositivas levantadas pelo marido, os debates políticos intensos em família na hora do jantar, quando nem sempre concordamos, mas nos respeitamos e crescemos na divergência, ficarão para sempre na memória como marca dessa fase da minha vida. Um contraponto afetivo de um convívio de harmonia em tempos de tanta intolerância. Não há como agradecer a tanto amor e companheirismo;

Ao amigo querido, professor João Paulo Malerba, que tem o dom de contagiar com sua paixão pela pesquisa e a generosidade de dividir seu saber, um dos principais responsáveis por eu ter chegado até aqui, por todas as palavras de incentivo, paciência sem fim e capacidade iluminada de apontar caminhos;

A minha querida orientadora Suzy dos Santos, por ter me conduzido nessa trajetória sempre com bom humor e paciência, por ter me mostrado, na prática, como é possível não se deixar seduzir pela vaidade tão presente no mundo acadêmico e por sua atuação, de forma comovente, para que a universidade pública seja para todos, não apenas para a elite;

À professora Christa Berger, por aceitar o convite para participação na banca, dedicando seu tempo valioso a vir ao Rio de Janeiro, ler a pesquisa e contribuir com reflexões;

À professora Ana Paula Goulart Ribeiro, pela cooperação na banca da qualificação, com indicações preciosas e propositivas para que a pesquisa pudesse se aprofundar considerando a dimensão histórica da comunicação. E por aceitar com alegria participar também da banca da defesa;

Ao professor João Batista de Abreu, incentivador de primeira hora e que contribuiu imensamente na qualificação;

À professora Patrícia Saldanha, pela colaboração carinhosa e fundamental para que eu pudesse chegar até a ECO.

Aos/as professores/as da Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ, cujas disciplinas foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa e aos/às funcionários/às da Pós, especialmente Thiago Couto e Jorgina Costa, que tanto ajudam para que tudo funcione;

A todos e todas da minha segunda casa, Criar Brasil, que remam contra a maré defendendo uma comunicação cidadã e popular, por todo apoio, torcida e pela capacidade de seguir firme na ideia de que “ninguém solta a mão de ninguém”; especialmente aos meus amigos/as de longa data Marcia Vales, Adriana Maria, Douglas Vieira; Marina Vianna e Marcus Aurélio de Carvalho;

Ao amigo Gilberto Palmares pelo exemplo vivo de que é possível fazer política de forma solidária, companheira e comprometida, resistindo aos ataques exemplificados na nossa pesquisa; e aos companheiros Henio Costadella, Rosa Leal e Tatiana Guimarães, que acompanharam com palavras de incentivo e sorrisos alentadores minhas angústias pela falta de tempo para dar conta de tudo ao mesmo tempo nesses dois anos.

Aos/às jornalistas com os/as quais dividi espaço nas redações e que, com consciência de sua responsabilidade, não abriram mão de pautar sua atuação na ética e no respeito, apesar de todas as dificuldades;

Aos/às comunicadores/as populares que enfrentam toda sorte de dificuldades e seguem na missão de fazer comunicação por um mundo melhor.

Aos “Amáveis Estranhos”, Graça Fernandes Basile, Ragy Basile, Bruna Fernandes Basile, Thaissa Fernandes Basile e Gustavo Taveira, pessoas que amo profundamente, que estão ao meu lado nos momentos mais difíceis, mas também nos de alegria e comemoração como este, que nos levam à tão maravilhosa *bolha de conforto e felicidade*.

Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade.

Patrick Charaudeau

Madalena, Madalena
Você é meu bem querer
Eu vou falar pra todo mundo
Vou falar pra todo mundo
Que eu só quero é você.

Martinho da Vila

RESUMO

Os grandes grupos de comunicação do Brasil são não só espelhos da conjuntura em cenários de crise, mas especialmente atores capazes apresentar a realidade transformada por seus interesses e alianças, participando da disputa hegemônica com influência sobre os rumos do país, apesar do empenho em criar imagem de isenção e imparcialidade. A presente dissertação busca, numa perspectiva histórica, refletir sobre esta atuação do jornal O Globo em dois episódios simbólicos da ofensiva das forças conservadoras que abalaram a democracia: os golpes de 1964, contra o presidente João Goulart, e de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. Com viés comparativo, a investigação se dedicou a identificar rastros e vestígios de uma espécie de “repetição” da história no que diz respeito à destituição de dois governantes legitimamente eleitos que representavam projetos políticos de redução da desigualdade, com as ressalvas necessárias por nossa consciência da impossibilidade concreta da história se repetir. Ao mesmo tempo, nos empenhamos em detectar, nos dois períodos de evidente luta de classes, as marcas das diferenças em aspectos como: temáticas exploradas para a mobilização da população buscando a construção de consensos; exploração de signos; acionamento de emoções; alianças firmadas entre os opositores dos dois governos e na participação do jornal como “intelectual coletivo” e seus jornalistas como “intelectuais orgânicos”. Para este fim, utilizamos a metodologia de análise de discursos tendo como objeto as primeiras páginas do jornal O Globo nos trinta dias que precederam a deposição de João Goulart e o afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado, compreendendo que as capas, ainda que tenham sido ressignificadas pelos avanços tecnológicos que alteraram o acesso à notícia, mantêm a função de síntese dos temas considerados prioritários pelo grupo de comunicação e se constituem como documento histórico. Os resultados da pesquisa comprovam o apoio do jornal ao golpe de 1964, como foi admitido em editorial em 2013, e apontam indícios da reedição da estratégia em 2016, numa atuação deliberada do periódico como “aparelho privado de hegemonia” e “inimigo íntimo da democracia”. Sem eximir de responsabilidade os governantes e seus grupos políticos, a pesquisa buscou trazer à tona a reflexão sobre o papel dos meios de comunicação nos abalos à democracia que, apesar da utilização de diferentes métodos para deposição dos dois presidentes, tiveram como consequências comuns o avanço da extrema direita e o retrocesso em direitos, no caso mais recente levando o país a viver hoje o que entendemos como um golpe em processo.

Palavras-chave: Golpe, *Impeachment*, O Globo, Jornalismo, Discurso Jornalístico; Políticas de Comunicação.

ABSTRACT

The big Brazilian media corporations are not only a mirror of the conjuncture within a crisis, but in fact, they are actors able to present a reality shaped by their interests and alliances. They take part in the hegemonic dispute and influence the country's direction, despite the commitment to create an image of neutrality and impartiality. In a historical perspective, this dissertation seeks to reflect on this performance of the newspaper O Globo in two emblematic episodes of the offensive of the conservative forces that shook our democracy: the coups of 1964 against President João Goulart and 2016 against President Dilma Rousseff. With a comparative bias, the research was dedicated to identifying traces of a kind of "repetition" of history with regards of the removal of two legitimately elected presidents who represented political projects to reduce inequality, with the necessary observation by our conscience of the concrete impossibility of history to repeat itself. At the same time, we strive to identify, in the two periods of evident class struggle, their differences, such as: themes explored in order to mobilize the population seeking the construction of consensus; uses of signs; triggering of emotions; alliances between the opposition of the two governments; the newspaper's participation as a "collective intellectual" and their journalists as "organic intellectuals." To this end, we applied the methodology of discourse analysis to the object of the front-pages of the newspaper O Globo in the thirty days that preceded the deposition of João Goulart and the removal of Dilma Rousseff by the Senate. Even if the front-pages have been redefined by the technological advances that have changed the access to the news, we understand that they maintain the function of synthesis of the themes considered priority by the media corporations and constitute as historical documents. The results of the research confirm the newspaper's support for the coup in 1964, as it was admitted in an editorial in 2013, and point to a repeat of the strategy in 2016, in a deliberate role of the newspaper as a "private apparatus of hegemony" and "an intimate enemy of democracy". Without omitting the responsibility of the rulers and their political groups, the research sought to bring to light the reflection on the role of the media in the quakes of democracy. Despite the use of different methods for the deposition of the two presidents, they both had as a common consequences the advancement of the extreme right and the regression in rights. The 2016 case led the country to experience what we understand as a coup in process.

Keywords: Coup; Impeachment; O Globo; Journalism; Journalistic Discourse; Communication Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 O JOGO DO PODER	33
1.1 A MÍDIA E O JOGO DE INTERESSES	37
1.1.1 Entre a resistência e a conciliação de 1964	41
1.1.2 Novos métodos para antigos acordos em 2016	45
1.2 O GLOBO: ARREPENDIMENTO TARDIO E REPETIÇÃO DA ESTRATÉGIA	48
1.2.1 Política e Grupo Globo: tudo a ver	50
1.3 SOBREVIDA DA PRIMEIRA PÁGINA EM TEMPOS DIGITAIS	56
2 DISPUTA DE SENTIDO	59
2.1 OS SIGNOS DA DISCÓRDIA	60
2.1.1 O desacordo persistente sobre 1964	61
2.1.1.1 Golpe x impeachment 1964	64
2.1.2 A polêmica para nomear 2016	66
2.1.2.1 Golpe x impeachment 2016	68
2.2 EMOÇÕES: O MEDO E A AVERSÃO, CADA UM EM SEU TEMPO	72
2.2.1 A Aversão em 2016	74
2.2.1.1 Desordem/Descontrole	76
2.2.1.2 Emoções/Sentimentos com Carga negativa	77
2.2.1.3 Repulsa//Nojo	78
2.2.1.4 Declínio/Decadência/Desastre	81
2.2.2 O Medo em 1964	83
2.2.2.1 Repulsa/Nojo	85
2.2.2.2 Decadência	86
2.2.2.3 Desordem/Descontrole	87
2.2.2.4 Medo	88

3 TEMÁTICAS, ALIANÇAS E O PAPEL DOS INTELECTUAIS	93
3.1 COMUNISMO E CORRUPÇÃO: TEMÁTICAS MOBILIZADORAS	93
3.1.1 Corrupção: 2016	94
3.1.1.1 O destaque do aspecto passivo	100
3.1.2 Comunismo: 1964	103
3.1.3 Comparativo 1964 X 2016	110
3.2 ALIANÇAS ENTRE OS ATORES DOS GOLPES	113
3.2.1 Os aliados de 1964	113
3.2.2 Os aliados em 2016	125
3.3 INTELECTUAL COLETIVO E INTELECTUAIS ORGÂNICOS	141
3.3.1 Intelectual Coletivo O Globo 1964	142
3.3.2 Intelectuais Orgânicos O Globo 2016	145
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 153
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 168

ANEXOS

ANEXO A - PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO 2016

ANEXO B - PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO 1964

ANEXO C - PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO DE MAIS DATAS

ANEXO D - PUBLICAÇÕES CITADAS OUTROS VEÍCULOS

ANEXO E - UNIVERSIDADES QUE PROMOVERAM CURSOS DE EXTENSÃO,
DISCIPLINAS E SEMINÁRIOS SOBRE O GOLPE DE 2016

ANEXO F - DADOS DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS DIGITAIS DE JORNAIS
2016

ANEXO G - DADOS DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS DIGITAIS DE
JORNAIS 2018

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Exemplos de manchetes com palavras e expressões que acionam emoções publicadas na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Figura 2 – Expressões que simbolizam o nojo. Estudo de Paul Ekman (2003)

Figura 3 – Exemplos de manchetes com palavras e expressões que acionam emoções publicadas na capa de O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964

Figura 4 – Primeira página de O Globo em 31 mar. 1964

Figura 5 – Exemplos de manchetes sobre corrupção passiva publicadas no período

Figura 6 – Exemplos de manchetes sobre corrupção ativa publicadas no período

Figura 7 – Página dois de O Globo em 10 mar. 1964 com publicação de convocatória sem identificação de ser anúncio e outras matérias sobre o comunismo

Figura 8 – Chamadas publicadas nas capas de O Globo revelando atores do golpe

Figura 9 – Matérias publicadas na primeira página de O Globo sobre a mobilização ‘feminina’ contra o comunismo e em defesa da família

Figura 10 – Charge retratando o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot publicada em O Globo em 04 mai. 2016

Figura 11 – Campanha da Fiesp em defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff

Figura 12 - Anúncio da FIESP e outras entidades empresariais pelo *impeachment* de Dilma Rousseff publicado em O Globo e outros três jornais em 29 mar. 2016

Figura 13 – Charges publicadas em O Globo abordando a pressão dos empresários sobre Michel Temer entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Figura 14 – Charges publicadas na capa de O Globo tendo como personagem o juiz Sérgio Moro no período no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Figura 15 – Exemplos de editoriais publicados na capa de O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964

Figura 16 – Exemplos de editoriais publicados na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Figura 17 – Exemplos de chamadas de articulistas e colunistas publicados na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorias e subcategorias analíticas

Gráfico 2 – Informações relativas às palavras/expressões que remetem a emoções nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Gráfico 3 – Informações relativas às palavras/expressões que remetem a emoções nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Gráfico 4 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016 de acordo com a classificação analítica

Gráfico 5 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016 em cada uma das subcategorias de corrupção

Gráfico 6 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964

Gráfico 7 – Comparativo entre temática das manchetes publicadas em O Globo nos dois períodos. 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964 e 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Gráfico 8 – Informações relativas aos atores revelados nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964

Gráfico 9 – Informações relativas aos atores revelados nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações relativas à classificação analítica das manchetes publicadas entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Tabela 2 – Informações relativas à classificação do foco das manchetes sobre corrupção publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

Tabela 3 - Informações relativas à classificação das manchetes publicadas em O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964

LISTAGEM DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABL - Academia Brasileira de Letras

AD – Análise de Discurso

ADECIF - Associação de Crédito e Investimento

ADEP - Ação Democrática Parlamentar

ADESG - Associação dos Ex-Alunos da Escola Superior de Guerra

AP – Ação Penal

BC – Banco Central do Brasil

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CBN – Central Brasileira de Notícias (Rádio)

CGU – Controladoria Geral da União

CNBB – Conferência dos Bispos do Brasil

CNV – Comissão Nacional da Verdade

Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

CONCLAP - Conselho das Classes Produtoras

CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas

DEM – Partido Democratas

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FAB – Força Aérea Brasileira

FIES – Financiamento Estudantil

FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISN - Ideologia da Segurança Nacional

IVC – Instituto Verificador de Circulação

MEC – Ministério da Educação e da Cultura

MOM-BRASIL - *Media Ownership Monitor*

MPF – Ministério Público Federal

ONU – Organização das Nações Unidas

PGR – Procuradoria Geral da República

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PROUNI – Programa Universidade Para Todos

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

Rede – Rede Sustentabilidade (Partido)

STF – Supremo Tribunal Federal

SUPRA – Superintendência Regional de Política Agrária

TCU – Tribunal de Contas da União

UDN – União Democrática Nacional (Partido)

UnB – Universidade de Brasília

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 1964 se concretizava, no Brasil, o golpe midiático-civil-militar¹ contra o governo João Goulart. Cinco décadas depois, a presidenta² Dilma Rousseff sofre um golpe parlamentar-jurídico-midiático.

Dois momentos da história separados por 52 anos e unidos, na visão da esquerda brasileira, por estratégias de disputa de poder que, guardadas semelhanças e divergências, resultaram num mesmo desenlace: a democracia golpeada com graves consequências para o país. As conjunturas estruturais que precederam os dois episódios têm em comum o abalo causado pela implantação de políticas sociais com impacto na redução da pobreza. Jango³ levantava a bandeira das chamadas Reformas de Base que previam reforma agrária e alterações estruturais nas políticas econômica, urbana, administrativa e universitária, o que serviu à oposição como motivação para o golpe. Por sua vez, Dilma Rousseff dava continuidade a programas iniciados pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como garantia de renda mínima (Bolsa Família), elevação do salário mínimo, assistência médica à população de baixa renda (Mais Médicos), acesso à universidade (Prouni, Fies e Política de Cotas) e à energia (Luz Para Todos).

Nos dois episódios, registou-se resistência significativa dos setores conservadores e das classes média e alta da população e estabeleceu-se aliança entre diferentes atores, com destaque para os meios de comunicação, “midiático” é a marca da continuidade entre os dois golpes. As quedas de Jango e de Dilma foram precedidas de discursividade baseada em escândalos deflagrados, no caso de 1964 com apoio de partidos da oposição, de empresários, da Igreja, das Forças Armadas, das organizações de mulheres, de

¹ Há diversas denominações para o movimento que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Simpatizantes do regime militar adotam expressões como ‘revolução’, ‘revolução gloriosa’, ‘revolução redentora’. Por outro lado, opositores do regime optaram por classificar como “golpe”, “golpe militar”, referindo-se à ilegalidade. Mais recentemente, os termos “golpe civil-militar” e “golpe midiático-civil-militar” têm sido adotados por evidenciarem que a responsabilidade pelo longo período de ditadura a que o Brasil foi submetido é resultado não só da ação das Forças Armadas, mas também das elites, do empresariado e da imprensa. E é esta a concepção que adotamos.

² A adoção da palavra “presidenta” é motivo de polêmica. Dilma Rousseff optou por utilizar a forma no feminino, ressaltando sua condição de primeira mulher a ocupar a presidência da República no Brasil. Os dicionários e a Academia Brasileira de Letras reconhecem o termo, mas a mídia hegemônica se recusou a adotá-lo. No presente estudo, optamos por utilizar a denominação de escolha da governante, reafirmando assim o protagonismo feminino.

³ Jango é o nome com que o presidente João Goulart ficou popularmente conhecido.

entidades anticomunistas como IPES e IBAD⁴ e até mesmo dos Estados Unidos. Já no episódio de 2016 registra-se a repetição da articulação dos partidos de oposição e dos empresários, a reconfiguração da participação da Igreja, com substituição da Igreja Católica pelas correntes evangélicas, e tendo como marca da diferença a entrada em cena de novos atores como a Procuradoria-Geral da República, Justiça Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal, e ainda o então vice-presidente, Michel Temer.

Nas duas circunstâncias houve o aval do Supremo Tribunal Federal (STF) e a retórica da oposição foi corroborada e amplificada pela imprensa, que em 2016 teria reeditado sua participação, voltando a conferir legitimidade à deposição da governante em exercício, da mesma forma que ocorreu em 1964.

Considerando a dimensão histórica, adotamos o viés comparativo entre os dois períodos sob a ótica da participação da imprensa. Deste modo, o objetivo geral da presente pesquisa é identificar com que estratégias - incluindo alianças, temáticas e emoções exploradas - o jornal O Globo atuou de forma a contribuir com a busca de consenso, ainda que ele se tornasse inalcançável plenamente diante da polarização da sociedade, mas conseguindo reduzir resistências, permitindo o deslocamento da hegemonia em contraste com o voto popular em 1964 e em 2016, comparando semelhanças e diferenças dos dois períodos.

Nossa hipótese é de que o periódico desempenhou papel estratégico e deliberado no jogo de disputa hegemônica estabelecido através de estratégia discursiva que estampou nas páginas do jornal uma realidade reinterpretada a partir dos seus próprios interesses empresariais e políticos, assim como os de seus aliados.

Para colocar a hipótese à prova, desenvolvemos os seguintes objetivos específicos: 1. Promover revisão bibliográfica e levantamento das capas e editoriais do jornal O Globo dos períodos anteriores aos golpes contra os presidentes João Goulart e Dilma Rousseff. 2. Avaliar, à luz da Análise de Discurso (AD), as manchetes de primeira página, editoriais, matérias e artigos com chamadas na capa das edições do Jornal O Globo dos dois períodos, observando quais foram as temáticas, emoções e alianças e os signos explorados pelo jornal a fim de efetivar a estratégia de mobilização da população contra os governantes, com consequências na conjuntura nacional. 3. Sistematizar as

⁴ IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

informações, analisando a construção discursiva favorável à efetivação do afastamento do poder dos dois presidentes da República nos dois momentos históricos.

Sem deixar de considerar o poder midiático da televisão e do rádio, além da força inequívoca alcançada pela internet nos tempos atuais, optamos pelo recorte do impresso no presente estudo, tendo em vista seu caráter opinativo-editorial e sua viabilidade para acentuar a perspectiva comparativa. *Sites, blogs* e redes sociais têm se fortalecido como fonte de informação, no entanto, compreendemos que a mídia tradicional tem seu poder, em grande medida, preservado. Além de reverberar suas produções pela internet, mantém a capacidade de pautar outros canais virtuais, formar opinião, influenciar amplamente as decisões políticas. As eleições de 2018 marcaram nova dimensão das mídias sociais, porém, nos ocupamos de período de análise anterior e, diante da velocidade das transformações no campo da comunicação, esses dois anos de diferença se mostram com alterações significativas.

No que diz respeito aos momentos históricos abordados na pesquisa, temos consciência de que a atuação da mídia hegemônica guardou semelhanças entre si e de que não há um único veículo a ser apontado como responsável exclusivo pelas consequências no cenário político nacional. No entanto, diante da impossibilidade de realizar a pesquisa contemplando toda a imprensa, consideramos fatores determinantes para que o estudo se concentre especificamente no jornal O Globo e que apresentamos a seguir.

O periódico teve atuação de importante na crise dos anos 1960. Foi um dos poucos a se opor abertamente à posse de João Goulart em 1961, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros. Não tendo sido vitorioso, se aliou a seguir às Forças Armadas e aos demais atores do golpe de 1964, tendo destaque entre os órgãos de imprensa que se colocaram na oposição a Jango. Na época, O Globo já garantia evidência no cenário nacional com tiragem de 175 mil exemplares diários e se dedicava a apoiar as conspirações golpistas, com engajamento, ao lado de outros grandes veículos, na chamada “Rede da Democracia”. Sob o pretexto de difundir os postulados democráticos e preservar a Constituição sem vinculações político-partidárias, a Rede se constituiu numa poderosa estrutura de comunicação de alerta contra o chamado ‘perigo comunista’ e realizava ataques sistemáticos às Reformas de Base, agindo pedagogicamente para a iminência de uma ruptura política. Consolidada a deposição de João Goulart, o jornal apoiou os governos militares que se seguiram durante todo o período ditatorial, mesmo quando outros órgãos de imprensa se reposicionaram diante da brutalidade do regime.

Contribuiu ainda de forma decisiva para a definição do impresso da família Marinho como objeto, o fato do patriarca, Roberto Marinho, ter assinado, em 1984, o editorial “Julgamento da revolução” (O GLOBO, 07 out. 1984)⁵ assumindo a participação no golpe, ou na ‘revolução’, nas palavras do proprietário do Grupo Globo e dos militares. Além disso, foi determinante a publicação feita pelo próprio veículo assumindo formalmente, ainda que tardiamente, em editorial de 2013, o erro cometido ao apoiar o movimento golpista de 1964 (O GLOBO, 31 ago. 2013).

Considerou-se especialmente a longevidade do jornal sob o domínio de um mesmo grupo de comunicação e a sua presença, ao longo de décadas, entre os principais veículos impressos nacionais, com inegável influência mantida até hoje na sociedade brasileira. O Grupo Globo - com seus diversos veículos - alcança sozinho audiência superior à soma dos demais grupos ocupantes dos segundo, terceiro, quarto e quinto lugares no ranking nacional de audiência. Neste contexto, o impresso da família Marinho cumpre papel de sinalizador, com a reverberação da linha editorial para os outros veículos do conglomerado e influenciando ainda os demais grupos de comunicação do país. O Grupo Globo responde pela Rede Globo, composta por cinco emissoras próprias de TV, entre elas a TV Globo, líder de audiência no país, e 119 afiliadas⁶, constituindo-se numa das maiores redes mundiais de TV. Além desta estrutura na TV aberta, o Grupo é proprietário de outros 31 canais de TV paga, o maior portal de notícias brasileiro, duas das dez principais redes de rádio, 14 revistas, agência de notícias e investimentos nos mercados cinematográfico e editorial. Entre os impressos, registra-se a propriedade de quatro jornais de ampla circulação, sendo o principal deles O Globo, que ocupava em 2016 a vice-liderança no país⁷. O conglomerado tem destaque internacional entre os grupos de comunicação: é o 19º no ranking mundial dos “30 maiores donos de mídia”.⁸

O aspecto inovador da dissertação encontra-se no paralelo traçado entre a atuação do mesmo veículo de imprensa nesses momentos históricos distintos e marcantes, com consequências relevantes para a história do país.

A pesquisa é realizada a partir das matérias publicadas na primeira página de O Globo nas edições dos trinta dias que antecederam o afastamento da presidenta Dilma

⁵ Devido ao grande número de manchetes, reportagens, artigos e editoriais publicados em jornais citados na presente dissertação, optamos por incluir a listagem em tabelas disponíveis nos anexos.

⁶ Disponível em: http://grupoglobo.globo.com/tv_globo.php. Acesso em: 10 jan. 2018.

⁷ Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Ver Anexos.

⁸ Levantamento realizado em 2017 pela ZenithOptimedia disponível em: <https://www.zenithusa.com/top-30-global-media-owners-2017/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

Rousseff pelo Senado e os trinta dias antes do golpe de 1964 contra o presidente João Goulart. A escolha da primeira página como objeto de estudo não desconsidera as alterações profundas sofridas pela comunicação nos últimos anos. Compreendemos que a importância da capa dos periódicos foi ressignificada à medida em que a comunicação *online* possibilita o acesso à leitura não mais a partir de sua primeira página, mas diretamente via notícias compartilhadas. A simbiose cada vez maior entre impresso e versão digital modifica, inclusive, a forma de produção da notícia. É fato que uma revolução no acesso às notícias está em curso. O estudo *Digital News Report 2018*⁹, realizado em 37 países da Europa, Ásia, América Latina e América do Norte, ressalta o compartilhamento de notícias pelas redes sociais e a posição do Brasil como um dos principais usuários dessas ferramentas virtuais, como foi possível constatar nas eleições de 2018, com destaque para o *WhatsApp*, aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas, em que o país ocupa o segundo lugar em presença entre os pesquisados: são 120 milhões de usuários brasileiros.

Definitivamente, não é mais em pé em frente às bancas de jornal que o cidadão se informa, como no passado. Apesar disso, compreendemos que a capa não perdeu seu simbolismo e continua tendo significativa função de síntese, revelando o que os responsáveis pelo jornal elegem como principais notícias publicadas diariamente, indicando assim a estratégia discursiva adotada pelo veículo de comunicação. Nesta nova era, as manchetes são elaboradas atendendo a critérios que passam pelo “potencial de viralização” nas redes, mas não deixam de refletir - através não só da seleção, mas também do destaque e da hierarquização na página - o que é considerado prioritário pelos donos do veículo, incluindo critérios políticos e comerciais. Diferentemente da homepage, que se organiza e reorganiza diversas vezes durante o dia a partir da dinâmica dos fatos, a primeira página do impresso se constitui como documento histórico e, assim, tem muito a revelar no que diz respeito à construção de realidade a partir da ótica do seu grupo de comunicação.

Na definição do período a ser analisado, o recorte em relação à 2016 resultou da percepção de que o processo de *impeachment* contou com um longo rito composto de várias fases de tramitação no Congresso. Para efeito da pesquisa, consideramos que o momento de maior relevância foi a aprovação do pedido de abertura da investigação pelo

⁹Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>
Acesso em: 13 jan. 2019.

Senado por 55 votos a 22, na madrugada do dia 12 de maio de 2016¹⁰. Esta autorização, referendada pela maioria dos senadores, levou ao afastamento imediato da presidenta Dilma Rousseff. Ainda que o afastamento tenha se dado em caráter provisório, por 180 dias até o julgamento definitivo, conforme previsto na legislação, a partir desta data houve, de fato, mudança no comando do governo e, ao deixar o Palácio do Planalto, Dilma não mais voltaria a ocupar o cargo. Já o *corpus* empírico referente ao período histórico de 1964 teve como delimitação a compreensão de que o golpe que derrubou o presidente João Goulart, baseado na força bruta simbolizada pelas Forças Armadas, foi implementado em momento único e marcante: a madrugada de 1º de abril de 1964.

Nos dois casos, as primeiras páginas nos levaram a, pontualmente, ampliar a investigação para a íntegra dos editoriais que têm referência nas capas, assim como para o texto completo de algumas reportagens e artigos. Consideramos que os 30 dias de cada período resultam em compêndio da aguda crise em pauta, nos possibilitando resgatar a movimentação do jogo político das duas épocas. Relativo à década de 1960, foram analisadas 157 manchetes publicadas do dia dois ao dia 31 de março de 1964. O periódico não circulava aos domingos e não há registro de publicação no dia 27 de março, assim, a totalização é de 25 capas analisadas. Já em relação a 2016, foram analisadas 378 manchetes publicadas no entre os dias 12 de abril e 11 de maio.

Mergulhar no universo em que comunicação e política se encontram, se fundem e se complementam – seja com resultados positivos ou não – é de nosso particular interesse. As relações de poder envolvidas neste contexto, muitas vezes de forma implícita e contrastando com a imagem de imparcialidade que a imprensa tanto se esforça em externar para seu público, resultam em tema especialmente estimulante. Tomando como premissa que o que é publicado não tem um fim em si mesmo, mas impacta de forma significativa a sociedade e, em última análise, pode refletir em abalo (ou fortalecimento) da democracia, nossa convicção é de que aprofundar o debate e desvelar questões relativas a essa atuação midiática são desafios importantes a serem enfrentados. Uma forma de buscar contraposição ao silenciamento tradicional em relação aos interesses e compromissos das empresas de comunicação.

A proposta da dissertação nasceu da nossa necessidade de buscar compreender, através da pesquisa e do aprofundamento teórico, a ruptura institucional imposta pela

¹⁰ A sessão que analisou o pedido de abertura do processo de *impeachment* no Senado foi iniciada às 10h do dia 11 de maio de 2016, se estendeu por 20 horas e foi concluída, com a aprovação da tramitação do processo, às 6h34 do dia 12 de maio de 2016.

interrupção antecipada do mandato da presidenta Dilma Rousseff. O projeto de pesquisa foi gestado durante 2016, em paralelo à tramitação do processo de *impeachment* na Câmara e no Senado, e tomou forma a partir da observação, e de certa forma da indignação, em relação à postura assumida pela mídia nesse contexto. O mal-estar instalado no país com a polarização estabelecida nas ruas, nas redes sociais, entre a imprensa hegemônica e alternativa, e que transbordou para as relações familiares e de amizade, teve fortes consequências e desvelou a atuação dos grupos de comunicação influenciando na realidade.

A percepção do ataque aos princípios democráticos nos moveu na busca de base teórica que permitisse ampliar a compreensão do momento e análise do objeto de comunicação a partir da sua dimensão histórica. Assim, nos empenhamos em identificar rastros e vestígios que permitissem testar a hipótese de participação deliberada da imprensa no afastamento da presidenta em 2016, numa espécie de “repetição” da história, em nova versão, do golpe contra João Goulart em 1964. Sim, temos consciência da impossibilidade da repetição da história, mas empregamos o termo, com as devidas ressalvas, pela sua capacidade de expressar as semelhanças percebidas entre os dois momentos e nomear a sensação presente em 2016, alimentada pelas memórias de 1964.

Compreendemos a inevitável contaminação por estarmos ainda mergulhados nas consequências da ruptura de 2016. Diante do enfraquecimento das instituições democráticas, das recorrentes ameaças aos direitos e liberdades e do avanço da extrema direita, torna-se necessário evidenciar a percepção do momento atual brasileiro como, na nossa concepção, um *golpe em processo*¹¹. Admitindo não termos o distanciamento que seria recomendável à investigação, avaliamos que o objeto de estudo tão recente, se por um lado traz desvantagens, por outro se constitui como urgente de análise e aprofundamento.

Assim, ressaltamos que esta imersão nos fatos, somada à convicção pessoal a respeito do valor inquestionável da democracia, nos faz assumir um lugar de fala que se revela crítico a respeito de ações que coloquem em segundo plano os princípios estruturantes do Estado Democrático de Direito. Explicitado este posicionamento, torna-se necessário pontuar que foi a experiência profissional vivida na imprensa com duplo viés – na mídia comercial e na mídia alternativa em consonância com os movimentos

¹¹ Consideramos *golpe em processo* diante da sucessão de acontecimentos interligados registrados desde 2016 e que no momento de elaboração desta dissertação ainda revelavam novas facetas com velocidade significativa.

sociais –, conjugada com o acentuado interesse pelas relações comunicação e poder, o que nos levou à proposta de jogar luz sobre a atuação dos veículos de comunicação nesses dois tempos históricos.

Indicativo da necessidade premente de iniciar a reflexão sobre os acontecimentos recentes foi a velocidade com que o tema se tornou objeto de atenção em diversas áreas. A iniciativa pioneira da Universidade de Brasília (UnB) de oferecer o curso “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” e a ameaça à autonomia universitária por parte do Ministério da Educação, respondida com ampla mobilização de universidades de todo o país que solidariamente criaram cursos semelhantes, ampliou a necessidade de posicionamento sobre a ruptura democrática que se deu com o *impeachment*. Nosso levantamento indica a criação de cursos de extensão, disciplinas ou realização de seminários sobre o golpe de 2016 em ao menos 29 universidades¹². Registre-se que essa ameaça à autonomia universitária, iniciada no contexto de derrubada do governo petista, teve novos episódios posteriormente e continua em pauta de forma preocupante no governo de Jair Bolsonaro.

Em relação ao golpe de 2016, destaca-se a presença do tema não apenas nas salas de aula, mas também nas publicações acadêmicas e do mercado editorial mais amplo. Revisão bibliográfica em língua portuguesa compreendendo o período de 2015 - quando a abertura do processo de *impeachment* foi autorizada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha - até o início de 2018, revelou a publicação de ao menos 42 livros que abordam especificamente o *impeachment*, o golpe. Entre eles, 14 são coletâneas de textos de diversos autores. Os enfoques perpassam os aspectos jurídicos, econômicos, midiáticos, sociológicos e do campo da comunicação. A disputa de narrativa que se estabeleceu na sociedade se refletiu também no mercado editorial, considerando que entre as publicações que compõe o levantamento 50% assumiram posição de denúncia do golpe em curso e defesa de Dilma Rousseff, enquanto 21% se posicionaram criticamente em relação à governante, responsabilizando-a pela crise instalada e o afastamento do cargo. As demais publicações são, na maioria, do campo jurídico ou narrativas jornalísticas que não se colocam de forma clara em um dos dois lados.

Para além das obras mencionadas, a oposição à presidenta foi reforçada pelo grande número de livros no período com a temática corrupção, relacionando os governos petistas ao desvio de recursos públicos. Registramos ao menos 27 livros que abordam

¹² Lista de universidades que ofereceram o curso: ver anexos.

corrupção, especialmente com foco na operação Lava Jato, entre os quais desataca-se a personificação do combate à corrupção nos juízes que comandam a operação. Vale ressaltar que o levantamento indica que o somatório dos livros publicados sobre golpe, *impeachment* e corrupção, em apenas três anos, é de pelo menos 69 títulos.

No levantamento do estado da arte relativo ao tema do presente estudo, a análise das teses e dissertações também reflete o interesse pelo assunto. Um indicativo é a presença da abordagem do tema *impeachment*. Apenas no biênio 2015/2016 foram registradas 34 pesquisas de mestrado e doutorado concluídas que abordam o termo, sendo que 30 são referentes aos acontecimentos políticos do Brasil e da América Latina. Destas, 15 faziam referência ao processo que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff. No que concerne aos campos de estudo, a maior parte, nove delas, é do campo jurídico e apenas três da comunicação.¹³

Registre-se ainda que o tema é objeto de artigos científicos publicados, entre eles, três apresentados XXVI Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de 2017 e nove no VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, a Compolítica 2017, abordando explicitamente os temas *impeachment* e golpe.

Ao nos atermos ao objeto de estudo, nos dedicamos a verificar as escolhas realizadas por O Globo, entre elas a opção entre os termos golpe e *impeachment* e a disputa política que envolveu esse posicionamento editorial. Abordamos ainda o papel desempenhado pelas emoções como mobilizadoras da discursividade e a exploração das mesmas como poderoso artifício para ampliar o envolvimento da sociedade na disputa hegemônica em pauta. A partir da perspectiva das relações de poder que atravessam a política e a atividade midiática, nos interessa particularmente a atuação dos meios de comunicação como aparelhos privados de hegemonia, que na concepção de gramsciana cumprem o papel de disseminar ideias, valores e filosofias como atores fundamentais da hegemonia.

No que diz respeito às emoções, identifica-se que as conjunturas políticas e sociais levaram a explorações diferenciadas nos dois períodos: o medo em 1964 e a aversão em 2016, que transpareceu nos jornais, enquanto o ódio era a emoção viva nas ruas e no mundo virtual. O acionamento dessas emoções tem íntima articulação com as temáticas mobilizadoras dos dois períodos, também alvos de nossa investigação. Observamos que

¹³ Fonte: Catálogo de Teses & Dissertações – CAPES. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 18 abr. 2018.

em 1964 o estímulo à população para atender interesses políticos foi pautado por uma pretensa ameaça do comunismo, tática adotada pela extrema direita e implementada com apoio decisivo de parte significativa da imprensa para desestabilizar o governo de João Goulart. O alarme sistemático contra o avanço dos vermelhos que “comem criancinhas” foi comprovado na pesquisa ao identificar a presença marcante do tema, com abordagem aterrorizante, nas manchetes analisadas no período que antecedeu o golpe civil-militar da década de 1960.

Seria mais uma vez o fantasma comunista capaz de criar consenso junto à opinião pública no século XXI? Ou haveria necessidade de ressignificar a ameaça que levaria à mobilização? Em busca de respostas a essas perguntas, a análise se dedicou a identificar, em O Globo, a nova roupagem da antiga temática com potencial de amedrontar a população, demovê-la da passividade e torná-la um ator importante no processo político.

Para maior compreensão da conjuntura que levou a essa ressignificação, observamos que, diferentemente de 1964, a deposição da presidenta Dilma Rousseff foi efetivada através de um processo legislativo, o que para a esquerda se traduziu em um golpe revestido de legalidade, um golpe parlamentar, um golpe jurídico-parlamentar ou um golpe parlamentar-jurídico-midiático. Inicialmente, a classificação como golpe se restringia a um grupo pequeno e radicalizado. No entanto, o aprofundamento do processo, com indícios como a seletividade das investigações, a repetição no governo de Michel Temer das manobras administrativas que levaram ao *impeachment* sem que houvesse qualquer punição, a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o impedimento do registro de sua candidatura, a implantação de medidas de restrição de direitos como a Reforma Trabalhista, ampliaram a percepção, para além da esquerda, de que o Brasil vive um golpe em curso.

Formalmente, o afastamento de Dilma Rousseff foi fundamentado na hipótese da realização das chamadas “pedaladas fiscais”, supostas operações fiscais do Tesouro Nacional não previstas na legislação¹⁴. No entanto, a mobilização para criação de ambiente na sociedade favorável à antecipação do fim do mandato foi baseada na corrupção. Essa constatação foi feita no nosso estudo: se a ameaça comunista predominou em 1964, a temática da corrupção foi preponderante na imprensa nos momentos finais do

¹⁴ Manobra contábil realizada pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. No caso do governo Dilma Rousseff a acusação era de atraso voluntário de repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais.

governo petista. Essa não foi a primeira vez em que denúncias de desvio de recursos públicos foram utilizadas no Brasil na estratégia de escandalização da política (THOMPSON, 2000) buscando atingir adversários ocupantes da estrutura de poder do Executivo. A temática é recorrente pela fácil assimilação, o que colabora na construção de consenso pela moralidade política e se adequa à exploração como argumento de mobilização da opinião pública. Ao se colocar contra a corrupção, o cidadão constrói sua própria imagem de integridade, buscando diferenciar-se dos que cedem às ilegalidades.

A centralidade da bandeira de combate ao uso de recursos públicos para benefício próprio ou partidário se tornou explícita na deposição de Dilma Rousseff ao dominar os discursos de justificativa de voto realizados pelos parlamentares nas sessões de votação do *impeachment* no Congresso Nacional, ainda que pesem sobre parcela significativa dos/as congressistas denúncias de corrupção. Em março de 2016, levantamento do Congresso em Foco, identificou que 150 deputados/as federais que participaram da sessão respondiam, na época, a processos no Supremo Tribunal Federal (STF).¹⁵

Nossa análise enunciou a predominância nas matérias publicadas na imprensa com foco em um aspecto específico da corrupção: a passiva, prevista no Código Penal Brasileiro¹⁶. Em cada 10 reportagens sobre o assunto, oito eram referentes à corrupção praticada pelos entes do Estado, colaborando na construção da percepção do governo como contaminado e incapaz, e deslegitimando avanços sociais importantes alcançados através de políticas públicas de combate à desigualdade.

O exame do *corpus* foi realizado com base na corrente francesa da Análise de Discurso (AD), (CHARAUDEAU, 2018; PÊCHEUX, 1981 apud ORLANDI, 2015;) em articulação com a Análise Crítica de Discurso (FAIRCLOUGH, 2016) buscando identificar os efeitos de sentido criados através dos interdiscursos presentes nas capas do periódico, indo além do que os textos dizem, mas investigando como e por que o fazem, especialmente quando revelam o afastamento de princípios tão propalados quanto inalcançáveis, como a isenção e a imparcialidade.

Adotamos a perspectiva bakhtiniana, em que a palavra é indissociável da ideologia, perpassa as relações sociais como indicador sensível das mudanças em curso e se constitui como arena onde se travam as lutas de classe através de “signos que refletem

¹⁵ Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cerca-de-150-deputados-investigados-participam-da-votacao-do-impeachment/> Acesso em: 08 jan. 2018.

¹⁶ Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

e refratam a realidade” (BAKHTIN, 2014). Desta forma, buscamos revelar as escolhas editoriais realizadas para destaque na primeira página do jornal em momento decisivo para o país.

A pesquisa e o envolvimento no tema nos instigam a uma gama de possibilidades e, por outro lado, nos desafiam a impor delimitações claras ao estudo, evitando que a amplitude das conexões resulte em dispersão. Desta forma, mesmo compreendendo que a restrição terá como consequência perdas, não abordaremos aspectos relacionados ao nosso tema como as Jornadas de 2013, a história do Partido dos Trabalhadores, o detalhamento do processo de *impeachment*, a conjuntura internacional de golpes na América Latina e as consequências ainda em curso do processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Da mesma forma, não teremos aqui a oportunidade de avaliar criticamente a resistência oferecida por veículos de esquerda e questionar suas estratégias, assim como não será possível analisar os equívocos cometidos pelo Partido dos Trabalhadores e pelos governos petistas, nem a parcela de responsabilidade que lhes cabe, o que não significa isentá-los de críticas.

Feitas estas considerações e à luz do referencial teórico citado anteriormente, desenvolvemos a estrutura do estudo em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a disputa de hegemonia, realizando a contextualização do jogo de interesses em que a mídia tem se inserido historicamente no Brasil. Resgatamos a influência do Grupo Globo e particularmente do jornal O Globo, suas articulações históricas; a concentração da mídia no país e a relação da indústria de comunicação com a política; a dificuldade de conquistar avanços na democratização da mídia, mesmo em governos do PT; e abordamos, na perspectiva gramsciana, os meios de comunicação como aparelhos privados de hegemonia, assim como o avanço das pautas conservadoras e da extrema direita.

Ainda neste capítulo, contextualizamos as marcas da diferença entre o Brasil de 1964 e de 2016, assim como as semelhanças nas reações contra políticas públicas de redução das desigualdades, reveladas em luta de classes. Fez-se necessário analisar a postura dos veículos de comunicação em relação ao golpe de 1964, com o reposicionamento de muitos deles após a instalação dos governos militares, a partir da imposição da censura e das perseguições políticas, mas também abordar a desconstrução da imagem de defensores da democracia elaborada posteriormente por muitos jornalistas num processo de apagamento de vestígios do apoio às forças conservadoras que tomaram o poder.

Em relação à 2016, enfocamos o novo contexto midiático, com o crescimento da influência das mídias sociais, a resistência da mídia hegemônica em determinar a agenda e a influência dos grupos de comunicação na desestabilização do governo Dilma Rousseff. Nos dedicamos ainda, mais detidamente, a observar o papel desempenhado pelo Jornal O Globo, como representante do Grupo Globo, nos cenários de comunicação brasileiro e internacional, sua influência nos dois momentos históricos, seu posicionamento editorial na prática, em contradição com os princípios editoriais divulgados pelo conglomerado.

No segundo capítulo, nos detivemos no exame do *corpus* empírico abordando as disputas de sentido que se revelam nas primeiras páginas de O Globo. Considerando o poder dos signos e seu papel na disputa ideológica, analisamos o peso da adoção de palavras como ditadura, revolução, *ditabranda*, golpe. E aprofundamos a observação da dicotomia entre *impeachment* e golpe, revelando escolhas realizadas pelo jornal da família Marinho coerentes com seu posicionamento conservador. Enfocamos os retrocessos atuais que fizeram ressurgir termos que pareciam esquecidos no passado, articulados com a defesa da ditadura e até mesmo da tortura. Na análise das manchetes de 1964, destacou-se a denúncia da ameaça do golpe a ser implementado por João Goulart, com silenciamento marcante a respeito da possibilidade do golpe civil-militar que acabou se consumando. Em relação a 2016, a disputa discursiva se deu de forma intensa nas capas de O Globo através da adoção pelo jornal do termo *impeachment* e com exceção apenas para reportagens e editoriais críticos, que se opunham à denúncia de golpe por parte da presidenta e seus apoiadores.

Ainda referente à disputa de sentido, o segundo capítulo analisou as primeiras páginas de O Globo buscando observar o acionamento das emoções nos dois períodos. O estudo identifica que o jornal abriu mão da objetividade e adotou linguagem emocional capaz de tocar de forma mais efetiva os leitores, através de mobilização de crenças e a exploração do medo em 1964 e da aversão, do nojo em 2016. Estratégia que se desvelou nas reportagens e editoriais destacados nas primeiras páginas.

No terceiro capítulo, dando continuidade à análise do *corpus*, as temáticas mobilizadoras da opinião pública foram alvos de nossa investigação, procurando perceber a contribuição da imprensa no estímulo à participação em atos de protesto contra os dois governantes eleitos, protestos estes que marcaram ambos períodos. Em 1964, em ambiente de guerra fria, o comunismo foi a pauta prioritária de O Globo alimentando a indignação social e instigando o repúdio a João Goulart. Em relação à 2016, houve

ressignificação da ameaça capaz de levar ao apoio ao golpe com a preponderância das matérias sobre corrupção e o foco na corrupção passiva, conforme assinalado anteriormente.

A apreciação das primeiras páginas foi realizada também sob a ótica da identificação de alianças estabelecidas para a concretização do golpe nos dois momentos evidenciando que a tomada do poder foi realizada com a convergência de interesses de diversos atores. Como finalização do capítulo, examinamos a atuação de jornalistas de O Globo, sob a ótica gramsciana, como intelectuais orgânicos, contribuindo na disputa de hegemonia. A participação intensa desses profissionais, em 2016, estabelecendo com seus textos complementaridade em relação aos editoriais publicados pelo jornal foi marcante, uma reestruturação discursiva em relação a 1964 quando o periódico se colocou de forma compatível a de intelectual coletivo.

A pesquisa nos permitiu um mergulho profundo na síntese editorial diária apresentada por O Globo, que acreditamos espelhar a linha adotada por outros veículos do grupo. Buscamos, desta forma, fornecer elementos que colaborem, numa perspectiva crítica, com a reflexão que consideramos fundamental num contexto de concentração de propriedade e consequente falta de pluralidade da mídia brasileira. Ainda que o crescimento da imprensa alternativa, possibilitado pelos avanços tecnológicos, viabilize contrapontos na circulação de informação e as redes sociais tenham ganhado relevância nos últimos anos, esta parece ser uma luta ainda desigual. E no desequilíbrio de forças, a responsabilidade dos grandes grupos de comunicação deve ser assumida e objeto de cobrança por parte da sociedade. Em relação à 1964, muitos órgãos de imprensa se empenharam, como veremos no primeiro capítulo, em reescrever a história, ocultando sua participação no golpe. Hoje, assistimos a tendência de imputar a culpa pelo avanço da extrema direita no país às redes sociais, um efeito colateral do golpe de 2016 talvez não previsto inicialmente, como também não teria sido previsto que os militares se manteriam no poder por 21 anos a partir do golpe contra João Goulart. Ainda que as novas tecnologias tenham impacto importante na conjuntura atual, a reflexão sobre a contribuição da mídia hegemônica continua sendo indispensável.

Nossa pesquisa propõe o questionamento sobre o quão profundo foi esta articulação e se, especificamente em relação ao nosso objeto, O Globo não terminou por se ver capturado, em alguma medida, pelo tema que ajudou a explorar: a corrupção. Em sentido restrito, a corrupção se relaciona com o uso do poder público em benefício privado, mas a ampliação deste conceito, adotada recentemente, considera que a

corrupção ocorre também quando informações são utilizadas para proveito próprio, violando a confiança pública (DUMAS apud WEDEL, 2012).

Reconhecemos que a dissertação tem o anseio ousado de contribuir, ainda que de forma diminuta, para colocar passado e presente lado a lado, com reflexões a partir das lentes do campo da comunicação numa perspectiva histórica. Desta forma, fazer parte de um mosaico complexo, composto por diversos estudos – tanto os já realizados quanto os que estão por vir -, que ajudarão a nos levar a compreender a repetição de rupturas no Brasil e os retrocessos que se seguem a cada uma delas. E, quem sabe, cooperar assim com os esforços para evitar que tais abalos na democracia continuem se reeditando ciclicamente e impedindo avanços em direção a um país mais justo e mais fortalecido institucionalmente.

1 O JOGO DO PODER

Haveria múltiplos caminhos para contextualizar e apresentar o referencial da presente pesquisa. Ao definirmos como objeto de estudo dois períodos marcantes da história através de um viés comparativo com foco na atuação da mídia, adentramos por um território vasto onde se entrecruzam comunicação, política, história, sociologia, linguagem. Ambivalência persistente das investigações do campo da comunicação (SODRÉ, 2014, p.93). São inúmeras as variáveis e os caminhos possíveis. Pesquisar implica em fazer escolhas, resistir à tentação de se aventurar e abrir as múltiplas portas que surgem durante o processo, o que inviabilizaria a conclusão do estudo.

Com este desafio em mente, optamos por nos ater neste primeiro capítulo ao debate sobre a disputa de hegemonia e a atuação dos meios de comunicação brasileiros, especialmente O Globo, com foco nos dois períodos que são objetos da pesquisa: os golpes de 1964 e 2016. Consideramos estes como aspectos centrais na conjuntura contemporânea brasileira, que tiveram e continuam tendo repercussões profundas no abalo à democracia, na fragilização das instituições e nos retrocessos que o país vem vivendo. Nos dispomos a enfrentar, assim, o desafio de refletir sobre as práticas de comunicação a partir da sua dimensão histórica (RIBEIRO et al., 2017), considerando o permanente tensionamento entre passado e presente.

Desta forma, abrimos mão de seguir pelas portas entreabertas que nos levariam a outros aspectos com profunda relação com o nosso estudo - entre eles estão as Jornadas de 2013, a trajetória do Partido dos Trabalhadores, o detalhamento do processo de *impeachment*, a conjuntura internacional de golpes na América Latina, e as consequências ainda em curso do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Temáticas que, certamente, merecem atenção e aprofundamento, mas que, não sem pesar, tiveram que ficar à margem desta análise. Do mesmo modo, não abordaremos outro *impeachment* presidencial recente, o de Fernando Collor de Mello, em 1992. Concentramos nossas atenções nos períodos determinados anteriormente e nos atendo ao campo da Comunicação, ainda que atravessado por questões históricas e sociológicas.

Feitas estas ressalvas, retomamos a reflexão sobre a disputa hegemônica tendo claro que não há monotonia na política no Brasil. Entre os múltiplos eventos que tiveram como consequência a interrupção de mandatos presidenciais, com alteração dos rumos do país, registra-se, em pouco mais de seis décadas: casos de suicídio, Getúlio Vargas, em

1954; doença grave e afastamento do cargo, Café Filho, em 1955; renúncias, Jânio Quadros, em 1961, e Artur da Costa e Silva, em 1969; morte de presidente eleito mas não empossado, Tancredo Neves, em 1985; processos de *impeachment*, Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016; e golpes, entre eles os impetrados contra Carlos Luz, em 1955, João Goulart, em 1964, e também, na visão da esquerda brasileira, um golpe revestido de legalidade no caso de Dilma Rousseff, em 2016.

A conturbada sucessão do comando do país é marcada pela radicalidade da disputa pela hegemonia, fator constitutivo das relações políticas. Se alguns dos episódios de ruptura foram impostos através da coerção, há também casos de tentativa de construção de consensos para aceitação das mudanças a serem efetivadas. Até mesmo nos episódios em que a força foi determinante para o desfecho, identificam-se estratégias de conquista de aliados e mobilização em busca de apoio da opinião pública. Neste contexto, a deposição do presidente João Goulart é emblemática. Na avaliação de Carlos Fico (2014, p. 7), o golpe de 1964, que levou o país ao regime ditatorial que se estenderia por 21 anos, é o “evento-chave da história do Brasil recente” e a partir deste marco se tornaria possível compreender o país atual. O autor considera que, no processo de apeamento do poder a que Jango foi submetido, é possível distinguir a “campanha de desestabilização – fundada sobretudo em propaganda e doutrinação anticomunista e anti-Goulart – da conspiração propriamente dita, que, tendo em vista a deposição do presidente, dependia de medidas de força e, sobretudo dos militares” (2014, p. 36). A estratégia de mobilização, como Fico apresenta, foi estruturada de forma marcante pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

O IPES foi criado no final de 1961 e iniciou suas atividades no início de 1962. Contava com grupos de empresários e simpatizantes mais fortes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Promoveu elaborada campanha de propaganda contra Jango, associando-o ao comunismo. Palestras, cursos e distribuição de publicações estavam em suas atividades (2014, p. 35).

A atuação do IPES - assim como a do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, e a sustentação provida pelo empresariado - foi profundamente estudada por René Armand Dreifuss (1986). “Através do IPES, o novo bloco de poder mobilizou as classes dominantes para a ação de servir como elo para as várias conspirações civil-militares contra João Goulart” (1986, p. 483). O instituto atuava na época como o que hoje é

classificado de *think tank*¹⁷ e guarda paralelo com instituições conservadoras que tiveram destaque nos recentes processos políticos brasileiros, “como *think tanks* ideológicos, como o Instituto Millenium e o Instituto Mises, quanto para grupos de ação política direta, no caso do Movimento Brasil Livre e do Estudantes pela Liberdade” (SILVA, 2018). Diante disso, vale registrar que na conjuntura atual, essas instituições estão alinhadas internacionalmente com a engrenagem que movimenta a onda conservadora que avança não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos, onde o atual presidente Donald Trump representa a extrema direita e é exemplo inspirador do atual presidente brasileiro; e em países da Europa, notadamente na França, Inglaterra e Dinamarca, em que os partidos representantes da direita xenófoba registraram, nesta década, de 25% a 30% dos votos e “suas ideias contaminam também a direita ‘clássica’ e até parte da esquerda social neoliberal” (LÖWY, 2015, p. 653). Aqui como no exterior, o retrocesso e o conservadorismo aproximam diferentes momentos políticos, recuperando um passado que já parecia superado.

A orquestração das pautas conservadoras tem sido frequente objeto de estudo. No Brasil, marcadamente as manifestações em apoio ao *impeachment* de 2016 tornaram visível o repúdio às políticas públicas pautadas na liberdade e respeito à individualidade, assim como ao combate à desigualdade, através de ações como a implantação de cotas nas universidades. Ressurgiram as bandeiras que já pareciam sepultadas, como da volta dos militares ao poder e até a defesa da tortura. Aos poucos, o orgulho de advogar por retrocessos, expor preconceitos e atacar os que se pautam pela defesa dos direitos humanos foi dominando o discurso, sem dissimulação ou meias palavras.

As manifestações de 2013 que, repaginadas, se prolongaram até 2016, foram capturadas pela oposição como estopim da mobilização pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e posteriormente tiveram consequências nos resultados das urnas nas eleições de 2018. Neste contexto, torna-se necessário refletir sobre a pressão de instituições e grupos na disputa hegemônica, o que nos remete à reflexão de Gramsci a respeito da sociedade civil, que o filósofo italiano considera como “portadora material da

¹⁷A definição do termo *think tanks* é controversa e Silva (2018) indica como proposta de maior consenso a apresentada por Andrew Rich; “*think tanks* são organizações políticas independentes, não pautadas por interesses privados e sem fins lucrativos que produzem e se amparam em conhecimentos especializados e ideias para obter apoio e influenciar o processo de elaboração de políticas públicas” (2014, p. 11, apud Silva 2018). No entanto, Silva considera que as atuais definições “ocultam os interesses econômicos que sustentam posicionamentos políticos centrais na sociedade atual – revestindo argumentos extremamente enviesados com uma aura de neutralidade e cientificidade, que é construída e reforçada pela própria interação entre esses atores e os media” (SILVA, 2018, p.4).

figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (COUTINHO, 1999, p. 121). Na concepção gramsciana, grupos sociais com objetivo de defender seus próprios interesses criam aparelhos privados de hegemonia, como pontua Coutinho.

Esses aparelhos são privados porque pressupõem de seus membros uma adesão voluntária, contratual, não formando assim parte do que Gramsci chamou de Estado-coerção, Estado em sentido estrito ou ainda "sociedade política"; mas são "privados" (entre aspas) porque, com sua ação, têm um inegável papel nas relações de poder, na determinação do modo pelo qual se constitui a esfera pública da sociedade (1999, p. 247).

No presente estudo, nos interessa particularmente que os meios de comunicação são - ao lado da igreja, do sistema educacional, dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições de caráter científico e artístico – considerados *aparelhos privados de hegemonia*, como organismos com relativa autonomia frente ao Estado, mas com papel decisivo na disputa de poder.

Tais aparelhos são os agentes fundamentais da hegemonia, os portadores materiais das ideologias, que querem sedimentar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contraditar seus pressupostos. Disseminam ideias, valores e filosofias que funcionam como caixas de ressonância de posições presentes nas pelepas ideológicas-culturais (MORAES, 2016, p.20).

Ainda sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci, nos chama atenção sua concepção desse espaço como “arena de luta de classes” onde se estabelecem as “múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputa entre forças e grupos sociais” (MORAES, 2016, p. 19). O conceito gramsciano de sociedade civil como arena dialoga com a teoria bakhtiniana que argumenta que “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2014, p.47). Desta forma, compreendemos que os meios de comunicação se constituem em espaço privilegiado deste embate de classes, enquanto aparelhos privados de hegemonia que têm a linguagem como cerne, tal como ressaltado por Marx: “[Os meios de comunicação] Transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX, 2007, apud MORAES, p.32)

Neste sentido, nos dedicamos nesta pesquisa à análise a respeito da atuação dos meios de comunicação na disputa hegemônica. Se não foi possível construir o consenso,

especialmente em 2016 quando se consolidou a polarização na sociedade, a mídia não deixou de atuar com este objetivo e cumprir papel de mobilizadora para aceitação do desfecho pretendido, amenizando resistências e sendo decisiva no equilíbrio de forças.

1.1 A MÍDIA E O JOGO DE INTERESSES

As empresas de mídia são hoje atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados a nível global. Além disso, pelo poder que emana de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformaram também em atores com interferência direta no processo político (LIMA, 2009, p. 26).

A teoria da mídia como importante ator político, sistematizada entre as teses sobre os meios de comunicação no Brasil por Venício Lima, nos ajuda na reflexão acerca do papel da comunicação na disputa hegemônica. Neste sentido, é importante registrar que, historicamente esses atores assumem posições políticas definidas: “o viés ideológico de direita nos oligopólios de mídia não constitui fato novo ou desconhecido” (LIMA, 2015, p. 93).

Essa combinação de conservadorismo e protagonismo na comunicação ganha maior relevância considerando-se a marcante concentração da propriedade no setor comunicacional. O Brasil, segundo avaliação do *Media Ownership Monitor Brasil*, organizado recentemente pelo Repórter Sem Fronteiras e o Coletivo Intervozes, é classificado com o “alerta vermelho”, em consequência da “alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas” (MOM-BRASIL, 2017)¹⁸. Entre 10 países analisados¹⁹ o Brasil se destaca não só pela concentração de audiência – apenas quatro grupos de mídia são responsáveis por 70% da audiência nacional – mas também pela prática da propriedade cruzada de meios. Fatores que, na visão de Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca, levam “ao controle da informação (produção, armazenagem,

¹⁸O MOM também avalia qualitativamente as condições de mercado e ambiente global. O projeto é encabeçado pela seção alemã da organização internacional de direitos humanos Repórteres Sem Fronteiras (RSF) em parceria com organizações locais, tendo o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social como realizador da pesquisa brasileira. Disponível em <https://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 30 abr. 2018.

¹⁹Até novembro de 2017, a pesquisa tinha investigado Colômbia, Camboja, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Peru, Filipinas, Mongólia, Sérvia e Gana. Em 2017, além do Brasil, Albânia e do Marrocos foram mapeadas.

disponibilidade e acesso) e, conseqüentemente, ao controle do poder” (FONSECA, 2005, p. 17).

A consolidação dos conglomerados que atuam no campo da comunicação no Brasil é símbolo de uma tendência mundial. Segundo Murdock (1990), a mídia moderna na sociedade capitalista vem sendo marcada pela privatização, pela compra de um conglomerado de mídia por outro e pela operação em campos diversificados como o industrial, de serviços e propriamente de comunicação. Desta forma, os grupos midiáticos “aumentam sua abrangência tendo grau inédito de controle potencial sobre a vida cultural contemporânea” (MURDOCK, 1990, p. 6).

Tratando-se da realidade nacional, na concepção de Fonseca, o início da consolidação das indústrias culturais se deu num contexto de autoritarismo, marca do regime militar.

As industriais culturais no Brasil resultam da articulação de fatores econômicos e políticos, interdependentes. O fator econômico é representado pelo ingresso do país na etapa monopolista do capitalismo; o político, pela instauração do regime militar e a conseqüente implementação de um projeto de desenvolvimento autoritário, fundamentado na Ideologia da Segurança Nacional (ISN) (FONSECA, 2008, p. 80).

Vale ressaltar que, histórica e contraditoriamente, os órgãos de imprensa arrolam para si o direito de detentores da verdade. Trabalham a autoimagem como defensores da democracia e do fortalecimento da cidadania, como se não houvesse em sua constituição interesse na disputa de audiência, mas atuação gratuita ou até filantrópica, o que se torna suspeito à medida que sua atividade é definida por uma lógica comercial, baseada na concorrência (CHARAUDEAU, 2018, p. 58 e 59).

No Brasil, marcadamente na conjuntura pós ditadura civil-militar, ganhou espaço o discurso de que qualquer questionamento sobre a atuação da mídia ou debate sobre o controle social fere a liberdade de imprensa. Desta forma, os grupos de comunicação foram blindados e passaram a atuar livremente de acordo com seus próprios interesses comerciais e políticos, uma estratégia para manutenção de privilégios que, sob o manto da liberdade de imprensa, garantiu alto nível de impunidade (SERRANO, 2013). Importante registrar que a esperança dos movimentos sociais de que governos do PT enfrentariam os grandes conglomerados de mídia brasileiros não se tornou realidade. Ao analisar os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Venício Lima (2010) conclui que “a maioria das propostas de políticas públicas que a sociedade civil

organizada considera avanços no processo de democratização das comunicações não foi implementada no período 2003-2010”. Da mesma forma, não houve evolução no tema nos governos de Dilma Rousseff, o que comprovaria, na avaliação de Lima, “a impotência do Estado diante dos grandes grupos de mídia, assim como ficou claro o enorme poder histórico desses grupos, ainda capazes de interferência direta na própria governabilidade do país” (LIMA, 2010). Interferência que vem reforçando as pautas conservadoras em ascendência através da criminalização de movimentos sociais e partidos de esquerda. Sobre o tradicional “viés direitista” dos meios de comunicação no Brasil, Lima alerta que “ele se reveste agora de um poder ainda maior que avança, inclusive, para o que tem sido chamado de ‘midiatização penal’, vale dizer, a interferência direta na operação da Justiça e na construção de uma ‘jurisprudência de exceção’” (2015, p.111).

Tendo em vista esse complexo quadro, aprofundamos a reflexão sobre o jogo de interesses que envolve comunicação e política com o recorte nos dois momentos que mobilizam nossa pesquisa. No entanto, antes de analisar a atuação da mídia nos golpes em pauta, torna-se necessário ressaltar que há a realidade diversa separando os dois contextos históricos. O Brasil de 2016 não era o mesmo Brasil de 1964. O mundo de 2016 não era o mesmo mundo de 1964. As mais de cinco décadas que distanciam os dois episódios que são foco de nosso estudo foram marcadas por profundas transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Entre os dados que revelam a mudança acentuada, especificamente no quadro nacional, estão a população, que cresceu de 73 milhões de habitantes na década de 1960, com 55% desses vivendo no campo, para mais de 195 milhões na década de 2010, com 84% ocupando a área urbana; e o eleitorado que se elevou de 18,5 milhões em 1962 para 135,6 milhões em 2010. Diferenças tão marcantes que levam Wanderley Guilherme do Santos a avaliar que “não há semelhança na ecologia política do país entre as duas décadas” (SANTOS, 2017, p. 49).

Ainda que consideremos o contraste estrutural dos dois momentos, o histórico nos mostra pontos de equivalência entre os contextos políticos que precederam os golpes de 1964 e 2016. Guardadas as devidas ressalvas, João Goulart e Dilma Rousseff representavam projetos políticos com pontos em comum, baseados na redução da desigualdade e combate à pobreza. O projeto de Jango tinha como foco as Reformas de Base, ancoradas em concepção de maior intervenção do Estado, incluindo a Reforma Agrária e alterações no sistema bancário, fiscal, urbano, administrativo e universitário. Seu governo era acusado de defender os interesses dos trabalhadores em detrimento aos dos empresários e buscar implantar uma “república sindicalista” no país. Em 2016, Dilma

Rousseff vivia o seu segundo ano de mandato, dando continuidade ao projeto do Partido dos Trabalhadores implementado nos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (2003 a 2006 e 2007 a 2010) e no primeiro mandato da presidenta (2011 a 2014). É importante registrar que Dilma foi acusada de, no segundo mandato, implementar programa de austeridade fiscal que despertou tanto a ira dos derrotados quanto a rejeição dos aliados de esquerda que a acusaram de “estelionato eleitoral” (SANTOS, 2017, p.180). No entanto, o histórico até então era de implementação de políticas públicas que almejavam a inclusão social, como garantia de renda mínima (Bolsa Família), o aumento gradual do salário mínimo, a garantia de assistência médica gratuita em todo o país (Mais Médicos), a oferta de energia para as áreas rurais (Luz Para Todos) e acesso à educação técnica e universitária para as camadas mais pobres da população através da construção de escolas técnicas e universidades e a implantação de programas específicos (Prouni, Fies e a política de cotas).

Mesmo apontando de forma crítica a “timidez ou mesmo pusilanimidade, com que os governos petistas puseram em marcha um programa transformador”, Luis Felipe Miguel (2017, p.112) avalia que o golpe foi uma reação ao risco que as distâncias sociais entre as classes pareciam correr. Contra essa possibilidade, a democracia passou a ser inconveniente: “No momento em que se considerou que o respeito às regras democráticas estava ameaçando a reprodução das desigualdades sociais, tal respeito foi retirado” (2017, p. 111).

Jessé Souza (2016) aponta que os dois episódios são emblemáticos da luta de classes “que faz com que qualquer tentativa – mesmo parcial e frágil, como as que ocorreram até agora – de romper nosso apartheid de classes desemboque em golpes de Estado e reação violenta das elites da rapina selvagem” (2016, p.42). Teríamos assistido em 2016 novo cerceamento de avanços como o que aconteceu em 1964 atingindo não só o governo, mas os movimentos sociais em benefício da “hegemonia do capital monopolista e do capital estrangeiro, abortando qualquer luta em favor de transformações que pudessem afetar esses segmentos” (BARBOSA, 2014a, p.14). Assim, percebemos que o passado tensiona o presente mantendo vivas as memórias e ameaças, como mundialmente acontece com o Holocausto, como vivemos na América Latina com as ditaduras. Atualmente, o autoritarismo volta a assombrar, a restrição às liberdades e direitos ressurgem como intimidação. Os métodos se diferem, se atualizam, sem por isso amenizarem suas consequências. Os golpes de 1964 e 2016 não se assemelham em estratégia - tendo os componentes militar, parlamentar e jurídico como marcas da

diferença -, mas se aproximam no que diz respeito à consequência do afastamento de presidentes legítimos e a todo retrocesso que a eles se seguiu.

Importante reiterar que não nos deteremos em analisar a conjuntura internacional que levou ao abalo da democracia na América Latina nos dois períodos, apesar de entendermos que as ondas de golpes políticos das décadas de 1960-1970 e os das décadas de 2000-2010 na região guardam semelhanças e são merecedores da pesquisas e reflexões. Não nos falta a consciência de que o Brasil está inserido neste contexto internacional de desrespeito à democracia latino-americana, no entanto, seguir por esse caminho nos faria ampliar por demasiado o estudo, o que não se mostra possível. Feita a ressalva, seguimos buscando aproximar o foco e compreender o envolvimento da mídia nos processos golpistas.

1.1.1 Entre a resistência e a conciliação de 1964

Para muitos jornalistas e para muitos jornais é mais interessante construir uma história de destemor e lutas do que revelar as aproximações que de fato alguns tiveram com o poder (BARBOSA, 2014b, p. 8).

No período relativo à preparação do golpe de 1964 e à ditadura que se seguiu, o entrelaçamento entre imprensa e poder é fonte de muitas reflexões e também desacordos. Na narrativa presente sobre o passado, há a marca significativa da prática do silenciamento, conveniente para ocultar que, na visão de Biroli (2009), “as relações entre imprensa e política em tempos de democracia se caracterizaram, inúmeras vezes, por práticas negadoras de aspectos centrais à política democrática, como a não aceitação das opções contidas no voto” (2009, p. 278).

Na análise da pesquisadora, é possível abordar a mídia “como ator na crise que engendra o golpe de 1964, na ditadura e no processo de democratização, de forma não-homogênea e não-determinada” (2009, p. 271). Ponto de vista que, em relação à 1964, dialoga com o de Alzira Alves de Abreu ao destacar o deslocamento da imprensa em direção à adesão aos movimentos golpistas e seu papel relevante no processo que culminou com a deposição do presidente: “A imprensa foi se posicionando ao lado dos grupos e movimentos que se opunham ao governo constitucional, vindo a se constituir no principal portador da mensagem contra a permanência de Goulart no poder” (ABREU, S/d).

Ao adotar conduta de oposição a Jango, os meios de comunicação assumem papel crucial no resultado da crise estabelecida. Esta não seria uma exceção, mas confirmação da prática que, segundo Gramsci, leva a imprensa a ter atuação decisiva em momentos de fragilidade da democracia, como observa Denis de Moraes:

Ele percebe que, em momentos de crise do sistema representativo tradicional, a imprensa às vezes extrapola sua função habitual de informar e tem um peso desproporcional na vida pública, inclusive interferindo nos processos de escolha de governantes e pressionando governos politicamente vulneráveis (MORAES, 2016, p. 91).

Pressão que no caso em pauta, na concepção de Silva (2014), transformou a imprensa não em coadjuvante, mas em um dos atores principais do processo que levaria o país a 21 anos de ditadura: “O golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart” (SILVA, 2014, p. 32). A imprensa concorreu não só para a efetivação do golpe, mas também para a longa sobrevivência do regime ditatorial, a atuação dos meios de comunicação, ao lado de outros atores, é observada como determinante, como aponta Barbosa: “o regime ditatorial só durou vinte e um anos porque teve o envolvimento, a participação e o apoio de múltiplas forças militares e civis, nas quais a imprensa teve também participação” (BARBOSA, 2014a, p.13).

O jogo de interesses, de fato, se aprofundou durante o regime militar. É verdade que no período dos chamados “anos de chumbo” o jornalismo impresso constituiu sua resistência à censura através de publicações que muitas vezes passaram despercebidas à maioria dos leitores, mas buscavam registrar a anormalidade vivida no país. Ainda que com alcance limitado, elas marcaram a história da imprensa no Brasil. “As famosas receitas de bolo e os poemas publicados nos espaços em que matérias jornalísticas eram suprimidas são sempre citados como uma das formas pelas quais se combatia o sistema e, ainda que sutilmente, se denunciava as arbitrariedades da censura” (RIBEIRO, 2014, p. 164).

As artimanhas para enfrentar a pressão dos militares resultaram, em muitos casos, em demissões, prisões, torturas e perseguições políticas. Em “O Golpe de 64: a imprensa disse não” (ALVIM, 1979) a imprensa é exaltada como tendo realizado “oposição vigorosa e sistemática aos desmandos da nova situação” (1979, p. 11). É fato que o endurecimento do regime e o cerceamento da liberdade de imprensa levaram muitos jornalistas a se posicionarem assumindo riscos, apesar da censura. No entanto, como

aponta Marialva Barbosa (2014b), a generalização de que a categoria resistiu ao golpe e ao regime autoritário busca o apagamento das conciliações realizadas por jornalistas e os acordos firmados pelos empresários do ramo. Neste contexto, a história passa a ser rememorada por jornalistas que “dão outras interpretações ao passado aonde sobressai exatamente a luta indiscriminada em favor dos valores democráticos, o bem simbólico mais duradouro e mais reafirmado no jogo discursivo do jornalismo” (BARBOSA, 2014b, p. 15). Inclui-se nesse conveniente esquecimento aspectos como “colaboracionismo e a autocensura” (RIBEIRO, 2014).

O passado reescrito através da ocultação de realidades inconvenientes também é ressaltado por Denise Rollemberg (2011). Ao analisar a atuação da Associação Brasileira de Imprensa, a partir de documentos da própria ABI no período do golpe e da ditadura que se sucedeu, a autora desconstrói o mito de resistência forjado ao longo dos anos. Nos boletins e atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Administrativo, a pesquisadora recolhe vários registros que levam à constatação de que, apesar da defesa da liberdade de imprensa, a Associação, na prática, não se confrontou com o regime. Ao contrário, tornou-se trampolim para a entrada de seus integrantes nos governos militares e tem na sua história atos como a redação de voto de pesar pela morte do primeiro presidente da ditadura, Castelo Branco; a comemoração do 60º aniversário da instituição com a presença do presidente militar Arthur da Costa e Silva; a realização de homenagem ao exército; a divulgação de mensagem de congratulações a outro presidente militar, Emílio Garrastazu Médici. Ao desfazer a imagem da ABI como “trincheira da resistência”, Rollemberg conclui que “A história da ABI nesses anos é a história da defesa da liberdade de expressão e também a história dessas relações cinzentas com a ditadura” (2011, p. 132).

Aprofundando a análise das relações perigosas e de conciliação, Beatriz Kushnir (2004) revelou a até então oculta realidade de jornalistas que mais do que aceitar o ataque à liberdade de imprensa, colaboraram com o regime autoritário atuando como censores, enquanto policiais de carreira passaram a assumir cargos jornalísticos, o que a autora nomeou de “cães de guarda” da ditadura.

Jogando luz sobre a faceta menos glamorosa e frequentemente esquecida na discursividade relacionada ao período, Juremir Machado da Silva (2014) classificou os jornalistas que atuavam na mídia hegemônica à época em duas categorias: “os jornalistas ‘ingênuos’ e mal-informados, ‘inocentes úteis’ que apoiaram o golpe sem suspeitar da

ditadura que viria, e os conscientes e engajados. Ambos nocivos e responsáveis pelo que fizeram” (2014, p.96).

Cinco décadas após o golpe de 1964, permanece como um desafio encontrar profissionais da imprensa que reconheçam o próprio enquadramento nessas duas classificações. O silenciamento de hoje repete o vivido no passado em relação aos crimes cometidos pelo regime, que raramente ocupavam as páginas dos jornais, como ressaltou João Batista Abreu: “A imprensa conhecia relatos de pessoas torturadas, acusadas de crimes políticos, mas na maioria das vezes as denúncias não eram publicadas, em função do acordo político entre o Estado e a maior parte dos grandes jornais” (2000, p. 145).

O jogo político estabelecido entre a imprensa os e militares, porém, não foi livre de conflito. Apesar da adesão incondicional da maioria dos jornais à derrubada de Jango em 1964, quando a ditadura se consolidou houve abalo no posicionamento desses meios que passaram de aliados a ameaças na conjuntura estabelecida a partir de então. Durante o recrudescimento da censura, o Correio da Manhã – apesar de ter tido papel de destaque no golpe com seus editoriais clamando pela derrubada de João Goulart²⁰ - surge como exceção à regra vigente no período. Se distancia dos novos detentores do poder e mesmo sob o risco de ter as edições apreendidas, publicava editoriais e notícias que contrariavam os militares (BARBOSA, 2014b). Já no dia 3 de abril, dois dias após o golpe, o periódico estampava os editoriais “Terrorismo, não!” e “Basta: fora a ditadura”²¹. Outros impressos, como Jornal do Brasil, o Estado de S. Paulo e Veja, buscaram alternativas para indicar ao leitor que havia censura, ainda que não confrontassem diretamente o regime e estabelecessem acordos de obediência às regras impostas. A composição teve não só intuito de garantir a sobrevivência das empresas jornalísticas que se viam sob ameaça, mas também de viabilizar vantagens financeiras, tendo O Globo, objeto de nosso estudo, destaque entre os que optaram pela adesão sem restrições ao regime. O jornal da família Marinho, apesar de ser, na época, um dos principais do país e o maior entre os 12 matutinos e 8 vespertinos da Guanabara, com tiragem de 175 mil exemplares (LARANJEIRAS, 2014, p.126), era ainda um embrião do que viria mais tarde a se tornar

²⁰Em 31 de março de 1964, o Correio da Manhã, jornal carioca, publicou o editorial “Basta!” que se tornou simbólico da pressão da imprensa sobre os militares para a derrubada do presidente João Goulart. O texto terminava com a determinação: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual, agora basta!”. No dia 1º de abril, quando o golpe de estado que depôs Jango se consumava, o novo editorial bradava: “Fora!”.

²¹Memorial da Democracia, disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/3>
Acesso em: 14, jan. 2018.

o Grupo Globo. Segundo Barbosa, o período da ditadura representou uma oportunidade empresarial que não foi desperdiçada por Roberto Marinho.

(...) do ponto de vista empresarial a aproximação com os grupos políticos (militares e civis) articuladores do golpe representou, em muitos casos, ganhos econômicos e simbólicos, transformando empresas ainda incipientes em organizações que assumiriam a liderança no cenário midiático nacional (como foi o caso das Organizações Globo) (BARBOSA, 2014b, p. 18).

1.1.2 Novos métodos para antigos acordos em 2016

Com o tempo, o mecanismo de substituição dos ocupantes do governo por via não eleitoral adquiriu fórmulas constitucionais, naturalizando e trajando de civilidade a violência contra os resultados eleitorais prévios (SANTOS, 2017, p. 12).

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é um episódio recente que nos desafia à análise à medida que ainda nos encontramos imersos no que entendemos como um *golpe em processo*, um ciclo até aqui inconcluso e com consequências que se estenderam abarcando o processo eleitoral de 2018 e a conjuntura atual. Se o golpe vivido em 1964 tem sido, há décadas, objeto de pesquisas aprofundadas em diversas áreas de conhecimento e permanece apresentando lacunas e pontos de dissenso marcantes entre os estudiosos, o episódio de 2016 se constituirá em matéria de estudo e disputa por muito tempo. Ainda que não seja possível afirmar que a história estava sendo escrita neste momento, inferimos que o golpe de 2016 nos coloca diante de um acontecimento análogo ao que, na concepção de Hartog, se configura num episódio que “já se historiciza imediatamente” (2014, p.136).

Assim, nos instigamos a refletir sobre o tempo presente, com as devidas ressalvas sobre as limitações incontornáveis que a escolha impõe, mas considerando a importância dessa prática, na perspectiva de que “o presente é vivo porque é histórico, porque permite a reconfiguração constante do passado e do futuro” (RIBEIRO et al., 2017, p.39). Deste modo, direcionamos nossa investigação para as novas formas de usurpação de poder destacadas acima por Wanderley Guilherme dos Santos, com interesse particular sobre o papel exercido pela mídia. No contexto de 2016, o processo de deposição da presidenta Dilma Rousseff se deu com reverberação da disputa política através de meios de comunicação inexistentes em 1964. A força inquestionável da internet resultou em abalo nas estruturas responsáveis pela circulação da informação. *Facebook, Instagram,*

Twitter, Youtube, WhatsApp, Telegram, blogs, sites... A comunicação em rede, impondo nova escala, velocidade e multiplicidade.

O Brasil embarcou na nova era virtual sem reservas. O país é apontado como o terceiro no ranking mundial de maior tempo online dos usuários. De acordo com o levantamento *Digital in 2018*, realizado pelos serviços online *We Are Social e Hootsuite* através de questionários aplicados a usuários da internet, os brasileiros que têm entre 16 e 64 anos permanecem conectados, em média, 9h14 diariamente²². E a pesquisa indica que, em 2017, o Brasil contava com 130 milhões de usuários de redes sociais. Segundo o *Facebook*, são 102 milhões de brasileiros na rede de Mark Zuckerberg. Dados do *Digital News Report 2018*²³, produzido pelo *Reuters Institute*, indicam que, em 2018, o Brasil tinha a segunda maior base de usuários de *Instagram* entre 37 países pesquisados, contabilizando 50 milhões de usuários ativos mensais, número reduzido se comparado com o *WhatsApp* que reunia até maio de 2017, 120 milhões de brasileiros.

A imprensa tradicional enfrentou essa mudança estrutural com o esforço para conquistar seu espaço no mundo virtual, o que se traduziu em investimento em tecnologia em busca da sobrevivência. Em 2016, dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) apontavam que 42% dos 83 principais jornais do país que são atendidos pelo instituto possuíam versões digitais com assinaturas pagas. A circulação de edições impressas destes 83 jornais alcançou média mensal de 2.605.090 exemplares. Entre eles, 35 possuem edições digitais pagas e somaram, no mesmo ano, a média mensal de 738.320 assinaturas para acesso online. A consolidação dos dados leva a 3.343.410 edições diárias em circulação paga²⁴. Numa perspectiva internacional, o *Digital News Report 2018*, citado anteriormente, indica que “o percentual global de brasileiros que pagam por notícias on-line ficou em 22%, o quarto mais alto entre uma amostra de 37 países” (2018, p. 117, tradução nossa).

É importante considerar que os usuários de internet têm, em muitos casos, acesso a publicações desses periódicos com versões online ainda que não sejam assinantes. Neste ambiente virtual há, além de jornais, presença marcante também de revistas, rádios e TVs da mídia hegemônica, através de sites e perfis nas diversas redes sociais, onde disputam

²²Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>. Acesso em: 01 mar. 2018.

²³Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

²⁴O Instituto Verificador de Comunicação realiza auditoria multiplataforma de mídia apurando dados de comunicação, entre eles a tráfego na web e circulação de publicações. Dados do IVC incluídos nos anexos desta pesquisa.

audiência, inclusive com *blogs*, *site* e perfis de esquerda no *Facebook*, *Twitter* e outras redes. Na visão de Biroli e Miguel (2017), a estratégia da chamada grande imprensa garantiu, até 2016, a resistência desses veículos como a responsáveis por pautar a opinião pública. “A capacidade de produção da agenda, em particular, permanece quase de mão única: a mídia tradicional pauta *sites*, *blogs* e redes sociais todos os dias. O contrário ocorre e pode ter relevância em situações específicas, mas não é regra” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 206). As eleições de 2018 puseram em xeque essa afirmação, porém, na conjuntura de 2016, consideramos que, de fato, o papel de agendamento da mídia hegemônica mantinha seu protagonismo ainda sem ameaças.

Neste contexto, têm crescido o número de analistas que apontam a atuação da mídia como decisiva do desfecho do processo de *impeachment*, tendo, como já assinalado anteriormente, atuação política que, contraditoriamente justificada em nome da defesa da democracia, culminou por abalar os princípios democráticos.

Os meios de comunicação teriam feito valer seu papel de aparelhos privados de hegemonia e aliados a outros atores, como será possível analisar no terceiro capítulo, implementaram “estratégias de desestabilização e criminalização da atividade política” que foram exitosas na preparação do golpe de 2016 (SCHRAMM, 2017, p.19). As acusações que pesam sobre estes órgãos são muitas, entre elas, a de que, protegidos sob o manto de imparcialidade e imbuída do papel de quarto poder, “a mídia que tem por dever a vigilância e o papel de ser os olhos e os ouvidos da sociedade, passou a escamotear, mentir e desinformar” (ASSIS et al., 2016, p. 102).

Na análise de Sylvia Moretzsohn (2017), o posicionamento da mídia tradicional no episódio que culminou com o afastamento da presidenta do cargo não é um fato isolado no período de redemocratização do país. Ao contrário, seria coerente com a postura de denunciismo sem compromisso com a veracidade das informações que vem sendo praticada há décadas, neste caso aprofundado e se constituindo uma nova versão da “Inquisição” e “com a agravante de que o clamor público é produzido contemporaneamente pela mídia e reverbera nas redes sociais – embora, eventualmente, possa trilhar o caminho inverso –, e por isso tem alcance exponencialmente maior” (MORETZSOHN, 2017, p. 77). Em diálogo com essa percepção, Biroli e Miguel consideram que o ataque à democracia foi possível porque “contou com o engajamento de uma mídia que retornou a padrões de manipulação próprios das primeiras fases da transição política” e culminou com a “fratura do experimento democrático iniciado nos anos 1980” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 211).

A participação dos meios de comunicação na crise estabelecida no país, que teve como ponto de ruptura o golpe de 2016, tem merecido atenção de diversos pesquisadores. RIZZOTTO et al. (2018), ao analisarem a narrativa do *impeachment*, constatarem que as etapas de tramitação do processo foram apresentadas nas páginas dos jornais “como início e fim de um drama, de modo a aumentar a repercussão dos acontecimentos” (RIZZOTTO et al., 2018, p. 96). Na mesma linha, Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2017), tendo como objeto de estudo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, concluíram que “dois dos mais importantes jornais do país atuam como agentes políticos ao defenderem a saída da então presidente do cargo, evidenciando suas próprias agendas de interesse” (2017, p. 25).

A nós, interessou contribuir com a pesquisa no campo realizando um viés comparativo com 1964 e abordando o maior conglomerado de mídia brasileiro. Assim, nos dedicamos a partir deste ponto ao aprofundamento da investigação sobre o papel desempenhado pelo Grupo Globo e, mais especificamente, do Jornal O Globo, que constitui o *corpus* do presente estudo, tendo como referência o alerta de Venício Lima: “Acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático” (2009, p. 35).

1.2 O GLOBO: ARREPENDIMENTO TARDIO E REPETIÇÃO DA ESTRATÉGIA

“O Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade. [...] Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderá intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a República, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (MARINHO; MARINHO, 2011).

O jornal O Globo, fundado em 29 de julho de 1925 por Irineu Marinho, foi o precursor do que viria a se transformar inicialmente em Organizações Globo e mais recentemente em Grupo Globo. Antes da criação do periódico, Irineu Marinho havia fundado o jornal A Noite, do qual se desligou em 1924 para dar início ao projeto mais ambicioso.

Em nove décadas, o conglomerado de comunicação da família Marinho se tornaria o maior do país. Depois de O Globo, vieram a Rádio Globo, em 1944, a Rio Gráfica e Editora, em 1952, e que passaria a se chamar Editora Globo em 1986, e a TV Globo em

1965. A estrutura estabelecida no mercado de jornais, rádio, livro, revistas e TV se ampliaria de forma consistente. Hoje, a organização tem atuação em múltiplos segmentos, sendo proprietária da Rede Globo, composta por emissoras próprias de TV, entre elas a TV Globo, líder de audiência no país, quatro jornais – além de O Globo, Extra, Expresso e Valor Econômico - editora, rádios, produtora de filmes, programadora de TV por assinatura com mais de 30 canais – entre eles GloboNews, GNT, SporTV, Multishow - gravadora, agência de notícias, entre outros²⁵. Desde 1977, a família conta também com a Fundação Roberto Marinho que, segundo seus mantenedores, teria sido criada a partir de inspiração no modelo da Fundação Rockefeller e com um objetivo nobre, traduzido nas palavras da ex-superintendente de patrimônio e meio ambiente da Fundação, Margarida Ramos: “Dr. Roberto queria devolver à sociedade parte dos lucros que ele vinha tendo com a empresa portentosa que estava se tornando a Globo” (Memória Roberto Marinho, apud, AIRES E SANTOS, 2017, p. 79). Contrastando com a imagem filantrópica, em “Sempre foi pela Família” (2017), Aires e Santos classificam a Fundação Roberto Marinho como “braço clientelar do Grupo Globo” (2017, p. 79). E, a partir de documentos da Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, revelam mecanismos de corrupção envolvendo empréstimos à Fundação e a rede de compadrio à qual a instituição está enlaçada.

Além de ser o maior conglomerado de comunicação no país, alcançando sozinho audiência maior do que as audiências somadas da segunda, terceira, quarta e quinta maiores empresas brasileiras²⁶, o Grupo Globo atinge projeção internacional: é o maior da América Latina e o único brasileiro entre os “30 maiores donos de mídia”²⁷, ranking em que ocupa a 19ª posição.

O jornal O Globo é atualmente o segundo do mercado de jornais do país. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação, alcançou entre janeiro e outubro de 2018 média mensal de 121.988 exemplares, ficando atrás apenas do impresso mineiro Super Notícia, com média de 144.776 exemplares. Ocupa a segunda posição no ranking das edições digitais com 16,34% do mercado, percentual menor apenas do que o alcançado pela Folha de S. Paulo com 18,45%²⁸. Pela sua trajetória e repercussão, consideramos que

²⁵Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>. Acesso em: 8 dez. 2018.

²⁶Levantamento do Media Ownership Brasil disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/concentracao/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

²⁷Levantamento realizado em 2017 pela ZenithOptimedia disponível em: <https://www.zenithusa.com/top-30-global-media-owners-2017/>. Acesso em: 11 jan. 2018.

²⁸Ver Anexos

o jornal O Globo se consolidou, ao longo de décadas, como espelho da linha editorial do grupo, orientando os demais veículos da família Marinho, entre eles em destaque a principal emissora de televisão do país, a TV Globo.

1.2.1 Política e Grupo Globo: tudo a ver

A história escrita pelo Grupo Globo encontra ligação indissociável com a política brasileira. Segundo o documento que regula os princípios editoriais do grupo, o conceito de jornalismo adotado pelos veículos da empresa deve recusar a parcialidade:

Pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar. O veículo cujo objetivo central seja convencer, atrair adeptos, defender uma causa, faz propaganda. Um está na órbita do conhecimento; o outro, da luta político-ideológica (MARINHO; MARINHO, 2011).

O documento determina mais adiante, de forma redundante e ratificadora, que “o Grupo Globo terá sempre e apenas veículos cujo propósito seja conhecer, produzir conhecimento, informar”. A orientação editorial remete ao conceito da objetividade, marca do jornalismo norte-americano implementada nas décadas de 1920 e 1930 e incorporada posteriormente, pelo menos em tese, nos veículos brasileiros e que recomendava “o uso da linguagem absolutamente transparente por trás da qual se apresentasse o fato íntegro” (RIBEIRO, 2007, p. 329). A objetividade contribuía com a estratégia de legitimação e, desta forma, “tornava o jornalismo mais respeitável” (p. 330).

Apesar da propalada isenção jornalística, diversos estudos apontam que o posicionamento do Grupo Globo em momentos decisivos da história tem sido de parcialidade, não apenas nos editoriais, mas também, de maneira questionável, na cobertura jornalística. Desta forma, se encaixaria na percepção de que ao levar ao leitor, como fazem outras mídias, “visões parciais como se fossem ‘nenhuma posição’ permite que as experiências e os interesses de alguns grupos sejam universalizados” (MIGUEL; BIROLI, 2017, p.11).

Feres Júnior e Sassara (2016) ao analisarem as matérias publicadas pelo jornal O Globo e pelo Jornal Nacional nas eleições presidenciais concluem que “o viés anti-Dilma observado na cobertura do pleito de 2014 não deve ser atribuído ao comportamento *watchdog*²⁹, mas, sim, à reiteração do comportamento antipetista já fartamente identificado

²⁹ Conceito do jornalismo como “cão de guarda” da sociedade, responsável pela vigilância da máquina pública.

pela tradição de estudos de mídia e eleições em nosso país” (2016, p. 57). E ressaltam que o impresso, por não se submeter à legislação eleitoral imposta à TV aberta, se afasta ainda mais da neutralidade na cobertura assumindo postura de oposição ao PT. A avaliação das publicações em O Globo nas eleições de 2010 levou os pesquisadores a somar os textos “potencialmente deletérios à candidatura de Dilma Rousseff” e chegarem “à impressionante marca de 1.194 ocorrências” (2016, p. 46).

Tal posicionamento editorial já havia sido identificado por Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) em pesquisa que revelou que O Globo dedicou 40% de noticiário negativo ao então candidato a reeleição Luiz Inácio Lula da Silva na cobertura das eleições presidenciais de 2006, o que representou mais do que o dobro do noticiário positivo, 19% (2007, p. 170).

A postura crítica do Grupo Globo em relação ao PT, que se refletiria na parcialidade da cobertura, tem como episódio emblemático a eleição presidencial de 1989. No dia 14 de dezembro daquele ano foi realizado o último debate entre os candidatos do PRN, Fernando Collor de Mello, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, organizado por um *pool* de emissoras. No dia seguinte, a 36 horas do início da eleição, o Jornal Nacional apresentou edição polêmica que hoje é registrada pela Memória do Grupo Globo na seção “Erros”: “A Globo foi acusada de ter favorecido o candidato do PRN tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário”. No texto, a justificativa para o desequilíbrio da edição levada ao ar é uma aposta na ingenuidade dos leitores: “Os responsáveis pela edição do Jornal Nacional afirmaram, tempos depois, que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time” (MEMÓRIA GLOBO, s/d).

A edição do debate teria sido o ponto culminante da estratégia de apoio do Grupo ao candidato do PRN estabelecida antes mesmo do início oficial da campanha eleitoral. Arêas (2015), ao avaliar as reportagens de O Globo publicadas no período marcado pela súbita ascensão de Fernando Collor, constatou que “O Globo divulgava o panfleto de Collor e difundia sua imagem heroica de ‘caçador de marajás’” (2015, p. 119).

Recorrendo, mais uma vez, aos princípios editoriais do Grupo O Globo, identificamos que na seção dedicada aos “Atributos da informação de qualidade” está definido que:

O trabalho jornalístico tem de ser feito buscando-se isenção, correção e agilidade. Porque só tem valor a informação jornalística que seja isenta, correta e prestada com rapidez, os seus três atributos de qualidade. [...] Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem ter a isenção como um objetivo consciente e formalmente declarado (MARINHO; MARINHO, 2011).

A história, no entanto, coloca à prova tal determinação, não apenas nos episódios citados anteriormente. A década de 1960 é particularmente rica em exemplos de que o jornal deixou a consciência sobre a objetividade de lado. Já em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros à presidência, O Globo é apontado como um dos poucos jornais – ao lado de O Estado de S. Paulo – que apoiou o movimento militar que pretendia impedir a posse do vice-presidente João Goulart (ABREU, s/d). Derrotado no seu posicionamento, dois anos depois, no acontecimento histórico de 1964 que é alvo do presente estudo, o jornal se manteve ao lado dos militares e em oposição a Jango. Com a implementação do golpe, a parcialidade de O Globo foi estampada na primeira página impressa após a deposição do presidente. O jornal não circulou no dia 1º de abril e no dia 2 chegou às bancas com a manchete: “Fugiu Goulart e a democracia está restabelecida. Empossado Mazzilli na presidência” (O GLOBO, 02 abr. 1964). Na mesma capa, o editorial intitulado “Ressurge a democracia!” (O GLOBO, 02 abr. 1964) era aberto com uma frase reveladora do júbilo com a derrubada do presidente: “Vive a nação dias gloriosos”. E encerrado com um agradecimento aos céus: “Mais uma vez o povo brasileiro foi socorrido pela providência divina que lhe permitiu superar a grave crise sem maiores sofrimento e luto. Sejamos dignos de tão grande favor”.

E não se tratou de uma adesão pontual em relação a qual os proprietários do jornal tenham se arrependido em seguida. Duas décadas depois, o apoio ao golpe que depôs o presidente João Goulart foi explicitado no editorial “Julgamento da Revolução” (O GLOBO, 07 out. 1984), assinado por Roberto Marinho, onde se lia: “Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”. O patriarca da família Marinho reafirmava o compromisso com o que classificava, assim como os militares o fizeram, de “revolução”: “Temos permanecidos fieis aos seus objetivos”, garantia. E justificava o posicionamento pela defesa do bem do país.

O presidente Castelo Branco, em seu discurso de posse, anunciou que a Revolução visava “à arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral e política”. Dessa maneira, acima do progresso material, delineava-se o objetivo supremo da preservação dos

princípios éticos e do restabelecimento do estado de direito (O GLOBO, 07 out. 1984).

A adesão de Roberto Marinho ao regime ditatorial fez com que O Globo fosse identificado como “o mais governista dos jornais”, no verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC/FGV, s/d)³⁰.

Roberto Marinho não viveu para realizar ou presenciar a autocritica em relação à postura de apoio ao golpe de 1964. Em 2013, dez anos após a morte de Marinho, O Globo publicaria editorial admitindo que, como dizia o título, “O apoio ao golpe de 64 foi um erro” (O GLOBO, 31 ago. 2013). O reconhecimento público do equivocado suporte à ação militar se deu no contexto das chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, que sacudiram o país com protestos que atingiram fortemente o governo federal, mas trouxeram à pauta também incômodas lembranças traduzidas em bordões gritados por manifestantes como “A verdade é dura. A Globo apoiou a ditadura”. No editorial, O Globo reconhece a sua posição golpista, mas amplia o apoio para os demais veículos de imprensa.

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns (O GLOBO, 31 ago. 2013).

No texto, mais do que arrependimento, a justificativa do posicionamento adotado e da própria intervenção militar “pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos — Jango era criticado por tentar instalar uma ‘república sindical’ — e de alguns segmentos das Forças Armadas” (O GLOBO, 31 ago. 2013).

A ameaça representada pelos sindicatos está presente na memória dos que viveram os bastidores da produção de notícias na década de 1960. O jornalista Argeu Afonso, que trabalhou em O Globo durante mais de 30 anos, descreve o temor que rondava o empresariado.

³⁰Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (*CPDOC*) Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o> Acesso em: 30 dez. 2018.

As empresas todas, as cabeças das empresas eram contra a república sindicalista. Ela empiricamente ou tacitamente significava a predominância do empregado sobre o patrão. E naquela época era inadmissível. Era o primado do soldado, do cabo, do sargento, sobre um almirante, um general. Havia, como há até hoje, uma divisão de castas. Você tem seu lugar, você tem seu lado (AFONSO, 2017).

A ideia da instalação de uma “república sindicalista” foi propagada pelo Grupo Globo que aderiu ao movimento golpista de 1964, em associação com outros grandes grupos de comunicação do país, o que já foi objeto de vários estudos. Ressaltou-se a atuação do conglomerado de Roberto Marinho na criação da “Rede da Democracia”, uma articulação de veículos de comunicação que capitaneadas por O Globo, Jornal do Brasil e Diários Associados, contava com “25 rádios, três revistas, uma agência de notícias e 17 canais de televisão” (LARANJEIRAS, 2014, p. 89). Sob o pretexto de defender a Constituição e a democracia, a rede reproduzia diariamente matérias críticas ao governo João Goulart e às suas propostas de realizar Reformas de Base (LARANJEIRA, 2014; ARÊAS, 2015). Uma ação de impacto significativo nacionalmente, como ressalta Afonso.

Naquela época você tinha no Rio de Janeiro e São Paulo jornal com 200 mil compradores por dia. Você fazendo uma média de três leitores por dia é um peso imenso. Isso tudo colabora. A notícia, ela tem vários ângulos. Como você quiser enquadrar a notícia, você enquadra (AFONSO, 2017).

Cinco décadas depois, a imprensa brasileira continua, da mesma forma, sendo apontada como parcial e partidária, negando os princípios que torna públicos e o compromisso que estabelece com os leitores de isenção e objetividade.

A presente pesquisa se alinha a outros estudos já em curso que se dedicam a identificar o papel desempenhado pela mídia, com destaque para O Globo, no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e que têm fornecido dados merecedores de reflexão. Rizzotto et al., (2018) ao analisarem a narrativa da cobertura da Folha de S. Paulo, do Estado de S. Paulo e de O Globo, de 2 de dezembro de 2015 até o afastamento definitivo da presidenta em 31 de agosto de 2016, identificaram a personificação de Dilma de forma ambivalente. Apesar de ser apresentada como vítima, ressalta-se a caracterização como vilã – especialmente em sua ligação com o PT - sendo assim responsável pela própria derrocada. No estudo, observa-se que O Globo qualifica de forma acentuada os manifestantes como vilões, especialmente os que eram contrários ao afastamento da presidenta. Ressalte-se também que o então vice-presidente Michel Temer

foi apontado como vilão pelos dois jornais, mas apenas O Globo publicou matérias que o apresentavam como herói, e com ênfase significativa: em sete oportunidades no período analisado do estudo. Resultado corroborado por nossa pesquisa, como veremos à diante.

O jornal foi diretamente acusado pela presidenta Dilma Rousseff de atuar pela aceitação do *impeachment* pela sociedade. Em 3 de junho de 2016, quando o processo de impedimento estava em tramitação no Senado e Dilma encontrava-se afastada da presidência, O Globo publicou manchete de capa em título em duas linhas: “Esquema da Petrobras pagou despesas pessoais de Dilma” (O GLOBO, 03 jun. 2016). A reportagem, anunciada como furo jornalístico do colunista Merval Pereira, revelava supostos e-mails em poder da Procuradoria Geral da República que comprovariam que “até viagens do cabeleireiro Celso Kamura a Brasília teriam sido pagas com dinheiro do esquema”. Em nota, a assessoria de Dilma classificou as informações como “completamente descabidas e sem fundamento” e denunciou: “Mais uma vez, há uma tentativa de atingir a honra da presidenta com o objetivo de manipular a opinião pública para facilitar a tramitação do processo de *impeachment*. Diante da acusação de golpe recorrem às armas da mentira e da calúnia” (RBA, 13 jun. 2016).

Ao longo do processo, se as reportagens publicadas davam margem à conclusão de privilegiar a oposição ao governo eleito, nos editoriais O Globo explicitava seu posicionamento. Em “O *impeachment* é uma saída institucional da crise” (O GLOBO, 19 mar. 2016), o jornal sentenciava que o *impeachment* ou a cassação da chapa Dilma e Temer eram as opções de saída da crise “sem abalos institucionais”. Não haveria outra alternativa “Salvo se a presidente decidir fazer o gesto da renúncia, ao constatar a absoluta incapacidade de superar os obstáculos, por falta de apoio político e/ou remorsos ideológicos”. O estilo contundente e irônico do texto estava em sintonia com outros editoriais e textos de articulistas, conforme abordaremos no segundo e terceiro capítulos.

Consideramos que O Globo, tem ocupado posição de destaque como um veículo de comunicação que atua de forma blindada e livre inclusive de compromissos com a ética, com marcada parcialidade em momentos cruciais da história. Desta forma, deixa de lado princípios básicos do jornalismo que o grupo ao qual pertence divulga publicamente.

1.3 SOBREVIDA DA PRIMEIRA PÁGINA EM TEMPOS DIGITAIS

Antes de mergulharmos na análise do objeto, faz-se necessário justificar a escolha das primeiras páginas como *corpus* da pesquisa. “A capa morreu!”. Essa afirmação, baseada no crescimento do acesso da notícia pela internet, surgiu no decorrer da pesquisa como uma sentença de óbito prematuro à opção realizada. É verdade que no mundo virtual a entrada do leitor na informação, muitas vezes, não se dá pela primeira página, mas sim pelo link da notícia compartilhado nas redes sociais ou através de sites de busca. A cena tradicional de trabalhadores parados em frente às bancas de jornais no início da manhã, buscando assimilar as principais notícias do dia, é imagem do passado. O alcance da internet, especialmente via *smartphones*, possibilitou o novo tipo de acesso às notícias diárias. Diante dessa nova realidade tecnológica, a primeira página teria resistido?

O estudo *Digital News Report 2018*³¹, realizado em 37 países da Europa, Ásia, América Latina e América do Norte, destaca o compartilhamento de notícias pelas redes sociais. Apesar de identificar que, pela primeira vez em sete anos, o crescimento que vinha se registrando no uso desses espaços online para distribuição de notícias sofreu reversão, com o registro de queda de 5% - indicando como causa a mudança nos algoritmos feitas pelo *Facebook* que passou a privilegiar interações pessoais em detrimento de informações divulgadas por páginas – o Brasil se mantém em posição relevante (p.10-11, 116-117). Como indicamos anteriormente, o país é um dos principais na utilização do *WhatsApp* para acesso a notícias, conta com 120 milhões de usuários nesta rede social e ocupa o segundo lugar entre os 37 países pesquisados como distribuidor de informações: 48% dos usuários brasileiros participantes da pesquisa afirmam que é esta sua prática de acesso a notícias. Neste caso, não são compartilhadas as homepages dos sites de notícias, que poderiam ser consideradas capas das edições virtuais, mas sim os links de notícias específicas. A nova lógica impõe aos jornalistas a aplicação de um novo método de estruturação da primeira página, priorizando “o potencial de propagabilidade da notícia, a que os jornalistas chamam de ‘potencial de viralização’” (VIEIRA, 2017, p. 276).

O *Digital News Report*, confirma a preferência mundial de usuários de internet por entrada na notícia por uma “porta lateral”, 65% dos entrevistados preferem este caminho a “ir diretamente para um site de notícias ou *app*”. Mais de metade (53%)

³¹Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>
Acesso em: 13 jan. 2019.

preferem acessar notícias através de motores de busca, mídias sociais ou agregadores de notícias, o que “resulta em queda mundial da importância da primeira página online como porta de acesso para as notícias” (VIEIRA, 2017, p. 12).

Diante desta reestruturação profunda da comunicação, qual o papel que caberia à capa das edições impressas? Se o próprio jornal impresso tem sido apontado como tendo seus dias contados – assim como já acontece por décadas com o rádio, que resiste heroicamente às novas tecnologias – a primeira página, mesmo ainda sobrevivente, parece ter perdido sua importância. Nossa defesa da sua persistência como objeto de estudo é ancorada na ideia de que a primeira página impressa mantém a função de síntese do conteúdo que a empresa jornalística e seus editores elegem como prioridade, sistematizando a estratégia discursiva adotada. Mais do que representar o veículo, simboliza, através não só da seleção, mas também da hierarquização das notícias, a linha editorial do grupo de mídia ao qual pertence.

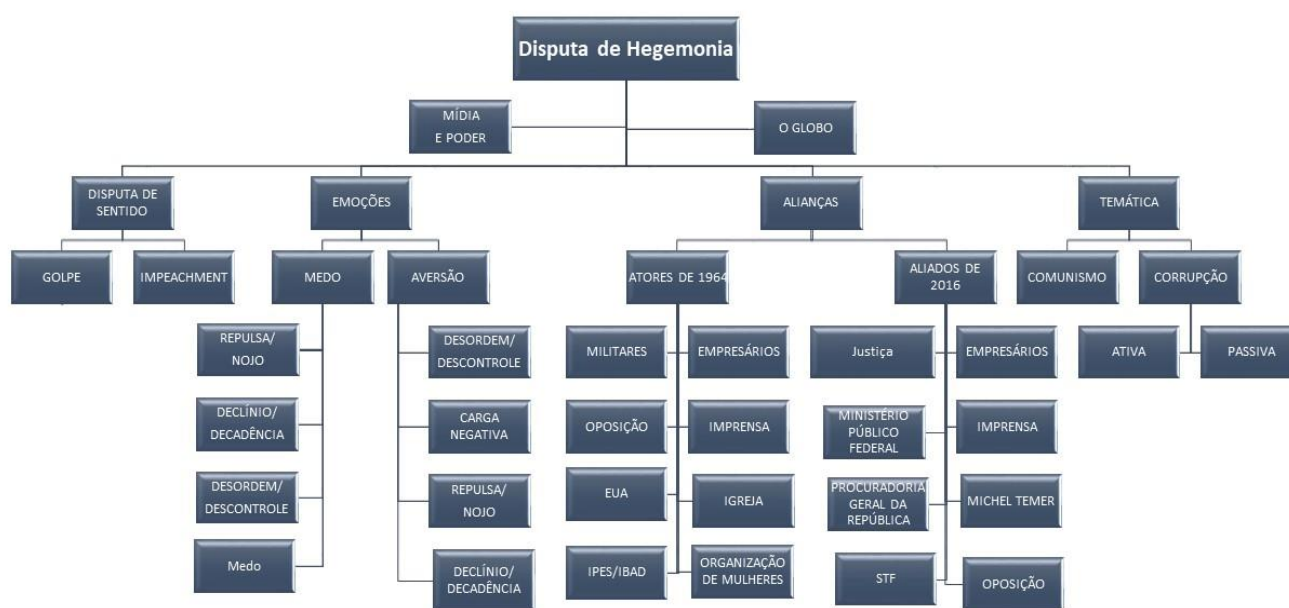
Enquanto a homepage se estrutura a partir da dinâmica no decorrer do dia, apresentando inúmeras configurações com o passar das horas, a primeira página do impresso se constitui como documento histórico, consolida os fatos considerados como principais pelos seus responsáveis. Uma herança das reformas implementadas nos jornais brasileiros na década de 1950. Como nos aponta Ribeiro (2007), a partir de então, com a alteração do padrão visual, a primeira página onde as notícias anteriormente começavam e “eram interrompidas quando o espaço acabava (às vezes no meio da frase) para continuar nas páginas internas” passou a ser constituída por “chamadas, pequenos resumos da notícia feitos a partir do *lead* e do *sublead*”, desta forma “funcionando como uma espécie de sumário, cardápio ou vitrine no jornal” (2007, p. 267-268).

Este cardápio, apesar de diversas reestruturações por que passaram posteriormente os padrões de design e conteúdo do jornalismo, se mantém vivo. No entanto, a escolha do mesmo não se dá de forma natural a partir dos fatos. Admitindo que os jornais não são meros espelhos dos acontecimentos, “tais fenômenos só adquirem existência significativa através da percepção-captura-sistematização-estruturação que deles faz um sujeito linguageiro” (CHARAUDEAU, 2018, p. 96). Trata-se assim de considerar a influência do ponto de vista particular, que atravessa a realidade entre sua captura e apresentação midiática, desta forma, de fato, “estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (p.131).

Este real editado e reelaborado surge nas capas como compêndio de informações que são vistas pelo jornal como relevantes, a partir de seus próprios interesses, traduzindo

em manchetes e *leads* que compreendemos impregnados de significados, entendendo que na concepção bakhtiniana que orienta o presente estudo “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentimento ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 2014, p. 99). Ancorados nesta perspectiva passamos a análise do *corpus* de nossa pesquisa, sistematizada em categorias e subcategorias analíticas conforme a estrutura apresentada a seguir:

Gráfico 1 – Categorias e subcategorias analíticas



Elaboração própria

O estabelecimento das categorias acima apresentadas se deu não previamente, mas em consequência da observação aprofundada das primeiras páginas dos dois períodos. A partir de palavras e expressões contidas nas manchetes ou de informações registradas na íntegra dos textos publicados nas capas ou no interior do jornal, aos quais fomos levadas a partir das referidas chamadas, foi possível identificar vestígios, ora mais explícitos, ora mais sutis, que possibilitaram a sistematização da análise.

2 DISPUTA DE SENTIDO

A nós, durante a pesquisa, cabe o desafio de formular hipóteses e colocá-las à prova. Ao definir como prioridade de nosso estudo o viés comparativo entre duas épocas sendo uma delas tão recente e com consequências que continuam reverberando nos dias atuais, mergulhamos num universo repleto de conexões com a conturbada e polarizada conjuntura do presente, o que exigiu cuidado especial. A Análise de Discurso é, certamente, impregnada da nossa posição no mundo, o analista “não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 2015, p. 59). Foi buscando encontrar esse posicionamento que analisamos o *corpus* dos dois períodos.

Tendo como objeto as capas de O Globo - que conforme justificativa apresentada no capítulo anterior consideramos a síntese das prioridades e da linha editorial do jornal e do seu grupo de mídia -, determinamos dois períodos como os que poderiam nos levar a uma visão mais apurada da atuação da imprensa no que é entendido aqui como golpes contra o presidente João Goulart e a presidenta Dilma Rousseff. Desta forma, avaliamos que os períodos de 30 dias que precederam o afastamento dos dois do cargo garantiria visão de processo.

A partir dessas primícias, a definição dos 30 dias de seleção das primeiras páginas em relação a 2016 foi realizada com base no entendimento que o afastamento de Dilma Rousseff se desenvolveu em um longo processo com duração de quase nove meses: de dois de dezembro de 2015 - com a aceitação do pedido de abertura do processo pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha - a 30 de agosto de 2016, com a votação definitiva no Senado. Para a realização da pesquisa, optamos por não nos dedicarmos à data referente à aprovação derradeira do *impeachment*, consideramos que o momento mais significativo foi o da autorização da abertura da investigação pelo Senado, que se deu na madrugada dia 12 de maio de 2016, com 55 votos favoráveis à admissão do processo pela Casa e 22 contrários. Este é visto como ponto de ruptura porque impôs o afastamento imediato de Dilma Rousseff da presidência num contexto em que praticamente não havia chance de reversão posterior do quadro. Assim, o dia 12 de maio de 2016 marcou o fim do ciclo do Partido dos Trabalhadores no Palácio do Planalto depois de 13 anos no poder, considerando que, de fato, Dilma Rousseff não mais voltou mais a ocupar o cargo.

Em relação à 1964, a delimitação se deu sem necessidade de longas reflexões ou justificativas. O golpe que apeou do poder o presidente João Goulart, impetrado pelos militares com amplo apoio civil, não contou com processo tão longo, apesar da crise ter se estabelecido desde antes da posse de Jango. A polêmica reside apenas entre a narrativa das Forças Armadas – de que *a revolução* teria se dado na noite do dia 31 de março de 1964 – e da esquerda, que aponta que o *golpe* foi efetivado na madrugada de 1º de abril de 1964, data marcada na cultura popular como o Dia da Mentira. Foi esse último o nosso entendimento.

Neste segundo capítulo iniciamos a apresentação dos resultados da investigação do *corpus* orientada pelas fundamentações teóricas a que nos referimos na introdução e aprofundando a metodologia de análise de discurso (AD). O foco é na disputa de sentidos, na perspectiva bakhtiniana, o acionamento de signos e sua carga ideológica refletindo e refratando a realidade (BAKHTIN, 2014, p. 42) em diálogo com a análise de discurso que considera todo dizer é ideologicamente marcado, sendo a linguagem como espaço em que “a ideologia se materializa” (ORLANDI, 2015, p. 36). Assim, analisaremos a dicotomia Golpe x *Impeachment* e a presença das emoções na discursividade dos dois períodos que são o foco da pesquisa.

2.1 OS SIGNOS DA DISCÓRDIA

A palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja ela qual for. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN, 2014, p.38).

Os acontecimentos sociais e políticos marcantes, em muitos casos, criam cisão na sociedade em consequência de diferentes pontos de vista e a polarização se reflete na linguagem. Um mesmo momento histórico é definido de múltiplas formas por diferentes atores contemporâneos do fato. Foi assim com os processos vividos no Brasil em 1964 e 2016. É assim até hoje.

As palavras para denominar os dois episódios não foram meras coadjuvantes no processo, mas espaço de disputa ideológica que se mantém tensionado até o momento. A deposição de João Goulart teria sido um *golpe* ou uma *revolução*? O que se seguiu deve ser caracterizado como movimento, ditadura ou apenas ditabrandia? Dilma Rousseff sofreu *impeachment* ou golpe? As respostas a essas perguntas já referenciam sobre o lugar

de fala de quem dialoga, entendendo que, como nos indica Bakhtin, no início deste item, a seleção do signo se dá como uma espécie de comentário ideológico.

A adoção de um ou outro termo por grupos políticos posicionados contra ou a favor do desfecho dos acontecimentos é não só inevitável, mas natural e compreensível à medida em que eles travam abertamente a luta política. Mas o que nos instiga é a reflexão a respeito das escolhas realizadas pela mídia, que tem como discurso a defesa pública da isenção e, não raramente, inclui esse compromisso nos seus princípios editoriais, como observamos em relação ao Grupo Globo no capítulo anterior. Como se posicionar de forma imparcial diante de escolhas antagônicas?

Numa perspectiva crítica da interpretação da produção midiática, a adoção realizada pela mídia hegemônica dos termos para a referência ao afastamento dos dois presidentes que são objetos de nosso estudo revela opções carregadas de significados. Como nos lembra Charaudeau, “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular de mundo” (2018, p. 19).

Esse mundo traduzido em palavras e sentidos por O Globo, e sendo influenciado pelo jornal, é aqui observado de perto através da análise da adoção dos termos golpe e impeachment nos dois momentos históricos.

2.1.1 O desacordo persistente sobre 1964

O passar do tempo nem sempre apazigua as disputas ideológicas ou garante o surgimento de uma forma conciliatória de se observar e assimilar os acontecimentos históricos. Prova disso é o período referente ao regime militar no Brasil. Os 55 anos que nos separam da deposição do presidente João Goulart não foram suficientes para diluir a polarização em relação ao tema na sociedade brasileira. Recentemente, a onda de conservadorismo que tomou as ruas em oposição aos governos do Partidos dos Trabalhadores trouxe de volta a público os defensores da ditadura, que por muito tempo dosavam seus discursos a ponto de serem percebidos como uma parcela ínfima da população. Desde então, e de forma mais contundente a partir do crescimento da candidatura do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, tornou-se visível o contingente significativo de brasileiros que enxergam o período da ditadura com olhar de

compreensão e apoio. Além disso, a possibilidade de uma nova ditadura tornou-se mais concreta na visão dos brasileiros. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 2018, 50% dos entrevistados afirmaram acreditar que o Brasil pode enfrentar uma nova ditadura³².

No campo da linguagem, a polarização entre opositores e defensores do regime militar se deu em torno de uma multiplicidade de expressões que revelam as diversas visões sobre o ocorrido. Os apoiadores da deposição de Jango defendem o ato como “revolução de 64”, “revolução redentora” (FICO, 2014, p.10) e até “movimento de 64”. Na esquerda, as expressões “golpe”, “golpe militar”, “golpe civil-militar” e até “golpe midiático-civil- militar” (SILVA, 2014), permanecem em disputa.

A imprensa, adesista de primeira hora, tomou partido ao adotar o termo *revolução* para se referir ao ocorrido, rejeitando durante muitos anos referências aos termos *golpe* ou *ditadura*. Havia, de fato, durante os governos militares a opressão da censura que silenciou os questionamentos e se deu de forma mais violenta a partir do Ato Institucional nº 5, o AI-5³³. No entanto, registrou-se também o posicionamento editorial, não só por temor, mas também por estratégia, de não confronto com o regime. Terminado o período ditatorial, muitos veículos reconfiguraram seus discursos, como apontado no capítulo anterior, omitindo o apoio ao golpe numa tentativa de reconstituir a história através do apagamento de sua atuação conivente com a ruptura democrática.

Emblemático da permanência dessa disputa ideológica através dos signos é o editorial publicado pela Folha de S. Paulo, em 2009, que utilizou o termo “ditabrandas” para se referir aos regimes ditatoriais e arrolar entre eles os governos militares no Brasil, de 1964 a 1985. Para além do termo cunhado com o objetivo de suavizar os tempos de arbítrio, a Folha classificou os regimes militares da América Latina no período de forma desconexa com a realidade, afirmando que elas “partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça” (FOLHA, 17 fev. 2009). Uma afronta à história que registra, apenas no Brasil,

³² Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/10/1983452-50-dos-eleitores-avaliam-que-brasil-pode-enfrentar-nova-ditadura.shtml> Acesso em: 18 dez. 2018

³³ O Ato Institucional nº 5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968 pelo general Arthur da Costa e Silva e, entre outras medidas, determinou o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos parlamentares, a suspensão do habeas-corpus e a possibilidade de suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos. Foi o endurecimento do regime que teve como consequência imediata diversas prisões de jornalistas e políticos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso em: 20 jan. 2019.

434 mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura (CNV, 2014, p. 963)³⁴, o fechamento do Congresso Nacional, o controle da Justiça por militares. Nem mesmo o governo do presidente militar Ernesto Geisel, que foi tido como moderado por iniciar o processo de abertura, justifica a ideia de que o regime de exceção preservou espaços institucionais de luta política. Em 2018, veio a público o memorando da CIA, a Agência Central de Inteligência dos EUA, de 11 de abril de 1974, que relatava a “decisão do presidente brasileiro, Ernesto Geisel, de continuar com as execuções sumárias de subversivos perigosos, sob certas condições” (BRASIL, 2014)³⁵. Também a tese de que o endurecimento do regime teria se dado apenas a partir de 1968, sendo o golpe de 1964 isento de brutalidade, é questionada por historiadores.

A tese de um golpe asséptico e banal relaciona-se à persistência do mito da história incruenta e corrobora a leitura segundo a qual nos primeiros anos do regime militar não teria havido tortura. Isso realmente não é verdade. Logo após o golpe, inúmeras ações arbitrárias ocorreram, como prisões sem mandato, interrogatórios violentos e tortura. O golpe – como costuma acontecer nesses casos – liberaria uma onda de arbítrio (FICO, 2014, p. 59).

O editorial da Folha teve repercussão imediata e significou desgaste para o grupo, que incluiu um embate público com os professores Maria Victoria Benevides e Fábio Konder Comparato (FOLHA, 20 fev. 2009), a mobilização de leitores, a realização de um abaixo-assinado e de manifestação que reuniu cerca de 300 pessoas em frente à sede do jornal (FOLHA, 08 mar. 2009). Apenas após o protesto, 19 dias depois da publicação do editorial, houve a retratação através do então diretor de redação, Otávio Frias Filho. A nota reconheceu o erro ao utilizar o neologismo *ditabranda*, admitindo que “o termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto” (FOLHA, 08 mar. 2009), mas não deixou de lado o tom agressivo contra os que criticaram o jornal. Desde então, a postura da Folha de S. Paulo em relação ao tema se alterou.

O esforço de reescrever a história em tons mais amenos através da adoção de termos questionáveis tem se tornado presente nos últimos anos e ganhou relevância na disputa político-eleitoral de 2018. O presidente Jair Bolsonaro tem entre suas declarações

³⁴ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, criada pela lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011, e publicado em 2014 com a confirmação como vítimas do regime militar 191 mortos, 210 desaparecidos e ainda 33 desaparecidos que tiveram os corpos posteriormente localizados. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf

³⁵ Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99> Acesso em: 10 jan. 2019.

a classificação do torturador Brilhante Ustra como “herói brasileiro” (G1, 08 nov. 2016), e a análise em tom de ameaça: “o povo brasileiro não sabe o que é ditadura aqui ainda” (EXAME, 19 nov. 2018). Corroborando esta visão, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou que prefere se referir ao período de ditadura militar no Brasil como o “movimento de 1964”(IG, 01 out. 2018).

Nesta disputa estabelecida e até hoje inconclusa, o posicionamento do jornal O Globo de apoio à ditadura foi evidente no decorrer de muitas décadas. No editorial assinado por Roberto Marinho e publicado em 1984 o termo *revolução* é citado no título e em cinco ocasiões no texto. O patriarca não se furta a defender a palavra escolhida por militares e adotada por O Globo, repudiando o termo golpe: “Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’ com o qual não estaríamos solidários” (O GLOBO, 07 out. 1984).

Ao realizar a retratação, assumindo o equívoco do apoio em editorial publicado em 2013, novamente a adoção de um ou outro termo volta à pauta: “o golpe, chamado de ‘Revolução’, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia” (O GLOBO, 01 set. 2013). A frase, interessa especialmente à nossa abordagem por admitir que o termo revolução não expressou o fato ocorrido e, tantos anos depois, se referir a 1964 como um golpe.

A tomada do poder pelos militares foi classificada pelas Forças Armadas e por seus apoiadores como revolução apenas após o ocorrido. A reflexão sobre a luta estabelecida no campo da linguagem também durante o regime militar é importante para contextualizar nossa reflexão. No entanto, como nossa pesquisa se atém ao período que precedeu o golpe, analisamos o *corpus* buscando identificar como os termos golpe e *impeachment* foram utilizados no período.

2.1.1.1 Golpe x *Impeachment* 1964

Foram analisadas 157 manchetes publicadas do dia dois ao dia 31 de março de 1964. Identificamos três citações da palavra *golpe* e uma da palavra *impeachment*. Não há menção, nas capas analisadas, de outros termos com referência ao afastamento do presidente, mas uma única citação de *impeachment* o que nos levou a considerar válida a análise comparativa.

Na manchete referente ao *impeachment* lia-se “Ademar favorável à tese do ‘*impeachment*’” (O GLOBO, 16 mar. 1964). O texto fazia alusão à declaração do governador de São Paulo, Ademar de Barros, em apoio ao líder do PSP na Câmara Federal, Deputado Arnaldo Cerdeira, que havia proposto o impedimento de João Goulart por entender que “o remédio legal deve ser aplicado por ter ido à praça pública pregar a subversão da ordem”. Ademar de Barros e Arnaldo Cerdeira foram apontados como os principais articuladores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em 19 de março de 1964, com atuação importante na mobilização popular pela derrubada de João Goulart.

A palavra golpe também tem baixo índice de incidência, apenas em três manchetes. No entanto, chama atenção o fato de que a ameaça de golpe é atribuída ao governo João Goulart, como uma manobra para se perpetuar no poder. Em “Armando Falcão acusa Goulart de tramar um golpe de Estado!” (O GLOBO, 16 mar. 1964) a chamada para a entrevista afirma que o parlamentar acusa o presidente de “investir contra a Constituição”, de “ferir frontalmente a Lei de Segurança Nacional” e preparar “clima para assegurar-lhe a conquista do poder pessoal totalitário”.

Na mesma semana, O Globo dava destaque ao pronunciamento do governador de Minas Gerais: “Manifesto de Magalhães Pinto condena a pregação de golpe e continuísmo”(O GLOBO, 21 mar. 1964). Em tom de denúncia do golpe que estaria em gestação por João Goulart, o governador advertia que “já não há lugar para a reprodução de sistemas ditatoriais arquivados em nossa história” e alertava que “a aventura de suprimir qualquer dos mandatos nos levará, fatalmente, à guerra fratricida cuja consequência não será a renovação que desejamos, mas a ruína da pátria”. Magalhães Pinto defendeu a deposição de Jango, viria a ser nomeado Ministro das Relações Exteriores do governo Costa e Silva, foi um dos apoiadores do Ato Institucional Nº 5 e presidente do Senado Federal de 1975 a 1977, durante o governo Geisel.

Por fim, na véspera da ação militar, a palavra golpe voltaria a ser utilizada, numa tentativa por parte do líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de João Goulart, de desfazer a onda de boatos a respeito do golpe estar sendo tramado pelo governo: “Doutel³⁶ desmente intenção de golpe, Mazzilli³⁷ desaparece e a crise domina em Brasília” (O GLOBO, 31 mar. 1964). Afirmando que notícias “levaram pânico aos

³⁶ Doutel de Andrade, Deputado Federal PTB/RJ. Líder do partido na Câmara em 1964.

³⁷ Ranieri Mazzilli era presidente da Câmara dos Deputados em março de 1964 e assumiu a presidência da República com a deposição de João Goulart.

meios políticos da capital”, o jornal repercutia nota do presidente da Câmara, em nome da oposição, em que advertia que “as versões sobre regime comunizante partem de um plano de agitação”.

Não há nenhuma menção em O Globo à articulação civil-militar para o golpe de Estado que acabou sendo implementado, mergulhando o país em uma ditadura que se estendeu por mais de duas décadas. Silenciamento que merece nota, considerando que a articulação para o golpe envolveu, como veremos no próximo capítulo, vários atores o que propiciaria vazamento de informações, o que corrobora a percepção de participação deliberada da imprensa.

A partir de 1º de abril, disseminou-se a tese de que a ação foi, na verdade um “contragolpe preventivo”, Goulart teria sido deposto para evitar o golpe que ele e seus aliados estariam tramando. Na visão de Fico, esta é uma “especulação inconsistente” sem que haja “nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe” (2008, p. 73).

Conforme abordado anteriormente, mantendo coerência discursiva de aliança com os golpistas, após a deposição do presidente João Goulart o termo empregado pelo jornal foi o escolhido pelos militares que comandaram o golpe: *revolução*.

2.1.2 A polêmica para nomear 2016

Se o episódio histórico de 1964 é até hoje polêmico e alvo de disputa no campo político e da linguagem, o afastamento de Dilma Rousseff em 2016 torna-se ainda mais complexo por não contarmos com a distância temporal que seria recomendável à sua análise. No entanto, ao contrário do que sucedeu com João Goulart, a controvérsia em relação ao termo que define com maior precisão a retirada da governante do Partido dos Trabalhadores da presidência se estabeleceu antes mesmo da concretização do fato, levando o debate para a mídia, para as redes sociais e marcando a polarização em relação ao tema. Polêmica que se estende até os dias atuais e que, da mesma forma, permanecerá sendo objeto de disputa por muito tempo.

A deposição de Dilma, ao menos formalmente, se deu através do rito processual do *impeachment* - o impedimento de presidente em consequência de crime de responsabilidade - que é previsto no artigo 85 da Constituição de 1988³⁸. O processo foi

³⁸ Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=951> Acesso em: 10 set. 2018.

aberto em dezembro de 2015 pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) - decisão anunciada no mesmo dia em que o Partido dos Trabalhadores havia declarado apoio à cassação de Cunha pelo Conselho de Ética da Câmara. Na tese defendida pela oposição, a governante petista teria sido responsável pelo atraso, de forma proposital, de repasse de recursos para bancos e autarquias, melhorando artificialmente as contas federais, manobra que ficou conhecida como “pedaladas fiscais” e incorrendo assim em crime de responsabilidade, argumento contestado pelo governo. No discurso do advogado de defesa de Dilma, José Eduardo Cardozo, na sessão de *impeachment*, o processo foi apontado como sendo calcado em razões meramente políticas, incriminando Dilma pelo “conjunto da obra”. Cardozo sustentou que a presidenta foi acusada injustamente, “perpetrando-se uma violência contra o Estado democrático de direito, contra a democracia e contra o valor maior da Justiça”, o que se constituiria em “ruptura institucional, um golpe”³⁹.

A denúncia de golpe foi uma constante nos discursos dos apoiadores de Dilma durante o processo, a partir da alegação de que não houve crime e que o instrumento foi utilizado por conveniência política e em consequência do baixo apoio parlamentar e da população (BAHIA, et al., 2016, p.33; BERCOVICI, 2016, p. 141).

A dicotomia golpe x *impeachment* se fez presente nas ruas com o grito de resistência “Não vai ter golpe!” e encontrou eco no ambiente universitário. Pesquisadores progressistas se colocaram o desafio de assumir posicionamento no que diz respeito à classificação do afastamento da presidenta Dilma Rousseff como um golpe. Neste âmbito, a decisão da Universidade de Brasília (UnB) de oferecer a disciplina “O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”⁴⁰ e a consequente reação do Ministério da Educação (MEC) ameaçando solicitar investigação do Ministério Público Federal (MPF) sobre o curso, em ato de desrespeito à autonomia universitária, levou a reações que propiciaram o reconhecimento público da visão em relação ao tema. Pelo menos, 29 universidades

³⁹ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/a-integra-do-discurso-de-jose-eduardo-cardozo-na-sessao-do-impeachment/> Acesso em: 15 nov. 2018.

⁴⁰ Os ataques à disciplina levaram o Colegiado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília a emitir nota em defesa da autonomia universitária, à liberdade de cátedra e diversidade de ideias. Disponível em: <http://ipol.unb.br/2012-04-02-18-20-59/357-nota-publica-referente-a-disciplina-topicos-especiais-em-ciencia-politica-o-golpe-de-2016-e-o-futuro-da-democracia-no-brasil> Acesso em: 20 nov. 2018.

brasileiras encamparam a defesa da temática oferecendo cursos de extensão, disciplinas ou realizando seminários com ementas semelhantes⁴¹.

Considerando que nosso estudo se dedica a revelar o posicionamento de O Globo neste processo, a análise das capas do jornal no período que precedeu o afastamento de Dilma Rousseff buscou identificar a utilização dos termos *golpe* e *impeachment* nas manchetes. No entanto, vale registrar que O Globo, curiosamente, se antecipou aos fatos em relação a esse tema. Foi nas páginas e no site do jornal, na coluna de Merval Pereira, que surgiu uma das primeiras publicações aventando a possibilidade de *impeachment* de Dilma, surpreendentemente, antes mesmo que ela fosse reeleita. Em outubro de 2014, a dois dias do segundo turno, quando as pesquisas já apontavam a provável vitória da candidata petista e a revista Veja (VEJA, 24 out. 2014)⁴² havia antecipado sua edição semanal com novas denúncias, o jornalista sentenciava que “o *impeachment* da presidente será inevitável, caso ela seja reeleita no domingo” (O GLOBO, 24 out. 2014). Como será demonstrado a seguir, esta foi apenas a primeira sinalização da postura de O Globo na defesa da legalidade do *impeachment* e do repúdio à tese de golpe. Pode-se alegar que jornal teria se restringido ao termo formal, mas é indispensável lembrar que “A atmosfera social [da palavra] que envolve o objeto faz brilhar as facetas de sua imagem” (BAKHTIN apud NEWCOMB, 2010, p. 370), o que Newcomb nos lembra é que é “essa ‘atmosfera social da palavra’ o que está em jogo na recepção do conteúdo midiático” e que “o sentido é feito no uso, não na teoria” (2010, p. 370).

2.1.2.1 Golpe x *impeachment* 2016

Na avaliação do *corpus* de 2016, foram analisadas 378 manchetes referentes aos dias 12 de abril a 11 de maio. Nas chamadas das matérias foram registradas 21 ocorrências da palavra *impeachment* e sete da palavra *golpe*.

A palavra *impeachment* foi amplamente empregada em referência ao processo parlamentar que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff: “Comissão

⁴¹ Nosso levantamento constatou cursos de extensão, disciplinas e seminários realizados em 19 universidades federais, oito estaduais e na PUC SP e Minas. Na UNICAMP, foram dois cursos. Listagem completa disponível nos anexos.

⁴² A revista Veja antecipou a sua edição semanal, que sairia no domingo da eleição do segundo turno, dia 26 out. 2014, para a sexta-feira, dia 23 out. 2014 com a denúncia sobre a delação premiada do doleiro Alberto Youssef. Na capa, as fotos de Dilma e Lula e a frase: “Eles sabiam de tudo”, em referência ao que a revista classificava de “tenebrosas transações” de corrupção na Petrobras. Ver anexos.

aprova relatório pelo *impeachment* de Dilma” (O GLOBO, 12 abr. 2016) e “Senado e STF farão roteiro conjunto para o *impeachment*” (O GLOBO, 19 abr. 2016). Mas há uma série de manchetes que, além de informarem sobre o ritual parlamentar, indicam e ao mesmo tempo induzem à derrota governista. A manchete “Câmara tem 342 votos declarados *pró-impeachment*” (O GLOBO, 15 abr. 2016) foi estampada na primeira página em título de três linhas ao lado de uma foto em que Dilma aparece como uma sombra, isolada no Palácio da Alvorada, e o subtítulo “Número é suficiente para aprovar processo”. No dia em que o deputado federal Eduardo Cunha, foi afastado da presidência da Câmara a decisão do STF foi destaque, mas a futura derrota de Dilma também encontrou espaço na primeira página em “*Impeachment* será aprovado na comissão do Senado hoje” (O GLOBO, 06 mai. 2016). E há ainda as chamadas que julgam definitivamente e condenam previamente, deixando escapar a aversão ao Partido dos Trabalhadores: “Marco Antônio Villa: Processo de *impeachment* derrota projeto criminoso de poder” (O Globo 03 mai. 2016) e “Merval: Tentar anular *impeachment* é inócuo” (O GLOBO, 07 mai. 2016).

No que diz respeito à palavra golpe, o levantamento revela que ela foi utilizada três vezes menos do que *impeachment* e só se faz presente em manchetes que criticam a denúncia da ilegalidade do processo feita por Dilma Rousseff. Mais do que isso, apontam para a intenção de restringir a utilização do termo e culpabilizar a presidenta por utilizá-lo.

“Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe” (O GLOBO, 21 abr. 2016) foi a manchete principal de capa, estampada em cinco colunas, e com o subtítulo “Decano Celso de Mello condena ‘gravíssimo equívoco’ da presidente”. O texto revela a preocupação com a possibilidade de Dilma levar à tribuna das Organizações das Nações Unidas a denúncia de golpe. A colunista Míriam Leitão faz coro à condenação do emprego da palavra e aponta para consequências na economia: “Míriam Leitão: Dilma afugenta investidores ao falar de golpe” (O GLOBO, 21 abr. 2016).

No mesmo dia, a primeira página traz a chamada para o editorial de O Globo sobre o tema: “Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país” (O GLOBO, 24 jan. 2016). No texto, publicado na página 18, o jornal se antecipa e classifica a provável fala de Dilma, que aconteceria na tribuna da ONU no dia, seguinte como “discurso mentiroso do ‘golpe’” e abre mão de qualquer traço de sutileza na linguagem no ataque à presidenta: “Dilma assume a postura de dignatários de ‘república de bananeiras’ tendo um comportamento bizarro perante a diplomacia internacional”. No mesmo editorial, a

afirmação de que “A tese do ‘golpe’ construída como forma de manter a militância mobilizada saiu da rua e invadiu o planalto por meio de discursos feitos pela presidente em comícios organizados nos salões do Palácio” (O GLOBO, 24 jan. 2016, p. 18).

Os editoriais se transformam, de fato, em espaço de ataque do jornal à utilização da palavra *golpe* para se referir ao momento político. A expressão havia sido citada em outros dois editoriais com chamadas na primeira página do jornal e tom altamente crítico ao governo petista: “Não vai mesmo ter golpe” (O GLOBO, 17 abr. 2016) e “Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do golpe”(O GLOBO, 20 abr. 2016). Neste caso último caso, a análise da íntegra do editorial revela que o texto, já de início, indica a posição de O Globo a respeito do tema.

Numa ação típica de ‘agitprop’, agitação e propaganda, o PT disseminou a ideia de que haveria um ‘golpe’ em andamento no Brasil sob o disfarce de um processo de *impeachment*. Disciplinada, a militância foi em frente. (...) O governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição – dentro da lei – denunciam o “golpe”. (...) Golpe com a participação do Supremo, no Brasil, seria candidato a entrar para o Guinness no quesito bizarrice (O GLOBO, 20 abr. 2016, p. 20).

Os neologismos de forte apelo como ‘agitprop’, ‘lulopetismo’ dividem espaço com expressões como ‘catarse bolivariana’, desta forma, acionando mecanismos de mobilização de emoções, estratégia que analisaremos detidamente ainda neste capítulo.

O editorial registra a palavra *golpe* no título e a repete oito vezes e entre aspas no decorrer do texto, adotando narrativa que busca descolar da realidade o discurso adotado por Dilma Rousseff ao se referir à “fantasia do golpe” e “o golpe fantasioso se espalhou”. A crítica ao termo é reforçada por articulistas, além de Míriam Leitão, citada anteriormente, Merval Pereira usa o mesmo tom recriminatório: “Se falar em golpe, Dilma maculará a imagem do país” (O Globo 22 abr. 2016). Apesar ou exatamente por conta da pressão exercida, a presidenta não citou a palavra golpe no discurso realizado na Assembléia da ONU, abordou apenas o “grave momento que vive o país”⁴³. Dilma se referiu ao golpe somente em entrevista fora da ONU, para decepção de grande parte de seus apoiadores que entendiam que a tribuna das Organização das Nações Unidas seria

⁴³ Discurso de Dilma Rousseff na cerimônia de assinatura do acordo de Paris durante Assembleia da Organização das Nações Unidas em 22 abr. 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-do-acordo-de-paris-nova-iorque-eua> Acesso em:: 15 jul. 2018.

um espaço privilegiado para denunciar a trama em curso no momento, que visava retirá-la do poder. Esta foi apenas uma das diversas críticas direcionadas por setores da esquerda à forma como Dilma, Lula e o PT enfrentaram os ataques que culminariam no golpe.

Na conversa com os jornalistas, Dilma tratou do assunto e afirmou que “eu me julgo uma vítima, injustiçada. Se eu, que sou presidente, me sinto vítima de um processo ilegal, golpista e conspirador, o que dizer da população do Brasil quando seus direitos forem afetados?”(TERRA, 22 abr. 2016).

A atitude de O Globo, revelada nas opções realizadas em relação à aplicação nas suas manchetes e reportagens dos termos *impeachment* e golpe, e assumida nos editoriais em tom crítico, é semelhante à adotada pelos demais veículos da imprensa hegemônica, *blogs* e páginas das redes sociais de oposição ao então governo do PT. O ataque ao discurso de golpe seria coerente com a prática tradicional dos veículos de comunicação que segundo Moraes adotam estratégia acusatória em relação às opiniões divergentes: “o consenso fabricado no interior da mídia costuma situar o dissenso como ‘irresponsável’, ‘inconsequente’, ‘desagregador’, etc” (2016, p.114).

Apesar disso, de alguma forma, o governo, os partidos de esquerda e movimentos sociais conseguiram impor o debate sobre o tema, colocar a palavra golpe em pauta, ainda que sua publicação tenha sido realizada por esses veículos como forma de desconstruir seu significado e sua validade.

Os defensores do Governo Dilma Rousseff e mesmo os críticos da administração petista, mas que compreenderam que o processo de tomada do poder pela oposição não se baseou em preceitos constitucionais revelando-se uma ameaça à democracia, utilizaram o simbolismo do signo *golpe* como parte do método denunciativo buscando não só dialogar com a população brasileira, como obter repercussão no exterior. Desta forma, ainda que não tenham conseguido impedir a consumação do golpe, deram visibilidade mundial ao que, na concepção de Santos (2017), trata-se de uma nova estratégia para destituição, pelas elites insatisfeitas, de governantes legitimamente eleitos.

A técnica adotada agora, o golpe parlamentar, difere essencialmente da ocupação ilegal do governo tentada em 1954, tanto quanto da vulgar, embora vitoriosa, quartelada de 1964. [...] Sucessivas derrotas levaram a elite econômica do país, embora altamente compensada durante os governos trabalhistas, a associar-se aos setores preconceituosos da classe média no desespero das eleições como recurso para interromper a supremacia eleitoral trabalhista. Deterioração econômica e desacertos de condução política do governo, diz-se, propiciaram o adubo para que a pregação golpista, iniciada sob a suspeita de inexistente fraude

eleitoral, prosperasse, terminando vitoriosa no assalto ao poder governativo (SANTOS, 2017, p. 46).

A presente pesquisa se atém ao período cronológico que antecedeu o afastamento de Dilma Rousseff do poder, no entanto, é importante registrar que os fatos que se sucederam desde então – como a seletividade da Justiça e a repetição por parte do presidente Michel Temer das mesmas manobras antes classificadas de “pedaladas fiscais” sem punição, a prisão do presidente Lula e o esforço realizado para impedi-lo de se candidatar – ampliaram a percepção de que o Brasil vive um golpe em processo. Um quadro que, até o presente momento, se aprofunda com a implementação de política marcada pelo retrocesso em direitos e segue sem controle de suas consequências, com o avanço da extrema direita alçada ao poder pelas eleições de 2018.

2.2 EMOÇÕES: O MEDO E A AVERSÃO, CADA UM EM SEU TEMPO

A força dos signos na construção de sentido também se revela através das emoções. Assim, nos detivemos na observação do acionamento dos afetos na prática discursiva de O Globo nos momentos que precederam o afastamento dos dois presidentes. Momentos estes que foram marcados pela ampla participação dos brasileiros que se envolveram pessoalmente e colaboraram, de diferentes formas, com a propagação das ondas criadas nas ruas e, no caso mais recente, com forte presença nas redes sociais.

Nossa hipótese é de que há mais do que mero acaso e pura espontaneidade nesses ciclos e que houve o acionamento deliberado de emoções. Recorremos a Muniz Sodré para ressaltar o papel decisivo das emoções no processo de convencimento: “Desde a Antiguidade grega, sabem os grandes oradores que a mais poderosa eloquência é aquela que se vale da paixão, mas controlando-a calculadamente” (2016, p. 44). Na concepção de Sodré, emoções e sentimentos se complementam, mas ao mesmo tempo guardam a marca da diferença, sendo a emoção caracterizada “por uma expressão compulsiva e excessiva, por um apego ao que é por demais particular, enquanto o sentimento define-se como afecção deliberada, consciente, refletida, lúcida e serena. O sentimento é a emoção lúcida” (2016, p. 52). Visão que dialoga com o conceito do *Dictionnaire Philosophique* (2013), que define que as emoções não são estruturantes, mas momentâneas e

mobilizadoras⁴⁴, no entanto, através da repetição, elas podem levar a sentimentos mais consolidados.

Este processo encontra grande reverberação nos casos em análise, porém apontado que as emoções referentes não seriam apenas primitivas, instintivas e desatreladas de interesses e manipulações. Ao contrário, se apresentariam como poderoso instrumento na disputa que envolve diversos atores destes intrincados processos, aproveitando justamente o potencial mobilizador para a consolidação de sentimentos arraigados e complexos.

Esse compartilhamento de emoções é marcante nas relações sociais através da exploração dos signos, e seus inerentes significados ideológicos, como nos lembra Bakhtin.

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais (BAKHTIN, 2014, p. 42).

Em diálogo com a perspectiva bakhtiniana, Nussbaum considera que o acionamento das emoções se dá, há séculos, pela retórica, como um artifício de poder singular baseado no princípio de Aristóteles de que “crenças são a base essencial das emoções” (NUSSBAUM, 2004, p.26, tradução nossa). Sodré nos lembra que “o ocidente habituou-se a fazer a distinção entre o racionalismo cognitivo e as tensões ou perturbações da alma conhecidas como emoções ou sentimentos” (2016, p. 27), no entanto, essa delimitação tem sido posta à prova, especialmente na comunicação, pela adoção do que o autor classifica de “estratégias sensíveis”, em que as emoções ganham lugar de destaque através de “jogos de vinculação dos atos discursivos às relações de localização e afetação dos sujeitos no interior da linguagem” (2016, p. 10).

Desta forma, nos dedicamos a buscar rastros e vestígios da linguagem emocional nas capas de O Globo, identificando se o veículo abriu mão da objetividade, tão cultuada nos manuais de jornalismo desde os anos 1950, que indica a necessidade de “evitar palavras com função enfática, redundantes ou eufemísticas e a preferir a denotação à conotação” (RIBEIRO, 2007, p. 223). Nossa análise identificou duas subcategorias, o

⁴⁴ De acordo com o *Dictionnaire Philosophique*, de Comte-Sponville, emoção é: “*Un affect momentané, qui nous meut plus qu’il ne nous structure (comme ferait un sentiment) ou qu’il ne nous emporte (comme ferait une passion)*” (COMTE-SPONVILLE, 2013, p. 311)

medo e a aversão, como marcas principais, cada um a seu tempo, nos dois períodos históricos. Averiguamos o acionamento de emoções durante os dois processos que precederam os abalos à democracia no Brasil em 1964 e 2016 e que ganhou ainda mais relevância na eleição de 2018.

Neste tópico, optamos, para melhor compreensão, por realizar a apresentação não em ordem cronológica, mas iniciando por 2016 e, ainda, por aprofundar a observação para a íntegra de alguns dos textos que tiveram chamadas publicadas nas capas.

2.2.1 A Aversão em 2016

Ao se aprofundar o debate sobre de que forma as emoções atravessaram o processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o ódio merece destaque. Ele esteve presente de forma significativa não só nas falas dos atores diretamente envolvidos no processo, mas também nas opiniões expressas por grupos articulados que pautaram atos e manifestações, assim como de cidadãos de todas as classes e perfis transbordando, inclusive, para relações sociais e familiares.

No entanto, nas páginas dos jornais em 2016 o discurso de ódio foi substituído, como nos mostra a análise do *corpus*, por uma versão mais sutil, mas da mesma forma mobilizadora: a aversão, o nojo. Neste sentido, a palavra corrupção merece destaque e se revela como chave para compreensão do enfoque de acionamento de emoções. A exploração da temática como capaz de instigar a sociedade a defender o afastamento da presidenta Dilma Rousseff será abordada posteriormente, no terceiro capítulo. Neste tópico, nos interessa particularmente o simbolismo do signo, relacionado à decomposição de matéria orgânica, à putrefação⁴⁵. Significados que levam à associação a algo que causa nojo, que nos impulsiona ao distanciamento, na concepção de Miller (1997), como efeito concreto ao temor de contaminação.

Nojo é uma síndrome que em cada um dos casos desempenha um papel. Todos eles convergem para um forte senso de aversão a algo perceptível como perigoso por seu poder de contaminar, infectar ou poluir por aproximação, contato ou ingestão (1997, p. 2, tradução nossa).

⁴⁵ O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis registra seis significados para a palavra corrupção, entre eles, “Decomposição de matéria orgânica, geralmente causada por microrganismos; putrefação”. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=we1w>. Acesso em: 21dez. 2017.

Desta forma, a associação de um governo à corrupção resulta, na conceituação de Buchan e Hill (2014), em uma mancha, uma “marca da degeneração moral ou política” que cumpre papel numa espécie de repulsa da sociedade baseada no citado medo de contaminação. Paradoxalmente, o movimento de afastamento do objeto repugnante se traduz em união dos que compartilham a aversão, conforme destaca Ahmed (2014).

O ato de fala, 'Isso é nojento!', gera mais do que simplesmente um sujeito e um objeto. Também gera uma comunidade daqueles que estão unidos através da condenação compartilhada de um objeto ou evento nojento (2014, p. 112, tradução nossa).

Ao analisar as capas do jornal O Globo nos 30 dias que precederam a deposição da presidenta Dilma Rousseff, identificamos que a corrupção é apenas uma entre as diversas palavras empregadas nas manchetes que acionam emoções, palavras estas que somam, segundo nosso levantamento, 46 ocorrências nas chamadas de primeira página.

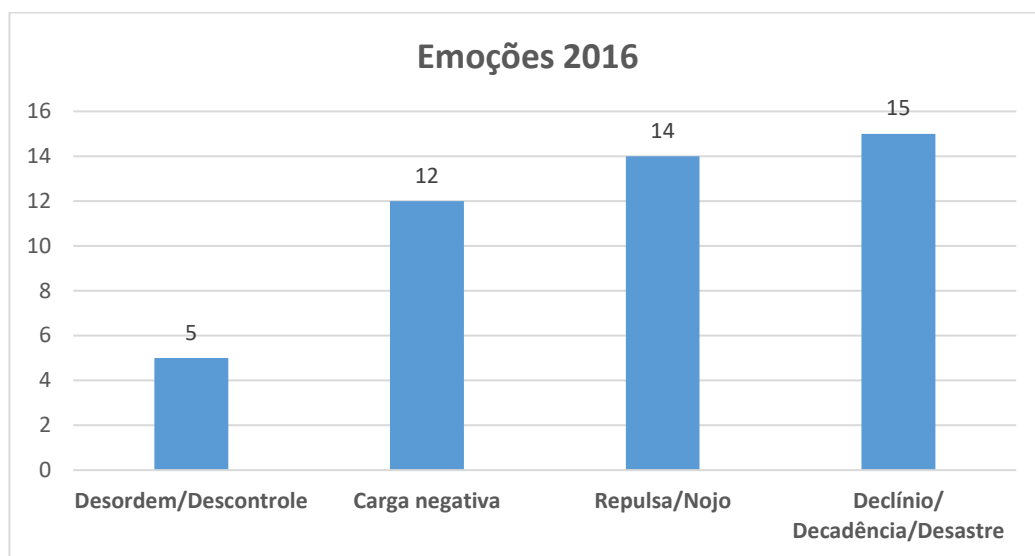
Figura 1 – Exemplos de manchetes com palavras e expressões que acionam emoções publicadas na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 abr. 2016



Elaboração própria com base em O Globo

Nesta categoria, entendemos que a *aversão* sintetiza o resultado de quatro subcategorias, considerando palavras ou expressões que remetem a: a) desordem/descontrole; b) emoções/sentimentos com carga negativa; c) repulsa/nojo d) declínio/decadência/desastre. Resultado sistematizado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Informações relativas às palavras/expressões que remetem a emoções nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016.



Elaboração própria

2.2.1.1 Desordem/Descontrole

Cinco palavras e expressões publicadas nas manchetes do período indicam a situação caótica. São elas: “submerge em meio a tumulto”, “debandada”, “caos”, “desorienta o observador”, “sem fôlego”.

Nada está em seu lugar. A crise aprofundada em meio ao caos prolongado, como sentença a chamada “Alan Gripp: Caos está longe do fim” (O GLOBO, 18 abr. 2016). No artigo publicado na página 26, após a aprovação do processo de *impeachment* pela câmara, trechos como “*day after* de uma noite eletrizante”, “derrocada petista”, “rancor do traumático processo de afastamento” e “estrangulamento econômico” (O GLOBO, 18 abr. 2016, p.26) compõe o mosaico de emoções que permeiam o texto.

A realidade desordenada e em processo acelerado. As palavras remetem ao movimento frenético e descontrolado explícito na chamada “Zuenir Ventura: Rapidez dos fatos desorienta o observador” (O GLOBO, 11 mai. 2016). Na íntegra do artigo, na página 23, trechos como “o imprevisível e a velocidade com que o cenário político se mexe” e “acordaram com uma bomba e foram dormir com outra”. No encerramento, frases carregadas de simbolismo: “para os supersticiosos, a semana apenas começou. Ainda falta a sexta-feira, 13”.

Em relação à manchete “Dilma tenta reverter debandada de aliados” (O GLOBO, 15 abr. 2016), o texto publicado na página 4 tem ritmo de frenética mobilização na

estratégia do governo e contém expressões como “batalha de votos”, “mal-estar no Planalto”, “profusão de listas dos nomes pró e contra”, “perdeu o controle dos votos”, “debandada de aliados e partidos nanicos”, “movimento intenso”.

Na capa do jornal, o descontrole angustiante se revela na chamada “Aeroportos privatizados e sem fôlego” (O GLOBO, 05 mai. 2016) e narrativa do naufrágio surge em “José Casado: Antigo governo submerge em meio a tumulto e sorriso de Dilma” (O GLOBO, 10 mai. 2016). Ressalte-se que o articulista já caracteriza Dilma Rousseff e sua equipe como “antigo governo” dois dias antes do início da votação no Senado que avaliaria a abertura do processo de *impeachment* da presidenta, apesar de que o processo só seria concluído em 31 de agosto, quatro meses depois. O texto usa ironia marcante ao se referir ao sorriso da governante na mesma frase em que constrói cenário de descontrole ao utilizar palavras como “submerge” e “tumulto. Na íntegra do artigo, que ganha o título de “Três sílabas e R\$ 1 bilhão” (O GLOBO, 10 mai. 2016, p. 21), trechos como “apaga-se o antigo governo entre manhas e artimanhas” e “governo que há muito perdeu a bússola e agora fenece por inanição política”. Frases que nos remetem ao que Orlandi (2015) conceitua como formação discursiva que “ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura” (2015, p. 61).

2.2.1.2 Emoções/Sentimentos com Carga negativa

Ainda que consideremos que todas as emoções analisadas são negativas, avaliamos que este grupo de palavras merece classificação específica pela sua radicalidade. Assim, neste grupo, no período a que se atém a pesquisa, foram identificadas 12 palavras ou expressões nas chamadas que remetem a emoções/sentimentos com carga negativa: “raiva”, “agonia”, “angústia”, “desafetos”, “pena”, “ofende”, “tétrico”, “horror”, “vexame”, “República de bananas”, “feios e malvestidos”, “estarecedor”.

A presidenta Dilma Rousseff é associada à negatividade, ao sofrimento emocional e, em certa medida, condenada como agente responsável pela crise em várias chamadas de capa. “Nelson Motta: Não dá para ter pena” (O GLOBO, 18 abr. 2016) remete ao texto publicado na página 24 sob o título “A soberba que antecede à queda” (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 24) em que frases de ataque e desprezo em relação à governante se sucedem:

Vagando como um fantasma pelas madrugadas do Alvorada deserto, sem autoridade, sem credibilidade, sem amigos ou aliados, se não fosse tão arrogante, autoritária e incompetente, e se não tivesse tanto desprezo pela inteligência alheia, Dilma mereceria pena (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 24).

Este foi apenas um dos diversos textos de construção de personalidade de Dilma Rousseff como alguém isolada e responsável pela própria derrocada, como veremos se repetir adiante, nas manchetes relacionadas a Declínio/Decadência/Desastre.

Ainda em relação ao texto de Nelson Motta, há também ataques ao sistema, ao PMDB, mas sem deixar de apontar para o PT como alvo preferencial em trechos como: “É a falência de um sistema eleitoral putrefato” e “Estaremos nas mãos da bandidagem do PMDB, tão maligna quanto os petistas que montaram o esquema de roubalheira na Petrobras para fraudar eleições e se perpetuar no poder, além de enriquecer ladrões” (p.24).

Outras manchetes, algumas já citadas em relação à análise golpe x *impeachment*, também são incluídas nesta categoria pela força das palavras utilizadas “Ministro do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe” (O Globo 21 abr. 2016); “Dilma soube separar papéis na ONU e evitou vexame” (O GLOBO, 23 abr. 2016) e ainda: “Em meio à angústia do fim, Dilma prepara livro para o futuro” (O GLOBO, 03 mai. 2016);

A negatividade ganha ainda força imagética na manchete: “Nelson Motta: Nunca imaginamos que fôssemos tão feios e malvestidos” (O GLOBO, 22 abr. 2016), chamada da crônica que aborda a votação pela admissibilidade do *impeachment* pela Câmara Federal. Publicada na página 17 com o título de “Horrores de um circo” (O Globo, 22 abr. 2016, p. 17) inclui frases como “imagens apavorantes de homens e mulheres urrando boçalidades ao microfone” e “mamavam nas tetas do governo”.

Da mesma forma, há concretude visual na chamada “Elio Gaspari: oligarquia alvo da Lava-Jato quer república de bananas” (O GLOBO, 24 abr. 2016). Nos dois casos, instala-se mal-estar, atingindo a autoestima e levando, de alguma forma, à repulsa pela realidade que se estampa na capa do jornal e, infere-se, espelharia a realidade.

2.2.1.3 Repulsa/Nojo

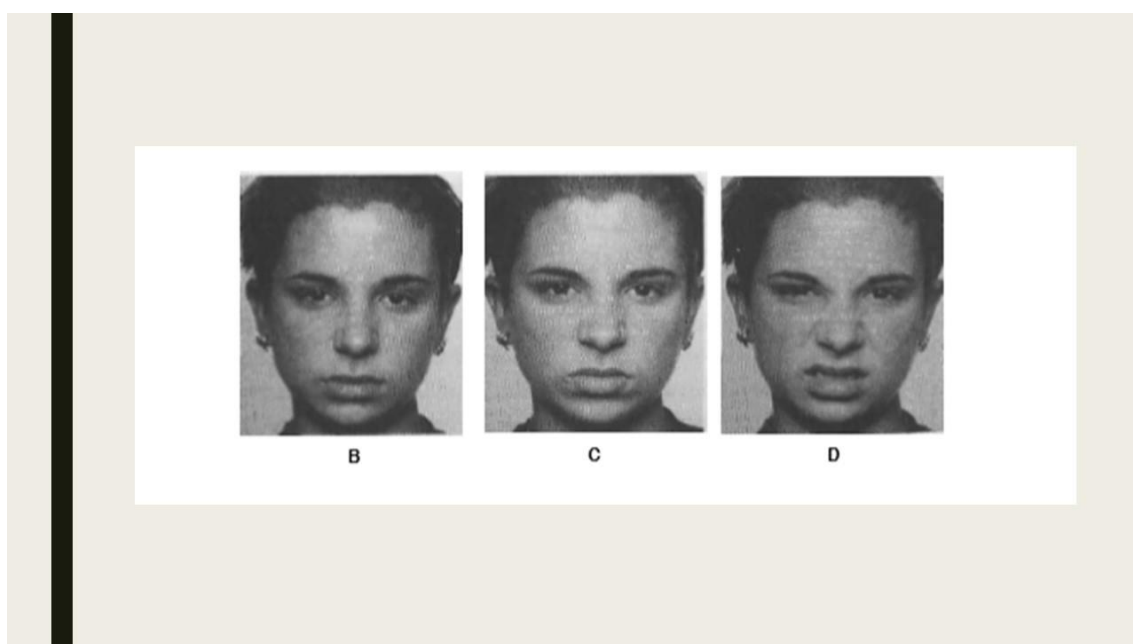
Esta subcategoria analítica se destaca no acionamento das emoções para a tentativa de criação de consenso de oposição ao governo de então. Trata-se de palavras e

expressões que remetem à repulsa, ao nojo. Elas ganham relevância pela intensidade e, em muitos casos, por não serem usuais na linguagem jornalística.

Foram identificadas 14 ocorrências: “ressaca”, “degradação”, “mancha”, “corrói”, “fim de feira”, “entranhas”, “aberrações”, “maculará”, “duas cabeças, mas acéfalo”, “fratura exposta”, “limbo”, além de três repetições da citação de “corrupção”.

As palavras reunidas parecem constituir um quadro de deterioração, revelar um país que está apodrecendo, se decompondo, chegando ao fim ou se transformando em algo monstruoso. São signos que remetem à repulsa, muitos deles possivelmente provocaram nos leitores, à época da publicação, reações de contrariedade, de nojo, talvez até tendo como consequência, no ato da leitura, a alteração da expressão facial nos padrões descritos por Paul Ekman: “as bochechas são levantadas, levantando as pálpebras inferiores, mas são as mudanças no nariz, na boca e nas bochechas que são importantes” (2003).

Figura 2 – Expressões que simbolizam o nojo. Estudo de Paul Ekman (2003)



Fonte: Ekman (2003, p. 201)

Além da palavra “corrupção”, que teve seus significados dissecados anteriormente, outras manchetes fazem associação da conjuntura político-econômica com a decomposição: “Nelson Motta: Compra de votos é degradação do Congresso” (O GLOBO, 15 abr. 2016) e “Inflação corrói novo salário” (O Globo, 02 mai. 2016). Passível de classificação semelhante está a expressão “fim de feira” na chamada: “Elio Gaspari:

Proposta de subir renda para acesso ao Fies é fim de feira e favorece empresários” (O GLOBO, 04 mai. 2016), alusão às negociações de um governo que vive seus últimos dias, tempos de liquidação, mas também aos restos de alimentos, ao estragado, ao que não se mostrou passível de consumo.

Com semelhante capacidade de gerar repulsa, pela associação à sujeira e ao desleixo, está o emprego das palavras “mancha” e “maculará”: “Eduardo Cunha mancha o Congresso Nacional” (O GLOBO, 28 abr. 2016) e “Merval Pereira: Se falar em golpe, Dilma maculará a imagem do país” (O GLOBO, 22 abr. 2016). E, ao mesmo tempo refletindo e reforçando um sentimento presente na sociedade neste período – o do enjoo com a situação do país –, registra-se a exploração de referências à náusea, à tontura, ao vômito como na manchete: “Artur Xexéo: A ressaca depois do reality show dos deputados” (O Globo 21 abr. 2016). E por fim, o emprego da palavra “limbo”, relacionada à morte sem descanso: “José Casado: Um presidente no limbo” (O GLOBO, 18 abr. 2016).

Ressaltamos a potencialidade de contaminação nas palavras destacadas nesta subcategoria analítica: “Flávia Oliveira: Uma fratura exposta” (O GLOBO, 18 abr. 2016), tem literalmente o sentido de osso quebrado, pele rompida, evidenciando o ferimento e indicando o risco de infecção. No corpo do artigo, no interior do jornal (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 26), a detalhada comparação da situação da democracia com um caso de emergência médica. “Intervenção cirúrgica”, “bactérias oportunistas”, “centro cirúrgico está contaminado”, “risco de infecção”, “a borda pontiaguda pode fazer sangrar” são algumas das expressões do texto que termina com: “E tem a dor. Dói demais a fratura na democracia. Doeu nos ossos de milhões de brasileiros”. O acionamento de signos que remetem ao nojo e à possibilidade de contaminação, que segundo a concepção de Miller (1997) convidam o medo a participar, ampliando assim o impacto sobre os leitores/cidadãos que se encontram diante de uma complexa conjuntura política.

Vale ainda nos determos na força imagética da expressão utilizada na manchete “Dilma e Temer disputam num país com duas cabeças, mas acéfalo” (O GLOBO, 04 mai. 2016), que se traduz em algo monstruoso, repugnante, assustador. Na íntegra do texto (O GLOBO, 04 mai. 2016, p. 18), referências a “um poder desmanchando melancolicamente”. Na mesma linha: “Maiá Menezes: O país vê suas entranhas” (O GLOBO, 18 abr. 2016) e “Humberto Costa: Processo com aberrações jurídicas” (O GLOBO, 11 mai. 2016), nesse último caso, a figura de linguagem apelativa é empregada pelo senador petista e ex-ministro do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. “Estranhas” e

“aberrações” compõe um quadro de palavras com forte carga de desumanização, tão característica do asco.

2.2.1.4 Declínio/Decadência/Desastre

Em relação às palavras e expressões que remetem à declínio/decadência/desastre, foram enquadradas 15 manchetes com quatorze ocorrências distintas, sendo que uma delas – “derrota” – teve dois registros. As demais são: “fracasso”, “decadência”, “piora”, “ocaso”, “desgaste”, “declínio”, “República de joelhos”, “desastre”, “implodir”, “encalha”, “tempestades” e “destrutiva”.

Apelando à dramaticidade, signos associados a desastre, à destruição foram utilizados em manchetes como: “Intervencionismo à la Dilma causou desastre econômico” (O GLOBO, 11 mai. 2016); “Lauro Jardim: Os sinais de que o governo Dilma está preste a implodir” (O GLOBO, 12 abr. 2016) e “Miriam Leitão: a soma das tempestades que atingiram Dilma” (O GLOBO, 17 abr. 2016). As palavras e expressões que realizam associação a uma catástrofe em concretização parecem revelar que as forças naturais se apresentam como obstáculos intransponíveis.

Registra-se um conjunto de palavras e expressões que enuncia um processo de falência, de esvaziamento, de fim de ciclo. Manchetes que apresentam narrativa apocalíptica, parecem prever com antecedência o desenlace da crise. A chamada “Luiz Antônio Neves: o ocaso do ciclo mágico” (O GLOBO, 18 abr. 2016) remete ao texto da página 23 em que o autor credita a petistas expressões que carregam a marca da decadência e que teriam sido ditas em referência ao partido como “ocaso do ciclo mágico” e “abaixo do volume morto” (O GLOBO, 18 abr. 2016, p. 23).

A decadência política é representada pela chamada “Flávio Freire: a República de Joelhos” (O GLOBO, 18 abr. 2016). Possivelmente, é a mais fiel tradução em imagem do discurso adotado. Ao indicar a humilhação, antecipar a derrota, constitui, através do discurso, a realidade.

Em chamadas como “Ricardo Noblat: PT volta à oposição após fracasso de Dilma” (O GLOBO, 09 mai. 2016) e “O declínio da presidente incidental” (O GLOBO, 17 abr. 2016) o periódico sela o destino da presidenta e também de seu partido, quatro meses antes do julgamento final no Senado. Nesta última manchete, é traçado um “perfil” de Dilma, mais uma oportunidade de associá-la a adjetivos nada enaltecidos: “Centralizadora, desconfiada e avessa a negociar com políticos”. O texto na primeira

página segue informando que “Dilma colecionou desafetos e despertou mágoas, admitem aliados. Agora a fatura chegou”. No interior do jornal, sob o título “Dilma: o declínio de uma presidente por acaso” (O GLOBO, 17 abr. 2016, p. 10), uma página inteira dedicada a descrever a presidenta, com referências nada elogiosas. A definição da presidenta é feita com as seguintes definições em relação ao início do primeiro mandato: “um ser estranho no mundo político”, “uma desconhecida entre os brasileiros”, “a mulher do Lula”. Já em relação aos momentos que precederam o *impeachment*, ela é apontada como a “rejeitada pela maioria”, “um corpo estranho” e são levantadas críticas: “lhe faltou fazer política desde que assumiu”. Há ainda descrição do período de alta aprovação do governo de Dilma, em que ela era “forte e popular”, mas, ainda assim, as referências guardam traços de ironia de desprezo e misoginia como em “Dilma ‘faxineira’ não perdoava suspeitas de ‘malfeitos’ de seus auxiliares”. A “presidente incidental” é descrita como alguém que tem como marca a “teimosia” e sob a qual pesam relatos de “xingamentos a assessores e ministros”, de fato, “uma presidente autoritária que não aceita ser contrariada ou compartilhar o poder”. Entre alusões ao passado de militante em que Dilma é apresentada como “guerrilheira”, a descrição de uma personalidade de difícil trato.

A construção da imagem de Dilma Rousseff como autoritária, agressiva e desequilibrada, o que a tornaria responsável pelo caos instalado no governo, foi amplamente explorada pela mídia. A reportagem da revista *Isto é* “Uma presidente fora de si” (ISTO É, 01 abr. 2016) tornou-se simbólica da exploração das emoções pela imprensa no período. No texto, expressões como “explosões nervosas”, “destempero”, “desconexão com a realidade do país”, “descompostura presidencial”, “irascível”, “fora de si”, “mais agressiva do que nunca”, “dispara palavrões aos borbotoes”, “surto de raiva” concluía que “os surtos, os seguidos destemperos e a negação da realidade revelam uma presidente completamente fora do eixo e incapaz de gerir o País”.

Nas subcategorias analíticas descritas, compreendemos que o discurso midiático, atravessado por expressões marcadamente emocionais, contribuiu para ampliar o impacto sobre os leitores/cidadãos que se encontravam diante de uma complexa conjuntura política, considerando que a discursividade tem na sua base forte mobilização de crenças e emoções (NUSSBAUM, 2004). O conjunto nos remete à aversão e o viés de análise aqui apresentado nos leva às reflexões realizadas por Miller (1997), que questiona quanto da aversão tem origem natural e o quanto é reflexo do que somos levados a sentir. Para o autor, “o nojo é um componente-chave do nosso controle social e ordem psíquica” (1997, p. 5, tradução nossa). No caso em questão, controle com repercussão marcante na

sociedade brasileira no período que antecedeu a deposição da presidenta. Desta forma, emoções e sentimentos que impelem ao afastamento, levam à profunda aversão, ao serem admitidos não só nas entrelinhas, mas também nas manchetes de capa de grandes jornais de circulação nacional, teriam contribuído com a rejeição ao governo petista. Aversão que foi marcante em relação à redução da distância da classe média da população pobre que ascendeu economicamente através das políticas de inclusão.

Deve-se ressaltar que não induzimos à conclusão de que a exploração de signos com alta carga emocional pela imprensa teria sido a responsável pela aceitação do *impeachment* pela sociedade, nem que as emoções estivessem presentes apenas na estratégia implementada pela mídia hegemônica e não na adotada pelo governo e veículos de comunicação que o apoiaram. Estes aspectos não integram nosso objeto de estudo, mas infere-se que a emoção tenha atravessado outros envolvidos no processo. O que nos cabe ressaltar é a percepção de que O Globo tenha adotado a linguagem emocional estimulando a disputa de classes, mobilizando a população e integrando assim o mosaico composto por múltiplos fatores, ao lado especialmente do ódio propagado pelas redes sociais, que neste caso teve ainda fortes componentes misógenos. Se o objetivo da oposição foi o de transformar em pegajosos (AHMED, 2014) os signos repulsivos, colando-os a imagem do governo Dilma, esse intuito parece ter sido bem sucedido através do acionamento de “estratégias sensíveis” (SODRÉ, 2016) desenvolvidas com o apoio precioso da imprensa.

2.2.2 O Medo em 1964

A análise das manchetes de 1964 aponta para o acionamento do medo como emoção capaz de contribuir com o estabelecimento do ambiente propício para a deposição do presidente João Goulart. Expressões como “ameaça grave”, “ameaças de invasões”, “perturbação da ordem”, “infiltração vermelha”, “escalada da catástrofe” e “agitação”, na maioria referentes à suposta ameaça comunista compuseram o quadro de preocupação e anseio de solução para o ambiente de crise de então, solução esta que, conforme apontavam os editoriais de O Globo, seria a intervenção das Forças Armadas. A *comunização* era o grande fantasma e se constituiu como a principal temática mobilizadora, como detalharemos no terceiro capítulo.

A radicalização da linguagem jornalística que precedeu o golpe se manteve durante a tensão estabelecida ao longo dos governos militares, marcadamente tendo como

alvo a resistência à ditadura e simbolizada por uma espécie de “animalização” dos militantes de esquerda, como revelou Abreu (2000, p. 55).

Mas o medo não foi a única emoção ativada no contexto da preparação do golpe contra Jango. Palavras que remetiam à desordem e descontrole, à decadência e também ao nojo tiveram espaço nas manchetes, como nos mostram os exemplos a seguir.

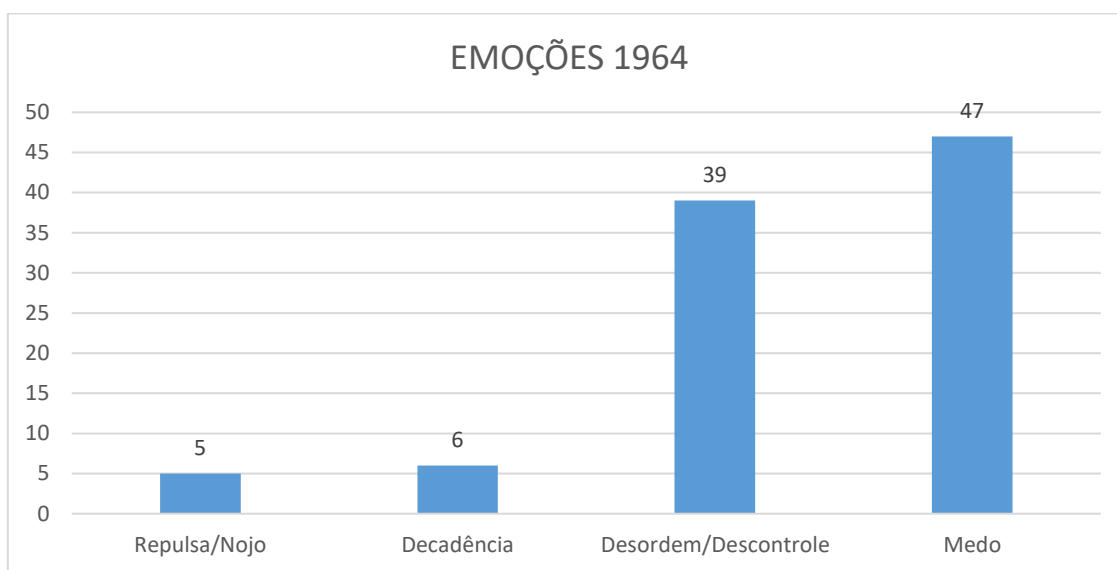
Figura 3 – Exemplos de manchetes com palavras e expressões que acionam emoções publicadas na capa de O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964



Elaboração própria com base em O Globo

Com objetivo de facilitar a reflexão, sistematizamos as manchetes analisadas. Das 157, 97 foram enquadradas em quatro categoriais: a) nojo, b)decadência, c)desordem/descontrole, d)medo, com predomínio das classificadas em medo e desordem/descontrole.

Gráfico 3 – Informações relativas às palavras/expressões que remetem a emoções nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016



Elaboração própria

2.2.2.1 Repulsa/Nojo

Diferentemente de 2016, quando a análise revelou que o nojo e a aversão foram amplamente explorados, em 1964 o resultado foi diferente. A corrupção era tema da conjuntura da década de 1960, no entanto, não foi temática marcante nos momentos que antecederam o golpe, como vamos abordar no terceiro capítulo. No enquadramento desta categoria, foram apenas cinco as ocorrências.

Entre as manchetes, “Democratas *repelem* na Praça das Nações a volta do PC e aplaudem a ação dos mineiros” (O GLOBO, 11 mar. 1964), referente à manifestação contra o que chamavam de comunização, utiliza-se o verbo repelir, remetendo ao significado de sentir asco, repugnância, associando com insetos que devem ser eliminados. A reportagem, na página seis, reproduz discursos com considerável carga dramática reforçando a necessidade de rechaçar os comunistas. Em referência aos militantes do PCB, alertam para o perigo considerando que “eles se infiltram em outros partidos”, conclamam ao “repúdio ao comunismo e aos falsos católicos”, denunciam os campos de concentrações russos onde “os presos políticos são castigados com o mais degradante trabalho escravo” e o risco da implantação no Brasil de um “regime de escravidão e subserviência total”. Na nota de apoio do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, lida na manifestação e transcrita em O Globo, a exaltação da ação das mulheres

capazes de “verter o vosso próprio sangue, imolar as vossas próprias vidas para que a cor da vossa bandeira continue auri-verde”; uma série de referências a situações que levam à rejeição aos comunistas e, por associação, ao governo Goulart.

Em outra manchete, “Boletim da FAB combate a *infiltração vermelha*” (O GLOBO, 12 mar. 1964) novamente termos que remetem ao nojo são utilizados em relação aos comunistas. A “infiltração vermelha” relativo a líquidos orgânicos, como os expelidos por células inflamatórias. O texto, publicado na página seis, aborda um boletim editado pelo Estado-Maior da Aeronáutica que tem como título “Como Eles Destroem”. A apresentação do boletim é reproduzida e contém trechos como “influxos de desagregação”, “perigo a que estão sujeitos nossos quartéis”, “possibilidade de infiltração vermelha” e “derramamento de sangue” (O GLOBO, 12 mar. 1964, p. 6).

Há ainda outras manchetes que impelem ao afastamento como “A *Repulsa* da Associação Comercial à Caluniosa Imputação ao O Globo” (O GLOBO, 26 mar. 1964) e “A Guanabara manifestará em concentração no dia 10 seu *repúdio* ao comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964). E, por fim, a chamada “Goulart anuncia esforço final para *sanear* as finanças do país” (O GLOBO, 10 mar. 1964) que marca a medida como sendo a última chance do presidente de desinfetar, limpar algo que está sujo, contaminado, que provoca repulsa.

2.2.2.2 Decadência

Também em relação à decadência houve diferenças entre os dois períodos. Nas páginas de O Globo em 1964 não se revelou tão fortemente um país em declínio, como em 2016, mas em desordem, sem controle e, principalmente, amedrontado, com veremos a seguir. A decadência se mostrou presente em seis títulos, especialmente em relação à crise do Banco do Brasil em manchetes como: “Protestado o cheque do Banco do Brasil, hoje será pedida a falência” (O GLOBO, 03 mar. 1964); “A Guanabara pediu na justiça a falência do Banco do Brasil” (O GLOBO, 04 mar. 1964) e “Contratado o defensor do Banco do Brasil no processo de falência” (O GLOBO, 07 mar. 1964).

A decadência é aparece ainda na chamada “Derrotas das esquerdas na Assembleia Legislativa” (O GLOBO, 12 mar. 1964) publicada acompanhada de texto com trechos que comemoram as dificuldades enfrentadas pela bancada de esquerda: “todos os membros esquerdistas foram escorraçados de suas Mesa”, “Não se pode desmerecer ou silenciar o significado da derrota total das esquerdas no legislativo local”, refere-se à base

de apoio da esquerda como “entidades espúrias” que teriam o objetivo de “agitar e intranquilizar a opinião pública”.

2.2.2.3 Desordem/Descontrole

O Brasil em desordem, descontrolado, está constituído nas manchetes do período analisado, refletindo e refratando a realidade, no sentido bakhtiniano. O mês que precedeu o golpe tem sua narrativa nas capas de O Globo repleta de termos que nos levam à percepção de um país à beira do caos. Saques, protestos, manifestações e revoltas ganham espaço entre as notícias. Nas 39 manchetes no enquadramento desordem/descontrole estão as que se referem a críticas ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, aliado de João Goulart, que enfrentava mobilização de trabalhadores: “Pernambuco Conflagrado” (O GLOBO, 05 mar. 1964). Há ainda chamadas como “Greve nos transportes visou a impedir comício anticomunista” (O GLOBO, 11 mar. 1964); “Protesto contra aumento de passagem” (O GLOBO, 17 mar. 1964);

Entre as manchetes deste enquadramento estão as que abordam a crise aprofundada com a chamada “Revolta dos Marinheiros”⁴⁶, episódio em relação ao qual Fico considera que o presidente João Goulart cometeu um dos seus principais equívocos no período (2014, p. 50). A manifestação dos marinheiros e a ocupação do Sindicato dos Metalúrgicos foi ressaltada em matérias e fotos que ocuparam praticamente toda a primeira página de O Globo no dia 28 de março. Entre as manchetes: “Postos em Liberdade os Marinheiros Sublevados” (O GLOBO, 28 mar. 1964), “Firme a Oficialidade da Marinha: Punição para os rebeldes e afastamento de Aragão” (O GLOBO, 30 mar. 1964) e “O Exército Permanece de Prontidão” (O GLOBO, 28 mar. 1964).

Há ainda as chamadas que registram o descontrole nas instâncias institucionais, como o destacado no editorial de O Globo, “Ataques insólitos ao Congresso” (O GLOBO, 04 mar. 1964) e as que já indicam a movimentação das Forças Armadas e o

⁴⁶ A “Revolta dos Marinheiros” se deu no dia 25 de março de 1964, aniversário de dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade não reconhecida pela Marinha. A comemoração foi proibida pelo Ministério da Marinha, mas realizada com a presença de três mil marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, que mantiveram a ocupação da entidade apresentando reivindicações como o reconhecimento da associação, a melhoria das refeições e mudanças no regimento disciplinar da Marinha. João Goulart entrevistou substituindo o Ministro da Marinha. Os manifestantes foram levados para o Batalhão de Guardas do I Exército, mas soltos à tarde para indignação de almirantes da marinha e oficiais do Exército com a quebra de disciplina (FICO, 2014, p. 50-51).

aprofundamento da crise: “Doutel Desmente Intenção de Golpe, Mazzilli Desaparece e a Crise Domina em Brasília” (O GLOBO, 31 mar. 1964).

O editorial “Isto é Democracia” (O GLOBO, 03 mar. 1964), publicado integralmente na primeira página como era padrão na época, não revela no título o que poderia ser enquadrado nesta categoria, mas o clima de desordem/descontrole perpassa integralmente o texto e é explicitado neste parágrafo:

A agitação impera em todos os setores da sociedade. Por omissão de muitos e conivência velada ou ostensiva, ato de elementos oficiosos para não dizer oficiais, prepara-se – só os cegos não veem – um clima de inquietude e desordem que pode levar as instituições à derrocada (O GLOBO, 03 mar. 1964).

O editorial, com seu jogo de palavras e estilo contundente, pode ser entendido pelo olhar de hoje, quando o desfecho da crise é conhecido, como premonitório ou antes como indicativo de pressão para que houvesse uma intervenção militar, o que nos reporta a Orlandi (1999) que ressalta que “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (2015, p.23).

2.2.2.4 Medo

A década de 1960 foi marcada pelo contexto da “Guerra Fria” e pela “ameaça comunista” com o clima de tensão que atravessou as disputas políticas travadas no Brasil. Esta conjuntura foi intensamente explorada pela imprensa resultando no medo como a emoção mais frequentemente ativada nas primeiras páginas de O Globo no período do estudo. Das 97 manchetes que revelaram a exploração das emoções no período, 47 apontavam para os riscos e a instauração do medo. O cenário internacional, com o enfoque no perigo que significaria o comunismo e a necessidade de combatê-lo, foi destaque em títulos como: “Projeto soviético para Cuba é ameaça grave para o hemisfério” (O GLOBO, 06 mar. 1964); “MCNAMARA em Saigon: os EUA e o Vietnam esmagarão os comunistas” (O GLOBO, 09 mar. 1964); “Os EUA ajudarão os países do hemisfério contra ameaça Castrista” (O GLOBO, 17 mar. 1964); “Propostas Russas em Genebra favorecem chantagem nuclear” (O GLOBO, 18 mar. 1964); “URSS Recusa a Destruição de Bombardieiros Nucleares” (O GLOBO, 20 mar. 1964); “Mortos 126 guerrilheiros no Vietnam do Sul” (O GLOBO, 25 mar. 1964) e, por fim, “Criou-se um soviete na Marinha de Guerra” (O GLOBO, 31 mar. 1964) em que estão presentes

expressões como “crise militar”, “subversão das instituições”, “gravidade da situação”, “infiltração comunista no governo”, “soviete de marinheiros”, “desrespeito à hierarquia e a disciplina”, “visando o enfraquecimento, a divisão e o esfacelamento das Forças Armadas”, “situação muito grave” e “rescaldos da crise”.

Nesse contexto, o governo de João Goulart foi acusado diversas vezes pela oposição de ter como projeto a implantação do comunismo no Brasil, iniciando por instalar a “república sindicalista”. Diante disso, qualquer ato de resistência ao comunismo de Jango, ganhava destaque na imprensa, levando a sensação de insegurança à população, como aconteceu com a manifestação realizada num pequeno município mineiro de Além Paraíba, que segundo o Censo Demográfico de 1960 (s/d)⁴⁷ contabilizava população de 31.789 (p.80) habitantes, enquanto a capital, Belo Horizonte a população passava de 683 mil pessoas (p.84): “Mobiliza-se Além Paraíba para combater o comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964). Na íntegra da matéria, na página cinco, a reunião de organização do ato a ser realizado na cidade é descrita com linguagem carregada de intensidade em frases como: “alertar o público sobre os perigos dos momentos que atravessamos”, “todos os oradores condenaram a infiltração vermelha que acontece no país”, “líderes vermelhos”. A reportagem reproduz um manifesto com fragmentos como “Além Paraíba, compenetrada na transcendental missão que lhe incumbe nesta hora grave de decisões históricas, levanta-se de pé”, “pela ordem e contra a baderna”, “contra a agitação dirigida e estipendiada” e “contra a comunização ilusória e a ingenuidade suicida” (O GLOBO, 09 mar. 1964, p.5).

Outras manchetes estimulando o medo em relação ao comunismo apontavam para a mobilização da Igreja, das mulheres, do Congresso e até dos Estados Unidos, sempre redigidas de forma a aprofundar a tensão social. Em “Goulart acusado de traição à pátria pelo Pe. Calazans” (O GLOBO, 17 mar. 1964), o discurso do Monsenhor Benedito Mário Calazans, padre e senador de São Paulo eleito pela UDN, oposição à João Goulart, é realçado através da afirmação: “esse homem nunca deveria ter tomado posse e devemos exigir que ele renuncie porque é um traidor à Pátria”.

O apelo à linguagem dramática que instiga o medo causado pelo comunismo se faz presente em manchetes como: “Jamais poderá a igreja transigir com o comunismo, que rouba ao homem sua dignidade e nega-lhe a liberdade” (O GLOBO, 18 mar. 1964);

⁴⁷ Dados do Censo Demográfico de 1960, VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, Volume I Tomo IX, com dados sobre o estado de Minas Gerais. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf Acesso em: 20 jan. 2019.

“Enterro do Comunismo” (O GLOBO, 21 mar. 1964); “A Mulher Pernambucana contra o Comunismo e Pela Democracia” (O GLOBO, 23 mar. 1964); “Pelas Armas ou por Caminho Pacífico” (O GLOBO, 26 mar. 1964); “Reage o Congresso à Comunização do Brasil” (O GLOBO, 31 mar. 1964) e “A Influência Comunista no Brasil preocupa Washington” (O GLOBO, 31 mar. 1964).

Novamente, merece ressaltar a complementaridade exercida pelos editoriais de O Globo. Em “Levantem as Viseiras” (O Globo 07 mar. 1964), que se revela como síntese da exploração das emoções realizada pelo jornal, o medo entra em pauta de forma explícita:

É evidente que tudo isso ocorre, exclusivamente, em consequência dos temores que assaltam a população, que se sente intranquila diante dos acontecimentos políticos e se deixa impressionar pelos choques que mantém em pé de guerra o governo e a oposição (O GLOBO, 07 mar. 1964).

No último parágrafo, a recomendação em tom de ordem: “Levantem as viseiras e ponham-se a conversar, mas consigam, de qualquer maneira, fazer desaparecer a ansiedade, o medo, o negativismo” (O GLOBO, 07 mar. 1964).

O temor, diariamente publicado, seria um reflexo do clima da sociedade ou, ao contrário, as publicações seriam responsáveis pela instauração do medo? A pergunta para a qual não se encontrará resposta com simplicidade, nos leva a refletir sobre o estudo de Ekman (2003) que aborda a possibilidade desta emoção ser estimulada por aprendizado.

Podemos aprender a ficar com medo de quase tudo. Não há dúvida de que algumas pessoas temem coisas que, na verdade, não representam nenhum perigo, como o medo da escuridão das crianças. Adultos, assim como crianças, podem ter medos infundados (2003, p. 170, tradução nossa).

Esta análise nos leva à reflexão sobre o risco de manipulação através do medo, à medida em que “antecipar a ameaça de danos também pode monopolizar nossa consciência por longos períodos de tempo” (Ekman, 2003, p. 174). Como ápice desta prática da difusão do medo pela capa de O Globo, temos a primeira página do dia 31 de março de 1964. Das dez manchetes, apenas uma não trata da tensão extrema que culminaria no golpe a ser desfechado na madrugada seguinte.

Figura 4 – Primeira página de O Globo em 31 mar. 1964



Elaboração própria com base em O Globo

Por fim, consideramos digno de registro que as palavras que remetem a sentimentos positivos foram redigidas em reportagens que davam visibilidade à oposição a João Goulart. Alguns exemplos: “A ‘Marcha da Família’ já conta com apoio de 28 instituições” (O GLOBO, 31 mar. 1964); “Vibrou o povo de Santos Durante a Marcha da Família” (O GLOBO, 26 mar. 1964); “A Nação Unida às Forças Armadas” (O GLOBO, 31 mar. 1964); “A Marcha da família empolga todos os setores da população” (O GLOBO, 25 mar. 1964); “Homenagens a Dutra pelo seu pronunciamento em favor das instituições”(O GLOBO, 23 mar. 1964); “Lacerda e Ademar se declaram unidos pela causa democrática” (O GLOBO, 21 mar. 1964); São Paulo de pé em defesa da democracia (O GLOBO, 20 mar. 1964).

Conforme os enquadramentos realizados, inferimos que o apoio ou a repulsa aos diferentes lados da disputa política se desvelam na seleção e uso de palavras e expressões que levarão ao leitor a informação, com significativa carga emocional. Afinal, eles não estão descolados do contexto de uma era. Como nos indica a filosofia bakhtiniana, todo signo ideológico vivo é passível de diferentes interpretações e “vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHTIN, 2014, p. 45).

Desta forma, buscando um viés comparativo com os dois momentos históricos, identificamos a exploração das emoções atrelada às distintas conjunturas. Como nos indica Sodré, não podemos nos abster de “indagar sobre o encaminhamento político das emoções” (2016, p. 15). E elas dizem muito sobre a sociedade, sobre as articulações políticas e sobre o diálogo estabelecido entre a imprensa e os leitores, com transbordamento para a realidade. Para além do racional e do concreto, os afetos são acionados de forma decisiva nos momentos de grandes transformações sociais. Assim como nas eleições os vínculos estabelecidos entre candidatos e seus eleitores são decisivos, impactando no resultado do pleito, nos momentos de golpe, com a ruptura do pacto democrático firmado através das escolhas realizadas nas urnas, as emoções estão em cena, desempenhando papel importante na tentativa de construção de consenso, ou ao menos de maioria em torno de uma das teses em disputa.

Como pudemos constatar, em 1964 o medo foi explorado ao limite nas publicações realizadas pelo jornal O Globo, o que se constitui de importância especial ao termos em mente que o periódico assumiu o apoio ao golpe. Como abordaremos no terceiro capítulo, hoje as alianças estabelecidas no período já são conhecidas e a análise dos elementos que levaram à deposição de João Goulart da presidência revela a participação do Grupo Globo e deixa perceptível a importância do que foi publicado com objetivo de criar ambiência de aprovação ao golpe. Contribuir com a disseminação de temor em relação ao comunismo e às ameaças sobre a família e a Igreja, como pudemos comprovar, fez parte da linha editorial adotada.

Em relação a 2016, não há ainda a publicização, por parte do jornal O Globo de sua participação na estratégia de derrubada de Dilma Rousseff, no entanto, a análise das primeiras páginas indica a construção de narrativa contrastante com a isenção propalada pelo Grupo Globo e o intenso apelo emocional dos textos publicados. Desta forma, teria havido complementaridade entre o ódio que se propagou pelas redes sociais e em manifestações, com o nojo e a aversão estampados nas páginas do jornal. Consideramos que esta construção jornalística de imagem que causava repulsa, de certa forma, alimentou o ódio externado sem constrangimento pelos opositores do governo petista.

A disputa de sentido abordada neste capítulo se complementou pelas alianças, temáticas e pelo papel dos intelectuais orgânicos do jornalismo, conforme veremos a seguir.

3 TEMÁTICAS, ALIANÇAS E O PAPEL DOS INTELECTUAIS

São múltiplos os enlaçamentos entre a política e os discursos públicos em disputa. Por sua posição na seleção e difusão destes discursos, os meios de comunicação de massa são atores centrais de todo o processo. Eles apresentam a si mesmos como portadores de fragmentos lídimos da realidade, mas seu produto não é exterior aos conflitos que relata” (BIROLI; MIGUEL, 2017, p. 210).

Como atores destacados na disputa de poder, os meios de comunicação fazem, permanentemente, escolhas na definição de sua narrativa. A falsa e frágil imparcialidade serve neste contexto, como alertam Biroli e Miguel, a interesses ideológicos e reforço da opressão, considerando que tornam pontos de vista dominantes posições supostamente universais (2017).

Desta forma, neste capítulo nos dedicamos à análise mais ampla, nos atendo menos às especificidades dos signos, mas aprofundando a investigação em busca de identificar as semelhanças e rupturas dos dois momentos históricos no que diz respeito às categorias analíticas das grandes temáticas mobilizadoras, os atores e alianças estabelecidas e ainda os jornalistas e o jornal imbuídos no processo de formação de opinião pública como intelectuais orgânicos e coletivo.

3.1 COMUNISMO E CORRUPÇÃO: TEMÁTICAS MOBILIZADORAS

A deposição de um presidente da República legitimamente eleito, seja através do golpe militar ou do golpe parlamentar, significa uma ruptura que demanda algum nível de apoio popular para que seja implementada. Se não a construção do consenso, muitas vezes inalcançável na sua plenitude em momentos de polarização, ao menos o consentimento de uma parcela significativa da sociedade e a neutralidade de outra são necessários para garantir a hegemonia e reduzir a resistência daqueles que defendem a permanência do governante no cargo. Nos dois momentos estudados na presente pesquisa, identifica-se que a tomada do poder se deu com significativa mobilização da população em manifestações contra ou a favor dos presidentes. A chamada “voz rouca das ruas” ecoou em ambos os episódios, no caso da oposição, através de bandeiras específicas, temáticas que justificaram o empenho de multidões na missão de abreviar os mandatos de João Goulart e Dilma Rousseff. As “Marchas da família com Deus pela

liberdade”, em 1964, e as manifestações em verde e amarelo, em 2016, tinham seus próprios eixos mobilizadores.

Como indicado anteriormente, a acusação que levou ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff do poder foi formalmente ancorada na suposta realização de operações fiscais do Tesouro Nacional não previstas na legislação, as chamadas “pedaladas fiscais”. No entanto, todo o processo que culminou com a retirada do poder da presidenta Dilma Rousseff foi contextualizado por outro mote: a corrupção. E não por acaso. Esse é um tema recorrente na pauta de oposição a governos brasileiros por sua fácil assimilação, como ressalta Moretzsohn.

O apelo ao discurso anticorrupção sempre teve muito sucesso, sobretudo porque é muito simplificador e, por isso, se enquadra perfeitamente na lógica binária do senso comum, de modo que qualquer crítica a esse discurso tende a ser entendida como indício de suspeita conivência ou, pelo menos, descaso para com a coisa pública (MORETZSOHN, 2017, p.69).

Um jogo político que se encaixa sob medida para o chamado à participação da população: “O combate à corrupção possui forte conotação positiva, pois se baseia num consenso genérico e difuso pela moralidade política, daí seu uso como mobilizador da opinião pública” (KOERNER; SCHILLING, 2015, p.82).

Nosso objetivo é identificar em que medida a corrupção foi, de fato, a temática mobilizadora em 2016 e como ela se desvelou nas manchetes de O Globo. Por outro lado, perceber se este tema, tantas vezes presente na história política brasileira, foi também o acionador do processo que culminou na deposição do presidente João Goulart em 1964.

3.1.1 Corrupção: 2016

A corrupção é assunto marcante na pauta global contemporânea. A temática, que sempre foi explorada politicamente, ganhou, a partir da década de 1990 nova visibilidade e amplitude, mobilizando uma espécie de “indústria anticorrupção” e com destaque entre os organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial e a Transparência Internacional, gerando polêmica a respeito dos interesses envolvidos e dos enfoques de abordagem num contexto neoliberal.

No Brasil, há décadas, esta é pauta intensamente explorada pelos meios de comunicação - o caso de Getúlio Vargas na década de 1950 é exemplo marcante - e passou, mais recentemente, a ser objeto também de políticas públicas. As medidas

tomadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores no combate à corrupção são identificadas por distintas fontes. Leonardo Avritzer, por exemplo, ressalta a expansão da Controladoria-Geral da União (CGU) e as condições dadas à Polícia Federal para investigação, no entanto, considera que tais medidas não teriam evitado o envolvimento de integrantes do partido em crimes desta natureza. O autor também aponta para as dificuldades para solucionar a corrupção no Brasil, diante dos esquemas históricos de desvio de recursos públicos que fazem parte da gestão estratégica do Estado brasileiro (2016, p.19).

Na esquerda e inclusive no interior do PT também se registra críticas pelo envolvimento de integrantes do partido em casos de corrupção. Na campanha eleitoral de 2018, o candidato petista Fernando Haddad admitiu que houve falha nos mecanismos de fiscalização das empresas estatais durante os governos Lula e Dilma: “Faltou controle interno nas estatais. Isso é claro. Diretores ficaram soltos para promover a corrupção e se enriquecer pessoalmente” (Jornal Nacional, 13 de out. 2018).

No entanto, a dimensão e a profundidade da corrupção no Brasil são controversas. Jessé Souza rechaça o argumento de sermos um país corrupto e alerta para os interesses envolvidos na criação desta autoimagem nacional. Enquadra a temática como estando a serviço da deslegitimação de governos progressistas (SOUZA, 2016, p. 38). Na visão do autor, esta estratégia foi a peça chave do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Teria sido com o objetivo de propiciar o golpe, e não de combater os malfeitos da administração petista, que a imprensa teria explorado incansavelmente os desvios de recursos no setor público. O que dialoga com a percepção de Biroli e Miguel: “houve uma evidente desproporcionalidade entre os espaços concedidos àquelas denúncias feitas contra apoiadores do governo e às outras, que atingiam lideranças da oposição de direita – as últimas foram sistematicamente abafadas” (2017, p. 202).

A superexposição das denúncias contra os partidários do governo é realizada com ampla exploração de detalhes revelados cotidianamente, com visibilidade exagerada da imagem dos atores envolvidos, como personagens da trama em cartaz. Os efeitos da publicização de suspeita de envolvimento de figuras públicas em desvios de recursos do Estado são contumazes, o que marca os alvos de denúncia com uma espécie de mancha moral, conforme conceituado por Buchan e por Hill (2014), e abordado no segundo capítulo quando tratamos da aversão causada pela corrupção. No contexto da luta política travada entre governo e oposição, com intensa participação do judiciário e da imprensa,

as denúncias de corrupção tornaram-se elemento central da escandalização da política, desconsiderando os riscos inevitáveis à democracia.

Os escândalos políticos não são apenas tragédias pessoais: eles são também lutas sociais que são travadas no campo simbólico, no vaivém de afirmações e contra-afirmações, de revelações, alegações e negativas. São lutas que têm seus próprios protagonistas, cada um empregado suas próprias estratégias em uma sequência interminável de acontecimentos que muitas vezes escapam ao controle das pessoas neles envolvidas e que, graças à mídia, se tornam acessíveis ao espaço público para que uma quantia inumerável de outras pessoas assista, escute ou leia sobre eles. E eles são lutas em que parte do que está em jogo são os próprios recursos dos quais o poder, até certo ponto, depende (THOMPSON, 2000, p. 31).

Sendo a corrupção motor da escandalização em pauta, ressaltamos que estudos sobre a corrupção realizam diferenciação entre duas categorias: a corrupção passiva e a ativa. A partir do resultado da análise do *corpus*, avaliamos a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o aspecto passivo da corrupção, que o Código Penal Brasileiro descreve como: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem” (BRASIL, 1940). A corrupção ativa, praticada por aquele que oferece a vantagem, o corruptor, não é destaque nem na ação da Justiça, nem da imprensa, como a pesquisa revelará adiante. O envolvimento de agentes do Estado no desvio de recursos públicos parece se prestar aos interesses dos grupos hegemônicos.

Na visão de Jessé Souza, o foco na corrupção passiva visa esconder a corrupção do que classifica como “elite do dinheiro” (SOUZA, 2016, p. 38), abrindo espaço para que esta elite perpetue suas negociações nebulosas, sem questionamento.

A percepção de Souza a respeito da estratégia discursiva da imprensa, que passou a dar nova amplitude às denúncias de corrupção com foco nos governos petistas, é corroborada pela análise das capas de O Globo referente ao período que precedeu o golpe contra Dilma Rousseff e tem resultado em consonância com a percepção de Venício Lima (2015). O autor aponta a intencionalidade na reverberação das denúncias de corrupção: “A crise política foi se transformando no ‘maior escândalo de corrupção da história do país’ e confirmou-se o padrão de seletividade (omissão e/ou saliência) na cobertura jornalística, identificado desde 2005” (2015, p. 109).

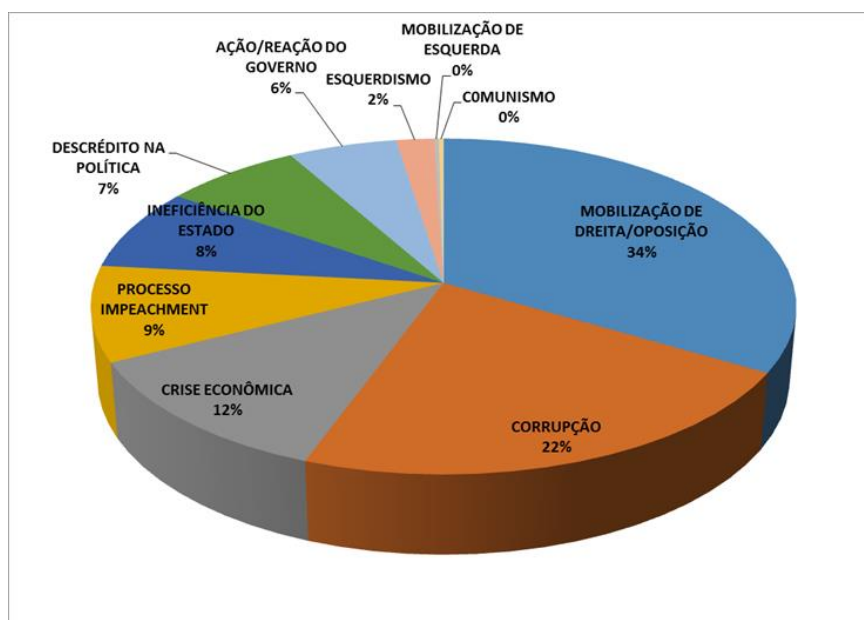
Como método, inicialmente, realizamos levantamento quantitativo, classificando as manchetes em dez diferentes categorias temáticas, sendo que alguma das 378 chamadas foram duplamente enquadradas.

Tabela 1 – Informações relativas à classificação analítica das manchetes publicadas entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016

	Quantidade	%
MOBILIZAÇÃO DE DIREITA/OPOSIÇÃO	135	33,5
CORRUPÇÃO	89	22
CRISE ECONÔMICA	48	12
PROCESSO <i>IMPEACHMENT</i>	37	9,2
INEFICIÊNCIA DO ESTADO	32	7,9
DESCRÉDITO NA POLÍTICA	29	7,2
AÇÃO/REAÇÃO DO GOVERNO	23	5,7
ESQUERDISMO	8	2
MOBILIZAÇÃO DE ESQUERDA	1	0,25
COMUNISMO	1	0,25
TOTAL:	403	100

Fonte: elaboração própria

Gráfico 4 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016 de acordo com a classificação analítica.



Fonte: elaboração própria

Como é habitual em processo de enfrentamento em momentos de enfraquecimento do governo, as matérias referentes ao tema Mobilização de Direita/Oposição alcançaram o maior percentual, 33,5%. A temática reflete os assuntos factuais e compreende amplo espectro, englobando as movimentações da oposição no Congresso, a mobilização da população contra a presidenta, as matérias publicadas culpabilizando o governo pela situação que levou ao *impeachment* e ainda as tratativas para montagem do governo interino de Michel Temer, que se transformaria em efetivo posteriormente. Destaca-se a desproporção em relação às ações do governo Dilma e de sua base de apoio no mesmo período, apenas 5,7% das manchetes.

Entre as manchetes que culpam a presidenta pela sua queda, mesmo antes do desfecho do julgamento, estão: “Sérgio Fadul: impedimento começou no PT” (O GLOBO, 18 abr. 2016); “Moreno: Dilma perdeu suas chances” (O GLOBO, 18 abr. 2016); “Noblat: PT volta à oposição após fracasso de Dilma Rousseff” (O GLOBO, 09 mai. 2016) e “Erros políticos e corrupção venceram a esperança” (O GLOBO, 11 mai. 2016) e “O declínio da presidente incidental” (O GLOBO, 17 abr. 2016) em que é traçado um perfil de Dilma: “centralizadora, desconfiada e avessa a negociar com políticos, Dilma colecionou desafetos e despertou mágoas, admitem aliados. A fatura agora chegou”.

Em segundo lugar, com 22%, surge a temática que representa, de fato, o assunto em destaque como pano de fundo para a conjuntura: a corrupção. Têm presença predominante as matérias que envolvem políticos, especialmente os ligados ao governo e ao Partido dos Trabalhadores: “Ricardo Noblat: Lava-Jato já dispõe de provas suficientes para prender Lula” (O GLOBO, 25 abr. 2016); “Lula é denunciado ao STF” (O GLOBO, 04 mai. 2016); “Janot teve as condições políticas para denunciar Lula como chefe da organização”⁴⁸ (O GLOBO, 04 mai. 2016); “Janot denuncia Pimentel à Justiça por corrupção”⁴⁹ (O GLOBO, 07 mai. 2016); “Procurador-Geral denuncia Gleise ao STF”⁵⁰ (O GLOBO, 08 mai. 2016). Ainda sobre corrupção, há várias manchetes relativas ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que teve posteriormente seu mandato cassado e foi preso.

O total de 89 matérias com a temática destacada na primeira página no período de um mês leva a média de 2,9 manchetes sobre o assunto publicadas diariamente. Certamente, como apontado por Avritzer (2016), resultado de ação mais efetiva no

⁴⁸ Rodrigo Janot, então Procurador-Geral da República

⁴⁹ Fernando Pimentel, Governador do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais.

⁵⁰ Gleise Hoffmann, Senadora do Partido dos Trabalhadores do Paraná.

combate à corrupção, que trouxe à tona esquemas antes encobertos pelo sigilo e a cumplicidade, mas também por interesses outros, obviamente não assumidos, da imprensa e seus aliados – oposição ao governo, judiciário, empresários. Interesses que Jessé Souza define como tendo como objetivo a “eliminação do inimigo político” (SOUZA, 2016, p. 50). Neste contexto, a Operação Lava Jato cumpriu papel de destaque. Como veremos adiante ainda neste capítulo, na análise dos atores envolvidos na ação que culminou no *impeachment*, a operação iniciada em 2009 no Paraná, ganhou nova dimensão exatamente em 2014 quando foi feita a unificação de várias operações que até então se desenvolviam em paralelo. O ano de 2014 foi o ano da reeleição de Dilma Rousseff, que, como apontado no segundo capítulo, já assumiu ameaçada de *impeachment*.

Nas manchetes analisadas, além do termo corrupção, registra-se um amplo vocabulário criminal que inclui palavras como: “réu”, “caixa 2”, “fraude”, “propina”, “preso”, “delação”, “cadeia”, “ladrões”, “julgar”, “provas”, “quadrilha”, “inidônea”, “inquérito”, além de repetidas citações de “Lava Jato”.

Identificam-se ainda chamadas que realizam pré-julgamento, como nos seguintes exemplos: “Propina em obra indicada por Lula” (O GLOBO, 16 abr. 2016); “Processo de *impeachment* derrota projeto criminoso de poder” (O GLOBO, 03 mai. 2016); “Imagem de presidenta honesta de Dilma é contestável” (O GLOBO, 08 mai. 2016); “Como o PT atraiu aliados a base de cargos e dinheiro” (O GLOBO, 11 mai. 2016), exemplos de manobra discursiva característica da imprensa, como indica Charaudeau. “Nas mídias, os jogos de aparências se apresentam como informação objetiva, democracia, deliberação social, denúncia do mal e da mentira, explicação dos fatos e descoberta da verdade” (2018, p. 29).

A análise crítica das manchetes não significa que tenhamos intenção de atribuir ao jornal a responsabilidade integral das denúncias ou de isentar os governos petistas de envolvimento em atos de corrupção, alguns deles posteriormente comprovados. No entanto, nos cabe chamar atenção para a seletividade das denúncias, considerando que os governos anteriores se utilizavam de práticas semelhantes sem que isso causasse espanto ou levasse à publicação de manchetes na primeira página, com a ressalva de que o fato de ser prática corrente não minimiza a ilegalidade.

Simbólico da estranheza causada pelo reposicionamento da imprensa em relação aos casos de desvio de recursos públicos é o depoimento prestado, em 2017, pelo empreiteiro Emílio Odebrecht. O empresário externou a surpresa com a escandalização

em torno do tema, depois de décadas de funcionamento dos esquemas de corrupção, que perpassaram diversos governos: “A imprensa toda sabia de que efetivamente o que acontecia era isso. Por que agora estão fazendo isso? Por que não fizeram isso há dez, 20 anos atrás?”. No depoimento, o empresário aponta a hipocrisia das denúncias tardias: “Essa imprensa sabia disso tudo e fica agora com essa demagogia”(EL PAÍS, 17 abr.2017)⁵¹.

Os questionamentos apresentados pelo empreiteiro têm profunda relação com a presente pesquisa. O oportunismo na utilização, em momentos de crise, de informações há muito tempo conhecidas levanta a suspeita de não casualidade, mas de estabelecimento de estratégia de comunicação que atenda a interesses inconfessáveis e não ao papel que a própria imprensa se autoatribui de vigilante das dos governantes e das instituições públicas.

3.1.1.1 O destaque do aspecto passivo

Os resultados obtidos nos levaram ao detalhamento de subcategorias analíticas, conforme indicado anteriormente: da corrupção ativa e passiva. Para efeito de aprofundamento da análise, classificamos as manchetes nesses dois enfoques e uma terceira categoria para as chamadas que abordam os dois aspectos, ativo e passivo, denominado aqui de “ambas”.

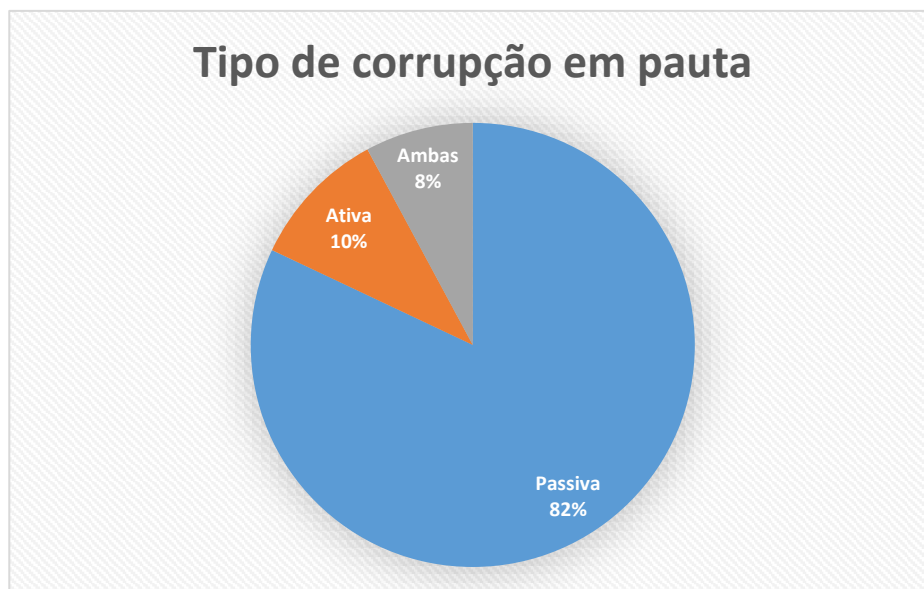
Tabela 2 – Informações relativas à classificação do foco das manchetes sobre corrupção publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016.

	Quantidade	%
Corrupção Passiva	73	82
Corrupção Ativa	9	10
Ambas	7	8
TOTAL:	89	100

Elaboração própria

⁵¹ Declaração sobre a imprensa aos 5’15” do vídeo do depoimento disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/abr/14/politica/1492192630_931956.html. Acesso em: 15 jan. 2019.

Gráfico 5 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016 em cada uma das subcategorias de corrupção



Elaboração própria

O total de 82% das matérias com foco na corrupção passiva beneficia o discurso de oposição de que a crise então vivida pelo país era causada pela ação dos entes públicos. Considerando-se que o processo de corrupção envolve, obrigatoriamente, corruptores e corrompidos, o destaque desproporcional dado a um aspecto do problema na conjuntura em que se desenrolava processo de impedimento da presidenta revela a estratégia em curso. Além de se registrar a superioridade absoluta das matérias abordando a corrupção passiva - oito em cada dez notícias -, chama atenção ainda o destaque diferenciado dado aos dois tipos de abordagens, sendo as manchetes sobre corrupção passiva com visibilidade maior tanto no corpo do texto quanto no posicionamento nas páginas – várias delas como manchetes principais da capa - enquanto nenhuma das manchetes abordando a corrupção ativa foi apresentada com realce.

Figura 5 – Exemplos de manchetes sobre corrupção passiva publicadas no período



Elaboração própria com base em O Globo

Figura 6 – Exemplos de manchetes sobre corrupção ativa publicadas no período.



Elaboração própria com base em O Globo

O grande número de membros do Executivo e do parlamento citados reforça a percepção de estratégia de criação de repetidos escândalos políticos, que na concepção de Thompson, atuam como “esvaziadores potenciais da reputação”, com tal capacidade destrutiva que praticamente impede sua restauração futura (THOMPSON, 2000, p. 299).

Interessa-nos especialmente a parte que cabe à imprensa na estruturação discursiva de escandalização implementada. Não desconsideramos que na origem das escolhas editoriais realizadas estejam informações relevantes e de interesse público advindas de fontes oficiais ou oficiosas, nem que o Partido dos Trabalhadores não tenha se beneficiado dos esquemas de desvio de recursos que vinham funcionando. No entanto, a checagem dos fatos e forma de tratamento de tais notícias cabem ao veículo, através não só dos jornalistas encarregados de redigir e editar os textos em questão, mas também aos proprietários dos meios de comunicação, atravessados por seus interesses e relações. Supostamente atuando em nome da comunicação eficiente, os envolvidos no processo comunicacional tomaram decisões que redundaram no que Charaudeau classifica como um “espelho deformante” da realidade refletindo fragmentos estereotipados do mundo (2018, p. 20). Esta deformação guarda paralelo com outros momentos históricos, como o de 1964 que abordamos aqui. No entanto, como nos indica Lima (2016) nem sempre há percepção de que ela se dá através da efetivação de um outro tipo de corrupção, bem mais danosa e menos visível.

A maioria dos brasileiros talvez não saiba ou não se aperceba que os anos passam, mas as estratégias e os mecanismos de luta pelo poder se repetem e, muitas vezes, perpetuam os mesmos grupos e os mesmos interesses: a maior e mais antidemocrática de todas as corrupções é a corrupção da opinião pública (LIMA, 2016)

E é a essa participação da imprensa na disputa da hegemonia através da corrupção da opinião pública, implementada por diversos artifícios, que se dirigem os questionamentos do presente estudo.

3.1.2 Comunismo: 1964

“Durante o governo de João Goulart (1961-1964), a imprensa foi um dos vetores da divulgação do fantasma do comunismo, uma das principais justificativas para a deposição do presidente. Ao mesmo tempo, propalou a existência de um caos administrativo e participou da divulgação de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem através de uma intervenção militar” (ABREU, s/d)

A análise de Alzira Alves de Abreu lança luz sobre peças importantes do tabuleiro que resume a trama da deposição do presidente João Goulart. Como abordamos no capítulo anterior, a ambientação do Brasil pré-golpe de 1964 era de medo, estimulado pelas recorrentes publicações na imprensa com forte apelo emocional dando destaque ao clima de desordem e a ameaça – principalmente relacionado ao comunismo – que rondava o país. A mídia executava com empenho seu papel de “aparelho privado de hegemonia” a serviço do golpe.

Reverberando a ação da oposição no Congresso, as “Marchas da Família” nas ruas, as articulações de aliados poderosos como o empresariado e a igreja, a imprensa explorava de forma intensa a conjuntura internacional de combate ao comunismo. A revolução cubana dava concretude ao “perigo” que rondava o país, representado pela “república sindicalista” do governo do Partido Trabalhista Brasileiro. Jango estabelecia seu discurso para a população através da defesa das Reformas de Base, que incluíam, entre suas medidas, a reforma agrária, o direito de voto aos analfabetos e patentes consideradas subalternas das Forças Armadas, e a maior intervenção do Estado na economia. A oposição dialogava com suas bases classificando os projetos do governo como um risco ao país e um passo para a implantação do regime comunista.

Importante ressaltar que a corrupção teve seu papel na disputa política da década de 1960. A campanha de Jânio Quadros à presidência, que tinha como símbolo a vassoura que limparia a corrupção numa faxina administrativa, é exemplo concreto de que a temática estava em pauta na época. Mas contra João Goulart, que assumiu após a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, o comunismo se mostrou mais palatável e mobilizador junto à população. Era essa também a temática fomentadora das articulações internacionais, como ficou comprovado com a revelação da chamada *Operação Brother Sam*, implementada pelo governo norte-americano em articulação com os opositores de João Goulart. Documentos secretos sobre a operação, como um telegrama de 28 de março de 1964 enviado pelo embaixador norte americano Lincoln Gordon ao Departamento de Estado dos EUA, avaliam o empenho de Jango em “um golpe para obter poderes ditatoriais” e que ele teria objetivo de implantar “uma ditadura de tipo peronista que acabaria por levar o Brasil ao comunismo” (FICO, 2008, p. 93)

A exploração do fantasma do comunismo fica clara nas manchetes e em textos como “O Enterro do Comunismo”:

Com um caixão, simbolizando o enterro do comunismo, cartazes de repúdio à bolchevização do país e com a exclamação, a toda hora repetida, “Comunismo, não; Brasil sim!” um grupo de democratas realizou, ontem à noite, a Passeata da Liberdade, saindo da Praça General Osório, em Ipanema, encerrando com um comício na Praça Serzedelo Correa, em Copacabana (O Globo, 21 mar. 1964).

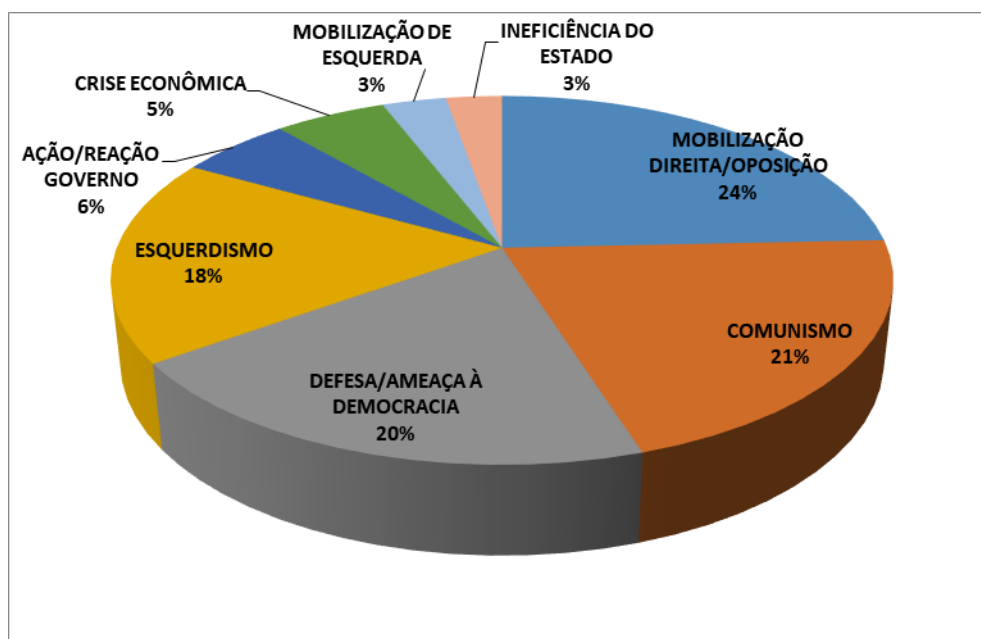
A matéria publicada na primeira página de O Globo é uma das 157 analisadas no *corpus* referente a 1964. A avaliação, que considera a possibilidade de duplo enquadramento, resultou em 255 classificações em oito categorias.

Tabela 3 - Informações relativas à classificação das manchetes publicadas em O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964.

	Quantidade	%
MOBILIZAÇÃO DIREITA/OPOSIÇÃO	62	24,3
COMUNISMO	53	20,8
DEFESA/AMEAÇA À DEMOCRACIA	51	20
ESQUERDISMO	46	18,03
AÇÃO/REAÇÃO GOVERNO	14	5,5
CRISE ECONÔMICA	14	5,5
MOBILIZAÇÃO DE ESQUERDA	8	3,13
INEFICIÊNCIA DO ESTADO	7	2,74
TOTAL:	255	100

Elaboração própria

Gráfico 6 – Informações relativas ao percentual de manchetes publicadas em O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964.



Elaboração própria

Da mesma forma que em 2016, a categoria com maior percentual é a relativa à mobilização da Direita, da oposição política ao governo e inclui também a mobilização de oposição dentro das forças armadas. Ela representa praticamente um quarto das manchetes publicadas no período (24,3%).

Em segundo lugar, com 20,8%, vem o que consideramos como a temática de fato explorada na época: o comunismo. A vitória de Fidel Castro em Cuba, destituindo o ditador Fulgêncio Batista em 1º de janeiro de 1959, e a implantação efetiva do regime socialista no país em 1961 após a tentativa frustrada de invasão pelos Estados Unidos, era um marco histórico extremamente recente e próximo geograficamente. Cuba não conquistava espaço nos jornais com os avanços da revolução no que dizia respeito à qualidade de vida da população e redução da desigualdade, no entanto, era pauta presente na construção narrativa de seu potencial ameaçador, conforme pudemos constatar anteriormente ao analisar a exploração do medo nas capas de O Globo. Em 25 capas analisadas, cinco manchetes publicadas citavam nominalmente o país e outras duas Fidel Castro.

Em “Ação cubana na Venezuela: histórias impressionantes de penetração comunista” (O GLOBO, 02 mar. 1964), o texto relata que “todo um arsenal estava

enterrado na praia, à espera do momento de se tentar derrubar o governo do país. E um ácido, aplicado nas metralhadoras, revelou sua origem – Cuba”. Em “Projeto soviético para Cuba é ameaça grave para o hemisfério” (O GLOBO, 06 mar. 1964), a chamada remete à pequena matéria publicada na página 6 que aborda a denúncia de um espeleologista cubano que denunciava que “Cuba tem mais de 1.000 grandes cavernas naturais. Muitas das quais estão sendo utilizadas pelos russos para fins militares. Continuam chegando notícias de que em várias dessas cavernas há foguetes soviéticos”.

A ainda manchetes referentes às reações contra governo cubano: “Rusk reafirma política dos EUA em relação à Fidel Castro” (O GLOBO, 07 mar. 1964); “Os EUA ajudarão os países do hemisfério contra ameaça Castrista” (O GLOBO, 17 mar. 1964); “A Aliança Atlântica disposta ao boicote comercial de Cuba” (O GLOBO, 24 mar. 1964).

E a referência à ilha aparece também em manchetes em que O Globo noticia que o comunismo não é mais apenas uma ameaça, mas sim uma realidade em terras brasileiras como em “Oficiais cubanos agem nas favelas de Belo Horizonte” (O GLOBO, 02 mar. 1964).

Se o perigo é iminente, o jornal atua na convocação da resistência contra o comunismo e articulação de diversos setores. Em “A Guanabara manifestará em concentração, no dia 10, seu repúdio ao comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964), o jornal produz uma peça de propaganda sobre o ato, antecipa o sucesso que será a manifestação contra a legalização do Partido Comunista e classifica a oposição ao partido como posicionamento em favor da democracia. “A Praça das Nações, em Bonsucesso, será palco, dia 10, às 20 horas, de uma grande concentração cívica em defesa das liberdades democráticas em que a população da Guanabara manifestará seu repúdio à volta do Partido Comunista à legalidade”. No dia seguinte, nova chamada para a manifestação: “O povo em defesa da liberdade” (O GLOBO, 10 mar. 1964) estimula a participação e leva o leitor à página dois, onde estão publicados os pontos de saída de transporte para o evento, uma nota que mais se assemelha a um anúncio publicitário, não assinado, com a chamada “Democratas convocados para manifestar seu repúdio ao comunismo” (O GLOBO, 10 mar. 1964, p.2).

Na mesma página, duas outras matérias reforçam as mobilizações de enfrentamento ao comunismo. Em “Liga Anticomunista anuncia diretrizes” (O GLOBO, 10 mar. 1964) a convocação para um evento em São Paulo onde “serão apresentados à Nação o estatuto e diretrizes básicas da Liga Cristã contra o Comunismo”. Em “Falcão: necessária a união pela liberdade e contra o comunismo”, o então deputado Armando

Falcão afirma que “é necessária a união de todos os democratas para evitar que a liberdade no Brasil seja substituída pelo cativeiro e a vida do país se conturbe pela ação de agitadores vermelhos instalados no próprio Governo da República” (O GLOBO, 10 mar. 1964). O deputado que convocava “os democratas” se tornaria posteriormente ministro da Justiça do governo militar de Ernesto Geisel.

Figura 7 – Página dois de O Globo em 10 mar. 1964 com publicação de convocatória sem identificação de ser anúncio e outras matérias sobre o comunismo

RETRIBUIÇÃO DE UM ABRAÇO E UM PEDIDO
 PRÊMIO DANCEIA, uma das mais antigas festas, celebra-se em um bairro por muitos anos. O baile, que sempre foi realizado durante a noite, tem uma história muito interessante. A festa, que sempre foi realizada durante a noite, tem uma história muito interessante. A festa, que sempre foi realizada durante a noite, tem uma história muito interessante.

FALCÃO: NECESSÁRIA A UNIÃO PELA LIBERDADE E CONTRA O COMUNISMO
 CORTINA, 10 O GLOBO — É necessária a união de todos os democratas para evitar que a liberdade no Brasil seja substituída pelo cativeiro e a vida do país se conturbe pela ação de agitadores vermelhos instalados no próprio Governo da República. O deputado Falcão afirmou isso ao declarar que o Brasil precisa de uma união de todos os democratas para evitar que a liberdade no Brasil seja substituída pelo cativeiro e a vida do país se conturbe pela ação de agitadores vermelhos instalados no próprio Governo da República.

DEMOCRATAS CONVOCADOS PARA MANIFESTAR SEU REPÚDIO AO COMUNISMO
 A maioria brasileira convoca para a comemoração democrática contra a legalização do Partido Comunista e pela solidariedade ao bravo e heróico povo mineiro, a realizar-se hoje, às 18 horas, na Praça das Nações, um Banquete. A convocação partiu dos seguintes locais:

1. Praça 18 de Novembro, junto à Estação das Barcas.
2. Estação do Príncipe, junto à Igreja do Divino Salvador.
3. Na Estação de Quintino Bocaiuva, junto à Matriz de São João.
4. Na Praça do Rio Comprido.
5. Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema.
6. Faria das Ladeiras, na Rua das Ferrarias (Lafayette).
7. Rua Dias da Rocha, esquina de N. S. Copacabana.
8. Morro da Mangueira, junto à ponte de São Francisco Xavier.
9. Largo do Jacaré.
10. Jardim do Méier.
11. Condição da J. A. P. I. em Del Castilho.
12. Largo de Cascatinha.
13. Sobeiral Hermosa, próximo à estação.
14. Rua Clarimundo de Melo, entre Encantado e Cascatinha.
15. Bungeho de Dentro, perto da estação.

Podemos entusiasmadamente a todos que quiserem voluntariamente fornecer condição ao povo que se coloquem ao lado dos pontos acima.

Seguiu a Representação Brasileira à Posse do Presidente Raul Leão
 O Brasil enviou para a posse do presidente Raul Leão uma representação brasileira composta por 15 membros. A delegação brasileira foi recebida pelo presidente Raul Leão e pelo primeiro-ministro da França, Guy Mollet.

A União Protesta Contra Exigência de Candidatos a Governador da Guanabara
 A União Democrática Brasileira (UDB) protestou contra a exigência de que os candidatos a governador da Guanabara fossem membros da UDB. A UDB afirmou que essa exigência era uma violação da Constituição.

Repugnância do Chanceler Franco Nogueira a O GLOBO
 O chanceler Franco Nogueira expressou sua repugnância a O GLOBO, afirmando que o jornal era um órgão de propaganda comunista. Nogueira afirmou que O GLOBO era um órgão de propaganda comunista e que ele não queria ter nada a ver com ele.

Liga Anticomunista Anuncia Diretrizes
 A Liga Anticomunista anunciou suas diretrizes, afirmando que ela se compromete a combater o comunismo em todas as formas. A Liga Anticomunista afirmou que ela se compromete a combater o comunismo em todas as formas e que ela não aceita a existência do comunismo no Brasil.

Ministros Intercedem Por Agitador Prêso em Bauria
 Os ministros da Justiça e da Saúde intercederam por um agitador preso em Bauria. Os ministros afirmaram que o preso não era um agitador e que ele deveria ser libertado.

Curso de Planejamento de Controle de Produção
 O curso de Planejamento de Controle de Produção será realizado em São Paulo. O curso será ministrado por especialistas em planejamento e controle de produção.

As Passagens Nos Trens de Subúrbio do RFF Subirão Para Cr\$ 34,00
 As passagens nos trens de subúrbio do RFF Subirão para Cr\$ 34,00. A RFF afirmou que o aumento das passagens era necessário para cobrir os custos de manutenção dos trens.

Instantâneos

O Globo, 10 mar. 1964

Nas capas, há ainda manchetes como: “Mobiliza-se Além Paraíba para combater o comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964); “Boletim da FAB combate a infiltração vermelha” (O GLOBO, 12 mar. 1964); “Jamais poderá a igreja transigir com o comunismo, que rouba ao homem sua dignidade e nega-lhe a liberdade” (O GLOBO, 18 mar. 1964).

Na organização do discurso, entre manchetes internacionais, nacionais e locais, estabelece-se, nas capas do periódico, de forma direta ou dissimulada, relação do perigo comunista com o governo de esquerda de João Goulart. Esta relação se revela no assunto que aparece em terceiro lugar em presença no levantamento realizado: *Defesa/Ameaça à*

Democracia (20%). Em manchetes que foram duplamente enquadradas na nossa análise, o Governo de Jango é acusado de buscar implementar ditadura comunista no Brasil e se aliar ao comunismo. Em: “Ordem de João Goulart: maior aproximação Brasil-URSS” (O GLOBO, 21 mar. 1964), o destaque em tom de alerta para a declaração do novo embaixador brasileiro em Moscou que teria afirmado que “o presidente Goulart lhe dera instruções para estreitar as relações com os países comunistas em geral e a URSS em particular”.

Há ainda manchetes como: “KUBITSCHKE: bandeira da reforma e não a reforma da bandeira” (O GLOBO, 23 mar. 1964); “A Mulher Pernambucana contra o Comunismo e Pela Democracia” (O GLOBO, 23 mar. 1964); e na véspera do golpe, as seguintes chamadas: “Reage o Congresso à Comunização do Brasil” (O GLOBO, 31 mar. 1964) e “Criou-se um soviete na Marinha de Guerra” (O GLOBO, 31 mar. 1964) em que o líder do PSD, oposição à João Goulart, afirma que “o PSD não pode mais silenciar ante o crescente processo de subversão das instituições, especialmente no que diz respeito à infiltração comunista nas Forças Armadas, constatação clara e muito fácil de ser feita”.

Na categoria *Defesa/Ameaça à Democracia*, estão manchetes em que as forças de direita são reportadas como as que se mobilizam em defesa da democracia. É lançado alerta para a possibilidade de golpe por parte de João Goulart e, como observamos anteriormente, não há referência à ameaça ao regime democrático vir das Forças Armadas, o que acabou se concretizando: “Armando Falcão acusa Goulart de tramar um golpe de estado” (O GLOBO, 17 mar. 1964); “Goulart garante que não alimenta qualquer pretensão ditatorial” (O GLOBO, 19 mar. 1964); “Manifesto de Magalhães Pinto condena pregação de golpe e continuísmo” (O GLOBO, 21 mar. 1964), reportagens detalhadas no capítulo anterior.

Complementando o cenário do discurso midiático, estão as matérias que fazem referência ao que classificamos como Esquerdismo e que incluem referências às Reformas de Base, Reforma Agrária, Estatização, Greves e República Sindical. Elas representam 18,03% das manchetes analisadas e se articulam com os demais temas. São, de alguma forma, repercussão da ameaça à democracia e das publicações sobre o comunismo: “Ameaças de invasões de terras uma vez assinado decreto desapropriador” (O GLOBO, 06 mar. 1964); “Ademar denuncia plano de invasão de terras e ordena prontidão em São Paulo” (O GLOBO, 12 mar. 1964); “Iniciado o processo de encampação das refinarias além de assinado o processo desapropriador da SUPRA” (O GLOBO, 14 mar. 1964).

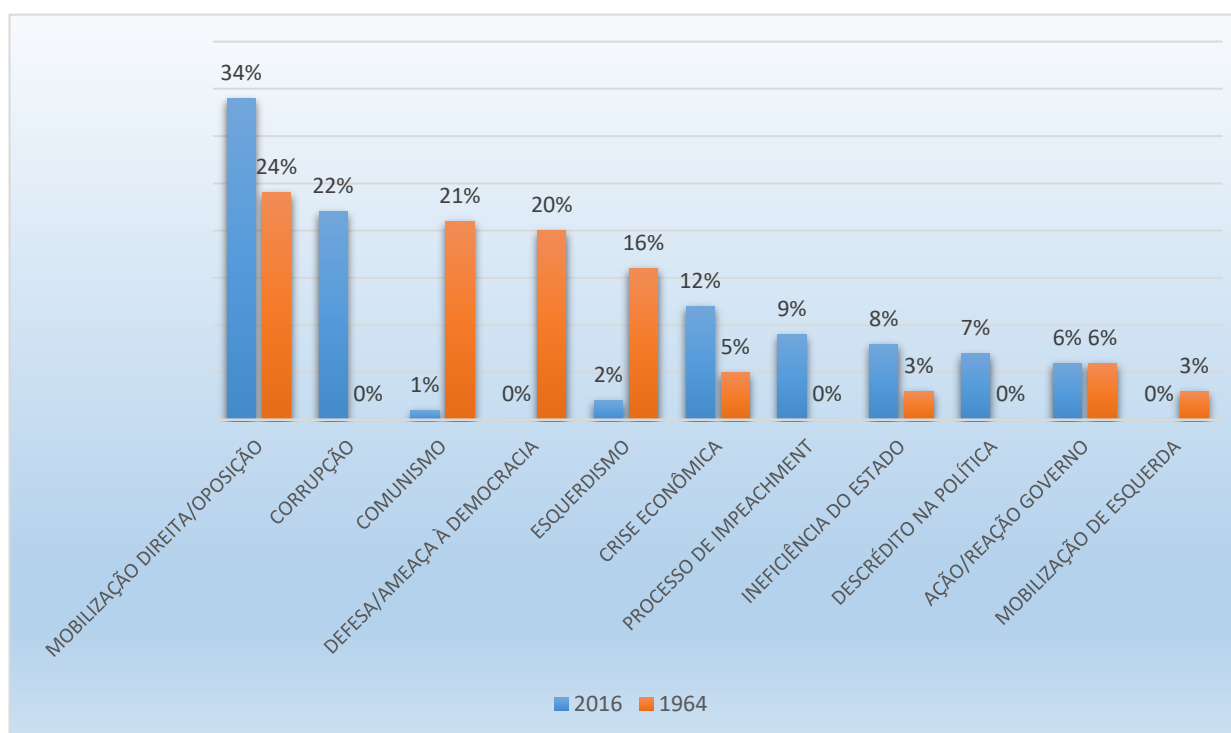
Por fim, importante evidenciar a reduzida quantidade de manchetes que abordam as mobilizações da esquerda, apenas 3% das enquadradas, enquanto as referentes às mobilizações de direita representaram 24%. E, para além da desproporção entre esses percentuais, há ainda o tom crítico adotado nas manchetes relativas à esquerda como em: “Milhões de cruzeiros para levar operários ao comício da Central” (O GLOBO, 12 mar. 1964).

As manchetes destacadas acima compõem um mosaico expressivo de tratamento dos fatos, se distanciando da objetividade que o jornalismo se esforçou em incorporar em momento histórico em que buscava se tornar mais respeitável (RIBEIRO, 2007, p. 330). Na perspectiva da análise de discurso, que considera a relação dialética entre o “mundo a comentar” e o “mundo comentado”, destacado por Charaudeau: “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (2018, p. 95). Inteligível, certamente, a partir de leitura particular feita por quem media a relação entre o acontecimento e a sua recepção, numa constituição do que o próprio Charaudeau classifica como “um mundo filtrado” (2018, p. 131).

3.1.3 Comparativo 1964 x 2016

Realizamos ainda a comparação entre as manchetes dos dois períodos, buscando revelar semelhanças e diferenças em relação à temática, conforme apresentamos no gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Comparativo entre temática das manchetes publicadas em O Globo nos dois períodos. 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964 e 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016



Elaboração própria

A comparação entre os dois momentos históricos revela que para além da força da mobilização da direita/oposição, comum aos dois períodos e esperada diante da conjuntura de deposição de governos, as crises institucionais contaram com discursos baseados em temáticas específicas. Corrupção, particularmente em seu aspecto passivo, em 2016 e Comunismo em 1964 criaram o cenário de escândalo, tocaram emoções, radicalizaram o debate e instigaram o sentimento de revolta popular contra os governantes.

Nas cinco décadas que separam os dois golpes, consideramos que houve a ressignificação da ameaça capaz de garantir o apoio da opinião pública. O comunismo, apesar de desaparecer das manchetes na década de 2010, se manteve presente de forma subliminar e foi acionado nas ruas pelos opositores de Dilma Rousseff. Um forte indício foi a repetição exaustiva do chavão: "Vai pra Cuba!" como forma de expulsão dos esquerdistas do país.

Do ponto de vista jornalístico, no entanto, em pleno século XXI, o combate ao comunismo pareceu não se adequar mais aos propósitos de angariar adeptos, enquanto a corrupção revelou-se como bandeira condizente, palatável e ampla, com capacidade de

sensibilizar parcela significativa da população em tempos de dissimulada, porém acentuada, luta de classes. Consideramos válida aqui a referência aos “consumidores de escândalos”, caracterizados por Aldé (2001). Ainda que a autora se refira aos consumidores de comunicação eletrônica, o interesse do público por pautas que causam perplexidade se registra também nos veículos impressos e repercute nos meios virtuais.

Neste contexto, a exploração pela mídia do discurso que contribuiu com a estratégia da oposição nos leva a questionar os interesses envolvidos na atuação intensa de direcionamento político realizada pela imprensa brasileira. A corrupção, em sentido restrito, é relacionada ao uso do poder público em benefício do interesse privado. No entanto, este conceito tem sido revisto e ampliado para além das ilegalidades praticadas por integrantes do Estado. Dumas (2012, apud WEDEL) considera que a corrupção “ocorre sempre que os indivíduos usam para suas próprias agendas pessoais, a autoridade, o poder ou a informação que lhes foi dada com o propósito de promover interesses outros” (p.488, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, Wedel (2012) analisa que a corrupção possa ser praticada em “atividades legais, mas que violam a confiança pública” (p. 488). Neste sentido, e dialogando com a visão de Lima (2016) abordada anteriormente, cabe refletir sobre a hipótese de que o posicionamento do Grupo Globo e dos demais conglomerados de comunicação que seguiram esta linha editorial não tenha sido, em alguma medida, também corrupta violando a confiança pública.

Neste caso, preocupam especialmente as consequências dessa forma de corrupção, como alerta Moretzsohn: “Quando se rompe com a ordem democrática, o inferno é o limite. Quando o combate à corrupção conduz à histeria moralista e à deslegitimação da política, abre-se o campo para o fascismo” (2017, p. 84).

O Globo, objeto de nosso estudo, colaborou com a construção dessa nova realidade de retrocesso em direitos e fragilidade das instituições a partir não só da exploração das temáticas, mas em perfeita sintonia com aliados históricos e ainda de novos atores. Como veremos, ele não estava sozinho, mas em companhia de uma gama de parceiros que não mediram esforços para exterminar o que o jornal classifica como “lulopetismo”. Assim como atuou em conjunto para derrubar, em 1964, a “república sindical”.

3.2 ALIANÇAS ENTRE OS ATORES DOS GOLPES

Somente uma ampla aliança é capaz de viabilizar a conquista do poder por via não eleitoral em um país que vive sob regime democrático, desrespeitando o desejo dos eleitores registrado nas urnas. As forças de oposição perpassam diferentes setores sociais e articulam interesses em comum para garantir o sucesso dos golpes em pauta. Neste cenário, a imprensa é peça fundamental, capaz de não só contribuir ao iluminar os demais atores e bandeiras em disputa, legitimando seus posicionamentos perante a sociedade, mas também de estabelecer a organização discursiva de forma a criar o que Charaudeau classifica como “efeito de verdade”, em que “acreditar ser verdadeiro” tem mais relevância do que de fato “ser verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2018, p. 49). Os meios de comunicação, desta forma, atuariam como “inimigos íntimos da democracia” (TODOROV apud BERGER, 2018, p. 311), que corroem por dentro o sistema democrático.

Na pesquisa das capas de O Globo em 1964 e 2016 buscamos, neste momento, identificar as alianças que se revelam em manchetes e textos ou que escapam no interdiscurso. Ao mesmo tempo, nos importa de modo especial apreender esse duplo papel do jornal citado anteriormente: não só de valorizar os atores envolvidos, contribuindo com o sucesso de seus objetivos, mas também sendo ele próprio um ator empenhado em abalar e efetivamente alterar a estrutura do poder.

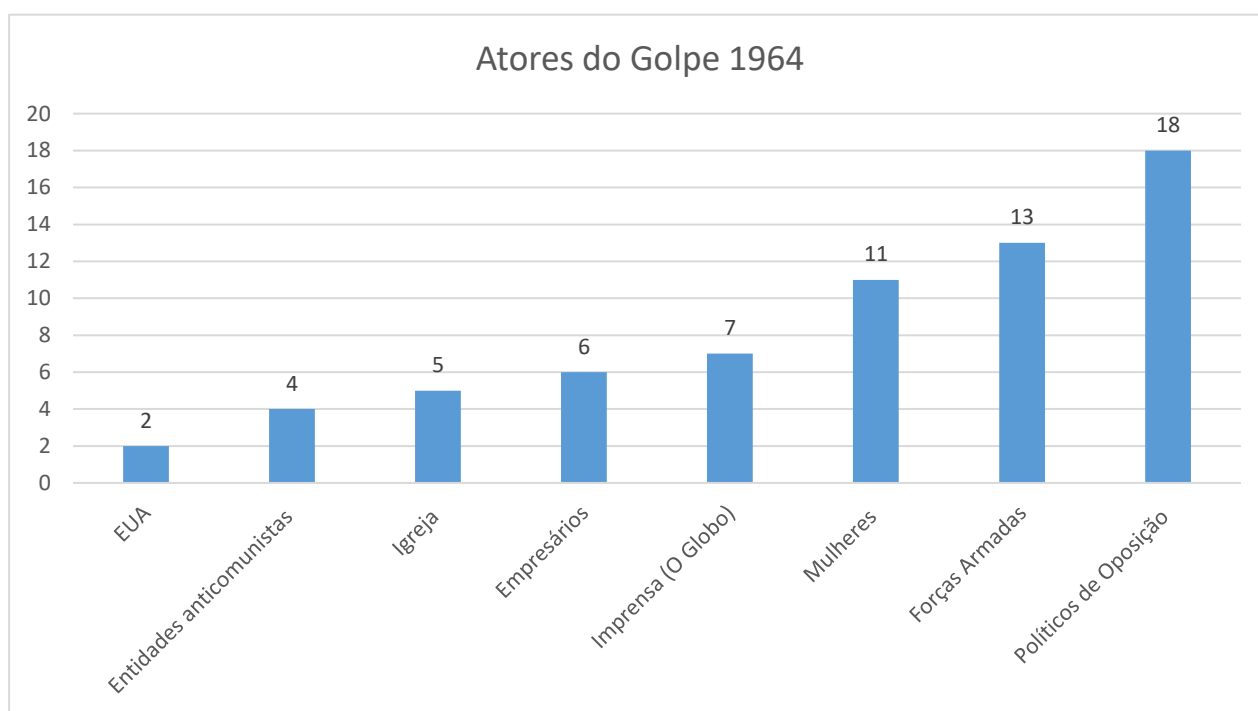
3.2.1 Os aliados de 1964

Não foram poucos os que apoiaram o golpe: a imprensa, a Igreja Católica, amplos setores da classe média urbana. Instituições que, anos depois, se tornariam fortes opositores do regime – como a Ordem dos Advogados do Brasil (AOB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) –, tiveram atitudes no mínimo dúbias naquele momento (FICO, 2014, p. 7).

Entre ações e omissões coniventes, o golpe contra João Goulart foi costurado, conforme nos indica Fico, por uma ampla rede de aliados estabelecida no Brasil e, como foi objeto de estudo do autor, também com conexões internacionais. A análise das capas de O Globo do mês de março de 1964 nos ajuda a traçar um roteiro das articulações que se intensificaram até o desenlace da crise, com a deposição de Jango, corroborando com a tese de que o golpe não foi apenas militar. No período, identificamos 58 chamadas que

revelam os atores de destaque na conjuntura da época. Sistematizadas, as informações desvelam a participação de oito grupos que atuaram integradamente para destituir o presidente. Esta ação conjunta também se revela no fato de que algumas manchetes abordavam iniciativas golpistas envolvendo mais do que um ator e, por isso são classificadas duplamente. São eles: políticos de partidos de oposição, Forças Armadas, mulheres, imprensa, empresários, igreja, entidades anticomunistas e os Estados Unidos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Informações relativas aos atores revelados nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964



Elaboração própria

Figura 8 – Chamadas publicadas nas capas de O Globo revelando atores do golpe



Elaboração própria com base em O Globo

Se as manchetes explicitam a participação de cada grupo, o enredo que os envolve não nos permite delimitar onde começa ou termina a ação específica. Um bom exemplo diz respeito aos Estados Unidos. No total, foram registradas sete manchetes que citam os EUA no período analisado, todas elas contribuindo para a criação do pânico contra o comunismo. No entanto, a presença relacionada à situação brasileira é tímida, apenas expressa em duas manchetes: “Os EUA ajudarão os países do hemisfério contra ameaça Castrista” (O GLOBO, 17 mar. 1964) e “A Influência Comunista no Brasil preocupa Washington” (O GLOBO, 31 mar. 1964). A primeira cita a disposição do governo norte-americano de “ajudar qualquer país latino-americano cuja liberdade esteja ameaçada por forças sob comando extraterritorial”, numa referência indireta à Cuba e à URSS. Já a segunda matéria, na véspera do golpe, era mais explícita ao informar que na avaliação de um funcionário do Departamento de Estado “as recentes manobras dos elementos extremistas no Brasil indicam que o governo do presidente João Goulart está sob crescente influência comunista, o que causa profunda preocupação em Washington acerca do futuro do país”.

Não há reportagens que abordem as ações concretas de intervenção dos Estados Unidos na conjuntura brasileira da época nem sua ligação com outros atores, no entanto, documentos secretos revelados décadas após a deposição do presidente João Goulart comprovaram a tese da participação norte-americana intensa no Brasil.

Se o golpe foi brasileiro, não há dúvida de que o apoio norte-americano foi essencial, em função dos milhões de dólares gastos para desestabilizar o governo de João Goulart, da “Operação Brother Sam” e do farto apoio financeiro, material e técnico ao governo Castelo Branco (FICO, 2008, p. 277).

Os dólares investidos tiveram como destino o suporte à ação da oposição à Jango concretizada através dos demais atores abordados aqui. Entre eles, as entidades anticomunistas que contaram com destaque em quatro matérias de capa: “O sertão mineiro conclama todo o país à luta conta a agitação e o comunismo” (O GLOBO, 03 mar. 1964); “Mobiliza-se Além Paraíba para combater o comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964); “A Guanabara manifestará em concentração no dia 10 seu repúdio ao comunismo” (O GLOBO, 09 mar. 1964) e “Enterro do Comunismo” (O GLOBO, 21 mar. 1964). As matérias citam entidades como Ação de Vigilantes do Brasil⁵², Brigada Nacional Estudantil, Falange Patriótica e Vanguarda Democrata do Brasil e Grupo de Ação Patriótica, GAP⁵³. Algumas eram organizações paramilitares e financiadas através de recursos repassados por empresários norte-americanos e brasileiros para o IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática -, que tiveram grande influência no desfecho do golpe (DREIFUSS, 1986, p. 103), como veremos adiante.

Antes, enfocaremos a Igreja, um aparelho privado de hegemonia, conforme abordado anteriormente, que foi outro setor da sociedade civil com grande atuação na promoção da desestabilização do governo do PTB. Registre-se que o apoio ao golpe de 1964 foi realizado oficialmente pela CNBB, no entanto, havia resistência por parte de setores progressistas da igreja católica.

⁵² Organização paramilitar de extrema-direita, criada durante o governo de João Goulart, com o objetivo de fazer oposição ao presidente da República. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-de-vigilantes-do-brasil> Acesso em: 21 jan. 2019,

⁵³ Grupo de oposição ao presidente João Goulart formado por estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas. Teria participado de atentados contra defensores das Reformas de Base propostas por Jango. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/grupo-de-acao-patriotica-gap> Acesso em: 21 jan. 2019.

Cinco matérias foram publicadas com destaque na primeira página entre as quais pontuamos: “Jamais poderá a igreja transigir com o comunismo, que rouba ao homem sua dignidade e nega-lhe a liberdade” (O GLOBO, 18 mar. 1964); “Goulart acusado de traição à pátria pelo Pe. Calazans⁵⁴” (O GLOBO, 17 mar. 1964) e “Dom Jaime Felicit Dutra”⁵⁵ (O Globo, 24 mar. 1964). Organizações religiosas estiveram também à frente de manifestações que contribuíram com a revolta popular contra Goulart, entre elas as “Marchas da Família com Deus e pela Liberdade”, realizadas em diversos estados utilizando-se do poder de capilaridade da Igreja Católica e com “um componente de manipulação e evidente propaganda anticomunista e contrária a Goulart” (FICO, 2014, p. 64). Ao lado da Igreja, as mulheres tiveram papel decisivo na organização das marchas, como abordaremos ainda neste capítulo.

A participação dos empresários é explicitada em seis das manchetes analisadas, com destaque para: “Criado por aclamação o Comando Nacional das Classes Produtoras” (O GLOBO, 11 mar. 1964).

Representantes da indústria, do comércio e do meio rural de todo o País, reunidos no Rio por convocação da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, fundaram um órgão de cúpula para vigorosa ação política em defesa das instituições democráticas e pelo progresso nacional. Criticada severamente, na ocasião, a linha de conduta do Governo Federal (O GLOBO, 11 mar. 1964).

O Comando foi criado pelo Conselho das Classes Produtoras (CONCLAP), cujos membros eram ligados à Escola Superior de Guerra (ESG) e à Associação dos Ex-Alunos da Escola Superior de Guerra (ADESG), instituições militares influentes na derrubada de João Goulart (DREIFUSS, 1986, p. 97).

Entre suas múltiplas ações, os empresários fomentaram as “Marchas da Família” com recursos financeiros e estímulo à participação de seus empregados, buscando envolver na oposição a Jango os trabalhadores que, na sua maioria, apoiavam o presidente. As manifestações públicas eram marcadamente de classe média. Em “A ‘Marcha da Família’ já conta com apoio de 28 instituições” (O GLOBO, 31 mar. 1964) o registro do esforço dos industriais para levar público ao protesto contra o governo: “A indústria carioca encerrará suas atividades às 14h, para facilitar a participação dos trabalhadores na passeata que sairá da Candelária às 16h”.

⁵⁴ Monsenhor Benedito Mário Calazans, conhecido como padre Calazans, era também senador pela UDN.

⁵⁵ Dom Jaime de Barros Câmara foi Cardeal Arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro e na ocasião aplaudia o pronunciamento do ex-presidente Eurico Gaspar Dutra, que segundo O Globo, se colocou “conclamando os democratas à união ‘em face da gravidade das circunstâncias que caracterizam a atual situação brasileira’”. Ver anexos.

Assim como os Estados Unidos, as entidades empresariais brasileiras tiveram atuação relevante na articulação e financiamento da derrubada do governo trabalhista. Dreifuss (1986) traçou o panorama complexo da participação empresarial nesse contexto e ao realizar uma radiografia de instituições como o IPES e o IBAD desvelou a estratégia empresarial implementada no período. Segundo Dreifuss, o IPES informava em seus documentos públicos ser orientado por “dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática como patriotas e não como representantes de alguma classe ou de interesses privados” (1986, p.164), mas possuía outros objetivos não confessados sendo que “o lado encoberto coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar” (p.164). Neste cenário, “o IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico” (p.164). Dreifuss aponta o rápido crescimento dos dois institutos que teriam conquistado, em pouco tempo, o apoio de lideranças empresariais de cerca de 500 corporações multinacionais, muitos deles industriais e banqueiros que foram responsáveis por ocupar posições-chaves nos dois institutos (p.169, 455). Laranjeiras (2014) ressalta a força do sistema financeiro neste contexto:

Setenta e três instituições bancárias, 24 financeiras e as Associação de Crédito e investimento (ADECIF), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Associação e Sindicato dos Bancos da Guanabara e a Federação dos Bancos do Estado de São Paulo eram dirigidas por associados e colaboradores do IPES (2014, p.92).

Na sequência do gráfico apresentado anteriormente, a imprensa surge com sete manchetes em que o apoio ao golpe se deixa revelar. Aqui, cabe registrar que nossa pesquisa não possibilitou a análise da imprensa no sentido amplo, desta forma, optamos por compreender a atuação de O Globo como exemplificadora da imprensa. Entre as matérias desse grupo, se destacam as em que a linguagem torna perceptível a empolgação com os movimentos de oposição ao presidente e os editoriais que assumem a defesa de saída extrema para a crise instalada. São exemplos de formações discursivas que explicitam como “linguagem e ideologia se articulam” (ORLANDI, 2015, p. 41). No primeiro caso, é simbólica a reportagem “São Paulo de pé em defesa da democracia” (O GLOBO, 20 mar. 1964), em que o texto explicita aprovação à manifestação em frases como “São Paulo parou para acompanhar a grandiosa ‘Marcha da Família’”; “Tão grande era a multidão que não coube na Praça da Sé” e “Um verdadeiro mar humano, partindo da Praça da República, espalhou-se pelas ruas paulistas em direção à Praça da Sé”.

Em relação aos editoriais, destacamos “A Nação Unida às Forças Armadas” (O GLOBO, 31 mar. 1964). Já com o golpe em andamento, o jornal se aliava publicamente aos militares contra João Goulart.

A nação democrática, que sempre viu nas Forças Armadas a segurança de que não seriam vitoriosos no Brasil os elementos subversivos que desejam conduzi-lo contra sua vocação histórica e suas tradições, recusa-se a admitir a segunda hipótese e se manifesta em apoio da Marinha de Guerra vítima, no momento, do mais grave erro cometido pelo governo (O GLOBO, 31 mar. 1964).

Entre as matérias publicadas na primeira página no período analisado, são merecedoras de nota duas reportagens com a marca da indignação e que demonstram que o posicionamento político de O Globo era perceptível mesmo fora do país. Em “Publicação caluniosa contra O Globo nos EUA” (O GLOBO, 19 mar. 1964) e em “A Repulsa da Associação Comercial à Caluniosa Imputação ao O Globo” (O GLOBO, 26 mar. 1964), o jornal da família Marinho expressa surpresa e repúdio em relação à enciclopédia norte-americana *Worldmark Encyclopedia of the Nations* que, no verbete referente a O Globo, define o jornal como “conservador, subsidiado pelos Estados Unidos”. O periódico se defendeu acusando adversários como responsáveis pela publicação: “a calúnia vilmente assacada pelos comunistas locais, que pretendem atingir a honorabilidade de O Globo tachando-o de órgão subsidiado pelos Estados Unidos, encontrou guarida em publicação feita naquele mesmo país!” (O GLOBO, 19 mar. 1964).

As matérias publicadas pelo jornal no período, a admissão posterior pelo Grupo Globo de apoio ao golpe de 1964, como vimos no primeiro capítulo, e pesquisas como a de Arêas (2015) indicam que o verbete da enciclopédia não teria faltado com a verdade.

O Globo esteve atuante na campanha contra o governo Goulart e as entidades de esquerda em geral. Roberto Marinho se associou a Manoel Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e João Calmon (Diários Associados) e montou a “Rede da Democracia”, veiculando propaganda contra o governo. Denunciava-se a “subversão”, o “perigo comunista”, a “República sindicalista” e o atentado contra a democracia que estaria sendo cometido pelos defensores das Reformas de Base. O objetivo era assustar principalmente as classes médias de modo a colocá-las favoravelmente a um golpe de Estado (2015, p. 76).

A Rede da Democracia foi força importante na criação de ambiente propício ao golpe, atuava como “estuário das produções do IPES” (LARANJEIRAS, 2015, p. 79). Dreifuss atribui ao IPES a função exercida na época de “estabelecer um sincronizado

assalto à opinião pública” (1986, p. 233) através da articulação com os meios de comunicação. Em relação a O Globo, o autor registra a atuação de Roberto Marinho e exemplifica uma das estratégias utilizadas.

Eram também ‘feitas’ em O Globo notícia sem atribuição de fonte e pagamento e reproduzidas como informação factual. Dessas notícias, uma que provocou grande impacto na opinião pública foi que a União Soviética importaria a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo todas as formas de pressões internas e externas para aquele fim (1986, p.233).

A informação corrobora o resultado obtido na nossa pesquisa que, como pudemos observar na análise das temáticas que mobilizaram o golpe em 1964, indicou a utilização do comunismo como elemento incitador da sociedade contra João Goulart.

Ações de informação e contrainformação no período foram estabelecidas a partir de linhas de crédito conectadas aos Estados Unidos. O investimento não só de multinacionais norte-americanas, mas também do governo de Lyndon Johnson na comunicação no Brasil é fartamente documentado. Segundo Fico (2008), o *United States Information Service* – Usis – a menos de um mês do golpe elaborou relatório sobre o Brasil em que previa “gastar aproximadamente US\$ 2 milhões com propaganda e atividades correlatas em 1964”, destes, US\$ 523 mil seriam destinados a rádio, TV e veículos impressos. O relatório justificava a necessidade dos recursos para, entre outros objetivos, “revelar a verdadeira face do comunismo” (FICO, 2008, p. 80).

A atuação do jornal O Globo neste processo voltará a ser abordada adiante, na análise sobre a atuação dos intelectuais orgânicos e coletivo. Em relação às alianças, há dificuldade de apontar, entre os atores articulados para a derrubada do presidente João Goulart, quais teriam sido os mais decisivos, este é objeto de disputa inclusive entre os próprios agentes da conjuntura de 1964. No entanto, inferimos que O Globo, como exemplo de atuação imprensa, como temos apontado até aqui, se constituiu como um desses protagonistas, ainda que com menos evidência para os cidadãos, o que se justifica pelo interesse dos próprios grupos de comunicação de se manterem publicamente à distância de articulações golpistas, buscando evitar o dano à imagem de imparcialidade.

No levantamento realizado, as mulheres também têm relevância, sendo o terceiro grupo com maior número de citações nas capas de O Globo, foram 11 as matérias em que esses grupos obtiveram destaque. O Globo ressaltava a atuação da “mulher brasileira”, numa generalização com variáveis regionalizadas como nas manchetes: “A Mulher

Pernambucana contra o Comunismo e Pela Democracia” (O GLOBO, 23 mar. 1964) e “A Mulher carioca prepara a ‘Marcha da Família’: no dia 2, da Candelária à Esplanada” (O GLOBO, 24 mar. 1964). A imagem das mulheres de classe média simboliza a mobilização, como na foto-legenda “Senhoras Paulistas durante uma reunião preparatória para a ‘Marcha da Família com Deus’” (O GLOBO, 19 mar. 1964).

Figura 9 – Matérias publicadas na primeira página de O Globo sobre a mobilização ‘feminina’ contra o comunismo e em defesa da família.



Elaboração própria com base em O Globo

As matérias publicadas citam organizações “femininas” que tiveram forte participação na mobilização social contra o governo, entre elas a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Mulheres Brasileiras Democráticas e Cruzada Democrática Feminina. A CAMDE foi a entidade de maior projeção na cruzada contra Jango. Criada em 1962, no contexto das eleições parlamentares, atuou intensamente no combate ao comunismo: “realizava reuniões públicas, distribuía panfletos e colecionava assinaturas em petições de protesto. Ela erguia faixas agressivamente anticomunistas e pôsteres bastante sugestivos” (DREIFUSS, 1986, p. 296). Além disso, pressionava empresários contra anúncios em publicações que apoiassem o governo e tinha articulação com o grupo IPES/IBAD (p. 297). O IPES “custeava, organizava e orientava politicamente” a CAMDE e outras organizações femininas (p.294). A presença ostensiva nas páginas do jornal de Roberto Marinho, comprovada nesta pesquisa, é explicada por Dreifuss:

“Sintomaticamente, a primeira reunião da CAMDE realizou-se no auditório de O Globo, no Rio, cuja rede de jornal e rádio assegurava a manutenção da CAMDE em evidência daí para adiante” (p. 296).

Ao contrário dos movimentos feministas que ganhariam força a partir da segunda metade da década de 1960, as ativistas dessas instituições se identificavam como mães, esposas e donas de casa com forte discurso conservador e anticomunista (CORDEIRO, 2009, p.177). Em “A Marcha da família empolga todos os setores da população” (O GLOBO, 25 mar. 1964), o registro de que a passeata e a concentração “já contam com o apoio das esposas do senador Juscelino Kubitschek e dos governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros”. Em “Vibrou o povo de Santos durante a Marcha da Família” (O GLOBO, 26 mar. 1964) a informação de que a marcha foi “prestigiada pela primeira dama do estado”. As esposas e irmãs de militares tiveram presença significativa nas organizações que lideravam as manifestações, representando os maridos e irmãos que seriam passíveis de punição no caso de engajamento público. A ligação entre essas instituições femininas e os militares era marcante. A CAMDE, por exemplo, era presidida por Amélia Molina Bastos, irmã do General Antônio de Mendonça Molina, membro do serviço secreto do Exército⁵⁶ e, segundo Dreifuss, a organização teve entre seus idealizadores o General Golbery do Couto e Silva⁵⁷ (DREIFUSS, 1986, P. 296).

Os movimentos nas Forças Armadas para deposição de João Goulart não tiveram sua intensidade exposta nas páginas dos jornais de forma proporcional ao que ocorria em março de 1964. Como enfocamos no segundo capítulo, não houve espaço para denúncia do golpe que foi tramado nos quartéis. Ainda assim, vestígios da estratégia militar que viria a se consolidar no dia 1º de abril são percebidos em 13 das matérias publicadas no mês que antecedeu a deposição do presidente. Em textos com chamadas como “Boletim da FAB combate a infiltração vermelha” (O GLOBO, 12 mar. 1964); “Mensagem aos Militares Jovens” (O GLOBO, 20 mar. 1964); “Megessi, solidário com o Clube Naval, diz que a Marinha é inatacável” (O GLOBO, 30 mar. 1964) e “Reage o Congresso à Comunização do Brasil” (O GLOBO, 30 mar. 1964) há menções a atores das Forças Armadas como o Clube Militar, o Clube Naval, a Força Aérea Brasileira, a Aeronáutica,

⁵⁶ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/campanha-da-mulher-pela-democracia-camde>. Acesso em: 12 jan. 2019.

⁵⁷ Golbery do Couto e Silva foi coordenador do IPES e, posteriormente, no governo Castelo Branco, assumiu a chefia do então recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI), com status de ministro, e Chefe do Gabinete Civil de Geisel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em: 14 jan. 2019.

a Marinha, e o Exército. A partir do agravamento da crise, reportagens sobre as mobilizações públicas anti-Goulart indicam a presença de militares, sendo um exemplo “São Paulo de pé em defesa da democracia” (O GLOBO, 20 mar. 1964).

As articulações subterrâneas dos integrantes das Forças Armadas se davam também através do IPES, sob a coordenação do General Golbery, apontado como um dos mentores do golpe. As sedes dos institutos no Rio e em São Paulo eram utilizadas para encontros sigilosos:

Muitos oficiais, tanto da reserva quanto da ativa, compareciam regularmente às reuniões executivas do IPES, fornecendo uma fonte importante de avaliação política e de informações sobre a situação, assim como um fluxo permanente de comunicação com os militares pelos quatro cantos do país (DREIFUSS, 1986, p. 363).

As alianças firmadas pelas Forças Armadas para a deposição de João Goulart são envoltas em ocultação e conivente silenciamento por parte da mídia. Às vésperas do golpe, foi posta em prática a “Operação Brother Sam”, que, em acordo entre militares brasileiros e norte-americanos sob orientação do governo Johnson, mobilizou a força-tarefa naval dos EUA. O aparato não chegou a ser utilizado pela falta de resistência à tomada do poder, mas a operação se tornou simbólica do investimento realizado pelos EUA no apoio ao golpe.

Ela consistia de um porta-aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (dois equipados com mísseis teleguiados) carregados com cerca de 100 toneladas de armas (inclusive um tipo de gás lacrimogêneo para controle de multidões chamado CS Agent) e quatro navios-petroleiros que traziam combustível (FICO, 2014, p. 78)

Toda essa movimentação não teve registro nas páginas de jornal abarrotadas de notícias outras, num exemplo de que “há sempre silêncio acompanhando as palavras” (ORLANDI, 2015, p.82). Registra-se aqui as duas vertentes da “política do silêncio”, conceituada por Orlandi, com a presença do “silêncio constitutivo, que nos indica que para dizer é preciso não-dizer” e o “silêncio local, que se refere à censura propriamente dita (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)” (ORLANDI, 2007, p. 24).

Silenciamento que contrasta com o espaço dedicado a cada movimento dos partidos de oposição a João Goulart. Nosso levantamento revela que os políticos oposicionistas foram atores privilegiados em obter atenção dos holofotes da imprensa durante os momentos finais do governo trabalhista. Em um mês, 18 matérias com chamadas na primeira página de O Globo tiveram como foco os parlamentares, governadores e demais integrantes de partidos como UDN, PSD, PSP e PR. Carlos

Lacerda (UDN), Magalhães Pinto (UDN), Ademar de Barros (PSP) e Juscelino Kubitschek (PSD) se destacam entre os que mais ocuparam as manchetes. As declarações públicas desses políticos significavam garantia de publicação de reportagem de ataque a Jango, muitas vezes justificadas pela defesa inquestionável da democracia: “Lacerda propõe Ademar e Kubitschek para defesa das instituições” (O GLOBO, 16 mar. 1964); “Ademar denuncia plano de invasão de terras e ordena prontidão em São Paulo” (O GLOBO, 12 mar. 1964) “Ademar favorável à tese de *impeachment*” (O GLOBO, 16 mar. 1964); “Lacerda e Ademar se declaram unidos pela causa democrática” (O GLOBO, 21 mar. 1964); “KUBITSCHKEK: bandeira da reforma e não a reforma da bandeira” (O GLOBO, 23 mar. 1964) e “Lacerda e Magalhães Pinto” (O GLOBO, 25 mar. 1964).

O pacto entre os agentes político-partidários do golpe não foi estabelecido apenas no período objeto de nosso estudo, que já apontava o desenlace com a queda de Jango. Foi, de fato, gestado cuidadosamente desde o início da década de 1960. A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a resistência à posse de João Goulart foram marcantes na reorganização das alianças e surgimento de novos movimentos de oposição. Foi este o ano de fundação do IPES e o início da estratégia de influência nas eleições parlamentares de 1962. Um investimento de alto custo, mas com resultados inquestionáveis. As eleições parlamentares de 1962, segundo Fico (2008), teriam sido o marco do aprofundamento da ingerência norte-americana na política brasileira, com gastos admitidos pelo embaixador Lincoln Gordon de US\$ 5 milhões em financiamento das campanhas de opositores de João Goulart (p. 77). A criação da Ação Democrática Parlamentar - ADEP, braço dos institutos IPES/IBAD no Congresso, garantiu a criação de um “bloco multipartidário de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede em todo o país” (DREIFUSS, 1986, p. 320). Dreifuss ressalta que essa rede foi capaz de inviabilizar a ação executiva e parlamentar do presidente João Goulart (p.191). A ADEP teria na Rede da Democracia, citada anteriormente e na qual O Globo era um dos principais integrantes, uma aliada estratégica (LARANJEIRAS, 2014, p.79).

Os aliados que se revelaram nas primeiras páginas de O Globo foram vitoriosos na estratégia conservadora implementada. O golpe se consumou. A derrubada da democracia impôs a ditadura por 21 anos ao país que viveu tempos de repressão, tortura, censura. Muitos desses atores colheram os frutos da participação ativa na conspiração. Os militares conquistaram o poder, políticos de oposição a Jango ocuparam ministérios, assim como empresários agrupados no IPES, que ao assumirem cargos privilegiados nos

governos militares implementaram seu projeto de transformação do Estado impondo uma “regeneração capitalista” (DREIFUSS, 1986, p. 455). Os Estados Unidos impuseram sua política externa, as organizações de esquerda foram massacradas, empresários da comunicação que cumpriram seu papel antes do golpe e permaneceram fieis foram recompensados, como vimos em relação a Roberto Marinho anteriormente.

No entanto, a aposta de determinados grupos de que a retirada de João Goulart do poder seria um processo cirúrgico com resultados sob controle, posterior retomada da democracia e a manutenção de eleições diretas para a presidência, se mostrou equivocada. O endurecimento do regime jogou na oposição alguns dos atores do golpe e levou ao arrependimento tardio sobre o posicionamento adotado. É o caso de diversos jornalistas; políticos que tiveram seus mandatos cassados, entre eles Carlos Lacerda cassado e preso em 1968; da Associação Brasileira de Imprensa; de O Globo, que apesar de ter se beneficiado publicou editorial de arrependimento, como abordamos no primeiro capítulo; e da Igreja Católica, que através da Confederação Nacional dos Bispos – CNBB - que também emitiu nota admitindo o erro 50 anos após o golpe:

Se é verdade que, no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos (CNBB, 2014).

Os 50 anos do golpe de 1964 foram emblemáticos na revisão histórica do país. A conclusão do relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014 contribuiu para esse quadro. No entanto, a nova conspiração já estava sendo gestada, os atores golpistas voltavam a se articular, com diferentes configurações, mas marcantes semelhanças.

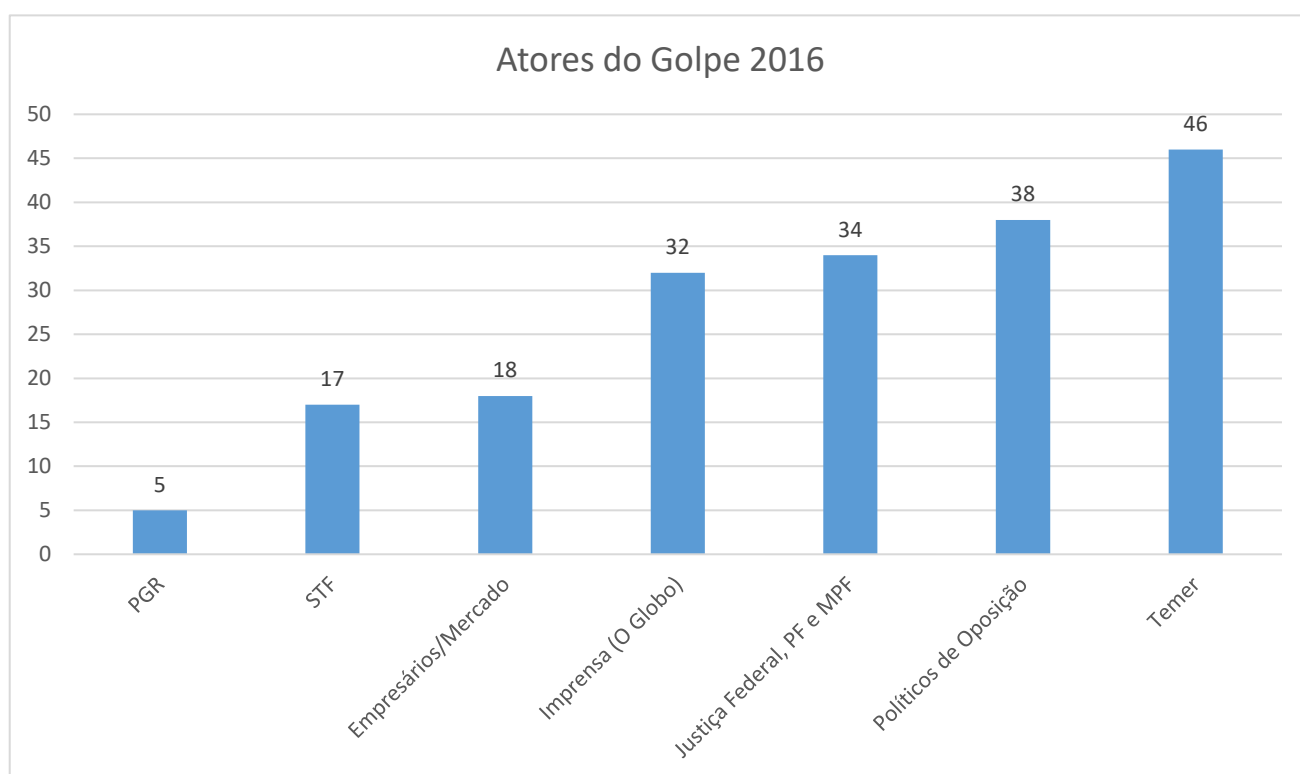
3.2.2 Os aliados em 2016

Aos olhos dos que consideram 1964 e 2016 como golpes, ainda que com estratégias distintas, as semelhanças entre os atores das duas tramas chamam atenção. Há, de fato, muito em comum, mas a presente pesquisa buscou dar concretude a essa percepção e identificar, passadas cinco décadas, quais foram também as reconfigurações entre os aliados.

Nos 30 dias que antecederam o afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado, identificamos nas capas de O Globo 169 manchetes que registravam atores

envolvidos na construção do *impeachment*, diretamente ou de forma a criar ambientação propícia através do apoio popular. Conforme apresentamos a seguir, além dos empresários, imprensa e políticos de oposição, há novos aliados como a Procuradoria-Geral da República (PGR), o Supremo Tribunal Federal (STF), a Justiça Federal, Polícia Federal e o Ministério Público Federal, além do então vice-presidente, Michel Temer. Em algumas publicações, dois ou mais atores foram identificados, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 9 – Informações relativas aos atores revelados nas manchetes publicadas em O Globo no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016



Elaboração própria

A Procuradoria-Geral da República é citada em cinco chamadas analisadas. Numa delas, apesar de não estar presente no título “Lula é denunciado ao STF” (O GLOBO, 04 mai. 2016), o Procurador-Geral, Rodrigo Janot é o motivador da reportagem ao apresentar a denúncia e optar por discurso incisivo contra o presidente Lula. No segundo subtítulo o jornal destaca: “‘Organização criminosa jamais poderia ter funcionado sem que o ex-presidente Lula participasse’, afirma o procurador-geral”. Na matéria, a informação de que “O procurador-geral decidiu ainda investigar a presidente Dilma, sob suspeita de nomear Lula para evitar que ele fosse julgado pelo juiz Sérgio Moro”. A primeira página

traz ainda charge em que o Janot é retratado como herói, também revelando o posicionamento de O Globo como aliado no processo.

Figura 10 – Charge retratando o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot publicada em O Globo em 04 mai. 2016



O Globo 07 mai. 2016

O Supremo Tribunal Federal tem grande relevância nas capas analisadas. Foram 27 citações sobre o Supremo em apenas 30 dias. Destas, 17 eram matérias referentes ao governo Dilma Rousseff e ao PT, e foram essas consideradas em nosso estudo. O andamento processo de *impeachment* surge em manchetes como: “Senado e STF farão roteiro conjunto para *impeachment*” (O GLOBO, 19 abr. 2016), enquanto ações do órgão contrariando os interesses do governo se revelam em “Merval: STF pode investigar Dilma até mesmo antes do *impeachment*” (O GLOBO, 21 abr. 2016); “Posse de Lula continua suspensa” (O GLOBO, 21 abr. 2016) e “STF Suspende verba de R\$ 100 milhões com publicidade” (O GLOBO, 02 mai. 2016). Há ainda a manchete citada anteriormente que objetivava silenciar a presidenta e legitimar o processo conduzido pelo Supremo: “STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe” (O GLOBO, 21 abr. 2016). Contrastando com a indignação de membros do Tribunal expressa nesta reportagem - “Para o ministro Dias Toffoli, o processo assegurou amplo direito de defesa, e alegar golpe agora é ‘uma ofensa às instituições brasileiras’” – uma escuta telefônica que veio a público posteriormente envolveu o STF em possibilidade de acordo para a retirada de Dilma

Rousseff da presidência com objetivo de barrar a operação Lava Jato. Na gravação realizada em março de 2017⁵⁸ e divulgada 11 dias após o afastamento de Dilma pelo Senado, Romero Jucá, então ministro do Planejamento do governo interino de Michel Temer, conversa com o presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e sugere um pacto para “estancar a sangria” que incluía levar Michel Temer à presidência num “grande acordo nacional” que seria viabilizado “com Supremo, com tudo”, numa clara referência ao STF.

A parcialidade da atuação do Supremo Tribunal Federal tem sido amplamente apontada (SANTOS, 2017; FERNANDES, 2018). Gisele Cittadino (2016), por exemplo, acusa o STF de se acovardar e compactuar com o golpe, rasgando a Constituição e colocando em risco a credibilidade da própria instituição.

Em mais alguns anos, como será lembrado o STF diante da crise política de 2016? Não tenho dúvidas: como um tribunal que envergonha a sociedade brasileira democrática por sua vaidade, golpismo e omissão, como uma Corte que nada faz para impedir que regressemos aos tempos da república de bananeira, mas, sobretudo, como parte de um judiciário elitista e antidemocrático (2016, p. 159).

A participação do STF no processo de judicialização da política teria sido articulada em aliança com Operação Lava Jato e recebido inclusive orientações do jornal O Globo, sobre como deveria atuar, o que será detalhado ao fim deste capítulo. Antes, seguindo o número de citações nas capas de O Globo analisadas, apresentaremos resultados dos empresários e a imprensa, sendo O Globo como exemplificador, como atores do golpe.

Assim como identificamos em relação a João Goulart, o empresariado foi atuante no processo de deposição de Dilma Rousseff. Foram 19 matérias publicadas nas capas com referência aos empresários e ao mercado relacionados ao processo de crise política. Entre as manchetes, as que envolvem delação premiada de donos de empreiteiras como em “Propina em obra indicada por Lula” (O GLOBO, 16 abr. 2016). E as que indicavam que Temer na presidência corresponderia às expectativas do mercado: “Moreno: Lema de Temer será concessões e exportações” (O GLOBO, 30 abr. 2016); “Míriam: Temer pode deter a queda na Economia” (O GLOBO, 07 mai. 2016); “Lauro Jardim: Temer aposta

⁵⁸ Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016_mai.1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml Acesso em: 02 fev. 2019.

nos primeiros 60 dias para aprovar reformas” (O GLOBO, 08 mai. 2016) e “Merval: Redução do Estado será boa notícia” (O GLOBO, 11 mai. 2016).

As matérias dialogam com a pauta empresarial e se colocam como resposta aos investimentos milionários feitos pela indústria e pelo comércio em defesa da deposição de Dilma. A campanha “Não vou pagar o pato”⁵⁹, encabeçada pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e com a participação de centenas entidades empresariais, contou com investimentos em mídias sociais, *site*, protestos, campanhas publicitárias nas ruas, inclusive com o revestimento do prédio da FIESP, e intervenções urbanas com patos amarelos, símbolos da ação, espalhados no Congresso Nacional.

Figura 11 – Campanha da Fiesp em defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff



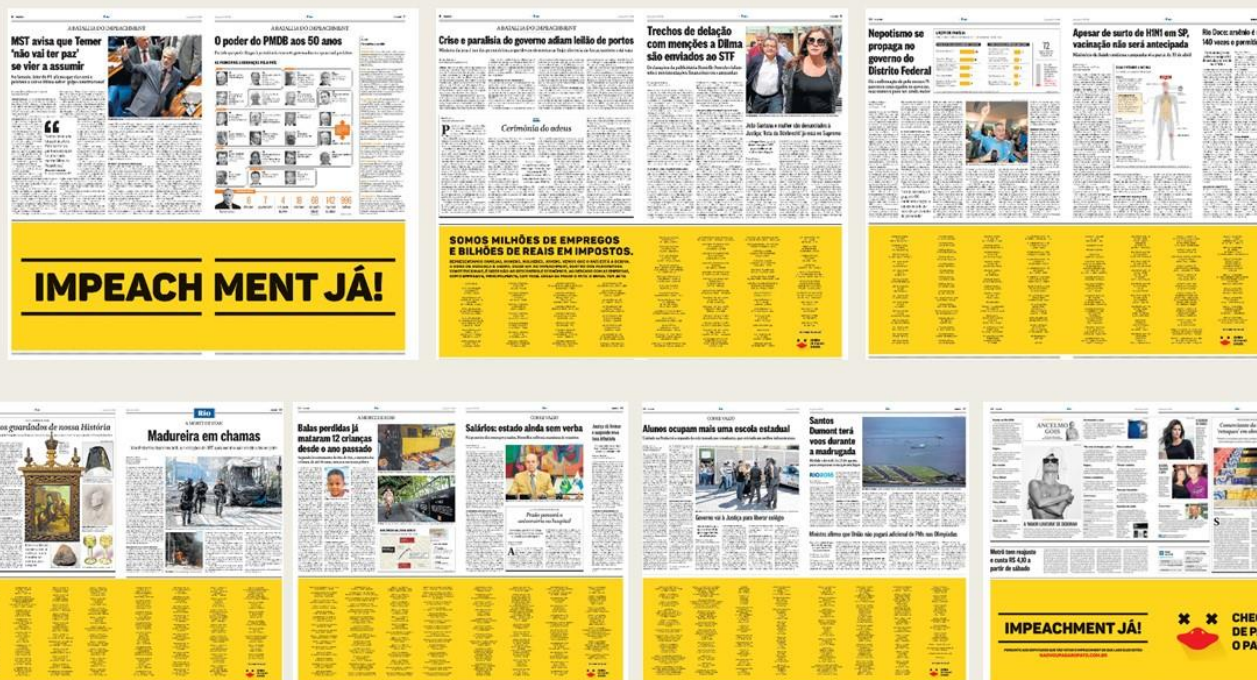
Elaboração própria com base em imagens internet

Ação contou ainda com anúncios na mídia, como o publicado em 29 de março de 2016 em O Globo, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense. O texto, que ocupava 14 páginas desses jornais, trazia como título “*Impeachment* Já!”; reivindicava a autoridade dos que diziam representar “milhões de empregos e bilhões de reais em impostos” e impunha o *impeachment* como único caminho para o fim da crise.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.naovoupagaropato.com.br/> Acesso em: 03 fev. 2019.

Representamos famílias, homens, mulheres e jovens. Vemos que o país está à deriva. A hora de mudança é agora. Dizer SIM ao *impeachment*, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer NÃO ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente com você. Chega de pagar o pato. O Brasil tem jeito (FIESP, 2016)

Figura 12 - Anúncio da FIESP e outras entidades empresariais pelo *impeachment* de Dilma Rousseff publicado em O Globo e outros três jornais em 29 mar. 2016

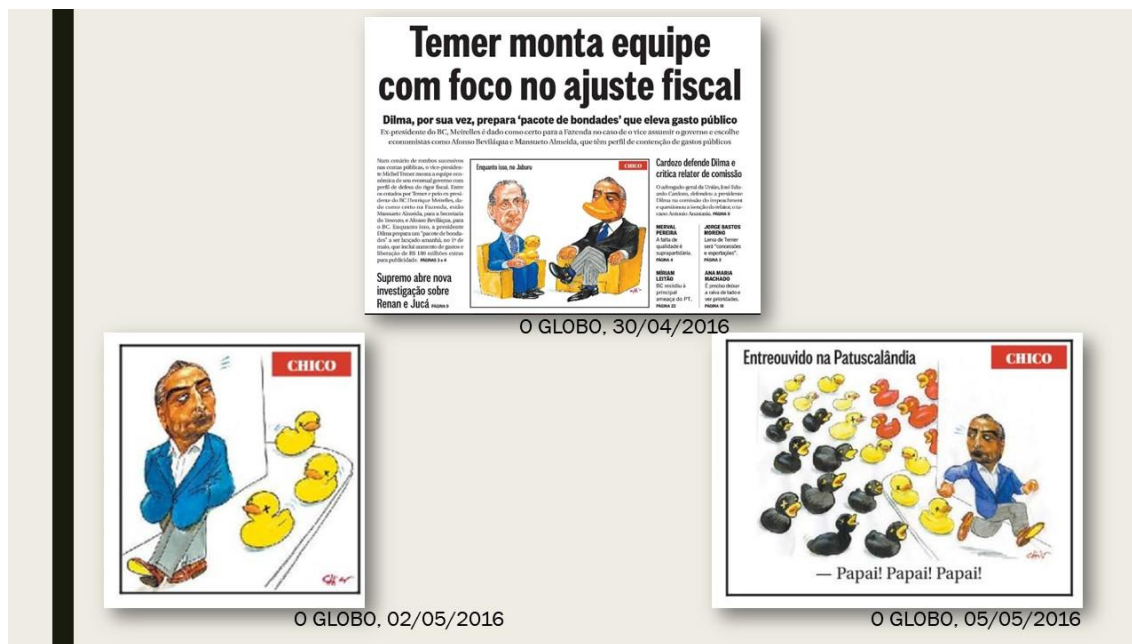


Elaboração própria com base em O Globo

A análise das entidades que assinam a campanha “*Impeachment Já!*” nos leva a identificar, entre associações e sindicatos empresariais, organizações políticas conservadoras que, neste contexto, surgiram como releitura das entidades anticomunistas de 1964. Acorda Brasil, Brasil Melhor, Endireita Brasil, Movimento Brasil Livre, NasRuas, Resistência Paulista, Revoltados Online e Vem Pra Rua são algumas delas. Essas instituições, apesar de não aparecerem com destaque no período analisado, tiveram papel importante na desestabilização do governo Dilma, mobilizando a população nas ruas.

O empenho do empresariado se traduziu em exigência de implementação da pauta política de interesse deste grupo, o que foi traduzido em charges publicadas nos dias que antecederam o afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

Figura 13 – Charges publicadas em O Globo abordando a pressão dos empresários sobre Michel Temer entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016



Elaboração própria com base em O Globo

A mobilização dos banqueiros pelo *impeachment* não foi tão perceptível como a da indústria e do comércio, no entanto, o mercado reagiu indicando o apoio ao golpe. Na percepção de Guimarães (2016), o sistema financeiro e bancário se mobilizou como forma de insurgência contra as medidas econômicas adotadas pelo governo.

Ao reduzir as taxas de juros dos bancos públicos e ao forçar a redução dos juros dos bancos privados (que foi logo compensada pelo aumento das “taxas” de administração), a presidenta diminuiu a transferência de riqueza da sociedade e do Estado para bancos privados, seus acionistas e os detentores de títulos públicos e assim, a presidenta atingiu o cerne do mecanismo de concentração do sistema econômico e provocou a ira dos setores conservadores que hoje pedem a privatização dos bancos públicos (2016, p. 382)

Outro ator das alianças golpistas, O Globo, tido aqui como representante da imprensa, deixa transparecer sua cota de colaboração com o *impeachment* em 32 matérias e editoriais publicados no período, o que representa mais de uma por dia. Inferimos que a imprensa estabeleceu com os aliados uma relação dialógica, considerando a perspectiva

bakhtiniana que entende a cadeia da comunicação discursiva formada por elos interdependentes sendo o enunciado um elo que “não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300-1). As recorrentes publicações sobre ações da oposição e aliados sugerem um jogo envolvendo o “discurso-resposta futuro” em que, segundo o pensador, “ao se constituir na atmosfera do ‘já-dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado” (BAKHTIN, 1998, p. 89).

Essa participação intensa da imprensa (O Globo) interessa especialmente a nossa pesquisa. Foi analisada anteriormente na abordagem dos signos, das emoções, das temáticas, mas será aprofundada a seguir na relação com a Operação Lava Jato e, posteriormente, na reflexão a respeito da atuação de O Globo como intelectual coletivo e de seus jornalistas como intelectuais orgânicos. Nos deteremos especialmente neste último item em busca de colocar à prova a afirmação de Luis Felipe Miguel de que “no caso do golpe de 2016, em muitos episódios, mesmo a ética jornalística mais elementar foi transgredida” (2017, p.114).

Por ora, retornamos ao próximo grupo de atores da deposição de Dilma e um dos mais importantes, segundo o nosso levantamento: o formado por Justiça Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal. Por questões metodológicas, optamos por analisar essas instituições em conjunto, considerando que são entes do Estado, o alto nível de articulação entre elas e que há relação de interdependência entre as mesmas na execução de investigações federais no Brasil. Estas três instituições se apresentam como as responsáveis pelo combate à corrupção no âmbito da Operação Lava Jato, como pode ser constatado no site do Ministério Público Federal⁶⁰ que apresenta o “Fluxo das Investigações”.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal trabalharam de modo integrado. Ambos foram e são essenciais para o sucesso do caso. As medidas solicitadas à Justiça e operacionalizadas pela Polícia foram feitas com o aval e concordância do Ministério Público, e as atividades dos procuradores da República contaram com a concordância e o apoio da PF. O caso é um exemplo de união de esforços para lutar contra a corrupção, a impunidade e o crime organizado (MPF)

⁶⁰ Site MPF. Disponível em <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atualizacao-na-1a-instancia/investigacao/fluxo-da-investigacao> Acesso em: 04 jan. 2019.

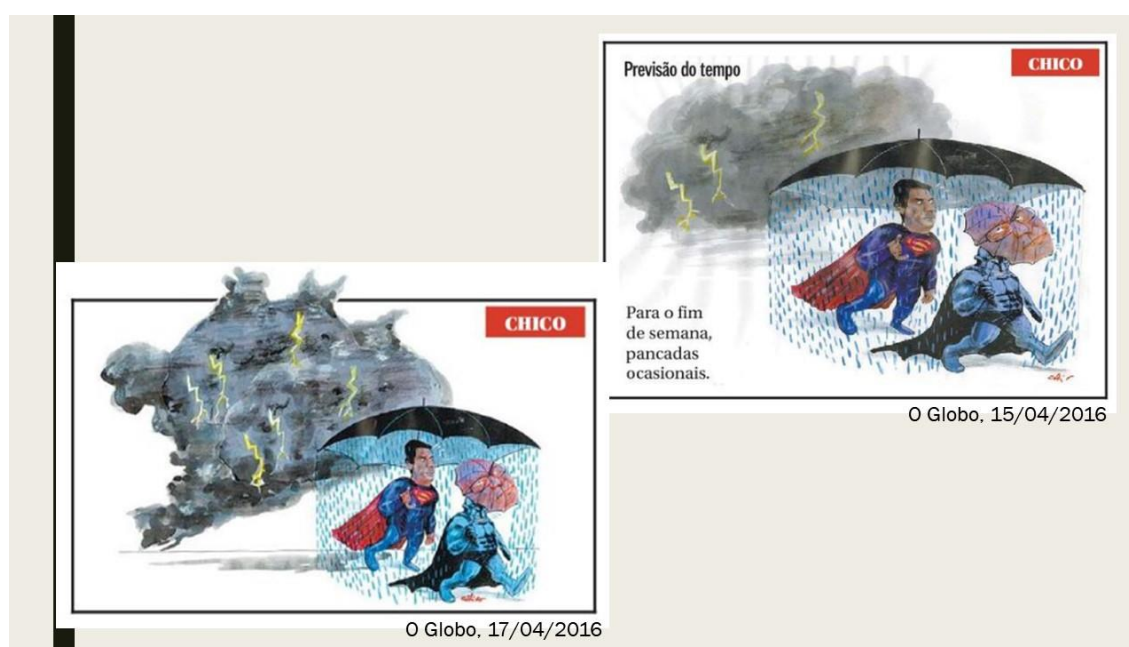
No que diz respeito a essas organizações, no período analisado foram identificadas 34 matérias na primeira página de O Globo, o que significou a presença diária entre as notícias selecionadas como as principais do dia pelos editores do jornal. Destas, 21 foram matérias relacionadas a investigações de crimes envolvendo o PT ou o governo Dilma, entre elas: “Delatora diz que Mantega negociou caixa 2 em 2014” (O GLOBO, 21 abr. 2016); Ricardo Noblat: Lava-Jato já dispõe de provas suficientes para prender Lula” (O GLOBO, 25 abr. 2016); “É estarrecedor o volume de dinheiro” (O GLOBO, 29 abr. 2016); “Campanha de Dilma recebeu Caixa 2 da JBS, diz Mônica Moura” (O GLOBO, 07 mai. 2016) e “Ex-líder do governo, Delcídio é cassado” (O GLOBO, 11 mai. 2016).

A Lava Jato é a principal operação a pautar o jornal, foram 20 publicações no período. O resultado traduz em números a percepção da então assessora de imprensa do juiz Sérgio Moro, Christianne Machiavelli. Em entrevista ao *The Intercept* em 2018, depois de se afastar da Justiça Federal de Curitiba, a jornalista avaliou que “talvez tenha faltado crítica da imprensa. Era tudo divulgado do jeito como era citado pelos órgãos da operação. A imprensa comprava tudo” e afirmou que “era tanto escândalo, um atrás do outro, que as pessoas não pensavam direito, as coisas eram simplesmente publicadas”(MACHIARELLI, 2018). Este uso da imprensa pelas instâncias responsáveis pela Lava Jato seguiu a receita da operação italiana *Mani Puliti*, inspiradora da ação implantada sob o comando do juiz Sérgio Moro. Foi o magistrado quem jogou luz sobre a importância da manipulação da mídia. Em artigo publicado em 2004, Moro afirmou que os responsáveis pela operação italiana “nunca pararam de manipular a imprensa” e a investigação “vazava como peneira”, servindo a “um propósito útil”. O juiz descreve a estratégia utilizada na Itália com marcante semelhança em relação ao que foi implantado no Brasil: “os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva” (MORO, 2004, p.59). Trata-se da aplicação prática da estratégia de escandalização da política, abordada anteriormente (THOMPSON, 2000).

No caso da Lava Jato, esta manipulação permanente teria sido realizada pela Justiça, na concepção de Souza (2016), ultrapassando as barreiras da legalidade, como no vazamento seletivo de depoimentos conquistados através de delações premiadas criando um clima de “linchamento televisivo” que “envolvia manipulação de informação, seletividade de conteúdos, simplificação de questões complexas, estímulo aberto a pré-julgamentos, além da eliminação do contraditório e do direito de defesa” (2016, p.123).

A Operação Lava Jato ganhou amplitude quando passou a unificar outras operações de combate à corrupção em 2014, primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando o *impeachment* passou a ser pauta da oposição. Nesse cenário, o juiz Sérgio Moro, apesar de ser de primeira instância, assumiu importância central na disputa política em curso e recebeu o reconhecimento de O Globo, não só nas notícias publicadas. Foi escolhido “personalidade do ano” no Prêmio Faz Diferença⁶¹. O Globo colaborou com a construção da imagem de herói de Sérgio Moro, como revelam as charges publicadas no período foco de nossa análise.

Figura 14 – Charges publicadas na capa de O Globo tendo como personagem o juiz Sérgio Moro no período entre 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016



Elaboração própria com base em O Globo

Outros atores do jogo estabelecido pela Justiça Federal, Polícia Federal e Ministério Público também se mostram presentes na análise das primeiras páginas de O Globo nos 30 dias que antecederam o afastamento de Dilma Rousseff. Em “Procurador da Lava-Jato seguirá em qualquer governo” (O GLOBO, 19 abr. 2016), o coordenador da Lava Jato, Deltan Dallagnol, é a fonte da reportagem. Dallagnol foi o responsável posteriormente, em setembro de 2016, pela apresentação de Power Point que acusava o

⁶¹Disponível em: <http://eventos.oglobo.globo.com/faz-diferenca/2015/anos-anteriores/2014-confira-os-vencedores-do-premio/> Acesso em: 04 jan. 2019.

presidente Lula de ser líder de um esquema de corrupção. Na ocasião, o procurador afirmou ter “formado convicção” sobre essa tese.

Em outras duas manchetes de O Globo, “Míriam Leitão: procurador nega mudança de entendimento do TCU” (O GLOBO, 16 abr. 2016) e “Procurador acusa Dilma de ‘Contabilidade Destrutiva’” (O GLOBO, 03 mai. 2016), a fonte das reportagens é o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Júlio Marcelo de Oliveira. A publicação do dia três de maio chama atenção pela parcialidade no depoimento dado à Comissão de *Impeachment* no Senado

Júlio Marcelo de Oliveira, sustentou que as "pedaladas fiscais" foram feitas de forma continuada, de 2013 a 2015, e chamou o artifício de "contabilidade destrutiva" e "fraude fiscal". O procurador afirmou aos senadores, em tensa reunião ontem, que o objetivo das manobras foi, em última instância, garantir a reeleição da presidente Dilma. Senadores governistas reagiram e acusaram o procurador de atuar como militante pró-*impeachment* (O GLOBO, 03 mai. 2016).

A atuação dos integrantes do Ministério Público, Justiça Federal e Polícia Federal que tiveram papel preponderante na construção das condições necessárias ao *impeachment* é vista, já há alguns anos, como parte da ofensiva conservadora em curso no Brasil. Andrei Koerner e Flávia Schilling (2015), ao analisar as denúncias de corrupção como estratégia de descrédito da política, consideram que ela segue roteiro pré-definido:

A denúncia, alimentada por informações de oponentes, dissidentes, arrependidos; o escândalo, vocalizado e amplificado pela imprensa; a condenação moral e política, formulada pelas lideranças “responsáveis”; e a condenação purificadora realizada por juízes imparciais que vêm restaurar a ordem (2015, p. 75).

Especialmente nesta década no Brasil, os acontecimentos protagonizados pela Justiça têm sido de tal forma influentes nos rumos do país que os limites entre o jurídico e o político parecem ter se desconstruído a ponto de se tornarem imperceptíveis. Souza alerta que “os juízes fazem política abertamente, representando partidos e seus interesses. O golpe não teria acontecido sem a politização do judiciário” (2016, p. 131). Santos identifica a Ação Penal (AP) 470, que teve julgamento em 2012 e ficou conhecida como “Mensalão”, como a origem do movimento golpista e avalia que ela “inaugurou a atitude conservadora de interromper por via não eleitoral a liderança do Partido dos Trabalhadores, com intervenção ancilar direta do Judiciário” (2017, p. 159). Fernandes (2018), ao abordar a judicialização da megapolítica, com foco no envolvimento do

Supremo Tribunal Federal, considera que se estabeleceu no decorrer do processo de deposição de Dilma Rousseff, com conivência do STF, a violação de pilares básicos da democracia “como a imunidade parlamentar, a prerrogativa do presidente de escolher seus ministros e a inviolabilidade do mandato” (2018, p. 100). Nesta concepção, “enquanto o tema da corrupção ocupava praticamente todo o espaço de debate público e legitimava um processo de judicialização da megapolítica, um projeto de país ia se firmando ao largo de praticamente qualquer debate” (2018, p. 101).

Este projeto de país foi o representado justamente pelos partidos que haviam sido derrotados nas urnas em 2014, em parceria com dissidências das bases do governo, inclusive setores majoritários do PMDB. Os políticos opositores, como era de se esperar, desempenharam ações de destaque e registros generosos nas páginas de O Globo. Durante o período analisado estiveram presentes em 38 matérias publicadas na capa do jornal. Foram identificadas citações de 14 partidos, sendo o maior destaque para o PMDB, PSDB, DEM e Rede, mas também os dissidentes PP, PSD, PR e PRB.

O PSDB assumiu responsabilidade tanto ao comandar o *impeachment* no Congresso - tendo o senador tucano mineiro Antônio Anastasia ocupado o cargo de relator do processo no Senado - quanto na mobilização da imprensa. O partido, derrotado pelo PT nas eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014, encontrou no *impeachment* a possibilidade de retornar ao poder. Os três ex-candidatos do PSDB à presidência nas eleições anteriores – José Serra, Geraldo Alckmin, Aécio Neves - foram ativos no agravamento da crise e ocuparam espaço na capa de O Globo. Apesar das divergências sobre o partido compor o futuro governo Temer, a tese adesista prevaleceu: “Alckmin e Serra dizem que o PSDB tem o dever de apoiar Temer” (O GLOBO, 24 abr. 2016); “Aécio recua e PSDB terá cargos no governo” (O GLOBO, 27 abr. 2016); “Ilamar: Núcleo Duro será formado por PMDB, PSDB e DEM” (O GLOBO, 27 abr. 2016).

O relatório apresentado pelo senador Antônio Anastasia no Comissão de *Impeachment* foi decisivo para a condenação de Dilma e a perda do cargo. Apesar de também ter sido apontado como realizador de manobras contábeis do mesmo formato das chamadas “pedaladas fiscais” quando ocupava o governo de Minas Gerais⁶², o senador afirmou em seu relatório que a presidenta havia cometido um “atentado à Constituição” ao realizar o atraso de pagamento.

⁶² Disponível em: <https://pedaladasdoanastasia.wordpress.com/> Acesso em: 02 fev. 2019.

Nas primeiras páginas de O Globo têm destaque ainda partidos menores, dissidentes da base governista: “ILIMAR: Partidos no governo, PP, PR e PSD se sentiram cheios de poder” (O GLOBO, 13 abr. 2016) e “Ancelmo: PSD de Kassab deve levar diretorias poderosas do BB para compensar perda das Cidades” (O GLOBO, 05 mai. 2016).

O apoio religioso foi expresso no Congresso pela Frente Parlamentar Evangélica, que declarou apoio ao *impeachment*⁶³. Por fim, o PMDB era o maior interessado – pela chance de assumir a presidência -, o que se refletiu nas manchetes, na participação de seus integrantes como articuladores, especialmente o vice-presidente Michel Temer, como veremos a seguir. No placar final do *impeachment* no Senado, o PMDB deu o maior número de votos entre os partidos favoráveis a antecipação do fim do mandato de Dilma Rousseff: foram 17 dos 61 votos. O PSDB contribuiu com 11 votos, seguido do PP, com seis.

O vice-presidente Michel Temer foi, de fato, um personagem relevante nesta trama, com maior número de citações nas capas de O Globo no período, 46. A movimentação para ocupar a presidência através da destituição da presidenta eleita foi relatada de forma intensa nesses dias que antecederam a retirada de Dilma do Palácio do Planalto. O vice-presidente é apresentado como um articulador empenhado em manchetes como “Temer faz ofensiva contra discurso de Dilma” (O GLOBO, 22 abr. 2016) e “Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto” (O GLOBO, 17 abr. 2016).

O jornal, assim como os demais órgãos de imprensa, colaborou com a estratégia que interessava a Temer de estabelecer o *impeachment* como inevitável, como fica explícito na reportagem “Em áudio Temer fala como se já estivesse certo que vai assumir” (O GLOBO, 12 abr. 2016).

Nas primeiras páginas, Temer surge como o governante capaz de atender às demandas do mercado, conforme demonstrado anteriormente. Mais do que isso, ele representa em O Globo esperança e é cercado de otimismo: “Míriam: Temer pode deter a queda na Economia” (O GLOBO, 07 mai. 2016); “Temer aclamado em jantar” (O GLOBO, 16 abr. 2016) e “Paulo Celso Pereira: Temer foi afortunado duas vezes” (O GLOBO, 07 mai. 2016). O namoro de O Globo com o vice-presidente já não era novidade em 2016. Ao fim de 2015, Ricardo Noblat publicara através de seu blog em O Globo um post do Twitter que entraria para a história das bajulações realizadas por jornalistas a

⁶³ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bancada-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma/> Acesso em: 03 fev. 2019.

governantes: “Uma coisa que eu jamais observara: como Temer é um senhor elegante. Quase diria bonito. A senhora dele também”⁶⁴. Contraste marcante em relação ao tratamento dispensado à Dilma Rousseff, como ressaltamos anteriormente.

Consumado o golpe, os aliados colheram seus frutos, tiveram espaço privilegiado no governo. Os seis partidos que mais contribuíram para o *impeachment* no Senado - PMDB, PSDB, PP, PSB, PR e DEM, responsáveis por 47 dos 61 votos contra Dilma - nomearam ministros com a posse de Michel Temer. A bancada evangélica também se manteve fiel ao novo presidente. Apoio parlamentar que se estendeu durante os dois anos em que Temer ocupou a presidência e garantiu o arquivamento de duas denúncias contra ele oferecidas pela Procuradoria-Geral da República, sendo a primeira por corrupção passiva, em agosto de 2017, e a segunda por obstrução de justiça e organização criminosa em outubro do mesmo ano.

As instituições responsáveis pelas investigações seguiram fortalecidas e, posteriormente com o avanço da extrema direita e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, ganharam ainda mais destaque, sendo o juiz Sérgio Moro nomeado Ministro da Justiça.

A imprensa que apoiou a destituição de Dilma, especialmente o Grupo Globo, também foi recompensada através de verbas publicitárias⁶⁵. Temer se manteve como aliado do mercado e saldou parte da dívida contraída no apoio ao *impeachment* através de medidas como a aprovação da Lei da Terceirização⁶⁶, em março de 2017, da Reforma Trabalhista⁶⁷ em julho de 2017 e da Proposta de Emenda Constitucional 55, que impõe teto nos gastos públicos por 20 anos⁶⁸.

O STF apesar de envolvimento em polêmicas sobre posicionamentos questionáveis adotados, não foi abalado e os ministros receberam de Temer, em novembro de 2018, apenas três meses após a aprovação do *impeachment*, reajuste salarial de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil, o que representou percentual de 16,38%, enquanto o salário mínimo em janeiro seguinte teve reajuste de 4,6%.

⁶⁴ Disponível em: <https://twitter.com/blogdonoblat/status/674338966024359937> Acesso em: 21 nov. 2019

⁶⁵ Segundo levantamento do blog O Cafezinho, as verbas públicas para o Grupo Globo aumentaram 63% em 2017. Ver anexos.

⁶⁶ Lei Nº 13.429/2017, permite terceirização irrestrita, inclusive para a atividade fim das empresas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm Acesso em: 10 out. 2018.

⁶⁷ Lei nº 13.467 de 13/07/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17728053> Acesso em: 12 out. 2018.

⁶⁸ PEC 55 de 2017. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337> Acesso em 10, jan. 2019.

Deve-se registrar que alguns atores foram também atingidos pelo movimento que destituiu Dilma Rousseff. Como exemplos, o ex-deputado Eduardo Cunha, que foi o responsável pela abertura do processo de *impeachment* na Câmara Federal e foi preso em outubro de 2016; e o PSDB que teve, nas eleições de 2018, o pior desempenho de sua história, com 5% dos votos na disputa presidencial, a redução de suas bancadas na Câmara Federal e no Senado, além de diminuir também o número de governadores eleitos de cinco para três.

O viés comparativo entre as alianças firmadas para a deposição de João Goulart em 1964 e Dilma Rousseff em 2016 nos leva a perceber a marca da diferença em relação à Igreja Católica que no episódio mais recente, através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, se opôs ao golpe⁶⁹. Neste caso, as igrejas que apoiaram a deposição da presidenta foram as evangélicas, como citado anteriormente. As Forças Armadas também se inserem no lugar da diferença. Em 2016 não tiveram visibilidade nas articulações, mas de alguma forma ressurgiram nas ruas em faixas em defesa da ditadura, no esforço de fazer prevalecer a tese de que o mal maior do governo petista – a corrupção – não existiu durante dos governos militares e no empenho em ressuscitar o ódio contra o comunismo, personificado em Dilma Rousseff, por ter sido militante contra a ditadura. De fato, o comunismo não foi pauta dos jornais, mas a sua lembrança foi intensamente acionada no período, no “Vai pra Cuba!” bordão repetido contra a esquerda incansavelmente, e na repulsa ao vermelho semeada pelos conservadores em verde e amarelo, que fizeram ampla utilização da frase “Nossa bandeira jamais será vermelha”. Uma disputa que transpassou também a estratégia discursiva da imprensa.

Apesar de não ser identificável pelas páginas do jornal a ação dos militares em 2016, eles também se beneficiaram na esteira do golpe dois anos depois, com a eleição do capitão da reserva, Jair Bolsonaro, à presidência, e do general da reserva Hamilton Mourão, como vice-presidente, além da posterior nomeação de sete egressos da Marinha, Aeronáutica e Exército para o primeiro escalão do governo.

Por outro lado, a classe média, que em 1964 se fez presente através das organizações de mulheres, conforme assinalamos, em 2016 tomou as ruas em manifestações em verde e amarelo. Uma substituição das velas acesas em janelas nos anos 1960 para as panelas batidas nos apartamentos mais recentemente. Ressignificação de insatisfações, elos e alianças de determinados setores da sociedade.

⁶⁹ Nota da CNBB disponível em: <http://www.cnbb.org.br/cbjp-divulga-nota-sobre-a-decisao-de-acolhida-de-pedido-de-impeachment-contr-a-presidente-dilma/> Acesso em: 08 dez, 2018.

Por fim, pairam no ar as incertezas a respeito de forças internacionais envolvidas no episódio que culminou com a retirada do Partido dos Trabalhadores do Governo por vias não eleitorais. É fato que o avanço da extrema direita na América Latina marcou o período, aumentando as suspeitas de uma ação articulada internacionalmente. Ressalvando não ter provas a respeito da ingerência de outros países no *impeachment*, o ex-ministro da Justiça e ex-Advogado-Geral da União, a quem coube apresentar a defesa de Dilma Rousseff no Senado, levanta fatos que teriam contribuído para o desagrado de potências internacionais.

A impressão que eu tenho é que algumas decisões do governo Dilma Rousseff e outras que já haviam sido tomadas pelo governo do presidente Lula atraíram certa ira de setores poderosos internacionais. Como a nossa decisão em relação ao petróleo, de proteção do pré-sal, que foi desfeita como um passe de mágica posteriormente pelo governo Temer. A situação relativa à proeminência que o Brasil estava tendo no mundo, inclusive com empresas brasileiras se projetando internacionalmente e ganhando espaço de mercado. Tudo isso incomodou muita gente. E esse incômodo pode ter movimentado forças internacionais poderosas na linha de alimentar o golpe de estado de 2016. Isso a história demonstrará (CARDOZO, 2017).

De fato, assim como aconteceu em 1964, apenas o distanciamento histórico permitirá análise mais aprofundada das forças e interesses envolvidos no *impeachment* de Dilma. O que podemos constatar é que os dois episódios terminaram por instalar crise profunda na democracia brasileira, no caso mais recente com consequências até hoje em curso.

A análise realizada nos leva ao que Todorov classifica como “inimigos íntimos da democracia” (TODOROV apud BERGER, 2018), forças ameaçadoras produzidas pela própria democracia e que “são superiores àquelas que a atacam de fora. Combatê-las e neutralizá-las é tanto mais difícil quanto mais elas invocam o espírito democrático e possuem, assim, as aparências da legitimidade” (p.311). Nesta perspectiva, e a partir da análise do posicionamento da imprensa no caso da deposição de Dilma Rousseff, Berger enquadra o jornalismo brasileiro como um desses inimigos íntimos da democracia. Nossa pesquisa corrobora essa visão e indica a participação de outros atores também passíveis de classificação nesta categoria: os aparatos jurídico e parlamentar que atuaram de forma decisiva no golpe de 2016.

3.3 INTELECTUAL COLETIVO E INTELECTUAIS ORGÂNICOS

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (Gramsci, 2001, v.2, p. 15).

A atuação decisiva dos intelectuais orgânicos, como indica Gramsci nos “Cadernos do cárcere”, nos leva à discussão sobre a disputa de hegemonia que, na visão do pensador italiano se dá pela “organização da cultura”. Sem intelectuais orgânicos não existe organização da cultura e “sem uma ‘organização da cultura’, não existe sociedade civil no sentido gramsciano da expressão” (COUTINHO, 1990, p. 13). Os intelectuais orgânicos são aqueles que se ligam às suas classes de origem ou de filiação e atuam como verdadeiros “agentes da consolidação de uma vontade coletiva”, preparando “a hegemonia dessa classe sobre o conjunto de seus aliados” (COUTINHO, 1999, p. 175). O objetivo final é a construção de um amplo consenso social que favoreça seu grupo. Para alcançá-lo, fazem uso de um instrumento, exatamente a *práxis interativa* (ou exercício de convencimento), quando são acionados determinados conteúdos da consciência de caráter ideológico, com o objetivo de convencer o outro a agir e pensar de determinada forma (“direção político-ideológica”).

E é preciso ressaltar que *intelectual* para Gramsci não significa somente o intelectual tradicional, ocupado em formular, entre quatro paredes, refinadas teorias restritas a determinados círculos sociais. Sua noção de intelectual orgânico abrange indivíduos, grupos de indivíduos ou mesmo organizações cuja função seja construir (ou desconstruir) consensos e fornecer as bases para a manutenção (ou transformação) de uma realidade estabelecida. Nesse sentido, tanto espaços de difusão cultural (como jornais, revistas, sites) como sujeitos sociais (músicos, escritores, ativistas, colonistas) podem atuar como intelectuais orgânicos de uma classe ou grupo de classes. São esses atores sociais (individuais ou coletivos) os orquestradores das ações ideológicas levadas a cabo na sociedade civil, essa esfera social “formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias” (COUTINHO, 1999, p. 127).

É nesse sentido que Coutinho define organização da cultura como “o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (1990, p. 17). E mais a frente coloca:

Não pode existir sociedade civil efetivamente autônoma e pluralista sem uma ampla rede de organismos culturais; e, vice-versa, não pode existir organização da cultura efetivamente democrática sem estar apoiada numa sociedade civil desse tipo. E a luta de classes, sob a forma da batalha das ideias, da luta pela hegemonia e pelo consenso, atravessa tanto a sociedade civil quanto esse sistema de “organização da cultura” (COUTINHO, 1990, p.18).

Entre nós, se há uma “ampla rede de organismos culturais” não se pode dizer que ela seja intrinsecamente democrática, ao menos em se tratando do nosso cenário midiático, como pudemos analisar no primeiro capítulo.

À luz da conceituação gramsciana de intelectual orgânico e coletivo, analisamos as capas de O Globo buscando identificar a construção discursiva destes atores na disputa hegemônica que envolveu os golpes implementados nas décadas de 1960 e 2010⁷⁰.

3.3.1 Intelectual Coletivo O Globo 1964

Entre as primeiras páginas de jornais da década de 1960 e da atual há marcantes diferenças. Para além das cores e do *layout* mais leve e organizado há também alterações significativas na organização editorial. Na análise das capas de 1964 identifica-se que não há chamadas para textos escritos por articulistas ou colunistas do jornal neste período – o que era pouco usual na época –, no entanto, observa-se que à opinião do jornal era reservado espaço de destaque através de editoriais publicados integralmente na capa. Nas 25 edições analisadas, considerando-se que em alguns dias de março não houve publicação do jornal, identificou-se a presença de 15 editoriais na primeira página, o que significa que em 60% das edições de O Globo a empresa fez valer sua opinião sobre os acontecimentos no que pode ser considerado o cardápio principal de notícias.

⁷⁰ Parte dos resultados apresentados neste item resulta do artigo “Dos editoriais aos artigos: a imprensa como intelectual orgânico e coletivo antes dos golpes políticos brasileiros” em coautoria com João Paulo Malerba (No prelo).

Figura 15 – Exemplos de editoriais publicados na capa de O Globo no período de 02 mar. 1964 a 31 mar. 1964



Elaboração própria com base em O Globo

A maior parte dos editoriais utilizava linha de argumentação de alerta sobre o risco do avanço comunista, se opunha às bandeiras de esquerda defendidas pelo presidente Jango e alegava ser o posicionamento do jornal como o de “defesa da democracia”, o que é exemplificado pelo texto publicado em 24 de março de 1964 intitulado “A hora da Liberdade”.

O momento é oportuno, como jamais o foi em toda a nossa história, para refletirmos, nós também, sobre a liberdade que estamos ameaçados a perder. O momento é oportuno porque o que está em jogo, desta vez, não é uma liberdade alheia, distante, mas é a nossa própria liberdade, ameaçada dentro das nossas fronteiras, nas nossas próprias casas e em cada um de nós. Se a soubermos defender o país estará a salvo e nós com ele. Se não a soubermos defender, tudo estará perdido para nós (O GLOBO, 24 mar. 1964).

Ou ainda o editorial da edição da véspera do golpe civil-militar, dia 31 de março de 1964, que sob o título “A Nação Unida às Forças Armadas” parecia dar a senha da sociedade civil para que os militares tomassem de assalto o poder, sob o pretexto de defesa da liberdade e da Constituição.

Todos têm a certeza de que o Brasil não poderá mais suportar que à sombra das liberdades e garantias constitucionais os comunistas e seus auxiliares trafeguem comodamente, preparando o asfixiamento daquelas liberdades e a derrubada da Constituição (O GLOBO 31 mar. 1964).

Importante reforçar o registro realizado no segundo capítulo, quando se deu a análise da exploração dos signos golpe x *impeachment* e aqui no terceiro capítulo quando se apresentou as temáticas mobilizadoras, de que a construção da hegemonia é calcada na exploração de suposta ameaça à democracia, tanto nos editoriais quanto nas demais manchetes publicadas no período. Ameaça esta atribuída reiteradamente ao governo João Goulart e seus aliados, enquanto o estado democrático de direito acabou sendo vilipendiado, de fato, pelos militares e seus aliados civis.

Conforme abordado anteriormente, desvelando a participação de O Globo como ator no golpe de 1964, compreendemos a atuação do periódico como “intelectual coletivo”, considerando a grande maioria das publicações de direcionamento da cena política não era assinado e assumido diretamente pelos jornalistas. Neste sentido, o impresso de Roberto Marinho não estava sozinho. Como pudemos observar no primeiro capítulo, a imprensa esteve majoritariamente dedicada à desconstrução do governo de João Goulart e, conseqüentemente, ao lado dos que atuaram pelo golpe. Silva, ao analisar mais especificamente o Jornal do Brasil na época em questão considera que, ainda que de forma anônima, os profissionais de imprensa tiveram participação decisiva que pode ser caracterizada como a de intelectuais orgânicos.

O golpe de 1964 resultou de uma tripla traição: a dos militares, que traíram a pátria em nome dos interesses norte-americanos; a das elites brasileiras comprometidas com o capital internacional; e a dos jornalistas, que traíram o compromisso com a liberdade e com a verdade por excesso de conservadorismo e por atuar como “intelectuais orgânicos” da modernização conservadora (SILVA, 2014, p. 142).

Como pudemos observar nas alianças firmadas pela imprensa, e especificamente por O Globo na época, a atuação dos jornalistas se deu como parte de ampla engrenagem da qual os veículos de comunicação fizeram parte de forma intensa e entusiasmada. Atuando como intelectual coletivo, contribuiu para a difusão de ideologias, atendendo ao projeto conservador.

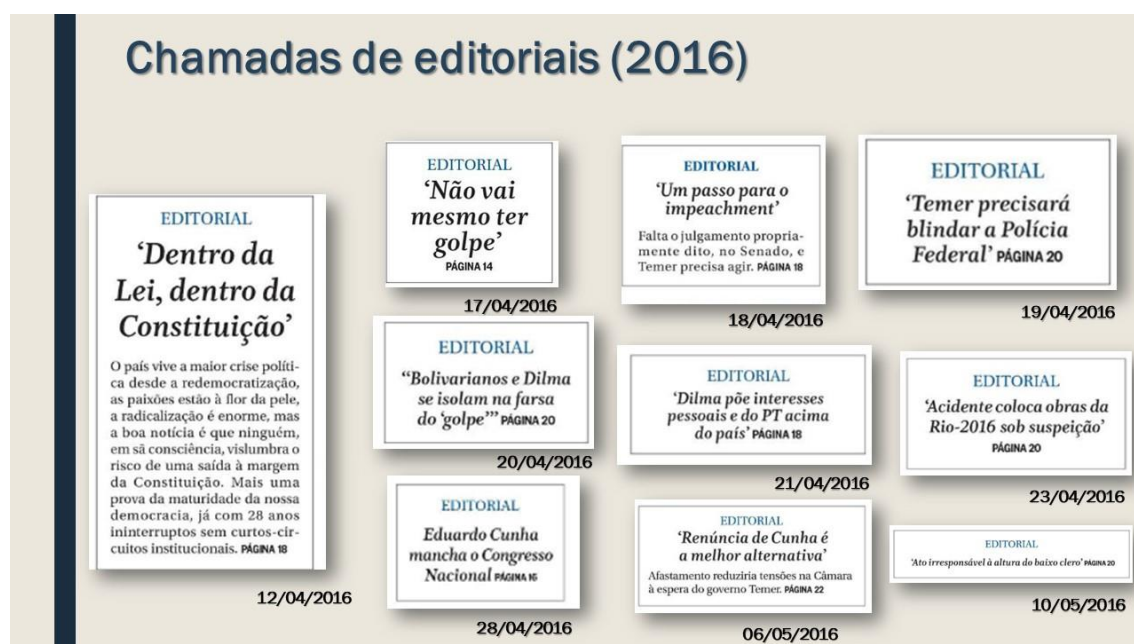
Em 2016, identificamos que esta ação se aprofundou e se ressignificou, passando a contar com a ação dos jornalistas de forma autoral, com o abandono do anonimato e assumindo papel relevante, como analisaremos a seguir.

3.3.2 Intelectuais Orgânicos O Globo 2016

As primeiras páginas de O Globo em 2016 têm, entre as relevantes desseleções em relação a 1964, o uso de *layout* atualizado e comercial que busca conquistar o leitor. Assim, grandes textos foram substituídos por manchetes e chamadas reduzidas que têm como objetivo capturar atenção e estimular a leitura da informação na íntegra publicada nas páginas internas. Diante desta nova concepção, os editoriais, antes publicados integralmente na capa passaram a ter ali apenas espaço para chamadas de convite ao leitor.

Nas 30 capas analisadas identificamos chamadas para dez editoriais, o que representa 33% das edições, sem que nenhum deles fosse publicado integralmente na primeira página, ao contrário de 1964. Como é característico deste tipo de texto, eles buscam expressar a opinião do jornal, e de forma mais abrangente do Grupo Globo. “Dentro da Lei, dentro da Constituição” (O GLOBO, 12 abr. 2016); “Não vai mesmo ter golpe” (O GLOBO, 17 abr. 2016); “A um passo para o *impeachment*” (O GLOBO, 18 abr. 2016); “Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do ‘golpe’” (O GLOBO, 20 abr. 2016); “Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país” (O Globo 21 abr. 2016) são algumas das chamadas em que o jornal, através da discursividade adotada, se coloca como um ator social na conjuntura política.

Figura 16 – Exemplos de editoriais publicados na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016.



Elaboração própria com base em O Globo

Neste caso, a pesquisa se deteve não apenas nas manchetes, mas aprofundou a análise para os textos dos editoriais – inclusive os não publicados em primeira página - onde foi possível constatar que a linha adotada em 2016 guarda semelhança com a utilizada em 1964, especialmente no que diz respeito à suposta defesa do processo democrático, como a publicação de 12 de março de 2016.

O país vive a maior crise política desde a redemocratização, as paixões estão à flor da pele, a radicalização é enorme, mas a boa notícia é que ninguém, em sã consciência, vislumbra o risco de uma saída à margem da Constituição. Mais uma prova da maturidade da nossa democracia, já com 28 anos ininterruptos sem curtos-circuitos institucionais (O GLOBO, 12 mar. 2016).

Os espaços reservados para a opinião do Grupo Globo também assumem a linha de justificativa e de legitimação do processo de *impeachment*, com posicionamento de recusa da visão de que se tratou de golpe, como abordado anteriormente.

Além de evidenciar o ataque aos governos da presidenta Dilma Rousseff e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chamados ironicamente em editorial de “Lulopetistas”, como ressaltado no Capítulo 2, o jornal – assim como fez na década de 1960 – prescreve o desenrolar do processo. Neste caso, opera como avalista da cobertura

oferecida pelo Supremo Tribunal Federal, como nos editoriais “STF acerta ao manter a tramitação do *impeachment*” (O GLOBO, 16 abr. 2016) e “O papel de Lewandowski no *Impeachment*” (O GLOBO, 20 abr. 2016).

Da mesma forma como em 1964, o periódico cobra celeridade e ação dos que atuam para derrubar o governo, o que é explicitado no editorial “Um Passo Para o *Impeachment*”.

Mas o Brasil tem pressa, esta é a questão. Dois dados: o desemprego aumenta à razão de 100 mil pessoas por mês e já se aproxima o saldo tenebroso de 10 milhões de brasileiros sem trabalho. O lado de vida real da crise é dramático: debacle social, pobreza, queda de padrão de vida, aumento da violência, e assim por diante, sempre ladeira abaixo. Portanto, picuinhas entre caciques peemedebistas, Renan Calheiros e Temer, e jogo de cena para buscar favores do Planalto precisam ser deixados de lado a fim de que se ponha para andar, com rapidez, o julgamento da presidente no Senado (O GLOBO, 18 abr. 2016).

E, no mesmo texto, se antecipa apontando a ação esperada de Michel Temer: “Mesmo que ainda falte o essencial, o julgamento, o vice Michel Temer tem de agir, diante da situação em que está a economia”. E em outro trecho: “Dilma garante que Temer e aliados acabarão com o Bolsa Família — criada por tucanos —, e o vice-presidente nega. Mas Temer precisa ir além. Não basta negar, mas, por exemplo, apresentar nomes de peso, respeitadas, para pastas-chave”.

Esta intervenção no futuro governo, mesmo antes da posse, se repete em vários editoriais, seja quando indica manutenção de nomeados, como em “Temer precisará blindar a Polícia Federal” (O GLOBO, 19 abr. 2016) ou quando define quais as pautas prioritárias a serem assumidas, o que acontece nos textos que defendem prioridade para a Reforma da Previdência, “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer” (O GLOBO, 29 abr. 2016) e “O Orçamento à espera do desfecho do *impeachment*” (O GLOBO, 24 abr. 2016), que indica, inclusive, a urgência com que o tema deve ser tratado. “A seguir a regra de que os passos mais difíceis devem ser dados enquanto o governante tem capital político — no caso de Temer, menos nas ruas e mais dentro do Congresso —, o Planalto, de novo inquilino, deve apressar também a reforma da Previdência”.

E não apenas o PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer, recebe orientação sobre seus passos nas páginas de opinião de O Globo. O posicionamento do PSDB, da mesma forma, é determinado nos editoriais do jornal, como em “PSDB não pode repetir o PT de 1992”.

O PSDB se defronta com dilemas muito semelhantes. O importante é que o partido não desconsidere a situação em que se encontra o país e, por isso, não deixe de dar apoio a um futuro governo Temer. Medidas duras serão necessárias, e sem suporte forte no Congresso elas serão inviabilizadas. As ambições presidenciais de tucanos de alto escalão, como o governador Geraldo Alckmin e o senador Aécio Neves, presidente do partido, e mesmo o senador José Serra, são peças neste jogo. Mas não podem ser decisivas, diante da necessidade crucial de se recolocar o país em funcionamento (O GLOBO, 26 abr. 2016).

Os textos que representam o posicionamento do jornal, adotam discurso não apenas persuasivo, se apresentam como prescritivos, lançando mão de expressões imperativas, como o “Não pode”, do título acima. A utilização repetidamente de “é preciso” se dá em editoriais como “O Verdadeiro Golpe é o das ‘diretas já’” (O GLOBO, p. 18, 30 abr. 2016); “Compromisso de Temer precisa ser com a história” (O GLOBO, p. 16, 03 mai. 2016); “Ato irresponsável a altura do baixo clero” (O GLOBO, p. 20, 10 mai. 2016). Enquanto o uso do verbo *dever*, como em frases como “O Planalto, de novo inquieto, deve apressar também a reforma da Previdência” ou “Passos mais difíceis devem ser dados” (O GLOBO, 24 abr. 2016); “O governo Temer deverá...” (O GLOBO, 01 mai. 2016), “Deve ficar claro a todos que, sem prejuízo dos ritos legais, é preciso decidir logo esta fase do *impeachment*” (11 mai. 2016); indicam o papel desempenhado pelo O Globo em construir e constituir as relações sociais através do discurso (FAIRCLOUGH, 2012, p. 22).

A quantidade de editoriais publicados e a radicalização da linguagem não foram as únicas estratégias do jornal para criação de entendimento na sociedade favorável ao *impeachment*. A marca da diferença entre os dois períodos é identificada no fato de que a opinião do Grupo Globo ganhou novas vozes e passou a ocupar lugar de relevância, de forma diversificada, através de articulistas e colunistas. As chamadas para análises e informações exclusivas de jornalistas de prestígio dentro das redações são usuais no jornalismo contemporâneo, no entanto, é notável a persistência com que o recurso foi acionado no período que antecedeu o afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Das 378 manchetes analisadas, 161 são de chamadas assinadas por articulistas e colunistas, o que representa 42,60% das manchetes. Em algumas edições foram identificadas mais de 20 chamadas deste tipo.

Figura 17 – Exemplos de chamadas de articulistas e columnistas publicados na capa de O Globo no período de 12 abr. 2016 a 11 mai. 2016.



Elaboração própria com base em O Globo

Importante considerar o simbolismo da assinatura nos textos jornalísticos, o que pressupõe posicionamento, como ressalta Orlandi: “A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social” (2015, p. 74). A atuação dos intelectuais orgânicos na imprensa foi objeto de Denis de Moraes (2016) que ressaltou os privilégios deste “grupo seletor” de jornalistas:

A eles são dadas prerrogativas singulares dentro das redações, pois ganham notoriedade com a maior visibilidade, exercendo um poder de fogo praticamente sem paralelo no meio jornalístico, principalmente junto a formadores de opinião (2016, p. 119).

Alguns desses *intelectuais orgânicos* da imprensa se sobressaem em meio aos demais. No presente estudo, foram identificadas chamadas nas capas de O Globo para 23 artigos de Merval Pereira em apenas 30 dias. Em relação aos textos de Miriam Leitão, foram 21 chamadas no mesmo período.

Os posicionamentos dos dois estão em perfeita sintonia e reforçam a visão do Grupo Globo expressada nos editoriais. A coluna de Merval publicada em 17 de abril de 2016 tem título articulado com a posição das forças de oposição à presidenta Dilma Rousseff e revela o descontentamento com o resultado eleitoral de 2014, apontando o

impeachment como reparação de um erro cometido no processo eleitoral: “Tudo indica que começa a transição que deveria ter ocorrido em 2014” (O GLOBO, 17 abr. 2016). No texto, Merval comemorava a concretização da própria profecia, considerando que antes mesmo da reeleição de Dilma Rousseff, o colunista decretara que o *impeachment* seria inevitável em caso de vitória da candidata petista, como vimos no segundo capítulo.

Já em texto publicado pelo mesmo articulista em 22 de abril, a imposição de que a presidenta aceite o processo sem realizar denúncias internacionais: “Se falar de golpe, Dilma maculará imagem do país” (O GLOBO, 22 abr. 2016). Em quatro de maio, a chamada aponta para a criminalização do ex-presidente Lula: “Janot teve as condições políticas para denunciar Lula como chefe da organização” (O GLOBO, 04 mai. 2016) e, dias depois, de sua sucessora: “Imagem de presidenta honesta de Dilma é contestável” (O GLOBO, 08 mai. 2016).

Textos em concordância com os assinados por Miriam Leitão que apontavam, especialmente, os erros da administração petista, como em 30 de abril de 2016: “BC resistiu à principal ameaça do PT” (O GLOBO, 30 abr. 2016). Ou no conteúdo de três de maio: “Dilma atacou os pilares da Lei Fiscal e persistiu no erro” (O GLOBO, 03 mai. 2016). A colunista de economia sugere como saída para a crise a aprovação do *impeachment* em sete de maio: “Temer pode deter a queda na Economia” (O GLOBO, 07 mai. 2016). A jornalista realiza o julgamento e a condenação da então presidenta em oito de maio: “Dilma escolheu seu destino e cai pela soma dos erros” (O GLOBO, 08 mai. 2016).

Outros articulistas seguem o mesmo caminho, subsidiando a oposição ao governo e tecendo narrativa intensa em que apresentam aos leitores, diariamente e em diversas abordagens, textos, argumentos e dados que cooperam para criar entendimento da opinião pública a respeito da insustentabilidade da situação política e econômica que passa a ter como única saída o *impeachment*. Identifica-se aqui o que Moraes classifica como “ação persistente, reiterada, hábil e persuasiva que visa disseminar concepções de mundo capazes de gerar convencimentos e encorajar determinados tipos de conduta frente à realidade” (2016, p. 119). Esse encorajamento à ação ecoou significativamente nos atores aliados para a deposição de Dilma, mas também na população, especialmente a classe média assinante e leitora da publicação e que não se furtou a colaborar com o projeto que visava barrar a permanência do Partido dos Trabalhadores no poder. Desta forma, inferimos que a estratégia dos intelectuais orgânicos de O Globo foi vitoriosa ao “produzir

falas autorizadas e interpretações que possam influir, de algum modo, na formação dos valores e mentalidades” (2016, p. 119).

Ressalte-se que Merval, Leitão e alguns dos demais jornalistas que compõe o grupo de articulistas com o privilégio de ocupar a capa de O Globo atuam também em outros veículos do grupo como a TV Globo, a Globo News, a Rádio CBN e a Rádio Globo. Soma-se a isto, o fato de que os principais colunistas têm blogs hospedados no próprio portal de O Globo. Por fim, vale registrar que o jornalista Merval Pereira é membro do Conselho Editorial do Grupo Globo e foi eleito, em 2011, para a Academia Brasileira de Letras (ABL)⁷¹, garantindo a circulação chancelada entre os intelectuais do país.

José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça, analisando o período sob a ótica dos bastidores do Palácio do Planalto, considera flagrante a atuação de jornalistas na disputa estabelecida em 2016: “Eu acho que esses colunistas atuaram exatamente nessa linha, ou seja, na linha de ataque numa disputa político e ideológica”, questionando o quanto consciente era esta atuação, o jurista ressalta que “há pessoas que pensam, se vestem na roupagem de neutros, mas que estão no fundo de fato fazendo uma disputa política e ideológica” (CARDOZO, 2017).

Dentro deste contexto, e à luz da concepção gramsciana, estes jornalistas, em sua atuação *intelectual tradicional*, funcionam como *intelectuais orgânicos*, cuidadosa e permanentemente atuando para organizar a opinião pública em favor de uma direção político-ideológica determinada:

O que se chama de “opinião pública” está estreitamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força. O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil (GRAMSCI, 2011, p. 283).

Na complexa arquitetura ideológica necessária para a preparação de golpes políticos ao modo contemporâneo, esses analistas e articulistas são colocados à frente da trincheira argumentativa do jornal, esmiuçando questões específicas (econômicas, políticas, internacionais etc.) e arregimentando a posição macro-ideológica do intelectual coletivo a que prestam serviço. Seria uma divisão estratégica de funções: enquanto os

⁷¹ Biografia de Merval Pereira. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/merval-pereira/biografia> Acesso em: 10 fev. 2019.

articulistas pavimentam a argumentação cotidiana, os editoriais se ocupam em impulsionar os acontecimentos em uma determinada direção histórica, prescrevendo modos de conduta das instituições e/ou as validando (partidos políticos de centro-direita, Supremo Tribunal Federal, legalidade do *impeachment* etc.). Isso é sintomático, por exemplo, na prescrição de um redirecionamento da economia em favor dos interesses do capitalismo mundial.

Essa diferença de posicionamento fica bem marcada quando, comparadas às do passado, guardadas as devidas diferenças editoriais e de *layout* das duas épocas, vemos as capas de 2016 cederem espaço das chamadas de editoriais em favor das matérias de articulistas. Seria esta uma estratégia de dispersão do discurso em busca de maior eficácia e legitimidade em consonância com a nova realidade midiática e de valorização da opinião individual, construindo assim liderança intelectual e moral não só sobre a massa de leitores, mas – fruto das novas possibilidades da convergência midiática – também a de telespectadores, ouvintes e internautas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enxergar dois momentos cruciais da política brasileira contemporânea a partir das lentes do campo da Comunicação, realizar o aprofundamento da reflexão com viés comparativo e resistir às tentações de abrir as muitas portas que nos levariam a outros caminhos foram desafios apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa. Estas não se constituíram em tarefas simples. A deposição de João Goulart, em 1964, e de Dilma Rousseff, em 2016, são episódios de grande complexidade e múltiplos entrelaçamentos que incluem, além do campo da Comunicação, História, Sociologia, Política, Linguagem e muitos outros.

Se desde o início as portas que nos levariam a desvios revelavam armadilhas, muitas outras surgiram no decorrer do processo, diante da conjuntura intensa e intimamente afetada pelas consequências advindas do *impeachment*. Realidade que demandou esforço para resistir à tentação de abordar o presente, prática inerente ao fazer jornalístico que constituiu nossa trajetória profissional. Mesmo evitando tal dispersão, muitos dos aspectos da pesquisa foram ressignificados pela conjuntura. Simbólico desta afetação foi a nossa decisão de assumir a deposição de Dilma Rousseff como um *golpe*, considerando que as dúvidas a esse respeito, do nosso ponto de vista, se dissiparam com os fatos que se seguiram à aprovação do *impeachment*.

Na leitura dos dois momentos que precederam a deposição de João Goulart e Dilma Rousseff da presidência abordamos a disputa hegemônica, fator constitutivo das relações políticas e nos empenhamos em observar a participação da imprensa na tentativa de construção de consenso na sociedade para aceitação das mudanças a serem efetivadas, em atuação como ‘aparelhos privados de hegemonia’ (MORAES, 2016). A pesquisa foi desenvolvida a partir da concepção bakhtiniana do signo como arena da luta de classes” (BAKHTIN, 1981, p.47). Conceito que se desvelou como caro ao estudo, considerando que tanto 1964, quanto 2016 foram marcados sobremaneira pela luta de classes.

Na impossibilidade de pesquisar a imprensa integralmente, concentramos nosso objeto de estudo em O Globo e tivemos a oportunidade de elencar justificativas para esta opção. Apesar de não contemplar o poder crescente das mídias sociais e a dinâmica da comunicação virtual, a escolha se apresentou como adequada por permitir o viés comparativo dos dois momentos históricos; pela relevância do jornal no cenário da imprensa nacional, sendo parte constitutiva do maior grupo de comunicação do país e um

dos maiores do mundo; e, especialmente, pelo periódico ter assumido em editoriais o apoio ao golpe de 1964 (O GLOBO, 31 ago. 2013) e a sustentação aos governos militares (O GLOBO, 07 out. 1984); assim como, em referência a 2016, ter sido acusado por Dilma Rousseff de manipulação da opinião pública para facilitar o *impeachment*.

Desta forma, a observação das primeiras páginas explicitou as escolhas de O Globo em relação à adoção de signos em consonância com a ideologia conservadora. Foi esta a nossa percepção em relação à opção realizada na dicotomia *golpe x impeachment*. Em 1964, identificamos o emprego da palavra *impeachment* em apenas uma oportunidade nas manchetes de capa do periódico e golpe utilizado em referência ao perigo que se originava não dos militares, mas do governo João Goulart, em consonância com a tese de que o presidente estaria preparando medidas para se perpetuar no poder de forma autoritária, ainda que não houvesse evidências dessa movimentação.

Por outro lado, não há nenhuma menção explícita às articulações, que de fato estavam em curso, envolvendo Forças Armadas na preparação do golpe. Apesar de fora do escopo, registramos que, mantendo a coerência de alinhamento com os militares, após a deposição de João Goulart O Globo assumiu o termo revolução para se referir à tomada do poder, rejeitando a palavra golpe ou a nomear o regime como ditadura.

Em 2016, a adoção de *impeachment* e o repúdio a golpe como definição do processo foram explicitados nas páginas do jornal num debate imposto pela presidenta e seus apoiadores, que levaram a denúncia de golpe às ruas e inclusive a fóruns internacionais. Em reportagens, editoriais e artigos, O Globo expressou sua repulsa à tese de que havia um golpe em curso. A disputa ideológica através dos signos levou o jornal a tomar partido e se colocar claramente em consonância com a discursividade adotada pela oposição. Nos dois episódios, as capas revelaram que jornal abriu mão dos propalados princípios editoriais de isenção e imparcialidade.

Sob outro prisma de análise, os signos adotados por O Globo evidenciaram a exploração de emoções como artifício para mobilização da população na oposição aos dois presidentes eleitos. Apelo que se mostrou eficiente para estabelecer o medo como marca do período que antecedeu a queda de Jango e a aversão, o nojo em relação à Dilma, criando na sociedade a sensação de necessidade premente de pôr fim aos dois governos.

Em relação a 1964, identificou-se o chamado ‘fantasma do comunismo’ como personificação do medo que tomou espaço nas manchetes alertando para o risco de “infiltração vermelha”, “penetração comunista” e “perturbação da ordem”. As Reformas de Base de Jango, por sua vez, eram também abordadas como “ameaça grave” à

normalidade e não como avanço na implantação de políticas de redução das desigualdades.

Já em 2016, a aversão, o nojo à Dilma Rousseff foram explorados em manchetes numa espécie de versão publicável do ódio que se espalhou pelas ruas e pelas redes sociais em ações estimuladas pela oposição, com forte componente misógino. Compreendemos que as emoções perpassaram a luta de classes estabelecida no período e que a contribuição de O Globo se expressou na repulsa à governante estampada nas primeiras páginas do jornal e com destaque em editoriais e artigos, conforme tivemos oportunidade de aprofundar no terceiro capítulo. Repulsa que era também direcionada à classe trabalhadora, à população mais pobre que ascendeu economicamente durante os governos petistas. Concluimos, neste ponto, que a linha editorial de O Globo contribuiu para que os signos repulsivos, de certa forma, se associassem à imagem de Dilma Rousseff e dos petistas, tendo como elemento principal a corrupção, algo que remete ao apodrecimento. Essa repulsa, baseada no medo de contaminação, levou à necessidade de afastamento de parcela significativa da população dos ocupantes do poder, vistos como repugnantes. E paradoxalmente e estimulou a união dos que compartilhavam a aversão, como foi possível observar nas manifestações a favor do *impeachment* e nas redes sociais. As camisas amarelas, as bandeiras do Brasil e o som das panelas se tornaram códigos de sintonia entre os que defendiam o *impeachment*.

Cabe destacar que a exploração das emoções traz em si um componente de descontrole de suas consequências. Uma vez acionadas, não se garante o domínio de seus efeitos, conforme foi possível verificar no processo que se sucedeu ao *impeachment*. O estímulo à aversão e ao ódio ao Partido dos Trabalhadores teve grande relevância no processo eleitoral de 2018, com a predominância de pautas conservadoras - baseadas no preconceito de classe, na homofobia, na misoginia, no racismo, na repulsa à esquerda – e que culminou com a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL) e o retrocesso em conquistas sociais obtidas nos últimos anos.

A pesquisa nos possibilitou ainda a coleta e a análise de dados a respeito das temáticas que permaneceram em pauta em O Globo nas fases que antecederam os dois golpes. Revelou-se que, no contexto da Guerra Fria, o comunismo preponderou nos últimos dias do governo de João Goulart e a corrupção no mês que precedeu o afastamento de Dilma Rousseff pelo Senado. Foi o combate a esses dois ‘perigos que ameaçavam o país’ que insuflou a revolta da classe média contra os dois governantes. As Marchas da família com Deus pela liberdade, em 1964, empunhavam bandeiras de resistência à

ameaça comunista, enquanto em 2016 as manifestações em verde e amarelo denunciavam o PT como o responsável pela corrupção e criador dessa prática na máquina pública brasileira. Nesse contexto, pouca relevância teve a acusação formal de realização de operações fiscais do Tesouro Nacional não previstas na legislação, as chamadas *‘pedaladas fiscais’*, que embasaram formalmente o processo de *impeachment* contra Dilma. O apelo ao discurso anticorrupção, com seu caráter simplificador, se mostrou mais adequado passando a ressignificar a ameaça comunista que havia funcionado anteriormente.

A estratégia de incentivar os sucessivos escândalos como prática na disputa hegemônica de 2016 se tornou ainda mais perceptível com o passar do tempo, à medida que a seletividade das investigações se confirmou e as investigações das denúncias contra Michel Temer foram barradas, sem que houvesse indignação em relação a esses fatos nem por parte da imprensa, nem da Justiça. A bandeira de *impeachment* de Temer, traduzida no Fora Temer, chegou a ser avalizada por O Globo, mas rapidamente esquecida. Da mesma forma, houve o silenciamento posterior do juiz ícone do combate à corrupção, Sérgio Moro, em relação às investigações de desvio de recursos públicos que envolveram a família do presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro, e outros integrantes do seu governo, ao contrário de sua atuação implacável nas investigações relacionadas ao Partido do Trabalhadores. Emblemático desta mudança de postura no combate à corrupção de Sérgio Moro, foi a abordagem em relação ao Caixa 2 – utilização em campanhas eleitorais de recursos públicos obtidos através de negociações ilícitas. O coordenador da Operação Lava Jato havia declarado ser a prática de Caixa 2 mais grave do que a corrupção, ao se referir integrantes dos governos petistas. Já como ministro de Jair Bolsonaro e confrontado com denúncias que atingiram o governo do qual faz parte, refez sua fala e afirmou que considera o Caixa 2 “não tão grave quanto corrupção” (MORO, 2019).

Ao analisar as primeiras páginas de O Globo, constatamos 89 matérias sobre corrupção publicadas com destaque no período de um mês, o que leva à média de 2,9 manchetes sobre o assunto diariamente, corroborando com a declaração da assessora de imprensa do juiz Sérgio Moro, Christianne Machiavelli, de que a imprensa adotou prática de publicação de todas as informações da operação sem crítica ou apuração própria. Indagamos se, mais do que falta de avaliação crítica, tenham havido outros interesses envolvidos no processo. Ao constatar o apelo permanente à temática na conjuntura que precedeu o *impeachment*, ressaltamos o papel desempenhado pelo periódico e por todo o Grupo Globo, com destaque para a TV Globo, na incitação da

revolta popular, o que não significa que façamos juízo de valor sobre as denúncias ou defendamos a inocência dos envolvidos. Os que conhecem as grandes redações do Brasil têm consciência de que não havia novidade no jogo de poder estabelecido pelos governos petistas em relação ao que vinha sendo praticado há décadas no país – o que, por si só, já revela equívoco do partido que se elegeu também ancorado no discurso da ética. O fato digno de nota é a indignação momentânea da imprensa, como ressaltou Emílio Odebrecht em depoimento à Justiça: “A imprensa toda sabia de que efetivamente o que acontecia era isso. Por que agora estão fazendo isso? Por que não fizeram isso há dez, 20 anos atrás?”. O empresário, envolvido nas denúncias de corrupção, apontou, com clareza, a hipocrisia das denúncias tardias: “Essa imprensa sabia disso tudo e fica agora com essa demagogia”(El País, 17 abr. 2017)⁷².

A pesquisa constatou ainda o destaque nas páginas de O Globo para a corrupção passiva, aquela praticada pelo ente do estado em benefício próprio. Este tipo de corrupção foi responsável por 82% das matérias publicadas, em detrimento das denúncias contra empresários, o que reforça a percepção dos objetivos políticos e econômicos por parte de O Globo na abordagem do assunto. Os membros do Executivo e do parlamento, na maioria ligados ao Partido dos Trabalhadores e aliados, foram atingidos por denúncias que se traduziram em “esvaziadores potenciais da reputação”, com capacidade destrutiva de tal dimensão que praticamente impede sua restauração futura (THOMPSON, 2000, p. 299).

Vale registrar que assistimos após o *impeachment* a apropriação das duas temáticas – comunismo e corrupção – pela campanha do candidato vitorioso nas eleições presidenciais de 2018. O combate ao comunismo, apesar de não ter sido explorado pela imprensa em 2016, esteve presente nas ruas, revelado nas agressões aos militantes de esquerda através do famoso bordão “Vai para Cuba!”, que era acompanhado de discursos de defesa da ditadura. E parece ter sido, de alguma forma, incubado vindo a eclodir na campanha presidencial dois anos depois, que combinava a resistência contra a esquerda com o combate à corrupção, colocando em segundo plano a defesa de princípios democráticos. O discurso da direita, amplificado prioritariamente pelas redes sociais, acionou a memória de um passado não suficientemente compreendido e elaborado, fazendo ressurgir a ideia das forças conservadoras e dos militares como livres da

⁷² Declaração sobre a imprensa aos 5’15” do vídeo do depoimento disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017 abr.14/politica/1492192630_931956.html. Acesso em: 15 jan. 2019.

corrupção, portadores do discurso da ordem que precisava ser restabelecida. A apropriação dessas temáticas não pela direita tradicional, mas pela extrema direita repaginada, leva, como indicamos anteriormente, à reflexão a respeito da responsabilidade da imprensa nos retrocessos atuais.

Nossa pesquisa se dedicou ainda a buscar, nas capas de O Globo dos dois períodos, as marcas das alianças firmadas nos momentos finais dos governos Jango e Dilma com objetivo de deslegitimá-los e criar ambiente propício para interrompê-los. Entre as vertentes que compõe o estudo, esta nos pareceu a mais ampla e merecedora do aprofundamento que justificaria uma pesquisa exclusiva buscando identificar as redes e conexões entre os atores dos dois golpes expostas na imprensa. Em relação à 1964, nosso desafio foi perceber de que forma as conexões comprovadas em estudos anteriores se apresentavam nas primeiras páginas e identificar atuações dos conspiradores contra o governo Dilma em 2016, observando pontos de semelhança e ruptura entre os dois momentos. A investigação foi limitada pelo tempo disponível para o desenvolvimento da pesquisa e por ser este apenas um dos itens que compuseram nosso estudo. No entanto, consideramos que os resultados contribuem para montar um mosaico de forças que atuaram no golpe e, de forma mais deliberada ou dissimulada, deixaram transparecer essas conexões. Do nosso ponto de observação revelam, principalmente, a atuação da imprensa no esforço de reconstruir a realidade com base em seus próprios interesses, deixando em segundo plano o empenho em preservar os princípios democráticos.

No que se refere ao período do governo João Goulart, encontramos marcas da atuação dos políticos de oposição, Forças Armadas, organizações de mulheres, imprensa, empresários, igreja, entidades anticomunistas e dos Estados Unidos, numa estratégia de complementaridade e íntima relação entre esses atores. Os oito grupos foram identificados em 58 manchetes de capa publicadas no período e nos ajudam na compreensão da atuação intensa de O Globo como um dos aparelhos privados de hegemonia. O jornal não só coloca suas edições a serviço dos que buscam construir consenso para afastamento de João Goulart, como defende abertamente essa como a única saída para a crise. Reportagens e editoriais explicitam o apoio ao golpe que seria assumido publicamente cinco décadas depois. Por outro lado, foi possível comprovar o silenciamento conivente, através da ausência nas primeiras páginas do jornal de notícias que abordassem a implementação da estratégia golpista com apoio internacional, por exemplo, no que diz respeito à chamada “Operação Brother Sam”.

Já em 2016, 169 manchetes foram classificadas como indicadoras das alianças firmadas. De forma semelhante a 1964, há participação de empresários, imprensa e políticos de oposição, mas surgem novos atores como a Procuradoria-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal, a Justiça Federal, Polícia Federal e o Ministério Público Federal, e ainda o então vice-presidente, Michel Temer.

O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, mereceu destaque ao descartar a hipótese de que o ex-presidente Lula não tivesse participação na “organização criminosa” que atuava no país e o apoio a essa atuação foi expresso em charge de primeira página em que foi retratado como herói. A PGR é motivadora de 5 reportagens no período. Já em relação ao STF contabilizamos 27 citações em apenas 30 dias. Destas, 17 matérias abordavam o governo Dilma Rousseff ou o PT, em tom crítico e questionador. O resultado dialoga com a visão de parcialidade do Supremo Tribunal Federal no processo e ganha nova dimensão ao ser articulado com a escuta telefônica que veio a público posteriormente sobre a possibilidade de acordo para a deposição da presidenta objetivando barrar a operação Lava Jato, em que o então ministro do planejamento do governo Michel Temer, Romero Jucá, sugere um pacto para “estancar a sangria” num “grande acordo nacional” que seria viabilizado “com Supremo, com tudo”, numa clara referência ao STF.

A análise indicou a forte articulação de empresários e do mercado financeiro nas reportagens publicadas, com 19 ocorrências, numa ação complementar à campanha promovida por entidades empresariais e comandada pela FIESP que incluiu a publicação de anúncio ocupando 14 páginas em O Globo e outros três jornais, além de investimentos em mídias sociais, *site*, protestos, intervenções urbanas com patos amarelos, símbolos da ação, espalhados no Congresso Nacional e nas manifestações pró-*impeachment*. Entre as entidades envolvidas na campanha, havia as que atuaram como uma espécie de releitura das organizações anticomunistas de 1964: Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua, Resistência Paulista e Revoltados On Line são alguns exemplos, ao lado de sindicatos e federações patronais. As primeiras páginas de O Globo expressam também a cobrança da conta pela atuação dos empresários antes mesmo da deposição de Dilma, em charges em que Michel Temer aparece perseguido por patos da FIESP.

O Globo deixa transparecer seu posicionamento favorável ao *impeachment* não só no espaço concedido aos atores que se colocaram na oposição, mas também em 32 matérias, artigos e editoriais, num jogo diário que envolve aliados e leitores estabelecendo, na concepção bakhtiniana, relação dialógica (BAKHTIN, 2014) e indicando a ultrapassagem de barreiras éticas do jornalismo.

Nossa metodologia optou por realizar em conjunto a análise da presença da Justiça Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal nas capas, considerando que essas três instituições são entes do Estado, atuam de forma articulada nas investigações e apresentam-se como responsáveis pelo combate à corrupção no Brasil. Foram contabilizadas 34 manchetes, a maioria abordando o PT e integrantes do governo, com destaque para a Operação Lava Jato. A observação das publicações nos leva a percebê-las como a implantação no Brasil da receita utilizada pela operação italiana *Mani Puliti* e revelada pelo próprio juiz Sérgio Moro em artigo publicado em 2004. O conjunto das manchetes pautadas na Lava Jato guarda sintonia marcante com a prática dos responsáveis pela operação italiana que, segundo Moro, “nunca pararam de manipular a imprensa”. O magistrado afirmou ainda no texto que “os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva” (MORO, 2004, p.59).

Consideramos que essas manipulações foram realizadas com consentimento e estímulo do próprio Grupo Globo, tendo em vista que o exame das primeiras páginas do jornal mostra Sérgio Moro como um personagem heroico, retratado em charges como Super-Homem. O juiz foi também eleito por O Globo como “personalidade do ano” no Prêmio Faz Diferença⁷³ e recebeu apoio incondicional por sua coragem como “combatente da corrupção”, acionando a temática apontada anteriormente como a mobilizadora da população a favor do *impeachment*, em contraste com o silenciamento feito pela imprensa em relação ao tema em governos anteriores. Há ainda, o fato de reportagens de O Globo terem sido citadas, posteriormente, na sentença de condenação do ex-presidente Lula, proferida pelo juiz Sérgio Moro, no que ficou conhecido como “caso do tríplice”⁷⁴. O jornal foi o único citado na sentença e uma reportagem transcrita é considerada nos autos como “prova documental” e “bastante relevante do ponto de vista probatório”⁷⁵.

A judicialização da política e o apoio à prática por parte de O Globo foram identificados também em relação a outros integrantes da Lava Jato e do Ministério Público, levando à percepção de que os juízes se colocaram no processo como

⁷³Disponível em: <http://eventos.oglobo.globo.com/faz-diferenca/2015/anos-anteriores/2014-confira-os-vencedores-do-premio/> Acesso em: 04 jan. 2019.

⁷⁴O ex-presidente foi acusado de receber propinas da empreiteira OAS no valor de R\$ 3.738.738,00, através de benefícios e obras num apartamento que seria de sua propriedade no Guarujá, em São Paulo.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atualizacao-na-1a-instancia/parana/denuncias-do-mpf/documentos/LulaSENT1.pdf> Acesso em: 10 jul. 2018.

articuladores políticos e posicionados deliberadamente contra o governo. Essa politização constatada pelo estudo se tornou posteriormente mais evidente, principalmente durante as eleições de 2018 com a ação decisiva de Sérgio Moro no impedimento da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O juiz, responsável pela condenação e prisão de Lula, teve atuação determinante para que o *habeas corpus* concedido ao ex-presidente não fosse cumprido a três meses da eleição presidencial. Apesar de estar afastado de suas funções, de férias, Moro determinou o não cumprimento da decisão do desembargador Rogério Favreto, que devolveria a liberdade a Lula. A intervenção beneficiou diretamente o candidato do PSL, Jair Bolsonaro, que viria a nomear Sérgio Moro como Ministro da Justiça posteriormente entrelaçando, definitivamente, as relações jurídicas e políticas do processo e dando nova interpretação aos vestígios colhidos nas páginas de O Globo em 2016.

Conforme constatamos na análise, os políticos e partidos de oposição tiveram em O Globo um forte aliado, com a publicação de 38 matérias na capa do jornal envolvendo 14 partidos, com maior presença do PMDB, PSDB, DEM e Rede, além dos dissidentes PP, PSD, PR e PRB. Digno de nota é o destaque para o senador Antônio Anastasia, relator da Comissão de *Impeachment*, com parecer favorável ao afastamento e que foi apontado como realizador das mesmas manobras contábeis quando ocupava o governo de Minas Gerais⁷⁶.

Por fim, entre os aliados pela deposição de Dilma, alcança maior relevância, com 46 citações nas manchetes, o então vice-presidente Michel Temer, que assumiu a presidência em agosto de 2016. A imagem do político em O Globo é de um articulador empenhado e capaz de atender às demandas do mercado, representando a esperança e o otimismo em relação ao seu possível futuro governo. Abordagem iniciada anteriormente e simbolizada pela declaração do colunista de O Globo, Ricardo Noblat, em 2015, em que classifica temer como “um senhor elegante. Quase diria bonito. A senhora dele também”⁷⁷. Contraste marcante com as descrições feita por jornalistas de O Globo em referência à Dilma Rousseff, conforme apontado anteriormente.

Como marca da diferença nas alianças, registrou-se a atuação da Igreja: em 2016 não houve sustentação da Igreja Católica ao golpe, mas o apoio religioso foi identificado

⁷⁶ Disponível em: <https://pedaladasdoanastasia.wordpress.com/> Acesso em: 02 fev. 2019.

⁷⁷ Disponível em: <https://twitter.com/blogdonoblat/status/674338966024359937> Acesso em: 21 nov. 2019

no Congresso pela Frente Parlamentar Evangélica⁷⁸. As Forças Armadas também tiveram lugar distinto, sem se revelarem nas articulações e sem evidência no jornal, mas ressurgindo nos protestos através de grupos que faziam abertamente a defesa da ditadura como capaz de moralizar o país e num ataque direto à presidenta, por ter militado contra o regime de exceção. Observamos ainda o redesenho na atuação da classe média, conforme abordado anteriormente.

No lugar das interrogações que se colocam nesta comparação está a atuação das forças internacionais. Em 1964, a interferência dos Estados Unidos transpareceu em O Globo, foi comprovada por estudos realizados durante décadas e pela revelação de documentos sigilosos que só o passar dos anos permitiu o acesso público. No caso de 2016, não encontramos referências explícitas nas primeiras páginas e ainda não percorremos o tempo necessário para que articulações externas sejam confirmadas, apesar das suspeitas levantadas. O desagrado por parte de potências internacionais com medidas tomadas por governos petistas visando a defesa da soberania nacional; a importância do Brasil no cenário global e o entrave representado pelo governo do Partido dos Trabalhadores para a estratégia internacional de avanço da extrema direita na América Latina são apontados como possíveis motivadores de ingerências no processo, ainda sem comprovação.

O que nos interessa especialmente, a atuação da imprensa, foi abordado com mais profundidade no último item da dissertação. Nossa visão é de que os dois processos de destituição de governantes por via não eleitoral foram atravessados pela intensa disputa de classes. Assim, a partir da perspectiva gramsciana, percebemos O Globo como “intelectual coletivo” e seus jornalistas de destaque como “intelectuais orgânicos” atuando de forma decisiva na “organização da cultura” a serviço da classe dominante e preparando “a hegemonia dessa classe sobre o conjunto de seus aliados” (GRAMSCI, 2001, v.2, p. 15).

Em 1964, foi através de editorias que O Globo, como intelectual coletivo, fez valer sua opinião sobre os acontecimentos. Em 60% das primeiras páginas do período analisado, identificamos a publicação de editorias na íntegra, a maior parte dedicada ao alerta sobre o risco do avanço comunista, à oposição às bandeiras de esquerda defendidas pelo presidente Jango e justificando o posicionamento do jornal como o de “defesa da democracia” e da Constituição. Em 2016, nossa percepção é de que houve reestruturação

⁷⁸ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bancada-evangelica-declara-apoio-ao-impeachment-de-dilma/> Acesso em: 03 fev. 2019.

na estratégia de O Globo. Para além dos editoriais, identificou-se a participação intensa de jornalistas com publicações em que assumem a autoria dos textos, abandonando o anonimato e apropriando-se de papel relevante na crítica ao governo Dilma, se constituindo como intelectuais orgânicos a serviço do golpe.

As primeiras páginas, que sofreram profundas alterações de *layout* nas cinco décadas que as separam de 1964, deixaram de contar com a publicação da íntegra de editoriais, mas passaram a abrigar as chamadas desses textos, oficialmente representativos da opinião do jornal, presentes em 33% das edições analisadas, e uma multiplicidade de chamadas de textos assinados por seus jornalistas e colaboradores. Estes, representaram 42,60% das 378 manchetes analisadas, estando presentes em todas as primeiras páginas do período, em alguns casos somando até 20 chamadas deste tipo. No grupo dos intelectuais orgânicos de O Globo, chamou atenção a notoriedade de Merval Pereira, autor de 23 artigos com chamadas na capa em apenas 30 dias, e Miriam Leitão, com 21 chamadas no mesmo período. Os jornalistas assumem posicionamentos em perfeita sintonia entre eles e reforçam a visão do Grupo Globo expressada nos editoriais. Nos textos, identificamos que não havia esforço em ocultar o desejo de que a mudança no comando do país se desse com brevidade. Invocando autoridade jornalística nas áreas de política e economia, reverberavam informações e opiniões que atingiam o governo e decretavam a necessidade da aprovação do *impeachment*.

Merval, Leitão e outros jornalistas que cumpriram este papel publicaram em O Globo o que repercutiram nos demais veículos do Grupo Globo onde também têm atuação: a TV Globo, a Globo News, as Rádios CBN e Globo, e ainda em seus blogs e perfis próprios nas redes sociais. Merval se chancela como intelectual ainda por ser membro da Academia Brasileira de Letras (ABL)⁷⁹. Um detalhe que merece ser ressaltado é que o jornalista foi o primeiro a apontar para a tese do *impeachment*, curiosamente, antes mesmo da reeleição de Dilma em 2014 (O GLOBO, 24 dez. 2014). Por sua atuação e por ser membro do Conselho Editorial do Grupo Globo, os textos de Merval Pereira ecoam a voz do dono e revelam-se fortemente indicativos da estratégia do conglomerado de comunicação.

Consideramos o acionamento dos intelectuais orgânicos de O Globo como uma estratégia de busca de eficácia e legitimidade, a partir da dispersão do discurso, o que está em sintonia com a conjuntura social, política e midiática atual em que a opinião individual

⁷⁹Biografia de Merval Pereira. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/merval-pereira/biografia> Acesso em: 10 fev. 2019.

ganha relevância. As primeiras páginas do jornal se tornaram vitrines desta nova forma de construção da liderança intelectual da mídia que extravasa para outros meios de comunicação como a TV, o Rádio e, principalmente a internet, compreendendo o grande poder de viralização de opiniões contundentes na rede.

Com essas considerações, chegamos ao momento de retornar às portas abertas durante a pesquisa e observar as que permanecem nos convidando a seguir outros caminhos. Nosso percurso foi acompanhando fortemente de pensadores que nos guiaram pelo desafio de articular teoria e prática com objetivo de compreender conjunturas da história brasileira em que a comunicação teve atuação relevante, ainda que, na nossa concepção, não digna de orgulho.

O Globo, segundo concluímos, atuou deliberadamente como aparelho privado de hegemonia, contribuindo para consolidar o apoio da sociedade para os dois golpes. Desta forma, adotou signos posicionados à direita na luta de classes; acionou mecanismo emocionais através da linguagem; explorou ao limite a escandalização da política através das temáticas do comunismo e da corrupção; firmou alianças estratégicas com os atores dos dois golpes; estabeleceu sua atuação como de intelectual coletivo e orgânico em benefício da classe dominante, ampliando a influência sobre o público leitor. Seguindo assim na direção contrária dos Princípios editoriais do Grupo Globo que afirmam o compromisso em ser “sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade. [...] Não será, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos” (MARINHO; MARINHO, 2011).

Nossa pesquisa se ateve ao jornal da família Marinho, no entanto, ressaltamos que não consideramos a posição como destoante da adotada pelos demais veículos do Grupo Globo, nem mesmo de parcela majoritária da imprensa hegemônica, mas ao contrário, inferimos que seja representativa da forma como a mídia se posicionou nos dois processos. Os interesses que perpassam essa opção são merecedores de aprofundamento, mas indicam relação com a dependência do sistema midiático em relação ao estado e à política (AIRES e SANTOS, 2017). Desta forma, nossa pesquisa levantou o questionamento se, a partir de uma visão ampla do conceito de corrupção que entende que ela “ocorre sempre que os indivíduos usam para suas próprias agendas pessoais, a autoridade, o poder ou a informação que lhes foi dada com o propósito de promover interesses outros” (DUMAS apud WEDEL, 2012, p.488, tradução nossa), a imprensa não teria sido, em certa medida, também corrupta.

O Globo, sendo o principal jornal do maior grupo de comunicação do país, teria importante papel de defesa da democracia a desempenhar nos momentos de crise institucional e política. No entanto, a pesquisa nos indica que o veículo, nos episódios históricos em pauta, se constituiu em um “inimigo íntimo da democracia” (TODOROV apud BERGER, 2018), contribuindo com a corrosão do estado democrático de direito, numa ação realizada a partir de seu próprio interior, revestida de falsa legitimidade.

O jornal e seus aliados foram vitoriosos nos objetivos de depor João Goulart, em 1964, derrotando a chamada “república sindicalista”, e Dilma Rousseff, em 2016, pondo fim aos 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Porém, nos dois casos, nos parece que não foi possível controlar as consequências do abalo causado pelas estratégias implementadas. Em 1964, a expectativa de muitos que apoiaram o golpe, de que a normalidade das eleições presidenciais seria mantida, não passou de ilusão. A ditadura civil-militar se prolongaria por 21 anos. Já em 2016, o ataque sistemático ao governo petista se consolidou de forma tão radical que, na nossa compreensão, resultou no fenômeno já identificado em relação à excessiva escandalização da política, tendo como consequência o estabelecimento de uma democracia enfraquecida calcada no ceticismo e na desconfiança (THOMPSON, 2000). E, neste caso, as consequências estão em curso. Inicialmente foram sentidas com o governo não-eleito de Temer, que atingiu frontalmente direitos conquistados, por exemplo, com a implementação da Lei da Terceirização, da Reforma Trabalhista e da Emenda Constitucional que impôs teto nos gastos, além de fazer ressurgir a miséria no país. Atualmente, com o governo de Jair Bolsonaro, se concretiza a ascensão da extrema direita, levando ao poder novamente os militares, ocupantes de dezenas de cargos em primeiro escalão e que ajudam a desconstruir as políticas públicas de combate à desigualdade, desrespeitar princípios básicos da democracia e valorizar a pauta conservadora com desmonte do patrimônio público, o que inclui a meta de privatizar mais de 100 empresas públicas, intervir na autonomia universitária e aniquilar sindicatos e outras organizações da classe trabalhadora. Conjuntura que reforça nossa compreensão de estarmos ainda imersos em um golpe em processo.

Muito se tem discutido sobre a forma com que o presidente Bolsonaro conquistou a vitória nas urnas, incluindo questionamentos sobre a força das mídias sociais e do impulsionamento ilegal das chamadas *Fake News*, uma prática e suas conexões empresariais denunciadas antes das eleições e até o momento não esclarecidas. Concordamos que os modelos tradicionais de comunicação estão em xeque, se reestruturando, o que exigirá dedicação a estudos sobre o tema. No entanto, ressaltamos

com a nossa pesquisa a força ainda presente da mídia hegemônica e a parte que lhe cabe nos rumos do país, repudiando a tese de que a atual crise não tem as digitais dos grandes grupos de comunicação e a ideia de que foram as mídias sociais as únicas responsáveis pela vitória do grupo que hoje comanda a presidência da República.

Da mesma forma que ocorreu em 1964, as consequências do golpe se revelam incontroláveis e a mídia busca se afastar da responsabilidade pela conjuntura que ajudou a construir. Como assinalamos anteriormente, temos consciência de que a história não se repete, mas guardadas as múltiplas diferenças dos tempos que são focos de nossa pesquisa - da reconfiguração tecnológica, das mudanças na comunicação, do desenvolvimento do país, da conjuntura internacional -, a análise dos dois momentos históricos nos deixa uma inevitável e incômoda sensação de que há traços de reincidência no abalo à democracia. E que a imprensa volta a fazer parte dessa história de forma nada dignificante.

A contribuição que pretendemos dar a essa reflexão é concretamente o registro da atuação parcial e deliberada de O Globo, com desvelo das estratégias adotadas, buscando assim evitar a negativa futura do apoio ao golpe, como foi registrado em relação a 1964 por parte de vários veículos de comunicação.

Finalizando, revisitamos as portas que permaneceram abertas e agora vislumbramos outras que apontam para a necessidade de estudos que atravessam a relação de poder e a comunicação. Nos interessando especialmente pela luta de classes que perpassa esta disputa hegemônica e sobre a perspectiva histórica, entre as muitas aberturas identificamos caminhos para o aprofundamento da reflexão sobre as relações da Justiça e da mídia; o silenciamento referente à estratégia dos militares para o retorno ao poder; os interesses empresariais envolvidos no apoio editorial prestado pelos grandes grupos de comunicação aos retrocessos em direitos que só são possíveis pela tomada do poder pela direita; as conexões internacionais da mídia hegemônica referentes a conjuntura que propiciou o golpe de 2016 e a eleição de candidatos da extrema-direita em 2018; o papel que cabe aos grupos de comunicação tradicionais na disputa de poder diante da força das redes sociais.

São incontáveis as possibilidades que se abrem diante de tempos tão difíceis para se viver, mas que, por outro lado, tornam a reflexão e a pesquisa tão indispensáveis, especialmente com o surgimento de temas intimamente relacionados à comunicação que demandam aprofundamento. Nos referimos a estudos críticos que são diretamente ameaçados na conjuntura atual em que a sombra da repressão se faz presente. E, por isso

mesmo se constituem em necessários para que, como em outros períodos sombrios da história, sejam espaço de resistência, ressignificação e reconstrução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e seu papel na queda de João Goulart**. Rio de Janeiro. CPDOC FGV. S/d Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart Acesso em: 10 mai. 2018.

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil**, Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2000.

AFONSO, Argeu. **Entrevista sobre atuação de O Globo em 1964**. Rio de Janeiro, 2017. Entrevista concedida a Rosângela de Jesus Fernandes em 11 de agosto de 2017.

AHMED, S. **The cultural politics of emotion**. Segunda edição, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2014.

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy dos. **Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2017.

ALDÉ, Alessandra, **A construção da política. Cidadão comum, mídia e atitude política**, 2001. Disponível em: http://doxa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/ALD%C3%89_2001.pdf. Acesso em: 05, jan, 2017.

ALVIM, Thereza Cesário (org). **O golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1979.

ARÊAS, João Braga. **As batalhas de O Globo. Ditadura Militar, Lula x Collor, Privatizações e a Vitória do PT em 2002**. Curitiba. Ed. Prismas, 2015.

ASSIS, Denise; CITTADINO, Gisele; DORNELLES, João Ricardo; TENENBAUM, Marcio; SANTOS, Rogério Dutra dos. **Os Agentes e as agências do golpe, um a um**. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). *A Resistência ao golpe de 2016*. Baurú, Canal 6, 2016

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAHIA, Alexandre; MEYER, Emílio Peluso; BACHA E SILVA, Diogo; OLIVEIRA, Marcelo Andradi Cattoni; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Golpe vergonhoso passa na Câmara**. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). *A Resistência ao golpe de 2016*. Baurú, Canal 6, 2016

BERGER, Christa. **O golpe da mídia: a crítica ao jornalismo no discurso de intelectuais**. Revista Observatório, Palmas, v. 4, n. 1, p. 307-326, jan-mar. 2018.

BERCOVICI, Gilberto. **O Golpe do Impeachment**. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). *A Resistência ao golpe de 2016*. Baurú, Canal 6, 2016

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Tradução Paulo Bezerra).

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo. Hucitec Editora, 2014

BARBOSA, Marialva. **Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses**, Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

_____. **Imprensa e Golpe de 1964: entre o silêncio e rememorações de fatias do passado**, Estudos em jornalismo e mídia. Vol. 11. Nº1. p. 7 -20. Jan a jun 2014b.

BIROLI, Flávia. **Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004**. *Varia hist.*, Jun 2009, vol.25, no.41, p.269-291.

BIROLI, Flávia; MIGUEL Luis Felipe. **Notícias em Disputa – Mídia, Democracia e Formação de Preferências no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2017.

BRASIL. **Código Penal** (1940). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 01, ago, 2017

BUCHAN, Bruce; HILL, Lisa. **An intellectual history of political corruption**. New York: Palgrave: 2014.

CARDOZO, José Eduardo. **Entrevista sobre a visão do governo Dilma Rousseff sobre a imprensa e aliados do golpe de 2016**. Coimbra, 2017. Entrevista concedida a Rosangela de Jesus Fernandes em 04 de dezembro de 2017.

CAVALCANTE, Sávio. **Classe média e conservadorismo liberal**. In: Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, p. 177-195.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo. Ed. Contexto, 2018

CITTADINO, Gisele. **Supremo Tribunal Federal. Entre a vaidade, o golpismo e a omissão**. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). *A Resistência ao golpe de 2016*. Baurú, Canal 6, 2016

CORDEIRO, Janaina Martins. **Femininas e formidáveis : o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)**. Revista Gênero, v. 8, p. 175-208, 2009

COUTINHO, Carlos Nelson, **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

_____. **Cultura e sociedade no Brasil**. In: *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis. Ed. Vozes, 4ª ed. 1986

EKMAN, P. **Emotions revealed. Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life**. New York, Times Books, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2ª edição, 2016.

FERES JÚNIOR, J., & Sassara, L. (2016). **O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998**. *Compólitica*, 6(1), 30-64

FERNANDES, Pedro de Araújo. **A toga contra o voto. O STF no impeachment da presidente Dilma**. Curitiba. Appris, 2018

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura miliar brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014.

FONSECA, Virgínia Pradelina. **O jornalismo nos conglomerados globais: prestação de serviços entretenimento**. E-Compós. Vol. 2, p. 18, abr. 2005. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/32>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. **Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2008

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978.

_____. **A. Cadernos do Cárcere**. V. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. (Org. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Impeachment, golpe de estado e ditadura de ‘mercado**. In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). **A Resistência ao golpe de 2016**. Baurú, Canal 6, 2016

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Ed. 1. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014

KOERNER Andrei; SCHILLING Flávia. **O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora**. In: **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro** / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, p. 75-89. 2015.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Ed. Boitempo, 2012

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**, Porto Alegre, ED. Sulina, 2014.

LIMA, Venício. **Revisitando as sete teses sobre mídia e política no Brasil**. **Revista Comunicação & Sociedade**, Ano 30, n. 51, p. 13-37, jan./jun. 2009.

_____. **O balanço dos governos Lula**, Observatório da Imprensa, 2010. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o-balanco-dos-governos-lula/> Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **A direita e os meios de comunicação**. In: **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro** / Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel, Gustavo Cotas (organizadores). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, p. 91-113, 2015.

_____. **A maior de todas as corrupções**. Carta Maior, 2016. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-maior-de-todas-as-corrupcoes/4/35682> Acesso em: 18 out. 2018.

LÖWY, Michael. **Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil**. Serv. Soc. Com., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0652.pdf> Acesso em: 02 jan. 2019.

MACHIAVELLI, Christianne **Entrevista: “A Imprensa ‘Comprava’ Tudo.” Assessora De Sérgio Moro Por Seis Anos Fala Sobre A Lava Jato**. The Intercept, 29 out. 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/29/lava-jato-imprensa-entrevista-assessora/>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro, 06 ago. 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> Acesso em: 21, dez. 2018.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT’ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. **O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão: Um estudo quantitativo sobre o posicionamento político dos jornais**. XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.

MELLO, Prudente José Silveira. **Há semelhanças entre o golpe civil-militar de 1964 e o golpe em 2016?** In: Carol Proner, Gisele Cittadino, Marcio Tenenbaum, Wilson Ramos Filho (orgs). *A Resistência ao golpe de 2016*. Baurú, Canal 6, 2016

MIGUEL, Luis Felipe. **Caminhos e descaminhos da experiência democrática no Brasil**. Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.11 n. 33 | p. 99-129 | jan.- abr. 2017

MILLER, W. I. **The anatomy of disgust**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

MORAES, Dênis. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro. Ed. Mauad, 2016.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **Discursos midiáticos e a deslegitimação da política**. E-legis, Brasília, n. 24, p. 63-87, set/dez 2017.

MORO, Sergio Fernando. **Considerações sobre a operação Mani Pulite**. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf> Acesso em: 24 out. 2018.

MURDOCK, Graham. **Redrawing the map of the communications industries: concentration and ownership in the era of privatization. Transforming media structures: ownership, policy and regulation**. In: FERGUSON, Marjorie (ed). *Public Communication*. Londres. Sarge, 1990.

NEWCOMB, H. **Sobre aspectos dialógicos da comunicação de massa**. In: RIBEIRO, A. P. G., SACRAMENTO, I. (orgs.). *Mikhail Bakhtin: Linguagem, Cultura e Mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, p. 359-387

NUSSBAUM, M. **Hiding from humanity. Disgust, shame and the law**. Princeton New Jersey. Princeton University Press. 2004.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio**. 6ª ed. Campinas. Editora da Unicamp. 2007

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas. Pontes Editores. 2015. 12ª Edição.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart, **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50**, Rio de Janeiro, E-papers, 2007.

_____. **Os anos 1960-70 e a reconfiguração do jornalismo brasileiro**. In: Igor Sacramento; Letícia Cantarella Matheus. (Org.). *História da Comunicação*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, v. 1, p. 163-195.

_____; LEAL, Bruno & GOMES, Itania. **A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem**. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom & NICOLAU, Marcos (orgs.). *Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador/Brasília: EDUFBA/COMPÓS, 2017, p. 37-58.

RIZZOTTO, Carla; DRUMONT, Daniela; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. **A narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nas páginas dos jornais brasileiros**. *Revista Compolítica* 2018, vol. 8(2), p. 69-99.

ROLLEMBERG, Denise. **As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)**. In: ROLLEMBERG & QUADRAT, Samantha, Denise (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, **A Democracia Impedida. O Brasil no século XXI**, FGV Editora, 2017.

SCHRAMM, Luanda Dias. **A mídia, a contrademocracia e a produção do impolítico no golpe de 2016**. Porto Alegre, COMPOLÍTICA, 2017. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2017/06/SCHRAMM_A-midia-a-contrademocracia-e-o-impolitico-no-golpe-de-2016.pdf Acesso em: 14 de out. 2018.

SERRANO, Pascual. **Democracia e liberdade de imprensa**. In.: MORAES, Dênis; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopolística à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SILVA, Juremir Machado da. **Jango: a vida e a morte no exílio**. 2ª ed. Porto Alegre, RS. L&PM, 2013

_____. 1964. **Golpe Midiático-Civil-Militar**. Porto Alegre. Sulina, 2014.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Mauad X, 2016.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya Editora, 2016.

_____. **A elite do atraso. Da escravidão à Lava Jato**. São Paulo. Leya Editora. 2017.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEIRA, Adriana Barsoti. **Primeira página. Do grito no papel ao silêncio no jornalismo em rede**. Rio de Janeiro, 2017.

WEDEL, Janine R.; **Rethinking corruption in an age of ambiguity**. In: *Annual Reviews of Law and Social Science*, vol. 8, 353-498, 2012.

ANEXO A
PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO 1964

Data da publicação	Veículo	Página	Título	Disponível em:	Acesso em:
02 mar. 1964	O Globo	1	“Ação cubana na Venezuela: histórias impressionantes de penetração comunista”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640302C&edicao=Matutina	20 de julho de 2017
02 mar. 1964	O Globo	1	“Oficiais cubanos agem nas favelas de Belo Horizonte”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640302C&edicao=Matutina	20 de julho de 2017
03 mar. 1964	O Globo	1	“Protestado o cheque do Banco do Brasil, hoje será pedida a falência”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640303	21 de julho de 2017
03 mar. 1964	O Globo	1	“Isto é Democracia”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640303	20 de julho de 2017
03 mar. 1964	O Globo	1	“O sertão mineiro conclama todo o país à luta conta a agitação e o comunismo”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640303	21 de julho de 2017
04 mar. 1964	O Globo	1	“Ataques insólitos ao Congresso”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640304	20 de julho de 2017.
04 mar. 1964	O Globo	1	“A Guanabara pediu na justiça a falência do Banco do Brasil”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640304	21 de julho de 2017
05 mar. 1964	O Globo	1	“Pernambuco Conflagrado”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640305	20 de julho de 2017

06 mar. 1964	O Globo	1	“Ameaças de invasões de terras uma vez assinado decreto desapropriador”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640306	20 de julho de 2017.
06 mar. 1964	O Globo	1	“Projeto soviético para Cuba é ameaça grave para o hemisfério”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640306	20 de julho de 2017.
07 mar. 1964	O Globo	1	“Contratado o defensor do Banco do Brasil no processo de falência”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640307	21 de julho de 2017
07 mar. 1964	O Globo	1	“Rusk reafirma política dos EUA em relação à Fidel Castro”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640307	21 de julho de 2017
07 mar. 1964	O Globo	1	“Levantem as Viseiras”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640307	23 de julho de 2017.
09 mar. 1964	O Globo	1	“MCNAMARA em Saigon: os EUA e o Vietnam esmagarão os comunistas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640309C&edicao=Matutina	21 de julho de 2017
09 mar. 1964	O Globo	1	“Mobiliza-se Além Paraíba para combater o comunismo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640309C&edicao=Matutina	21 de julho de 2017
09 mar. 1964	O Globo,	1	“A Guanabara manifestará em concentração no dia 10 seu <i>repúdio</i> ao comunismo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640309C&edicao=Matutina	21 de julho de 2017
10 mar. 1964	O Globo	1	“Goulart anuncia esforço final para <i>sanear</i> as finanças do país”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640310 .	21 de julho de 2017
10 mar. 1964	O Globo	1	“O povo em defesa da liberdade” (O Globo	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640310 .	21 de julho de 2017

10 mar. 1964	O Globo	2	“Democratas convocados para manifestar seu repúdio ao comunismo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640310 .	21 de julho de 2017
10 mar. 1964	O Globo	1	Liga Anticomunista anuncia diretrizes” (O Globo	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640310 .	21 de julho de 2017
11 mar. 1964	O Globo	1	“Criado por aclamação o Comando Nacional das Classes Produtoras”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640311	20 de julho de 2017
11 mar. 1964	O Globo	1	“Democratas <i>repelem</i> na Praça das Nações a volta do PC e aplaudem a ação dos mineiros”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640311	20 de julho de 2017
11 mar. 1964	O Globo	1	“Greve nos transportes visou a impedir comício anticomunista”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640311	20 de julho de 2017
12 mar. 1964	O Globo,	1	“Derrotas das esquerdas na Assembleia Legislativa”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640312 .	20 de julho de 2017
12 mar. 1964	O Globo	1	“Boletim da FAB combate a <i>infiltração vermelha</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640312 .	21 de julho de 2017.
12 mar. 1964	O Globo	6	“Como Eles Destroem”.	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640312 .	21 de julho de 2017.
12 mar. 1964	O Globo	1	“Ademar denuncia plano de invasão de terras e ordena prontidão em São Paulo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640312 .	21 de julho de 2017.
12 mar. 1964	O Globo	1	“Milhões de cruzeiros para levar operários ao comício da Central”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640312 .	21 de julho de 2017.
14 mar. 1964	O Globo	1	“Iniciado o processo de encampação das refinarias além de assinado o processo desapropriador da SUPRA”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640314	22 de julho de 2017.

16 mar. 1964	O Globo	1	“ADEMAR favorável à tese do <i>impeachment</i> ”.	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640316C&edicao=Matutina .	21 de julho de 2017
16 mar. 1964	O Globo	1	“Armando Falcão acusa Goulart de tramar um golpe de Estado!”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640316C&edicao=Matutina .	21 de julho de 2017
16 mar. 1964	O Globo	1	“Lacerda propõe Ademar e Kubitschek para defesa das instituições”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640316C&edicao=Matutina .	21 de julho de 2017
17 mar. 1964	O Globo	1	“Protesto contra aumento de passagem”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640319	20 de julho de 2017.
17 mar. 1964	O Globo	1	“Os EUA ajudarão os países do hemisfério contra ameaça Castrista”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640317	20 de julho de 2017.
17 mar. 1964	O Globo	1	“Goulart acusado de traição à pátria pelo Pe. Calazans”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640317	20 de julho de 2017.
18 mar. 1964	O Globo	1	“Jamais poderá a igreja transigir com o comunismo, que rouba ao homem sua dignidade e nega-lhe a liberdade”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640318 .	21 de julho de 2017.
18 mar. 1964	O Globo	1	“Propostas Russas em Genebra favorecem chantagem nuclear”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640318 .	21 de julho de 2017.
19 mar. 1964	O Globo	1	“Goulart garante que não alimenta qualquer pretensão ditatorial”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640319	21 jul. 2017
19 mar. 1964	O Globo	1	“Publicação caluniosa contra O Globo nos EUA”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640319	24 jul. 2017

19 mar. 1964	O Globo	1	“Senhoras Paulistas durante uma reunião preparatória para a ‘Marcha da Família com Deus’”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640319	24 jul. 2017
20 mar. 1964	O Globo	1	“Mensagem aos Militares Jovens”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640320	18 de julho de 2017.
20 mar. 1964	O Globo	1	“São Paulo de pé em defesa da democracia”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640320	21 jul. 2017
20 mar. 1964	O Globo	1	“URSS Recusa a Destruição de Bombardeiros Nucleares”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640320	21 de julho de 2017.
21 mar. 1964	O Globo	1	“Enterro do Comunismo”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640321	12 de julho de 2017.
21 mar. 1964	O Globo	1	“Lacerda e Ademar se declaram unidos pela causa democrática”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640321	12 de julho de 2017.
21 mar. 1964	O Globo	1	“Manifesto de Magalhães Pinto condena a pregação de golpe e continuísmo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640321	20 de julho de 2017.
21 mar. 1964	O Globo	1	Ordem de João Goulart: maior aproximação Brasil-URSS	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640321	20 de julho de 2017.
23 mar. 1964	O Globo	1	“Homenagens a Dutra pelo seu pronunciamento em favor das instituições”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640323C&edicao=Matutina.	23 de julho de 2017.
23 mar. 1964	O Globo	1	“KUBITSCHKE: bandeira da reforma e não a reforma da bandeira”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640323C&edicao=Matutina.	23 de julho de 2017.

24 mar. 1964	O Globo	1	“A Mulher carioca prepara a ‘Marcha da Família’: no dia 2, da Candelária à Esplanada”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640324	24 de julho de 2017.
24 mar. 1964	O Globo	1	“Dom Jaime Felicita Dutra”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640324	20 de julho de 2017.
24 mar. 1964	O Globo	1	“A hora da Liberdade”.	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640324	20 de julho de 2017.
24 mar. 1964	O Globo	1	“A Aliança Atlântica disposta ao boicote comercial de Cuba”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640324	20 de julho de 2017.
25 mar. 1964	O Globo	1	“Mortos 126 guerrilheiros no Vietnã do Sul”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640325	22 de julho de 2017
25 mar. 1964	O Globo	1	“A Marcha da família empolga todos os setores da população”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640325	22 de julho de 2017
26 mar. 1964	O Globo	1	“Pelas Armas ou por Caminho Pacífico”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640326	23 de julho de 2017.
26 mar. 1964	O Globo	1	“Vibrou o povo de Santos Durante a Marcha da Família”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640326	23 de julho de 2017.
26 mar. 1964	O Globo	1	“A <i>Repulsa</i> da Associação Comercial à Caluniosa Imputação ao O Globo”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640326	23 de julho de 2017.
28 mar. 1964	O Globo	1	“Postos em Liberdade os Marinheiros Sublevados”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640328	20 de julho de 2017.
28 mar. 1964	O Globo	1	“O Exército Permanece de Prontidão”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640328	20 de julho de 2017.

30 mar. 1964	O Globo	1	“Megessi, solidário com o Clube Naval, diz que a Marinha é inatacável”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640330C&edicao=Matutina	17 de julho de 2017
30 mar. 1964	O Globo	1	“Firme a Oficialidade da Marinha: Punição para os rebeldes e afastamento de Aragão”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640330C&edicao=Matutina	20 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	Criou-se um soviete na Marinha de Guerra”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	12 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	“A ‘Marcha da Família’ já conta com apoio de 28 instituições”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	12 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	“A Nação Unida às Forças Armadas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	12 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	“Reage o Congresso à Comunização do Brasil”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	12 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	“A Influência Comunista no Brasil preocupa Washington”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	12 de julho de 2017.
31 mar. 1964	O Globo	1	Doutel desmente intenção de golpe, Mazzilli desaparece e a crise domina em Brasília”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640331	20 de julho de 2017.
02 abr. 1964	O Globo	1	“Ressurge a democracia!”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402	02 dez. 2018
02 abr. 1964	O Globo	1	“Fugiu Goulart e a democracia está restabelecida. Empossado Mazzilli na presidência”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019640402	02 dez. 2018

ANEXO B
PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO 2016

Data da publicação	Veículo	Página	Título	Disponível em:	Acesso em:
19 mar. 2016	O Globo	20	“O <i>impeachment</i> é uma saída institucional da crise”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160319	21 jul. 2017
12 abr. 2016	O Globo	1	“Comissão aprova relatório pelo <i>impeachment</i> de Dilma”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160412	15 de junho de 2017.
12 abr. 2016	O Globo	1	“Lauro Jardim: Os sinais de que o governo Dilma está prestes a implodir” e “	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160412	15 de junho de 2017.
12 abr. 2016	O Globo	1	“Em áudio Temer fala como se já estivesse certo que vai assumir”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160412	15 de junho de 2017.
12 abr. 2016	O Globo	1	“Dentro da Lei, dentro da Constituição”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160412	15 de junho de 2017.
13 abr. 2016	O Globo	1	“ILIMAR: Partidos no governo, PP, PR e PSD se sentiram cheios de poder”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160413	04 jun. 2017
15 abr. 2016	O Globo	1	“Câmara tem 342 votos declarados pró- <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160415	15 de junho de 2017.
15 abr. 2016	O Globo	4	“Dilma tenta reverter debandada de aliados”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160415	15 de junho de 2017.

15 abr. 2016	O Globo,	1	“Nelson Motta: Compra de votos é degradação do Congresso”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160415	18 jun. 2017
16 abr. 2016	O Globo	1	“Propina em obra indicada por Lula”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160416	18 de junho de 2017.
16 abr. 2016	O Globo	1	“Míriam Leitão: procurador nega mudança de entendimento do TCU”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160416	18 de junho de 2017.
16 abr. 2016	O Globo	1	“Temer aclamado em jantar”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160416	18 de junho de 2017.
16 abr. 2016	O Globo	1	“STF acerta ao manter a tramitação do <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160416	18 de junho de 2017.
17 abr. 2016	O Globo	1	“O declínio da presidente incidental”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	18 de junho de 2017.
17 abr. 2016,	O Globo	10	“Dilma: o declínio de uma presidente por acaso”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	18 de junho de 2017.
17 abr. 2016	O Globo	1	“Não vai mesmo ter golpe”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	16 de junho de 2017.
17 abr. 2016	O Globo	1	Miriam Leitão: a soma das tempestades que atingiram Dilma”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	16 de junho de 2017
17 abr. 2016	O Globo	1	“Dilma e Temer negociam pessoalmente cada voto”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	16 de junho de 2017
17 abr. 2016	O Globo	1	“Tudo indica que começa a transição que deveria ter ocorrido em 2014”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160417	16 de junho de 2017.

18 abr. 2016	O Globo,	26	“Alan Gripp: Caos está longe do fim”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017
18 abr. 2016	O Globo	1	“Nelson Motta: Não dá para ter pena”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017.
18 abr. 2016	O Globo,	24	“A soberba que antecede à queda”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017.
18 abr. 2016	O Globo	1	“José Casado: Um presidente no limbo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017.
18 abr. 2016	O Globo	26	“Flávia Oliveira: Uma fratura exposta”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017.
18 abr. 2016	O Globo	1	“Maiá Menezes: O país vê suas entranhas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017.
18 abr. 2016	O Globo	1	Luiz Antônio Neves: o ocaso do ciclo mágico”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017
18 abr. 2016	O Globo	1	“Flávio Freire: a República de Joelhos”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017
18 abr. 2016	O Globo	1	“Sérgio Fadul: impedimento começou no PT”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017
18 abr. 2016	O Globo	1	“Moreno: Dilma perdeu suas chances”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017
18 abr. 2016	O Globo	1	“A um passo para o <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418	17 de junho de 2017

19 abr. 2016	O Globo	1	“Senado e STF farão roteiro conjunto para o <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160419	15 de junho de 2017
19 abr. 2016	O Globo	1	“Temer precisará blindar a Polícia Federal”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160419	17 de junho de 2017.
20 abr. 2016	O Globo	20	“Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do golpe”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160420.	16 de junho de 2017.
20 abr. 2016	O Globo	1	“O papel de Lewandowski no <i>Impeachment</i> ”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160420	18 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo,	1	“Ministros do STF: Dilma ofende instituições ao falar em golpe”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo,	1	“Míriam Leitão: Dilma afugenta investidores ao falar de golpe”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo	1	“Artur Xexéo: A ressaca depois do reality show dos deputados”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo	1	“Merval: STF pode investigar Dilma até mesmo antes do <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo	1	“Posse de Lula continua suspensa”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
21 abr. 2016	O Globo	1	“Delatora diz que Mantega negociou caixa 2 em 2014”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	16 de junho de 2017.
22 abr. 2016	O Globo	1	“Se falar em golpe, Dilma maculará a imagem do país”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160422	16 de junho de 2017.

22 abr. 2016	O Globo	1	“Nelson Motta: Nunca imaginamos que fôssemos tão feios e malvestidos”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160422	16 de junho de 2017.
22 abr. 2016	O Globo	17	“Horrores de um circo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160422	16 de junho de 2017.
22 abr. 2016	O Globo	1	“Temer faz ofensiva contra discurso de Dilma”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160422	16 jul. 2018.
23 abr. 2016	O Globo	1	“Dilma soube separar papéis na ONU e evitou vexame”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160423	17 de junho de 2017.
24 abr. 2016	O Globo	1	“Elio Gaspari: oligarquia alvo da Lava-Jato quer república de bananas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160424	18 de junho de 2017.
24 abr. 2016	O Globo	1	“Alckmin e Serra dizem que o PSDB tem o dever de apoiar Temer”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160424	18 de junho de 2017.
24 abr. 2016	O Globo	1	“O Orçamento à espera do desfecho do <i>impeachment</i> ”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160424	18 de junho de 2017.
24 jan. 2016	O Globo,	18	“Dilma põe interesses pessoais e do PT acima do país”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160421	25 de julho de 2017.
25 abr. 2016	O Globo	1	“Ricardo Noblat: Lava-Jato já dispõe de provas suficientes para prender Lula”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160425	17 de junho de 2017.
27 abr. 2016	O Globo	1	“Aécio recua e PSDB terá cargos no governo”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160427	18 de junho de 2017.
27 abr. 2016	O Globo	1	“Ilmar: Núcleo Duro será formado por PMDB, PSDB e DEM”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160427	18 de junho de 2017.

28 abr. 2016	O Globo	1	“Eduardo Cunha mancha o Congresso Nacional”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160428 .	15 de junho de 2017.
29 abr. 2016	O Globo	1	“É estarrecedor o volume de dinheiro”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160429	18 de junho de 2017.
29 abr. 2016	O Globo	1	“Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160429	18 de junho de 2017.
30 abr. 2016	O Globo	1	“Moreno: Lema de Temer será concessões e exportações”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160430	17 de junho de 2017.
30 abr. 2016	O Globo	18	“O Verdadeiro Golpe é o das ‘diretas já’”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160430	16 de junho de 2017
30 abr. 2016	O Globo	1	“BC resistiu à principal ameaça do PT”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160430	18 de junho de 2017
02 mai. 2016	O Globo	1	“Inflação corrói novo salário”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160502	15 de junho de 2017.
02 mai. 2016	O Globo	1	“STF Suspende verba de R\$ 100 milhões com publicidade”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160502	15 de junho de 2017.
03 mai. 2016	O Globo	1	“Marco Antônio Villa: Processo de <i>impeachment</i> derrota projeto criminoso de poder”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160503	16 de junho de 2017.
03 mai. 2016	O Globo,	1	“Em meio à angústia do fim, Dilma prepara livro para o futuro”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160503	16 de junho de 2017.

03 mai. 2016	O Globo	1	“Procurador acusa Dilma de ‘Contabilidade Destrutiva’”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160503	16 de junho de 2017.
03 mai. 2016	O Globo	16	“Compromisso de Temer precisa ser com a história”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160503	16 de junho de 2017
03 mai. 2016	O Globo	1	“Dilma atacou os pilares da Lei Fiscal e persistiu no erro”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160503	21 de julho de 2017.
04 mai. 2016	O Globo	18	“Dilma e Temer disputam num país com duas cabeças, mas acéfalo”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160504.	15 de junho de 2017.
04 mai. 2016	O Globo	1	“Elio Gaspari: Proposta de subir renda para acesso ao Fies é fim de feira e favorece empresários”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160504.	15 de junho de 2017.
04 mai. 2016	O Globo	1	“Lula é denunciado ao STF”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160504.	15 de junho de 2017.
04 mai. 2016	O Globo	1	Janot teve as condições políticas para denunciar Lula como chefe da organização”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160504.	15 de junho de 2017.
05 mai. 2016	O Globo	1	“Aeroportos privatizados e sem fôlego”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160505	02 jun. 2017
05 mai. 2016	O Globo	1	“Ancelmo: PSD de Kassab deve levar diretorias poderosas do BB para compensar perda das Cidades”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160505	02 jun. 2017
06 mai. 2016	O Globo	1	“ <i>Impeachment</i> será aprovado na comissão do Senado hoje”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160506	15 de junho de 2017.
07 mai. 2016	O Globo	1	Merval: Tentar anular <i>impeachment</i> é inócuo”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507	16 de junho de 2017.

07 mai. 2016	O Globo	1	“Janot denuncia Pimentel à Justiça por corrupção”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507	19 de junho de 2017.
07 mai. 2016	O Globo	1	Míriam: Temer pode deter a queda na Economia”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507	19 de junho de 2017.
07 mai. 2016	O Globo	1	“Campanha de Dilma recebeu Caixa 2 da JBS, diz Mônica Moura”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507	19 de junho de 2017.
07 mai. 2016	O Globo	1	“Paulo Celso Pereira: Temer foi afortunado duas vezes”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507	19 de junho de 2017.
07 mai. 2016	O Globo	1	“Temer pode deter a queda na Economia”:	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160507 .	20 de julho de 2017
08 mai. 2016	O Globo	1	“Procurador-Geral denuncia Gleise ao STF”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160508	19 de junho de 2017.
08 mai. 2016	O Globo	1	“Imagem de presidenta honesta de Dilma é contestável”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160508	19 de junho de 2017.
08 mai. 2016	O Globo	1	“Lauro Jardim: Temer aposta nos primeiros 60 dias para aprovar reformas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160508	19 de junho de 2017.
08 mai. 2016	O Globo	1	“Dilma escolheu seu destino e cai pela soma dos erros”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160508	15 de junho de 2017.
09 mai. 2016	O Globo,	1	“Ricardo Noblat: PT volta à oposição após fracasso de Dilma”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160509	17 de junho de 2017
10 mai. 2016	O Globo	1	“José Casado: Antigo governo submerge em meio a tumulto e sorriso de Dilma”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160510	17 de junho de 2017

10 mai. 2016	O Globo	21	“Três sílabas e R\$ 1 bilhão”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160510	17 de junho de 2017.
10 mai. 2016	O Globo	1	“Ato irresponsável a altura do baixo clero”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160510	16 de junho de 2017
11 mai. 2016	O Globo	1	“Humberto Costa: Processo com aberrações jurídicas”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo	1	“Intervencionismo à la Dilma causou desastre econômico”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo	1	“Erros políticos e corrupção venceram a esperança”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo	1	“Como o PT atraiu aliados a base de cargos e dinheiro”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo	1	“Merval: Redução do Estado será boa notícia”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo	1	“Ex-líder do governo, Delcídio é cassado”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017.
11 mai. 2016	O Globo,	1	“Zuenir Ventura: Rapidez dos fatos desorienta o observador”	http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160511	17 de junho de 2017
03 jun. 2016	O Globo	1	“Esquema da Petrobras pagou despesas pessoais de Dilma”	https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160603	21 jul. 2017

ANEXO C
PUBLICAÇÕES CITADAS O GLOBO DE MAIS DATAS

Data da publicação	Veículo	Página	Título	Disponível em:	Acesso em:
07 out. 1984	O GLOBO	1	Julgamento da Revolução. O Globo, Rio de Janeiro	http://www.robertomarinho.com.br/vida/opinioao/brasil/julgamento-da-revolucao.htm	20 dez. 2018.
31 ago. 2013	O GLOBO	1	APOIO ao golpe de 1964 foi um erro	http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226	20 de julho de 2017
24 out. 2014	O Globo	1	Tendências e denúncias	https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/tendencias-denuncias-553108.html	15 nov. 2018
08 jul.2018	O GLOBO	1	Moro interrompe férias para despachar sobre liberdade de Lula	https://oglobo.globo.com/brasil/moro-interrompe-ferias-para-despachar-sobre-liberdade-de-lula-22865241	20 nov. 2018

ANEXO D
PUBLICAÇÕES CITADAS OUTROS VEÍCULOS

17 fev. 2007	FOLHA DE S. PAULO		“Limites a Chávez”	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm	10 dez. 2018.
20 fev. 2009	FOLHA DE S. PAULO		“PAINEL DO LEITOR, Ditadura”	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2002200910.htm	20 jan. 2019.
08 mar. 2009	FOLHA DE S. PAULO		“Manifestação contra Folha reúne 300 pessoas em frente ao jornal “	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200906.htm	20 jan. 2019.
08 mar. 2009	FOLHA DE S. PAULO		“Folha avalia que errou, mas reitera críticas”	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm	12 jan. 2019.
24 out.. 2014	VEJA		“Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Yousseff”	https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-yousseff-a-pf/	12 jun. 2018.
01 abr. 2016	ISTO É		“Uma presidente fora de si”	https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/	10 nov. 2018
22 abr. 2016	TERRA		"Fora da ONU posso falar que é golpe", diz Dilma	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/fora-da-onu-posso-falar-que-e-golpe-diz-dilma,e2e4723b62483fe6a04655cb86495bdc64t4s6k3.html	16 jul. 2018.
22 abr. 2016	TERRA		“Fora da ONU posso falar que é golpe””	https://www.terra.com.br/noticias/brasil/fora-da-onu-posso-falar-que-e-golpe-diz-dilma,e2e4723b62483fe6a04655cb86495bdc64t4s6k3.html	16 jul. 2018.
03 jun. 2016	RBA		Dilma: ‘O Globo manipula opinião pública para facilitar o impeachment’	https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/06/dilma-diz-que-o-globo-manipula-opiniao-publica-para-facilitar-impeachment-3608.html	17 jul. 2018.
08 nov. 2016	G1		“Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é ‘herói brasileiro’”	http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html	12 jan. 2019.
19 fev. 2018	O CAFEZINHO		“Verbas públicas para Globo aumenta 63% em 2017	https://www.ocafezinho.com/2018/02/19/verbas-publicas-para-globo-aumentaram-63-em-2017/	02 fev. 2019

01 out. 2018	IG		"Presidente do STF diz que prefere chamar ditadura militar de "movimento de 1964"	https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html .	10 jan. 2019.
09 nov. 2018.	EXAME		"O povo brasileiro não sabe o que é ditadura aqui ainda", diz Bolsonaro	https://exame.abril.com.br/brasil/o-povo-brasileiro-nao-sabe-o-que-e-ditadura-aqui-ainda-diz-bolsonaro/	11 dez. 2018.
19 fev. 2019	FOLHA DE S.PAULO		"Pior que corrupção para juiz Moro, caixa 2 é crime menos grave para ministro Moro"	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/pior-que-corrupcao-para-juiz-moro-caixa-2-e-crime-menos-grave-para-moro-ministro.shtml	02 mar. 2019.

ANEXO E

Universidades que promoveram cursos de extensão, disciplinas e seminários sobre o Golpe de 2016

1. Universidade de Brasília – UnB
2. Universidade Federal da Bahia - UFBA
3. Universidade Federal da Paraíba – UFPB
4. Universidade Federal de Goiás
5. Universidade Federal de Juiz de Fora -
6. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
7. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
8. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
9. Universidade Federal de Santa Catarina
10. Universidade Federal de São João del-Rei
11. Universidade Federal de Uberlândia – UFU
12. Universidade Federal do Amazonas - UFAM
13. Universidade Federal do Ceará
14. Universidade Federal do Espírito Santo
15. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
16. Universidade Federal do Rio de Janeiro
17. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
18. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
19. Universidade Federal Fluminense
20. Universidade de São Paulo –USP
21. Universidade do Estado da Bahia
22. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
23. Universidade Estadual da Região Tocantins do Maranhão – UEMASUL
24. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH e Faculdade de Educação
25. Universidade Estadual de Maringá - UEM
26. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
27. Universidade Estadual do Rio de Janeiro
28. PUC Minas
29. PUC SP

ANEXO F

DADOS DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS DIGITAIS DE JORNAIS 2016

Período: Janeiro 2016/Dezembro 2016. Fonte: Instituto Verificador de Comunicação



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Principal (Impressa + Digital)

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima)..

2) O prazo de entrega das IJA's está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade IJA's	Média Publicação
Folha de S. Paulo	SP	1ª	9,26	12	309.700
O Globo	RJ	2ª	9,04	12	302.225
Super Notícia	MG	3ª	7,81	12	261.083
O Estado de S. Paulo	SP	4ª	6,37	12	212.977
Zero Hora	RS	5ª	6,00	12	200.527
Extra	RJ	6ª	3,92	12	131.136
Diário Gaúcho	RS	7ª	3,89	12	130.054
O Tempo	MG	8ª	3,03	12	101.442
Correio do Povo	RS	9ª	2,77	12	92.503
Daqui	GO	10ª	2,72	12	91.068
O Amarelinho	SP	11ª	2,58	12	86.105
Meia Hora	RJ	12ª	2,48	12	82.985
Agora São Paulo	SP	13ª	2,43	12	81.170
Estado de Minas	MG	14ª	2,29	12	76.484
ABC Domingo	RS	15ª	2,00	12	66.903
Valor Econômico	SP	16ª	1,81	12	60.389
Correio Braziliense	DF	17ª	1,50	12	50.083
Aqui (Consolidado)	MG	18ª	1,47	12	49.153
Correio*	BA	19ª	1,33	12	44.634
Expresso da Informação	RJ	20ª	1,23	12	41.081
Jornal do Commercio	PE	21ª	1,23	12	41.023
Jornal NH	RS	22ª	1,19	12	39.916
A Tarde	BA	23ª	1,09	12	36.349
Diário Catarinense	SC	24ª	1,07	12	35.727
A Tribuna	ES	25ª	1,06	12	35.302
Gazeta do Povo	PR	26ª	0,99	12	33.240
O Dia	RJ	27ª	0,95	12	31.656

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 10/01/2019 Emissão: 10:15



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Edição Digital

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima)..

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade	Média
				IJA's	Publicação
Folha de S.Paulo - Edição Digital	SP	1*	20,38	12	150.464
O Globo - Edição Digital	RJ	2*	17,95	12	132.552
O Estado de S. Paulo - Edição Digital	SP	3*	10,36	12	76.468
Zero Hora - Edição Digital	RS	4*	9,46	12	69.849
O Tempo - Edição Digital	MG	5*	6,45	12	47.605
Super Notícia - Edição Digital	MG	6*	6,38	12	47.133
Estado de Minas - Edição Digital	MG	7*	5,22	12	38.506
Valor Econômico - Edição Digital	SP	8*	3,28	12	24.246
Extra - Edição Digital	RJ	9*	2,38	12	17.567
ABC Domingo - Edição Digital	RS	10*	2,37	12	17.517
Correio Braziliense - Edição Digital	DF	11*	2,30	12	17.003
Correio* - Edição Digital	BA	12*	2,14	12	15.773
A Tarde - Edição Digital	BA	13*	1,93	12	14.278
Diário Catarinense - Edição Digital	SC	14*	1,49	12	11.037
Jornal do Commercio - Edição Digital	PE	15*	1,46	12	10.781
Jornal NH - Edição Digital	RS	16*	1,18	12	8.748
Gazeta do Povo - Edição Digital	PR	17*	0,89	12	6.576
Pioneiro - Edição Digital	RS	18*	0,72	12	5.319
Diário de Santa Marta - Edição Digital	RS	19*	0,46	6	3.376
Jornal VS - Edição Digital	RS	20*	0,38	12	2.834
A Notícia - Edição Digital	SC	21*	0,36	12	2.679
Hoje em Dia - Edição Digital	MG	22*	0,35	12	2.576
Correio do Povo - Edição Digital	RS	23*	0,35	12	2.556
Diário de Pernambuco - Edição Digital	PE	24*	0,34	9	2.538
Jornal de Santa Catarina - Edição Digital	SC	25*	0,31	12	2.270
Diário de Canoas - Edição Digital	RS	26*	0,26	12	1.888
A Gazeta - Edição Digital	ES	27*	0,20	12	1.466

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 10/01/2019 Emissão: 10:15



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Edição Impressa

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima).

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2016 a DEZEMBRO/2016 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade	Média
				IJA's	Publicação
Super Notícia	MG	1º	8,21	12	213.950
O Globo	RJ	2º	6,51	12	169.673
Folha de S.Paulo	SP	3º	6,11	12	159.236
O Estado de S. Paulo	SP	4º	5,24	12	136.509
Zero Hora	RS	5º	5,02	12	130.678
Diário Gaúcho	RS	6º	4,99	12	130.054
Extra	RJ	7º	4,36	12	113.569
Daqui	GO	8º	3,50	12	91.068
Correio do Povo	RS	9º	3,45	12	89.947
O Amarelinho	SP	10º	3,31	12	86.105
Mela Hora	RJ	11º	3,19	12	82.985
Agora São Paulo	SP	12º	3,12	12	81.170
O Tempo	MG	13º	2,07	12	53.837
ABC Domingo	RS	14º	1,90	12	49.386
Aqui (Consolidado)	MG	15º	1,89	12	49.153
Expresso da Informação	RJ	16º	1,58	12	41.081
Estado de Minas	MG	17º	1,46	12	37.978
Valor Econômico	SP	18º	1,39	12	36.143
A Tribuna	ES	19º	1,30	12	33.901
Correio Braziliense	DF	20º	1,27	12	33.080
O Dia	RJ	21º	1,20	12	31.180
Jornal NH	RS	22º	1,20	12	31.168
Jornal do Commercio	PE	23º	1,16	12	30.242
Correio*	BA	24º	1,11	12	28.861
Lance!	RJ	25º	1,10	12	28.619
Dez Minutos	AM	26º	1,08	12	28.107
Gazeta do Povo	PR	27º	1,02	12	26.664

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 10/01/2019 Emissão: 10:17

DADOS DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS DIGITAIS DE JORNAIS 2018

Período: Janeiro 2018/Octubro 2018. Fonte: Instituto Verificador de Comunicação



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Principal (Impressa + Digital)

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima).
2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade IJA's	Média Publicação
Folha de S.Paulo	SP	1*	10,67	10	308.443
O Globo	RJ	2*	10,14	10	292.972
O Estado de S. Paulo	SP	3*	8,51	10	245.879
Super Notícia	MG	4*	6,50	10	187.804
Zero Hora	RS	5*	6,30	10	182.187
Correio do Povo	RS	6*	3,74	10	108.170
Daqui	GO	7*	3,70	10	106.956
Diário Gaúcho	RS	8*	3,46	10	100.018
Extra	RJ	9*	3,37	10	97.251
O Tempo	MG	10*	3,27	10	94.543
Valor Econômico	SP	11*	2,97	10	85.946
ABC Domingo	RS	12*	2,63	10	76.108
Agora São Paulo	SP	13*	2,35	10	68.034
Mela Hora	RJ	14*	2,00	10	57.811
Correio Braziliense	DF	15*	1,97	10	56.919
Jornal NH	RS	16*	1,79	10	51.653
O Amarelinho	SP	17*	1,76	10	50.795
Estado de Minas	MG	18*	1,75	10	50.670
Correio*	BA	19*	1,30	10	37.556
Diário Catarinense	SC	20*	1,22	10	35.374
Jornal do Commercio	PE	21*	1,21	10	34.926
Expresso da Informação	RJ	22*	1,08	10	31.257
Folha de Londrina	PR	23*	1,06	10	30.666
A Tarde	BA	24*	1,00	10	28.932
O Dia	RJ	25*	0,90	10	25.893
A Tribuna	ES	26*	0,82	10	23.686
Diário do Nordeste	CE	27*	0,79	10	22.926

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 18/12/2018 Emissão: 13:24



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Edição Impressa

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima).

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade	Média
				IJA's	Publicação
Super Notícia	MG	1*	7,85	10	144.776
O Globo	RJ	2*	6,62	10	121.998
Folha de S.Paulo	SP	3*	6,26	10	115.460
O Estado de S. Paulo	SP	4*	6,04	10	111.365
Daqui	GO	5*	5,80	10	106.956
Diário Gaúcho	RS	6*	5,43	10	100.018
Zero Hora	RS	7*	5,08	10	93.617
Extra	RJ	8*	4,35	10	80.172
Correio do Povo	RS	9*	3,90	10	71.886
Agora São Paulo	SP	10*	3,69	10	68.034
Mela Hora	RJ	11*	3,07	10	56.675
O Amarelinho	SP	12*	2,76	10	50.795
O Tempo	MG	13*	2,26	10	41.606
ABC Domingo	RS	14*	2,16	10	39.857
Expresso da Informação	RJ	15*	1,70	10	31.257
Valor Econômico	SP	16*	1,55	10	28.495
Jornal NH	RS	17*	1,41	10	26.082
Jornal do Commercio	PE	18*	1,41	10	25.949
Correio Braziliense	DF	19*	1,36	10	25.141
Estado de Minas	MG	20*	1,32	10	24.266
O Dia	RJ	21*	1,20	10	22.162
A Tribuna	ES	22*	1,18	10	21.799
Folha de Londrina	PR	23*	1,15	10	21.250
Correio*	BA	24*	1,15	10	21.146
Diário Catarinense	SC	25*	0,97	10	17.950
Aqui (Consolidado)	MG	26*	0,97	10	17.815
O Popular	GO	27*	0,88	10	16.240

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 18/12/2018 Emissão: 13:26



INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO

- POSIÇÃO PARTICIPAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS PUBLICAÇÕES -

PERIODICIDADE:	Todas	PERÍODO:	JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018
TIPO DE CIRCULAÇÃO:	Paga	NATUREZA:	Jornais
TIPO DE MÉDIA:	Média Edição	LOCALIDADE:	Total
DISTRIBUIÇÃO:	Total	REGIÃO:	Todas Regiões
ÁREA:	Total Geral	ESTADO:	Todos os Estados
STATUS:	Todos	PUBLICAÇÃO:	Edição Digital

Obs: 1) Este relatório foi gerado através de uma escolha dentre as diversas possibilidades de parâmetros disponíveis no sistema (conforme cabeçalho acima)..

2) O prazo de entrega das IJA'S está diretamente relacionado com a periodicidade das publicações(Editoras com diferentes periodicidades têm prazos de entrega

Jornais - JANEIRO/2018 a OUTUBRO/2018 - Média dos períodos

Publicação	UF	Posição	Mercado %	Quantidade	Média
				IJA's	Publicação
Folha de S.Paulo - Edição Digital	SP	1º	18,45	10	192.983
O Globo - Edição Digital	RJ	2º	16,34	10	170.974
O Estado de S. Paulo - Edição Digital	SP	3º	12,86	10	134.514
Zero Hora - Edição Digital	RS	4º	8,47	10	88.570
Valor Econômico - Edição Digital	SP	5º	5,49	10	57.451
O Tempo - Edição Digital	MG	6º	5,06	10	52.937
Super Notícia - Edição Digital	MG	7º	4,11	10	43.028
Correio do Povo - Edição Digital	RS	8º	3,47	10	36.284
ABC Domingo - Edição Digital	RS	9º	3,46	10	36.251
Correio Braziliense - Edição Digital	DF	10º	3,04	10	31.778
Estado de Minas - Edição Digital	MG	11º	2,52	10	26.404
Jornal NH - Edição Digital	RS	12º	2,44	10	25.571
Diário Catarinense - Edição Digital	SC	13º	1,67	10	17.424
Extra - Edição Digital	RJ	14º	1,63	10	17.079
Correio* - Edição Digital	BA	15º	1,57	10	16.410
A Tarde - Edição Digital	BA	16º	1,26	10	13.168
Folha de Londrina - Edição Digital	PR	17º	0,90	10	9.416
Jornal do Commercio - Edição Digital	PE	18º	0,86	10	8.977
Aqui MG - Edição Digital	MG	19º	0,85	10	8.921
Diário do Nordeste - Edição Digital	CE	20º	0,79	8	8.244
Jornal VS - Edição Digital	RS	21º	0,74	10	7.742
Pioneiro - Edição Digital	RS	22º	0,59	10	6.150
O Liberal - Edição Digital	SP	23º	0,58	2	6.100
Jornal de Santa Catarina - Edição Digital	SC	24º	0,39	10	4.101
A Notícia - Edição Digital	SC	25º	0,37	10	3.899
Diário de Canoas - Edição Digital	RS	26º	0,36	10	3.761
O Dia - Edição Digital	RJ	27º	0,36	10	3.731

* Evolução em relação ao mês anterior do período final.

** Evolução em relação ao mesmo mês do ano anterior do período final.

Página: 18/12/2018 Emissão: 13:25